



---

---

# OS EUA E A NOVA ORDEM MUNDIAL



UM DEBATE ENTRE  
ALEXANDRE DUGIN  
E OLAVO DE CARVALHO

---

---

2ª EDIÇÃO



# SUMÁRIO

Capa	
Folha de rosto	
Apresentação do debate e seus debatedores	
Sobre Alexandre Dugin	
Sobre Olavo de Carvalho	
a) Teoria do metacapitalismo	
b) Interpretação do marxismo como cultura	
c) Teoria da Mentalidade Revolucionária	
Primeira parte - O papel dos Estados Unidos na Nova Ordem Mundial	
A transição global e seus inimigos	
A Ordem Mundial questionada	
A Nova Ordem a partir do ponto de vista Norte-Americano	
Historicamente	
Politicamente	
Ideologicamente	
Economicamente	
A Ordem Mundial de um ponto de vista não americano	
Três projetos de poder global em disputa	
Segunda Parte - Réplicas e Tréplicas	
O Ocidente contra o resto	
O individualismo e o holismo	
Três projetos globais	
A validade da geopolítica clássica	
A heresia da “sociedade aberta” e os crimes americanos	
A natureza deste debate e minha posição pessoal	
§ 1. Nossas missões respectivas neste debate	
§ 2. Da argumentação à fofoca pura e simples	
§ 3. O Consórcio	
§ 4. Por que o Consórcio deseja o socialismo	
§ 5. De que lado estou	
§ 6. Individualismo e coletivismo	
§ 7. O sentimento de solidariedade comunitária nos EUA	
§ 8. Maldades comparadas	
§ 9. Geopolítica e História	
§ 10. O verdadeiro agente histórico por trás do eurasismo	
O Ocidente e seu duplo	

Alguns esclarecimentos

De uma definição não se pode jamais deduzir que a coisa definida existe

O que é que o Prof. Carvalho odeia?

O Prof. Carvalho culpa o Oriente e ama o Ocidente

A Conspirologia – Versão Olavo de Carvalho

A guerra eurásiana contra o Consórcio

O que é que o Sr. Carvalho ama?

Contra o bolchevismo de direita (ou o tradicionalismo de esquerda)

Introdução

1. Desapontamento
2. Ataques
3. Surpresa
4. Insulto e revide
5. Delícia
6. Tudo é política?
7. Vontade de poder
8. Eurasismo e comunismo
9. Contagem de cadáveres
10. Dugin contra Dugin
11. O dever de escolher
12. Armas
13. Dugin contra Dugin (2)
14. A diferença entre nós
15. A diferença entre nós (2)
16. Aspas anestésicas
17. Questão de estilo
18. Minha opinião estúpida
19. Julgamento por adivinhação
20. A realidade foi inventada na Idade Média
21. Realidade e conceito
22. Racismo intelectual
23. Relativismo absoluto e relativo
24. Relativismo absoluto e relativo (2)
25. Sujeito e objeto
26. Essência lógica
27. Existência e prova
28. Jogo de cena
29. Ah, como sou odiento!
30. Ressentimento
31. Colocando palavras na minha boca
32. Ah, como sou odiento! (2)
33. Guénon e o Ocidente
34. O mundo às avessas

35. As Sete Torres do Diabo
36. Assimetria
37. Teoria da Conspiração
38. Teoria da Conspiração (2)
39. Ideologia da livre competição?
40. Interesse nacional americano?
41. Fabricando a unidade
42. Colocando palavras na minha boca (2)
43. Colocando palavras na minha boca (3)
44. Colocando palavras na minha boca (4)
45. Igreja Ocidental ou Católica?
46. Igreja Católica e direita Americana
47. Amor aos fortes
48. Utopias comparadas
49. Cristianismo e “sociedade orgânica”
50. Sincretismo
51. Protestantismo e individualismo
52. Judeus
53. Judeus (2)
54. Judeus (3)
55. Amor aos fortes (2)
56. Multiculturalismo
57. Espírito guerreiro
58. Revolta e pós-modernismo
59. A salvação pela destruição
60. Nem um peido

Terceira parte - Conclusões

Contra o mundo Pós-Moderno

Alexandre Dugin e a guerra dos continentes

Sobre os autores

Créditos

# APRESENTAÇÃO DO DEBATE E SEUS DEBATEDORES

Giuliano Morais e Ricardo Almeida

*Organizadores e mediadores do debate*

A idéia de promover este debate surgiu durante uma discussão sobre isso a que se tem chamado de Nova Ordem Mundial (NOM). O tema nos aparecia como objeto de um interesse intelectual urgente, tendo em vista o estado de avançada aplicação dessa ordem no mundo. E se pouco tínhamos que discordar quanto a existência do fenômeno, percebíamos claramente algumas divergências entre linhas de interpretação da NOM, por parte de seus estudiosos.

Entre essas divergências, havia uma especial. Conhecíamos o pensamento de Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho, julgando o trabalho de ambos de elevada importância no panorama das idéias contemporâneas em matéria política. Parecia-nos que a oposição entre eles como intérpretes do mesmo fenômeno era particularmente aguçada. Assim, surgiu a idéia de reuni-los em debate, de modo que a própria contraposição dialética dos textos exigisse uma formulação cristalina, de cada um deles, sobre a pergunta-eixo acerca do papel dos EUA na NOM: quais são os fatores e atores históricos, políticos, ideológicos e econômicos que definem atualmente a dinâmica e a configuração do poder no mundo e qual a posição dos Estados Unidos da América nisso que é conhecido como Nova Ordem Mundial?

Encontrando-se os autores em países diferentes, um nos EUA e outro na Rússia, e nós, os organizadores, no Brasil, um debate presencial seria quase impossível, já que não dispúnhamos dos recursos necessários para organizar esse tipo de evento. A solução encontrada foi a realização de um debate *online*, por escrito, em que cada debatedor apresentaria sua resposta à pergunta inicial, uma réplica, uma tréplica e uma conclusão. A solução se revelou acertada, tendo o *site*<sup>1</sup> que hospedou o debate sido acessado por 200 mil pessoas de mais de trinta países.

Depois de contatados os debatedores e acertado os detalhes, o debate teve início no dia 4 de março de 2011 e foi encerrado no dia 31 de julho do mesmo ano, quando os autores publicaram suas conclusões. De início, cada um dos debatedores deveria enviar um texto introdutório com limite de 24 mil caracteres, que seriam publicados simultaneamente. Depois se seguiria uma rodada de respostas alternadas, iniciada com o comentário do Prof. Alexandre Dugin ao artigo do Prof. Olavo de Carvalho. A partir daí, as réplicas apareceriam na ordem Carvalho-Dugin-Carvalho. Nessa fase das réplicas não houve delimitação de espaço, mas estabeleceu-se a título de sugestão o número de 120 mil caracteres. Finalmente, as conclusões foram publicadas simultaneamente com 18 mil caracteres de limite-máximo. A estrutura inicial foi mantida, com exceção dos limites de caracteres, que mais de uma vez foram extrapolados.

Os textos foram inicialmente publicados em inglês e logo em seguida traduzidos para o português, graças ao notável trabalho de duas pessoas a quem somos gratos: Alessandro Cota, quem traduziu os textos de Olavo de Carvalho, e Giuliano Morais, responsável pela tradução das intervenções de Alexandre Dugin.

Os dois autores, como veremos, são filósofos experientes e com vasta lista de publicações sobre o tema debatido. Por essa razão, preparamos uma breve introdução ao pensamento de cada um dos debatedores, sem pretender, contudo, apresentar uma visão integral e sistematizada de suas idéias, o

que não caberia nos limites dessa introdução. Os perfis sintéticos que seguem permitem apenas obter uma visão sinóptica sobre alguns aspectos relevantes para o tema em discussão.

---

<sup>1</sup> Todo o debate está disponível, em inglês e português, no site *The USA and The New World Order*, que pode ser acessado em <http://debateolavodugin.blogspot.com.br>.

## SOBRE ALEXANDRE DUGIN

Alexandre Dugin nasceu em 7 de janeiro de 1962 em Moscou dentro de uma família de militares. Seu pai era oficial da KGB e sua mãe médica. No começo dos anos 80, sendo um dissidente do regime comunista – que estava então em plena decadência –, entrou em contato com pequenos grupos tradicionalistas e com círculos político-literários de Moscou, onde participavam, por exemplo, o romancista Iuri Mamliv, o poeta Evgueni Golovine e o islamista Gueidar Jamal. É também nessa época que descobriu os escritos de Évola, Guénon e Coomaraswamy, além de outros autores correlatos.

Após a desintegração do sistema soviético, no começo dos anos 90, criou a Associação Arctogaya, o Centro de Estudos Metaestratégicos e depois as revistas *Milyi Angel* e *Elementy*, que existiram até 1998-99 respectivamente. Suas idéias foram influenciadas, a partir dos anos 80, pela “Nova Direita” européia e principalmente por Alain Benoist, que ainda hoje é considerado por Dugin um dos melhores intelectuais franceses da atualidade. Recentemente, seus interesses giram em torno da filosofia de Martin Heidegger, da sociologia de Marcel Mauss, Pitirim Sorokin e, sobretudo, de Gilbert Durand; também se interessa pela antropologia de Georges Dumézil e de Claude Lévy-Strauss. O autor tem ainda textos escritos na área de economia sobre as idéias de Friedrich List, Schumpeter e Brodel, entre outros. Dugin fala pelo menos 9 idiomas, é líder do Movimento Eurasiano Internacional e diretor do Centro de Pesquisas Conservadoras da Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscou.

Poucas de suas referências intelectuais fazem parte das discussões acadêmicas ou políticas vigentes no Brasil. Além disso, suas obras de cunho mais filosófico ou metafísico não estão disponíveis em línguas ocidentais, o que pode levar a conclusões simplistas sobre seu trabalho. Por isso tudo, contentar-nos-emos apenas em situá-lo dentro do presente debate, apresentando muito brevemente alguns outros aspectos, tais como suas dimensões espirituais, sua geopolítica, a importância da ideologia do Nacional Bolchevismo na formação do chamado Eurasianismo e, por fim, um curtíssimo esboço sobre sua concepção geral no que concerne à chamada Nova Ordem Mundial.

O primeiro fato que o público brasileiro deve ter em mente é a posição de Dugin como um pensador universal: pelo amplo escopo de seu pensamento e também pelas influências diversas que nele se condensaram. Porém, ele é, sobretudo, um intelectual russo, nacionalista, cujo pensamento não se separa das paisagens, da história, da memória tradicional e religiosa desse país. Poderíamos inclusive dizer que, sob certo aspecto, sua posição política é uma articulação da problemática política russa contemporânea, ou seja, é uma proposta de síntese superativa das duas posições vigentes da Rússia pós-comunista, que são respectivamente a tendência liberalista e pró-americana, por um lado, e a tendência conservadora comunista por outro.

A sua militância na “super-ideologia” do Nacional Bolchevismo – ideologia que remonta a pensadores do calibre de Ernst Niekische e Ernst Jünger, os quais apontavam para uma convergência político-estratégica entre a Rússia e a Alemanha na primeira guerra mundial –, apesar de pertencer formalmente ao passado de Dugin (1993-1998), ainda se faz presente doutrinalmente no pensamento duginiano. Esta presença vigora na medida em que os eixos traçados pelo Nacional Bolchevismo

constituem seu alicerce teórico e a gênese da síntese conceitual e política que lhe é peculiar, da idéia mesma de “revolução conservadora”. Nesta esteira, o filósofo russo vê a reflexão sobre a teoria de Karl Popper – com sua distinção entre sociedades abertas e sociedades não-abertas – como um instrumento afiado que nos dá a conhecer um fato importantíssimo, pois revela a unidade metafísica profunda de regimes aparentemente diversos: o comunismo, o fascismo e o conservadorismo centralista. Dessa forma, é-nos revelada a genealogia dos inimigos da sociedade aberta através de uma linha histórica que remonta a Platão e Heráclito, tendo como representantes mais recentes Schlegel, Schelling, Hegel, Marx e Spengler.

Ao conectar o Nacional Bolchevismo a esse critério popperiano consegue-se alcançar a identidade profunda muito além da mera contingência da aliança política ocasional; essa unidade se dá no eixo onto-histórico, no qual todas essas doutrinas, movimentos e filosofias convergem, com a conseqüente rejeição da chamada sociedade aberta pelo que ela representa essencialmente: o triunfo do individualismo e do subjetivismo. A proposta, portanto, consiste em reunir política e estrategicamente toda doutrina ou tendência histórica relevante que teve o “absoluto” e o “objetivo” como núcleo em detrimento do indivíduo.

Consciente das divergências ao longo da História entre as diversas doutrinas que são aí catalogadas como “absolutistas”, o Nacional Bolchevismo “tem por meta purificar as doutrinas históricas dos nacionalistas e dos comunistas dos resíduos de preconceitos heterogêneos provenientes das confusões como elementos subjetivos”.<sup>2</sup> O objetivismo – essa constante que representa a negação do indivíduo pela afirmação da idéia impessoal do absoluto – é a mesma instância metafísica fixa e imutável reproduzida pela fórmula não-dualista hindu “O Atman é Brahman”, que poderia ser traduzida por “O Espírito é o Absoluto”, ou seja, a realidade absoluta não é o indivíduo, mas a Idéia impessoal suprema. E, ainda que isso se manifeste apenas intencionalmente ou esquematicamente em muitas das doutrinas objetivistas, essa fórmula metafísica é basilar na síntese duginiana, pois confere unidade doutrinal e histórica à ação política sob cuja égide se deve combater os males do chamado “Reino da Quantidade” suplantando os seus múltiplos aspectos – individualismo, kantismo, cartesianismo, liberalismo entre outros –, concretizando a “realização perfeita da maior das revoluções, continental e universal. É o retorno dos anjos, a ressurreição dos heróis, a revolta do coração contra a ditadura da razão”.<sup>3</sup>

A escatologia cristã exerce considerável influência sobre sua visão histórica. Apesar de sua orientação eminentemente política, trata-se de um cristão ortodoxo, praticante, seguidor dos chamados “velhos ritualistas”. “O espírito ortodoxo é contemplativo, apofático, hesicasta, comunitário e decididamente anti-individualista. O alvo francamente declarado da ortodoxia é a ‘deificação’ do homem pela via ascética, via descrita em termos puramente esotéricos e utilizando-se de procedimentos iniciáticos”.<sup>4</sup> Dugin diferencia duas vias espirituais prototípicas, remetendo-se à clássica distinção hindu entre os dois caminhos possíveis de redenção — a *jnana* (gnose) e *bhakti* (devoção). Ele o faz com diverso sentido: para ele há a “via da mão esquerda” e a “via da mão direita”, distinção que curiosamente poderia apresentar, em determinadas aplicações, mais similaridade com os conceitos nietzschianos de dionisíaco e apolíneo do que propriamente com a dicotomia clássica védica ou ainda com o conceito tântrico que utiliza os mesmos termos. A via da mão esquerda é simultaneamente a via do revolucionário e a via do sofrimento e também é, segundo o filósofo russo, a verdadeira via da gnose. Essa “via do vinho” é “destrutiva, terrível, e nada conhece além da cólera e da violência. Para aquele que segue essa via, toda a realidade é percebida

como um inferno, como um exílio ontológico, uma tortura...”<sup>5</sup> ao passo que na via oposta, ou seja, a via da mão direita, a realidade parece ser “boa” e “adequada”. Constitui aspecto inovador desse ponto de vista o agrupar dentro dessa mesma categoria gnóstica personalidades históricas tão díspares quanto Marx, Lenin, Stálin, Mao Tse Tung e Che Guevara por um lado, e, por outro lado, Nietzsche, Évola, Heidegger, Hitler e Mussolini em virtude de guardarem uma raiz, filiação direta ou indireta, à via *gauche* - em outras palavras, todos “lutam contra o Demiurgo mau, criador de um mundo condenado”.<sup>6</sup>

No tocante a seu ponto de vista político mais recente, Dugin propõe a inviabilidade doutrinal das três linhas teóricas anteriores: o comunismo, o fascismo e o liberalismo. No entanto, cremos ser suficiente apontar aqui mais diretamente para o cerne de seu combate estratégico que, na prática, segue sendo a luta contra os valores liberais, tecnocratas, o “imperialismo americano” e o mundo unipolar. Desde o ponto de vista da crítica perenialista, em cujo solo a filosofia de Dugin floresce, o mundo moderno não passa do produto da degeneração causada pelo abandono das tradições espirituais. Todavia, cabe observar que, apesar de haurir das obras dos tradicionalistas René Guénon e Julius Evola o alimento doutrinário e metafísico de sua filosofia Dugin se afirma, em alguns pontos, oposto à doutrina de Guénon, na medida em que o filósofo russo faz aplicações políticas das doutrinas metafísicas – coisa que o francês rejeitava. Aproxima-se de Evola no que concerne à adoção da ação como via espiritual, discordando, deste, contudo, à propósito da compreensão do valor tradicional dos povos eslavos e das considerações depreciativas de Evola sobre o regime socialista.

A idéia anti-imperialista e antiliberal em sua obra fornece uma crítica integrada em diversos planos, entre os quais se destaca o da geopolítica, entendida aqui tanto no sentido clássico de disciplina acadêmica, cunhada pelo teórico Rudolf Kjellén, quanto no sentido da geopolítica sagrada, a dimensão esotérica da representação espacial das civilizações. Segundo o filósofo, a polaridade dinâmica “Mar x Terra”, ou outras como “Civilização Telurocrática x Civilização Talassocrática” – nos dois planos trabalhados por Dugin –, surge como alternativa completa e mais eficiente que a polaridade economicista clássica “trabalho x capital”, com a qual inclusive o ponto de vista geopolítico não tem dificuldade de se articular. Cruzando-se as diversas possibilidades metodológicas de compreensão dos sujeitos da história, Dugin verifica que as polaridades dos diferentes métodos coincidem: a civilização do mar é a civilização do liberalismo, concretizada pela OTAN, e a civilização da terra é a civilização do socialismo que tomou forma no Pacto de Varsóvia. Por fim, ao contrário do que seríamos levados a pensar, deve-se observar que o Eurasianismo não é uma oposição simétrica ao atlantismo, uma vez que os eurasistas não pretendem instaurar uma mera nova ordem de poder contraposta, mas “defendem logicamente o princípio da multipolaridade que se opõe ao mundialismo unipolar imposto pelos atlantistas”.

O Eurasianismo, no sentido duginiano, é “uma visão do mundo, um projeto geopolítico, uma teoria econômica, um movimento espiritual, um núcleo destinado a consolidar um amplo espectro de forças políticas”.<sup>7</sup> Mas, além desse âmbito, consiste também em um projeto de defendidos interesses russos, visando a “salvação da Rússia enquanto realidade política autônoma e independente”. O projeto passa primeiro pelo renascimento econômico russo, realizável somente “por um sistema de alianças estratégicas”. Faz-se necessário engajar-se numa busca ativamente interlocutores geopolíticos que disponham de potencial financeiro e tecnológico, ou seja, literalmente, “a Rússia deveria transferir o fardo do renascimento de seu potencial econômico aos seus parceiros que dão suporte à

multipolaridade”.<sup>8</sup>

Os potenciais parceiros são divididos em categorias segundo o grau de “complementaridade”. Em primeiro lugar, a União Européia, o Japão, o Irã e a Índia, atores geopolíticos que podem se beneficiar das fontes primárias, do potencial estratégico de armamentos e do peso político oferecido pela Rússia; em segundo lugar, os países que também tem interesse no multipolarismo, mas que não são complementares à Rússia, como a China, o Paquistão e os países árabes. O terceiro grupo, chamados “países de terceiro mundo”, não possui força geopolítica decisiva e deve ser integrado pelos sujeitos políticos mais relevantes do bloco eurasista. No último grupo: os países do continente americano, que se encontram naturalmente dentro do campo de influência dos EUA. A estratégia destinada a estes países é, por um lado, buscar demonstrar aos EUA as desvantagens de um mundo unipolar, por outro, limitar sua influência estritamente aos países americanos; caso haja resistência, fomentar-se-á o antiamericanismo na América do Sul e na América Central “utilizando-se uma visão de mundo e uma fórmula política muito mais flexível e muito mais ampla que o marxismo”.<sup>9</sup>

Além da já citada oposição “Oriente x Ocidente”, ainda se pode acrescentar outro aspecto importante na fundamentação da obra de Dugin: a oposição “Norte x Sul”, dado a partir de um prisma, por assim dizer, mitológico. Dugin percorre a senda de Evola sustentando que num passado remoto houve uma civilização gloriosa que vivia no extremo norte do planeta. Dugin acredita, no entanto, que os hiperboreanos, como são chamados esses povos, teriam uma estreita relação com os russos, particularmente com os eslavos, os quais descenderiam de forma mais ou menos direta daqueles povos, guardando com eles uma afinidade espiritual e étnica. No entanto, nas atuais circunstâncias, já não possuem mais a completa pureza racial, tendo perdido muitos dos atributos espirituais dos ancestrais após a grande migração em direção sul através da Eurásia. Os hiperboreanos se oporiam arquetipicamente aos povos “telúricos” do sul e das zonas tropicais do planeta.<sup>10</sup>

Em síntese, a respeito do título-tema do presente debate poderíamos resumir modestamente a visão duginiana da seguinte maneira, utilizando-nos de sua própria terminologia: a Nova Ordem Mundial é um projeto messiânico e escatológico, que ultrapassa em envergadura todos os outros projetos ou utopias do passado como o Califado árabe ou os planos comunistas por uma revolução mundial. Essa ordem emana diretamente das decisões de determinados atores históricos como os ideólogos da chamada Comissão Trilateral, do Grupo de Bilderberg, do Conselho Americano de Relações Exteriores e de diversos pensadores que estão a serviço do mundialismo internacional. Os princípios da Nova Ordem podem ser divididos basicamente em quatro planos: econômico, geopolítico, étnico e religioso. No plano econômico, consistiria na imposição completa e obrigatória ao mundo inteiro do sistema de mercado capitalista; no plano geopolítico, seria a predominância absoluta dos países do Ocidente histórico-geográfico em relação ao Oriente; no plano étnico, consistiria no fomento da miscigenação indiscriminada, no combate a qualquer unidade racial, nacional, étnica e cultural localizadas; e, finalmente, no plano religioso, a Nova Ordem Mundial prepara o surgimento de certa figura mística que desvelará uma nova religião que unificará a humanidade.

Diante dessa intrincada rede de idéias, teríamos a tendência a esperar um erudito avesso aos meios de comunicação em massa, mas Dugin se move com admirável facilidade nos círculos midiáticos e políticos. De outra parte, o amplo leque de assuntos que ele abarca muitas vezes desnorteia o observador ainda incapaz de atinar com a unidade de pensamento do filósofo e sugere uma dificuldade intransponível em conciliar essas várias camadas. Sobre esse ponto, posiciona-se

Limonov com vigor: “Ele é um homem paradoxal que pode sustentar dez pontos de vista ou mais ao mesmo tempo”.<sup>11</sup> Ao contrário do que pareceria à primeira vista, trata-se de um elogio de Limonov à habilidade de Dugin ao conciliar, de maneira aparentemente impossível, tendências das mais diversas origens num sistema original, incompreensível a quem se limite aos aspectos mais externos de sua obra.

— GIULIANO MORAES

- 
- 2 DUGIN, Alexandr Gelyevich. *Le prophète de l'eurasisme: Alexandre Douguine*. Paris: Avatar editions, 2006. Pg. 143.
  - 3 Ibidem, pg. 147.
  - 4 V. *Alexandre Douguine et le néo-eurasisme russe, unissent Thiriart et Evola*, disponível em [http://www.voxnr.com/cc/d\\_douguine/EEFFuVIVkyLmpaFQOm.shtml](http://www.voxnr.com/cc/d_douguine/EEFFuVIVkyLmpaFQOm.shtml).
  - 5 Ibidem, pg. 218.
  - 6 Ibidem, pg. 219.
  - 7 Ibidem, pg. 146.
  - 8 Ibidem, pg. 33.
  - 9 Ibidem, pg. 28.
  - 10 SHENFIELD, Stephen. *Russian fascism : traditions, tendencies, movements*. New York: M. E. Sharpe, 2011.
  - 11 Ibidem, pg. 197.

## SOBRE OLAVO DE CARVALHO

Semelhantes sob tantos aspectos da personalidade intelectual, no que toca ao posicionamento político seria difícil encontrar pensadores mais opostos. Olavo de Carvalho caracteriza-se por desenvolver uma filosofia da consciência, a qual reforça o primado da consciência individual contra doutrinas que tencionam suprimi-la; Dugin formula uma filosofia de índole supra-individual, tendo a concepção de *Axis Mundi* e *Tule* – seja em seu simbolismo propriamente metafísico, seja no traslado teológico-político do qual é suscetível – como eixo do seu pensamento, aberto ao influxo de correntes românticas e irracionistas.

No campo da disputa política, Olavo rejeitaria a estratégia eurasiana vendo nela a expressão da húbri revolucionária, típica da modernidade e origem de tantas mazelas; Dugin veria na *débâcle* do poder americano o golpe na hegemonia atlantista, no ideário liberal que ela congrega, e assim, a possibilidade de ressurreição dos valores tradicionais, incorporados na doutrina da Igreja Ortodoxa. Contudo, para não abriremos indefinidamente o abismo entre eles, é preciso lembrar de, pelo menos, um ponto de contato.

Este ponto consiste na presença marcante da escola tradicionalista como influência intelectual para ambos. O Prof. Olavo de Carvalho consagrou-se como estudioso do tradicionalismo em livros como *Fronteiras da Tradição* e *Astros e Símbolos*. Alexandre Dugin, por seu turno, absorve a influência de Guénon e da escola tradicionalista em geral, mas a cruza com a de autores de diversas linhas de pensamento tais como Ernst Junger, Novalis, e Karl Marx, em síntese fértil.

Portanto, o lugar que esta escola ocupa no pensamento dos respectivos autores é distinto. Nenhum deles perfila-se à escola tradicionalista; sua influência vem matizada por lados inversos e opostos. De Prof. Olavo de Carvalho, identificam-se como figuras marcantes, para o lado político das suas reflexões, Eric Voegelin, o filósofo germânico radicado nos EUA, autor de *A New Science of Politics*, *Order and History*, *History of Political Ideas* entre outras obras magnas; o conservadorismo clássico anglo-americano (Russell Kirk, Irving Babbitt, T.S.Eliot, Roger Scruton. Os straussianos Allan Bloom e Stanley Rosen são também pares ilustres, a despeito das reservas dele em relação a Leo Strauss); e, finalmente, os estudos sobre comunismo, estratégia comunista e NOM (Anthony Sutton, Claire Sterling, Anatoly Golitsyn, Daniel Estulín, Lee Pen, Pascal Bernardin, dentre outros).

Muito embora a parte mais substancial do seu trabalho verse sobre temas metafísicos, gnoseológicos e lógicos, a merecida fama do Prof. Olavo de Carvalho como jornalista e polemista terminou por dar aos seus leitores mais superficiais a impressão de que a disputa política ocupa lugar central no seu pensamento. Ao invés disso, a política corrente, mesmo quando alçada ao patamar dos confrontos de forças globais, sempre é tratada desde uma perspectiva intelectual na forma de vários círculos concêntricos, onde a circunscrição política é um dos mais periféricos. Sobre sua forma de articulação, remeteremos oportunamente a um breve escrito do autor, publicado em seu Seminário de Filosofia sob o título de *Esboço de um Sistema de Filosofia*.<sup>12</sup> Abriremos, todavia, uma exceção, no tocante a um único ponto, que nos foi especialmente sublinhado pelo autor.

Segundo Prof. Olavo de Carvalho, nenhuma filosofia jamais pode alcançar a expressão exata da verdade. Tão logo os filosofemas – as intuições básicas que compõe a substância do pensamento filosófico – sejam afirmados em juízos, e os juízos expressos por meio de palavras, aparece o

descompasso entre o dito e o intuído. Como, para o nosso filósofo, a intuição é o modo de conhecimento da realidade, em comparação ao qual as outras faculdades cognitivas são acessórias, então este descompasso implica na inadequação incontornável entre a apreensão do real – intuitiva, em essência – e sua transmissão em palavras num sistema de filosofia efetuada, por definição, de forma discursiva

Para o Prof. Olavo de Carvalho, é possível falar em filosofias abertas e fechadas, ou seja, em filosofias que permitem uma maior aproximação da experiência intuitiva de apreensão do real e aquelas outras que se cristalizam mais facilmente em estruturas discursivas rígidas, com alto grau de auto-referencialidade. Este elemento de abertura surge ainda revalorizado em virtude da concepção da filosofia como símbolo, já que o símbolo remete ao objeto simbolizado, mas não pode traduzi-lo perfeitamente, o que de certo modo é o estatuto das sentenças filosóficas, no entender do autor. E, no dito de Susan K. Langer, assaz repetido pelo professor, símbolos são matrizes de intelecções. Desta maneira, um sistema fechado busca esgotar analiticamente a realidade intuída e dar forma acabada ao produto destas análises, cuja qualidade estética e esmero lógico terminam por se revelarem atraentes a ponto de fazer do produto sucedâneo da própria experiência. A filosofia do Prof. Olavo de Carvalho, ao contrário, revela-se a elaboração progressiva de uma linguagem mais próxima da experiência, capaz de traduzi-la com o máximo de fidedignidade possível, inclusive conservando as ambigüidades oriundas das tensões que a própria realidade patenteia. Vem daí a sensação, compartilhada por muitos dos seus leitores, de que o autor soube *dizer* exatamente o que cada um pensava, mas não conseguia *expressar*.

De outra parte, a ausência de sistematicidade não deve induzir o leitor a enxergar no pensamento dele um amontoado de intuições soltas. Uma ordem ideal subsiste, ordem a que se tenta continuamente aceder, sem dá-la por conquistada ao largo do percurso. Essa ordem advém do próprio esforço de depuração crítica das crenças obtidas no confronto com a cosmovisão originária onde se enraíza a reflexão do filósofo. Cumpre papel importante nessa depuração a Teoria dos Quatro Discursos. Cada uma das crenças que surgem, problematizadas na inquirição filosófica, são classificadas em quatro patamares de certeza – certo, provável, verossímil, possível – com todas as múltiplas implicações que foram apresentadas no livro *Aristóteles em Nova Perspectiva* e nas apostilas que apresentam a TQD.

Por fim, a unidade que se conquista, através da aplicação disciplinar da Teoria dos Quatro Discursos, consiste na unidade dinâmica de um pensamento continuamente harmonizado conforme o grau de certeza das crenças fundamentais. Dinâmica, porque este pensamento mantém-se ativo na tentativa, ora de depurar as crenças já obtidas por métodos lógico-dialéticos e alçá-las a um novo patamar de confiabilidade, ora de conseguir novas intuições.

Feitas essas observações iniciais, convém passar a consideração das contribuições para a filosofia política propriamente ditas, que são:

## a) Teoria do metacapitalismo

Metacapitalismo é um termo que se refere à fase histórica do capitalismo em que os donos de grandes fortunas passam a constituir uma nova aristocracia. A antiga aristocracia dominou a Europa pela força das armas, sob o prestígio das bênçãos da Igreja. No começo do ciclo moderno, a aristocracia livra-se do apoio da Igreja, que limitava sua órbita de poder. Daí, é só um passo para o príncipe passar de um *primum inter pares* à cabeça mortal de Deus, aliar-se ao terceiro Estado contra a aristocracia, e montar uma máquina administrativa complexa como nunca houve em épocas anteriores. Surge então a necessidade de um sustentáculo ideológico para o novo poder real. Elabora-se, para tanto, toda uma vasta doutrina teológico-filosófica; no centro da doutrina, a idéia de um símile imortal do Rei, que o rei de carne e osso encarna temporalmente. Donde a expressão dois corpos do rei: o corpo mortal do rei, o corpo imortal da Coroa.

Mas, a aliança com o terceiro estado não se mantém por muito tempo. A burguesia suplanta o poder real, inaugura-se o capitalismo. Com a mobilidade sócio-econômica da qual se desfruta no novo sistema, faz-se possível amealhar grandes fortunas privadas por força da atividade econômica capitalista. Entretanto, as flutuações do mercado sujeitam as grandes fortunas aos caprichos da mão invisível de Adam Smith. A mão invisível, portanto, precisa ser devidamente amarrada. O metacapitalismo aparece quando as condições históricas possibilitam exercer uma ação sobre o curso do mundo capaz de conter as flutuações do mercado, de modo duradouro. Contidas estas flutuações, é natural que as grandes fortunas não se dispersem. O acúmulo de capital em poucas famílias, cujo poder prolonga-se ao longo do tempo, as transforma em agentes históricos de primeiro plano.

Em diversos artigos, Prof. Olavo de Carvalho critica a doutrina realista de Hans Morgenthau, segundo a qual Estados-nações são os agentes históricos. Argumenta o professor que faltaria aos Estados uma unidade de propósitos em longo prazo que caracteriza o agente histórico. Estados são máquinas administrativas ocupadas, provisoriamente, por certos grupos de burocratas e políticos de carreira que compõe os governos. Prof. Olavo de Carvalho reformula a teoria dos agentes históricos, identificando-os com organizações que, subjacentes ao aparato administrativo dos Estados, lhes dão o conteúdo de suas próprias orientações coletivas: dinastias familiares, Igreja, entidades esotéricas, dentre outras.

Dentro deles, há sempre tipos básicos de oposição. Esta duplicidade é, por exemplo, observada a propósito da Maçonaria no *Jardim das Aflições*, onde é sublinhado o caráter ambíguo de sua atuação histórica, de modo a evitar simplificações que a tomam por inimiga mortal da Igreja ou fatora gloriosa de tudo quanto houve de bom na humanidade.

## *b) Interpretação do marxismo como cultura*

Ao invés de encará-lo como filosofia política, práxis revolucionária ou outro fenômeno de dimensão mais restrita, Prof. Olavo de Carvalho concebe o marxismo como uma *cultura*. Uma cultura, no sentido antropológico do termo – um sistema de valores em torno dos quais se estrutura o imaginário coletivo. Esta cultura, contudo, vive uma vida parasitária em relação à cultura maior na qual está inserida.

Com efeito, o marxismo não teve forças de sustentar uma civilização. A *débâcle* do socialismo real não revelou apenas que o socialismo era uma opção inviável econômica e politicamente. Ela mostrou que a função de amálgama social e sustentação do imaginário exercida por elementos tradicionais era imprescindível. Quando o marxismo dominou politicamente estas regiões a implantação oficial do ateísmo não foi suficiente para extirpar estes elementos e conduzir o imaginário coletivo a uma tábua de valores independentes da associação com os valores tradicionais. A incapacidade em absorvê-los numa síntese civilizacional superior (como o fez o catolicismo com a cultura germânica e céltica) demonstrou na prática histórica a fraqueza do marxismo em sustentar uma civilização; contudo, continua a apresentar um poderoso lado *crítico*, pelo qual sobrevive e se fortalece.

Bernard-Henri Levy, por exemplo, concebia o marxismo como uma espécie de totalidade cultural que se opunha à cosmovisão cristã. Um crítico notável do marxismo como Toynbee falava, a propósito do fenômeno, em religião. Termo usado de forma equívoca, é bom frisar, pois o marxismo não tem nenhum rito em sentido próprio, assim como não pretende efetuar qualquer *religatio* com o transcendente. Não obstante, tanto a observação de Toynbee quanto a de Levy enfatizam a dimensão abrangente do fenômeno em face de interpretações redutoras, aproximando-se da abordagem do Prof. Olavo de Carvalho. A diferença é que este não o confunde com uma religião, como o faz Toynbee, e, por outro lado, assinala a esta cultura a instância nada lisonjeira, na taxionomia das formas culturais, de parasita, conclusão não subscrita por Levy.

### c) Teoria da Mentalidade Revolucionária

Esta teoria tem ocupado lugar privilegiado nas cogitações do Prof. Olavo de Carvalho nos últimos anos. O livro de sua autoria que mais especialmente concerne a esse tópico é um estudo sobre Maquiavel, cujo título, *Maquiavel ou a confusão demoníaca*, já permite adivinhar as intenções críticas de sua formulação. Originalmente escrito para compor um livro sobre a mentalidade revolucionária, ganhou independência do projeto maior, e veio a lume pela VIDE Editorial.

O livro é um estudo crucial sobre a figura do secretário, filósofo e historiador florentino Nicolau Maquiavel. Não iremos dar um resumo do teor do opúsculo, mas avançaremos para sua conclusão. A conclusão – demonstrada a falsidade integral das concepções de Maquiavel ao largo da obra, demonstrado o elemento de desonestidade sistemática presente nos escritos do ilustre pensador, inexorável impõe-se: não é possível entender o sucesso de Maquiavel no papel de grande teórico da política moderna sem lançar contra esta época a suspeita de ter perdido a inteligência política. Esta é a suspeita que Prof. Olavo de Carvalho lança e corrobora nas suas análises da mentalidade revolucionária.

Grosso modo, o revolucionário pensa a história conforme cânones de um presente legitimado *a posteriori*, com a conquista dos objetivos futuros dando a medida da validade dos esforços presentes, inclusive do valor moral intrínseco dos atos. Desta forma, o objetivo futuro do revolucionário exculpará automaticamente os atos realizados – qualquer que seja seu julgamento moral *atual* –, se concorrerem para sua conquista. Tais atos ao invés de possuírem valor moral em si, que lhes permitissem serem avaliados conforme cânones de moralidade intrínseca, não possuem valor moral objetivo independente do devir histórico.

Neste movimento de exaltação, a hýbris revolucionária usurpa o posto de guiamento das consciências ocupado tradicionalmente pela filosofia clássica e pela religião. Contudo, se nestes dois fenômenos – religião e filosofia – existe a promessa de uma objetividade ideal; se mesmo a religião, cujas crenças pairam além do âmbito da simples racionalidade, tem um compromisso com a necessária presença de um *corpus* doutrinal estável, o mesmo não se pode dizer das ideologias revolucionárias, que conservam sua unidade a despeito das mudanças e inversões radicais nas suas concepções teóricas. Esse traço implica em um decréscimo formidável da inteligência política, porque a ininteligibilidade é da natureza mesma de um ato, cujo valor moral não pode ser medido exceto pelos resultados que ele provoca em vistas de um objetivo incerto e indiviso no horizonte histórico.

A análise que vigora no plano da individualidade vale também para o plano da coletividade. A mentalidade revolucionária espraia-se por toda a sociedade contemporânea, uma vez oposta, desde o início da modernidade, à mentalidade tradicional. Com ela também se altera a instância na qual se inscreve esta responsabilidade; transfere-se ela da ordem individual, na qual esteve assente firmemente desde o advento da consciência individual no Ocidente – com o teatro grego e o cristianismo – e recai numa hipótese coletiva. O que Prof. Olavo de Carvalho consegue fazer é identificar, no microcosmo da consciência de cada indivíduo – com o auxílio da sua própria experiência de ex-militante comunista filtrada criticamente – a mentalidade invertida do revolucionário; quando sobe às generalizações, conserva nítida a dimensão psicológica do fenômeno. Cabe à agudeza de percepção acerca das relações entre individualidade e coletividade – das mais notáveis características da personalidade intelectual de Prof. Olavo de Carvalho – a possibilidade

de tal descoberta.

Em resumo, a nosso ver, são estas as contribuições principais de Olavo de Carvalho para a filosofia política. A leitura deste debate decerto irá proporcionar uma melhor compreensão destes pontos, de sua articulação interna e da forma como a interpretação de aspectos mais específicos do fenômeno político enquadra-se em sua filosofia.

Deveríamos ainda abordar uma última contribuição. Mas não se situa no catálogo junto com as outras por algumas razões. Em primeiro lugar, ela ainda não alcançou estabilidade suficiente para ser enunciada como uma contribuição já realizada. Não que ela não tenha sido exposta como produto maduro, pois ocupa o cerne do livro mais bem trabalhado estilisticamente da produção publicada do autor – *O Jardim das Aflições*. Todavia, de todos os aportes do Prof. Olavo de Carvalho, mostra-se o de caráter mais problemático, conquanto apareça, amparado por vastas argumentações históricas, na parte final de um livro maravilhosamente composto. Quero me referir ao papel dos EUA de principal fator de uma nova civilização mundial, de cunho anticristão.

Certa vez, disse Olavo, que na época em que ele escreveu *O Jardim das Aflições* ainda não conhecia o espírito dos EUA. Anos mais tarde, já morador dos EUA, a “doutrina das duas Américas” – uma judaico-cristã, conservadora, inspirada nos clássicos; outra laicista, anticristã, globalista – foi se imprimindo em sua percepção gradativamente a partir de sua aclimatação a ambiência do país que o recebeu. Hoje em dia, a defesa que ele empreende da América, de certo modo, consiste em defender uma América da outra.

Prof. Olavo de Carvalho, porém, ainda não escreveu um complemento à altura de *O Jardim*. Um dos objetivos do debate consiste em estimular o aparecimento deste trabalho ou, mais modestamente, aguardar que algumas explicações a respeito do tema surjam, em face da pergunta-eixo, ao longo do diálogo.

— RICARDO ALMEIDA



# O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NA NOVA ORDEM MUNDIAL



*“Quais são os fatores e atores históricos, políticos, ideológicos e econômicos que definem atualmente a dinâmica e a configuração do poder no mundo e qual a posição dos Estados Unidos da América no que é conhecido como Nova Ordem Mundial?”*

# A TRANSIÇÃO GLOBAL E SEUS INIMIGOS

Alexandre Dugin

## *A Ordem Mundial questionada*

A “Nova Ordem Mundial”, como conceito, foi popular num ímpeto histórico concreto — precisamente o do fim da Guerra Fria (final dos anos 80, na era Gorbachev), quando a cooperação global entre os Estados Unidos e a União Soviética foi considerada próxima e muito provável. A base da Nova Ordem Mundial era, presumivelmente, a realização da teoria de convergência que predizia a síntese das formas políticas do socialismo soviético e do capitalismo ocidental e uma estreita cooperação da União Soviética e os Estados Unidos nas questões regionais, como, por exemplo, a Guerra do Golfo, no começo de 1991. Uma vez que logo depois a União Soviética veio a se dividir, esse projeto de Nova Ordem mundial foi naturalmente posto de lado e esquecido.

Depois de 1991, considerou-se que outra Ordem Mundial estava surgindo diante de nossos olhos — a de um mundo unipolar com uma aberta hegemonia global dos Estados Unidos. Isso fica bem descrito na utopia política do “Fim da História” de Fukuyama. Essa Ordem Mundial ignorava quaisquer outros pólos de poder que não os EUA e seus aliados (Europa e Japão, primeiramente) e era concebida como a universalização da economia de livre mercado, da democracia política e da ideologia dos direitos humanos como padrão aceito globalmente por todos os países do mundo.

Os céticos pensavam que essa ordem era deveras ilusória e que as diferenças entre os países e os povos apareceriam sob outras formas (por exemplo, no famoso choque de civilizações de S. Huntington ou então em conflitos religiosos ou étnicos). Alguns especialistas consideravam que a unipolaridade não era exatamente uma Ordem Mundial, mas um ímpeto unipolar (J.Mearsheimer). De qualquer maneira, o que se questiona em todos esses projetos é o Estado Nacional. Novos atores de escala transnacional ou subnacional afirmaram sua crescente importância, e assim ficava claro que o mundo necessitava de um novo paradigma de relações internacionais.

Portanto, nosso mundo contemporâneo não pode ser considerado como uma Nova Ordem Mundial. Atualmente não há nenhuma ordem mundial definitiva em vigência. O que há é uma Transição da ordem mundial que conhecemos no século XX para algum outro paradigma cujos traços ainda não estão definidos. O futuro será realmente global? Ou vencerão as tendências regionalistas? Haverá uma ordem única? Ou teremos diferentes ordens locais e regionais? Ou talvez teremos de lidar com o caos mundial? Nada disso está claro ainda. Vivemos no meio de uma Transição que ainda não se cumpriu.

Se a elite global (primordialmente a elite política dos Estados Unidos) tem uma visão clara do futuro desejado (o que é bem duvidoso), ainda assim as circunstâncias podem obstruir a realização desse futuro na prática. Se a elite global não tem um projeto consensual, a questão fica bem mais complicada.

Assim, somente o fato da Transição em direção a um novo paradigma é certo; o paradigma em si mesmo é deveras incerto.

## *A Nova Ordem a partir do ponto de vista Norte-Americano*

A posição dos EUA nessa mudança está assegurada, mas o futuro dos Estados Unidos está em

questão, uma vez que eles têm atualmente de lidar com muitos desafios e estão sendo submetidos ao crivo de um teste de seu império global. Alguns desses desafios são um tanto novos e originais, e os Estados Unidos têm a possibilidade de seguir três vias distintas diante da atual situação:

1) Criar um Império Americano *stricto sensu*, com a consolidação técnica e social de uma área central desenvolvida (Cerne Imperial), ao passo que os espaços externos permaneceriam divididos e fragmentados em estado de permanente perturbação (próximo ao caos); parece que os *neocons* são a favor de tal padrão.

2) Criar uma unipolaridade multilateral em que os Estados Unidos cooperariam com os poderes amistosos na resolução de problemas regionais (Canadá, Europa, Austrália, Japão, Israel e possivelmente outros países) e fariam pressão nos “países canalhas” (Irã, Venezuela, Bielorrússia, Coreia do Norte) ou também em países hesitantes que estão lutando para assegurar sua independência regional (China, Rússia, etc.). Os democratas e Obama parecem inclinados a agirem assim.

3) Promover a globalização acelerada com a criação do Governo Mundial e uma rápida destituição da soberania dos Estados Nacionais em função da criação dos Estados Unidos do Mundo que seria governado pela elite global em termos legais. Esse é o projeto do Conselho de Relações Internacionais (CFR) representado pela estratégia de George Soros e suas fundações. As chamadas “revoluções coloridas”, nesse caso, são as armas mais efetivas para desestabilizar e finalmente destruir os Estados.

O que parece é que os Estados Unidos tentam adotar essas três vias e promover as três estratégias ao mesmo tempo; essa estratégia de três direções cria o contexto das relações internacionais em que os Estados Unidos é o ator principal em escala global. Apesar das diferenças evidentes entre essas três imagens de futuro há alguns pontos essenciais em comum: em qualquer dos casos os Estados Unidos têm interesse em afirmar sua dominação estratégica, econômica e política; há um reforço do seu controle e enfraquecimento dos outros atores globais; há uma gradual ou acelerada destituição da soberania dos Estados atualmente mais ou menos independentes; há uma promoção de valores “universais” que refletem os valores do mundo ocidental: democracia liberal, parlamentarismo, livre mercado, direitos humanos, *etc.*

No mundo contemporâneo, portanto, nos encontramos num campo geopolítico permanente e forte, em cujo cerne se situa os Estados Unidos e cujos raios de influência – seja estratégica, econômica, política, tecnológica, da informação, *etc.* – permeiam todo o resto do mundo, dependendo da vontade de aceitá-los, nos diferentes países ou atmosferas étnicas ou religiosas. Forma-se uma espécie de “rede imperial global” operando em escala planetária.

Esse campo “americanocêntrico” pode ser descrito em diferentes níveis:

### *Historicamente*

Os Estados Unidos se consideram a conclusão lógica e o pico da Civilização Ocidental. Nos termos antigos isso era apresentado como o destino manifesto dos EUA. Atualmente, fala-se em termos de direitos humanos, promoção da democracia e da tecnologia, instituições de livre Mercado, *etc.* Mas, essencialmente, estamos lidando com uma nova edição do universalismo ocidental que passou pelo Império Romano, pela cristandade medieval, pela modernidade (com a colonização e o iluminismo) até chegar aos dias atuais com o pós-modernismo e o ultra-individualismo. Considera-se a história como sendo um processo unívoco (monótono) de progresso tecnológico e social e o caminho da crescente libertação dos indivíduos de todas as identidades coletivas. A tradição e o

conservadorismo são considerados obstáculos à liberdade e deveriam ser rejeitados, e os EUA estão na vanguarda desse progresso histórico e têm o direito e a obrigação (missão!) de fazer a história seguir adiante, pois a existência histórica dos EUA coincide com o curso da história humana, de maneira que “americano” significa “universal”. Portanto, as outras culturas terão um futuro americano ou nenhum futuro.

### *Politicamente*

Há tendências muito importantes na política mundial que definem a Transição. Assistimos à passagem do liberalismo (convertido na única opção política global, uma vez que o cume do pensamento político da modernidade venceu alternativas políticas como o fascismo e o socialismo) a um conceito pós-moderno e pós-individual da política, geralmente descrito como pós-humanismo. E novamente os Estados Unidos desempenham aqui um papel fundamental: a política promovida globalmente pelos EUA é a democracia liberal e os Estados Unidos dão suporte à globalização desse liberalismo, preparando o próximo passo para o pós-modernismo político tal qual descrito no famoso livro de A. Negri e M. Hardt, *Império*. Há alguma distância entre o liberalismo ultra-individual e o pós-humanismo pós-moderno propriamente dito (criação de ciborgues, modificação genética, clonagem e mutantes), mas na periferia do mundo temos a tendência à acelerada destruição de qualquer entidade social holística, assim como à fragmentação e à atomização da sociedade, no que se inclui a tecnologia (*internet*, telefones celulares, etc.), na qual o ator principal é estritamente individual e retirado de seu contexto natural e social. Temos testemunho importante do uso dual da promoção da democracia explicitamente descrito no artigo do especialista político e militar Americano Stephen R. Mann,<sup>13</sup> no qual ele afirma que a democracia pode funcionar como um vírus auto-gerativo, que pode funcionar no sentido de reforçar muitas sociedades historicamente democráticas, mas que, por outro lado, pode destruir e imergir no caos as sociedades tradicionais que não têm preparação para ela. De maneira que a democracia é concebida como uma arma efetiva para criar o caos e para governar, desde o centro, as culturas do mundo que estão em estado de desintegração, emulando e instalando em todos os cantos os códigos democráticos. Pudemos ver nos últimos eventos, nos países árabes, como isso funciona. Após obter a fragmentação completa das sociedades em átomos individuais, começará uma segunda fase em que os próprios indivíduos serão divididos em partes e em novas combinações (genéticas, por exemplo), no sentido da criatividade pós-humana. Esta poderia ser descrita como pós-política e como o último horizonte do futurismo político.

### *Ideologicamente*

A tendência dos Estados Unidos é vincular à periferia a sua ideologia e política. Antigamente os EUA agiam tendo como base o realismo puro, ou seja, se os regimes eram a favor dos Estados Unidos, eles eram tolerados independentemente de seus princípios ideológicos, do que teríamos um exemplo claro no caso da Arábia Saudita. Portanto, havia alguma margem para um duplo padrão moral. Parece que recentemente os EUA estão tentando aprofundar a democracia, dando suporte às revoltas no Egito e na Tunísia, países cujos líderes políticos eram ao mesmo tempo ditadores corruptos e amigos dos EUA. O duplo padrão ideológico está perdendo lugar, ao passo que o aprofundamento da democracia tem progredido. O ponto culminante desse processo será alcançado no caso de uma provável revolta na Arábia Saudita, pois nesse momento a tendência de promoção da democracia em bases ideológicas, ainda que em circunstâncias políticas adversas, será testada.

## *Economicamente*

A economia americana é desafiada pelo crescimento chinês, pela questão energética e pela desproporção crítica entre o setor financeiro e o setor produtivo real. O crescimento excessivo das instituições financeiras americanas e a remoção da indústria têm criado uma descontinuidade entre a esfera monetária e a esfera do equilíbrio clássico do capitalismo entre a produção e a demanda. Essa foi uma das principais causas da crise financeira de 2008. A política econômica chinesa tenta reafirmar sua independência diante da estratégia americana, e isso pode se tornar novamente o principal fator de competição. A Rússia, o Irã, a Venezuela e alguns outros países relativamente independentes dos EUA têm controle de uma grande quantidade de recursos naturais, o que impõe um limite à influência americana. A economia da Comunidade Européia e o potencial econômico japonês representam os dois pólos de competição entre os parceiros estratégicos e militares dos EUA. Os Estados Unidos tentam resolver esses problemas usando instrumentos não somente econômicos, mas também políticos e, algumas vezes, o poder militar. Poderíamos interpretar nesse sentido a intrusão no Iraque ou no Afeganistão e a possível intervenção na Líbia, Irã e Síria, a promoção indireta da oposição na Rússia, Irã e China, e as tentativas de criar problemas com a Turquia e com o islamismo radical em geral. Na Europa, as metas são as mesmas, mas essas são apenas soluções técnicas. O principal desafio é organizar a economia pós-moderna, centrada nas finanças, com um crescimento assegurado que supere a disparidade cada vez maior entre o setor real e os instrumentos financeiros cuja lógica se torna cada vez mais autônoma.

Portanto, observamos, no centro do presente estado de Transição das questões mundiais, os Estados Unidos como ator principal e assimétrico. Esse ator representa a hiper-potência (H.Vidrine) e o seu campo geopolítico mais forte, que inclui todos os níveis vistos anteriormente e se estrutura em torno do Núcleo Americano, representando suas redes multi-niveladas. A questão pode ser levantada aqui: Há uma consciência plena por parte desse ator sobre suas ações e compreende ele bem o que obterá ao fim? Qual é o tipo de ordem que será obtida? As opiniões parecem estar divididas nesse ponto crucial: os *neocons* proclamam um novo século americano, sendo otimistas a respeito do futuro do império Americano e, ainda que em seu caso seja óbvio que eles tenham uma visão clara do futuro (futuro americano ou mais precisamente norte-americano), isso não significa que seja uma visão realista. Nesse caso, a Ordem Mundial será uma Ordem Imperial Americana baseada numa geopolítica unipolar. Ao menos teoricamente esse ponto de vista tem algo de positivo: é claro e honesto.

Os multilateralistas são mais cuidadosos e insistem na necessidade de convidar outras potências regionais para compartilhar com os EUA o ônus do império planetário. Somente sociedades similares aos Estados Unidos, obviamente, podem ser parceiras, de forma que o sucesso da promoção da democracia se torna aqui o cuidado essencial. Os multilateralistas agem não só em nome dos EUA, mas também em nome do Ocidente, considerado como algo universal. A imagem da ordem mundial futura é obscura, o destino da democracia global é nebulosa e não tão claramente definida como a imagem do Império Americano.

Ainda mais obscura é a versão extrema dos promotores da globalização acelerada. Essa versão poderia efetivamente demolir os Estados nacionais vigentes, mas, em alguns casos, o que ocorrerá será somente a abertura do caminho para forças muito mais arcaicas, locais, religiosas ou étnicas. Portanto, uma sociedade aberta em escala global é uma perspectiva tão fantástica, que é muito mais

fácil imaginar o caos completo e a guerra generalizada de todos contra todos.

Dessa forma, a imagem da Ordem Mundial futura difere dependendo do grupo de ideólogos americanos ou de quem toma a decisão. A estratégia mais consistente é ao mesmo tempo a mais etnocêntrica, abertamente imperialista e hegemônica: é a ordem mundial unipolar. As duas outras versões são muito mais incertas e turvas. Elas podem mesmo, até certo ponto, dar lugar à desordem mundial e são chamadas sumariamente de “não-polares” (R. Haass).

A Transição, em qualquer dos casos, é americanocêntrica por natureza e o campo geopolítico global é estruturado de maneira que os principais processos globais sejam moderados, orientados, dirigidos e algumas vezes controlados por esse único ator que executará sua tarefa sozinho ou com a assistência dos aliados ocidentais e essencialmente pró-americanos (ou ao menos pró-ocidente).

### *A Ordem Mundial de um ponto de vista não americano*

A perspectiva “americanocêntrica” descrita anteriormente, ainda que seja a tendência global mais importante e central, não é a única possível. Podem haver, como há, visões alternativas da arquitetura mundial que a serem levadas em consideração. Existem atores secundários e terciários que, no caso de sucesso da estratégia americana, sairiam inevitavelmente perdedores. Há países, Estados, povos, culturas que perderiam tudo e não ganhariam nada com a realização da estratégia norte-americana. Esses atores são múltiplos e heterogêneos e poderíamos agrupá-los em diferentes categorias.

A primeira categoria é composta por Estados nacionais mais ou menos bem sucedidos e que não se contentam em delegar sua independência a uma autoridade supranacional exterior, nem na forma de uma hegemonia norte-americana aberta, nem na forma de um governo mundial centralizado no ocidente, nem na dissolução caótica. Há vários desses países, a começar pela China, Rússia, Irã, Índia, incluindo aí muitos Estados sul-americanos e islâmicos. Não lhes agrada de forma alguma a Transição, pois temem, com boas razões, a perda inevitável de sua soberania. Portanto, eles estão inclinados tanto a resistir às principais tendências do campo geopolítico planetário centrado nos EUA como a adaptarem-se a ele de tal maneira, que fosse impossível evitar as conseqüências lógicas do sucesso da estratégia geral dos Estados Unidos, não importando aqui se a estratégia é imperialista ou globalista. O desejo de conservação da soberania representa a contradição natural e o ponto de resistência diante das tendências pró-americanas ou globalistas. Esses países dificilmente têm uma visão alternativa da futura Ordem Mundial; o que eles querem é preservar, sob a forma atual, o seu *status quo* de Estados nacionais e fazer ajustes ou se modernizarem, se for necessário. Entre os membros desse grupo de Estados nacionais há quatro tipos de atores:

1) Aqueles que tentam adaptar suas sociedades aos padrões ocidentais e manter relações amigáveis com o ocidente e com os EUA, mas no sentido de evitar a perda direta de soberania: Índia, Turquia, Brasil e, até certo ponto, a Rússia e o Cazaquistão.

2) Aqueles que estão dispostos à cooperar com os Estados Unidos sob a condição de não interferência em seus assuntos internos: Arábia Saudita, Paquistão, *etc.*

3) Aqueles que, ainda que cooperando com os EUA, observam estritamente as particularidades de suas sociedades, realizando um filtro permanente do que é e do que não é compatível, na cultura ocidental, com a sua própria cultura, ao mesmo tempo em que tentam usar os dividendos recebidos nessa cooperação para fortalecer a independência nacional, como a China.

4) E há aqueles que tentam oferecer oposição direta aos Estados Unidos rejeitando valores ocidentais, a unipolaridade e a hegemonia Americana: Irã, Venezuela e Coréia do Norte.

Todos esses grupos carecem de uma estratégia global alternativa que poderia ser simetricamente comparável à americana. Não há nem mesmo uma visão de futuro consensual ou clara. Todos agem por si mesmos e em seus próprios interesses, de forma que a diferença consiste somente no nível de radicalismo na rejeição da americanização. Poderíamos definir a posição desses países como reativa. Essa estratégia de oposição reativa, variando da rejeição à adaptação, é efetiva algumas vezes, outras vezes não é. No fim das contas, ela não fornece nenhum tipo de visão de futuro. A futura Ordem Mundial é considerada como uma conservação eterna do *status quo*, ou seja, modernidade, Estados-Nação, sistemas westfalianos, atual configuração da ONU, *etc.*

A segunda categoria de atores que rejeitam a Transição é formada por grupos subnacionais, movimentos e organizações que se opõem, como estruturas do campo geopolítico, ao americanismo por razões ideológicas, religiosas e/ou culturais. Esses grupos são muito diferentes entre si e variam em seus estados concretos. Em sua maioria são baseados em fé religiosa incompatível com a doutrina secular da americanização, ocidentalização ou globalização, mas alguns são motivados por doutrinas étnicas ou ideológicas (como no caso do socialismo ou comunismo); há ainda outros que agem tendo como base o regionalismo. O paradoxo é que, num ambiente de globalização que tem o objetivo de uniformizar todas as particularidades e identidades coletivas na base da identidade individual pura, esses atores subnacionais se tornam transnacionais, uma vez que as mesmas religiões e ideologias estão presentes em diferentes países e Estados nacionais. Portanto, nesses círculos seria possível encontrar alguma visão alternativa à Ordem Mundial futura e que poderia se opor à Transição e às suas estruturas.

Podemos resumir, grosso modo, as diferentes idéias dos mais importantes grupos subnacionais e transnacionais da seguinte forma:

1) A mais famosa idéia é a do mundo islâmico, que representa a utopia do Estado Mundial Islâmico (Califado Mundial). Esse projeto é oposto tanto à arquitetura americana como à dos Estados nacionais modernos. Bin Laden é o símbolo dessa tendência de idéias e a queda das torres gêmeas do World Trade Center, no 11 de setembro, é a prova da importância e da seriedade dessa rede.

2) Um outro projeto poderia ser definido como o plano neo-socialista representado pela esquerda sul-americana e, pessoalmente, por Hugo Chávez. Esse projeto é, grosso modo, uma nova edição da crítica marxista ao capitalismo fortalecida pelo sentimento nacionalista ou, em alguns casos, étnico (zapatistas, Bolívia). Alguns regimes árabes poderiam ser considerados da mesma linha (como a Líbia de Kaddhafi, até recentemente). A Ordem Mundial vindoura, nesse caso, é apresentada como uma revolução socialista global precedida por campanhas anti-americanas em cada país. Esse grupo identifica a Transição como a encarnação do imperialismo clássico criticado por Lênin.

3) O terceiro exemplo pode ser encontrado no Projeto Eurasiano, também conhecido como projeto multipolar ou dos “Grandes Espaços”, que propõe justamente um modelo alternativo ao da Ordem Mundial baseado no princípio das civilizações e de grandes espaços. Esse projeto pressupõe a criação de diferentes entidades políticas, estratégicas e econômicas transnacionais unidas pela comunidade de civilização e de seus valores principais, em alguns casos religiosos e, em alguns, seculares e culturais. Esses blocos seriam formados por Estados integrados que representariam os pólos do mundo multipolar. A União Européia poderia ser um exemplo formal disso. Teríamos

também a União Eurásiana (Projeto do Presidente N. Nazarbayev do Cazaquistão), a União Islâmica, a União Sul-Americana, a União Chinesa, a União Indiana, a União de todo o Pacífico, *etc.* O grande espaço Norte-Americano seria considerado como um dos vários pólos mais ou menos iguais, nada mais.

Poderíamos acrescentar outras teorias, mas elas são de menor escala.

Há, nas atuais condições, operando em diferentes níveis, um vácuo entre os Estados nacionais e os movimentos ideológicos mencionados anteriormente. Os Estados nacionais carecem de visão e os movimentos carecem de infraestrutura suficiente para colocar suas idéias em prática. Se imaginarmos que em algumas circunstâncias esse vácuo poderia ser preenchido, a alternativa à Transição (dado o peso estratégico, econômico e demográfico do mundo não ocidental) e às tendências centralizantes americana e ocidental obterá um contorno realista e poderá ser considerada seriamente como um plano conseqüente e teoricamente fundamentado de uma Ordem futura concreta.

---

<sup>13</sup> Stephen R. Mann. *Chaos Theory and Strategic Thought*. Parameters 2U3, Autumn, 1992.

# TRÊS PROJETOS DE PODER GLOBAL EM DISPUTA

Olavo de Carvalho

Palavras mudam de sentido, de peso e de valor conforme as situações de discurso. Ao entrar neste debate, devo esclarecer antes de tudo que não se trata de um debate de maneira alguma. A idéia mesma de debate pressupõe tanto uma simetria oposta entre os contendores, do ponto de vista das suas convicções, quanto alguma simetria direta dos seus respectivos estatutos sócio-profissionais: intelectuais discutem com intelectuais, políticos com políticos, educadores com educadores, pregadores da religião com pregadores do ateísmo, e assim por diante.

Quanto às convicções, se por esse termo entendemos tão-somente afirmações gerais sobre a estrutura da realidade, as minhas não diferem das do Prof. Dugin em muitos pontos essenciais. Ele crê em Deus? Eu também. Ele acha viável numa metafísica do absoluto? Eu também. Ele aposta num sentido da vida? Eu também. Ele entende as tradições, a pátria, a família como valores que devem ser preservados acima de supostas conveniências econômico-administrativas? Eu também. Ele vê com horror o projeto globalista dos Rockefellers e Soros? Eu também. Não há como articular um debate entre pessoas que estão de acordo.

Do ponto-de-vista das posições reais que ocupamos na sociedade, ao contrário, nossas diferenças são tantas, tão abissais e tão irreduzíveis que a proposta mesma de colocar-nos face a face é de uma incongruência um tanto cômica. Eu sou apenas um filósofo, escritor e professor empenhado na busca do que me parece ser a verdade e na educação de um círculo de pessoas que têm a amabilidade de prestar atenção ao que digo. Nem essas pessoas nem eu mesmo exercemos qualquer cargo público. Não temos nenhuma influência na política nacional, menos ainda mundial. Não temos sequer a ambição – muito menos um projeto explícito – de mudar o curso da História, seja ele qual for. Nossa única esperança é conhecer a realidade até a medida máxima das nossas forças e um dia deixar esta vida cientes de que não vivemos de ilusões e auto-enganos, não nos deixamos enganar e corromper pelo Príncipe deste Mundo nem pelas promessas dos ideólogos, servos dele.

Na hierarquia do poder vigente no meu país, minha opinião não conta para nada, exceto talvez como anti-exemplo e encarnação do mal absoluto, o que muito me satisfaz. No meu país de residência, o governo me considera, na mais hiperbólica das hipóteses, um excêntrico inofensivo. Nenhum partido político, movimento de massas, instituição governamental, igreja ou seita religiosa me tem na conta de seu mentor, de modo que posso opinar à vontade, e mudar de opinião quantas vezes bem me pareça, sem que isto tenha conseqüências práticas devastadoras para além da minha modesta esfera de existência pessoal.

Já o Prof. Dugin, filho de um oficial da KGB e mentor político de um homem que é a própria KGB encarnada, é o criador e orientador de um dos planos geopolíticos mais abrangentes e ambiciosos de todos os tempos – plano adotado e seguido o mais fielmente possível por uma nação que tem o maior exército do mundo, o mais eficiente e ousado serviço secreto e uma rede de alianças que se estende por quatro continentes. Dizer que o Prof. Dugin está no centro e no topo do poder é uma simples questão de realismo. Para realizar seus planos, ele conta com o braço armado de Vladimir Putin, os exércitos da Rússia e da China e todas as organizações terroristas do Oriente Médio, além de praticamente todos os movimentos esquerdistas, fascistas e neonazistas que hoje se colocam sob a

bandeira do seu projeto “Eurasiano”. Eu, além de não ter plano nenhum nem mesmo para a minha própria aposentadoria, conto apenas, em matéria de recursos bélicos, com o meu cachorro Big Mac e uma velha espingarda de caça.

Essa tremenda diferença existencial, que as fotos anexas ilustram, faz com que nossas opiniões, mesmo quando suas expressões verbais coincidem letra por letra, acabem significando coisas totalmente diversas no quadro de nossas metas respectivas. As respostas às perguntas que inspiram este debate mostrarão isso, espero, tão claramente quanto as fotos.



As perguntas são duas: quais são os atores em cena e qual a posição dos EUA no cenário?

Quanto à primeira pergunta: descontado o cristianismo católico e protestante, do qual falarei mais tarde, as forças históricas que hoje disputam o poder no mundo articulam-se em três projetos de dominação global, que vou denominar provisoriamente “russo-chinês”, “ocidental” (às vezes chamado erroneamente “anglo-americano”) e “islâmico”.

Cada um tem uma história bem documentada, mostrando suas origens remotas, as transformações que sofreu ao longo do tempo e o estado atual da sua implementação.

Os agentes que hoje os personificam são respectivamente:

1. A elite governante da Rússia e da China, especialmente os serviços secretos desses dois países.
2. A elite financeira ocidental, tal como representada especialmente no Clube Bilderberg, *no Council on Foreign Relations* (CFR) e na Comissão Trilateral.
3. A Fraternidade Islâmica, as lideranças religiosas de vários países islâmicos e também alguns governos de países muçulmanos.

Desses três agentes, só o primeiro pode ser concebido em termos estritamente geopolíticos, já que seus planos e ações correspondem a interesses nacionais e regionais bem definidos. O segundo, que está mais avançado na consecução de seus planos de governo mundial, coloca-se explicitamente acima de quaisquer interesses nacionais, inclusive os dos países onde se originou e que lhe servem de base de operações. No terceiro, eventuais conflitos de interesses entre os governos nacionais e o objetivo maior do Califado Universal acabam sempre resolvidos em favor deste último, que embora só exista atualmente como ideal tem sua autoridade simbólica fundada em mandamentos corânicos que nenhum governo islâmico ousaria contrariar de frente.

As concepções de poder global que esses três agentes se esforçam para realizar são muito

diferentes entre si porque brotam de inspirações ideológicas heterogêneas e às vezes incompatíveis.

Não se trata, portanto, de forças similares, de espécies do mesmo gênero. Não lutam pelos mesmos objetivos e, quando ocasionalmente recorrem às mesmas armas (por exemplo, a guerra econômica), fazem-no em contextos estratégicos diferentes, onde o emprego dessas armas não atende necessariamente aos mesmos objetivos.

Embora nominalmente as relações entre eles sejam de competição e disputa, às vezes até militar, existem imensas zonas de fusão e colaboração, ainda que móveis e cambiantes. Este fenômeno desorienta os observadores, produzindo toda sorte de interpretações deslocadas e fantasiosas, algumas sob a forma de “teorias da conspiração”, outras como contestações *soi disant* “realistas” e “científicas” dessas teorias.

Boa parte da nebulosidade do quadro mundial é produzida por um fator mais ou menos constante: cada um dos três agentes tende a interpretar nos seus próprios termos os planos e ações dos outros dois, em parte para fins de propaganda, em parte por genuína incompreensão.

As análises estratégicas de parte a parte refletem, cada uma, o viés ideológico que lhe é próprio. Ainda que tentando levar em conta a totalidade dos fatores disponíveis, o esquema russo-chinês privilegia o ponto de vista geopolítico e militar, o ocidental o ponto de vista econômico, o islâmico a disputa de religiões.

Essa diferença reflete, por sua vez, a composição sociológica das classes dominantes nas áreas geográficas respectivas:

1) Oriunda da *Nomenklatura* comunista, a classe dominante russo-chinesa compõe-se essencialmente de burocratas, agentes dos serviços de inteligência e oficiais militares.

2) O predomínio dos financistas e banqueiros internacionais no *establishment* ocidental é demasiado conhecido para que seja necessário insistir sobre isso.

3) Nos vários países do complexo islâmico, a autoridade do governante depende substancialmente da aprovação da *umma* – a comunidade multitudinária dos intérpretes categorizados da religião tradicional. Embora haja ali uma grande variedade de situações internas, não é exagerado descrever como teocrática a estrutura do poder dominante.

Assim, pela primeira vez na história do mundo, as três modalidades essenciais do poder – político-militar, econômico e religioso – se encontram personificadas em blocos supranacionais distintos, cada qual com seus planos de dominação mundial e seus modos de ação peculiares. Isso não quer dizer que cada um deles não atue em todos os *fronts*, mas apenas que suas respectivas visões históricas e estratégicas são delimitadas, em última instância, pela modalidade de poder que representam. Não é exagero dizer que o mundo de hoje é objeto de uma disputa entre militares, banqueiros e pregadores.

Embora nas discussões correntes esses três blocos sejam quase que invariavelmente designados pelos nomes de nações, Estados e governos, descrever a relação entre eles em termos de uma disputa entre nações ou interesses nacionais é um hábito residual da antiga geopolítica que não ajuda em nada a compreender a situação de hoje.

Só no caso russo-chinês o projeto globalista corresponde simetricamente aos interesses nacionais e os agentes principais são os respectivos Estados e governos. Isso acontece pela simples razão de que o regime comunista, vigorando ali por décadas, dissolveu ou eliminou todos os demais agentes possíveis. A elite globalista da Rússia e da China são os governos desses dois países.

Já a elite globalista do Ocidente não representa nenhum interesse nacional e não se identifica com nenhum Estado ou governo em particular, embora domine muitos deles. Ao contrário: quando seus interesses colidem com os das suas nações de origem (e isso acontece necessariamente), ela não hesita em voltar-se contra a própria pátria, subjugá-la e, se preciso, destruí-la.

Os globalistas islâmicos atendem, em princípio, a interesses gerais de todos os Estados muçulmanos, unidos no grande projeto do Califado Universal. Divergências produzidas por choques de interesses nacionais (como por exemplo entre o Irã e a Arábia Saudita) não têm sido suficientes para abrir feridas insanáveis na unidade do projeto islâmico de longo prazo. A Fraternidade Islâmica, condutora maior do processo, é uma organização transnacional: ela governa alguns países, em outros está na oposição, mas sua influência é onipresente no mundo islâmico.

A heterogeneidade e assimetria dos três blocos reflete-se na imagem que fazem uns dos outros, tal como transparece nos seus discursos de propaganda – um sistema de erros do qual se depreende a forte sugestão de que os destinos do mundo estão nas mãos de loucos delirantes:

1. A perspectiva russo-chinesa (hoje ampliada sob a forma do eurasismo, que será um dos tópicos deste debate) descreve o bloco ocidental como (a) uma expansão mundial do poder nacional americano; (b) a expressão materializada da ideologia liberal da “sociedade aberta” tal como propugnada eminentemente por Sir Karl Popper; (c) a encarnação viva da mentalidade materialista, cientificista e racionalista do Iluminismo e, portanto, a inimiga por excelência de toda espiritualidade tradicional.

2. O globalismo ocidental declara não ter outros inimigos senão “o terrorismo”, que ele não identifica de maneira alguma com o bloco islâmico, mas descreve como resíduo de crenças bárbaras em vias de extinção, e “o fundamentalismo”, noção em que se misturam indistintamente os portavozes ideológicos do terrorismo islâmico e a “direita cristã”, como se esta fosse aliada daquele e não uma de suas principais vítimas (de modo que o medo do terrorismo islâmico é usado como pretexto para justificar o boicote oficial à religião cristã na Europa e nos EUA!). A Rússia e a China não são apresentadas jamais como possíveis agressoras, mas como aliadas do Ocidente, a China na pior das hipóteses como concorrente comercial. Em suma: a ideologia do globalismo ocidental fala como se já personificasse um consenso universal estabelecido, só hostilizado por grupos marginais e religiosos um tanto insanos.

3. O bloco islâmico descreve o seu inimigo ocidental em termos que só revelam sua disposição de odiá-lo *per fas et per nefas*, já que ora o apresenta como herdeiro dos antigos cruzados, ora como personificação do materialismo e do hedonismo modernos. A generosa colaboração da Rússia e da China com os grupos terroristas é decerto a razão pela qual esses dois países são como que inexistentes no discurso ideológico islâmico. Contornam-se com isso incompatibilidades teóricas insanáveis. Alguns teóricos do Califado alegam que o socialismo, uma vez vitorioso no mundo, precisará de uma alma, e o Islam lhe dará uma.

Na mesma medida em que cultiva uma imagem falsa de seus concorrentes, cada um dos blocos projeta também uma imagem falsa de si mesmo. Deixando de lado, por enquanto, as fantasias projetivas islâmicas e ocidentais, vejamos as russo-chinesas.

O bloco russo-chinês apresenta-se como aliado dos EUA na “luta contra o terrorismo”, ao mesmo tempo que fornece armas e toda sorte de ajuda a praticamente todas as organizações terroristas do mundo e aos regimes anti-americanos do Irã, da Venezuela, etc., e espalha, até por meio de altos

funcionários, a lenda de que o atentado ao World Trade Center foi obra do governo americano.<sup>14</sup>

A Rússia queixa-se de ter sido “corrompida” pelas reformas liberais de Boris Yeltsin, de inspiração americana, como se antes delas vivesse num templo de pureza e não na podridão sem fim do regime comunista. O governo soviético, convém lembrar, viveu essencialmente do roubo e da extorsão por sessenta anos, sem jamais ter de prestar contas, e corrompeu a população mediante o hábito institucionalizado das propinas, das trocas de favores, do tráfico de influência, sem os quais a máquina estatal simplesmente não funcionava.<sup>15</sup> Quando seus bens foram rateados após a dissolução oficial do regime, os beneficiados foram os próprios membros da *nomenklatura*, que se transformaram em bilionários da noite para o dia, sem cortar os laços que os uniam ao velho aparato estatal, especialmente à KGB (“não existe isso de ex-KGB”, confessou Vladimir Putin).

Imaginem o que teria acontecido na Alemanha após a Segunda Guerra se os vencedores, em vez de perseguir e castigar os próceres do antigo regime, os tivessem premiado com o acesso aos bens do Estado nazista. Foi exatamente o que aconteceu na Rússia: tão logo dissolvida oficialmente a URSS, seus agentes de influência na Europa e nos EUA se mobilizaram numa bem sucedida operação para bloquear toda investigação dos crimes soviéticos.<sup>16</sup> Ninguém foi punido pelo assassinato de pelo menos dezenas de milhões de civis e pela criação da mais eficiente máquina de terror estatal que a humanidade já conheceu. Ao contrário: o caos e a corrupção que se seguiram ao desmantelamento do Estado soviético não foram causados pelo novo sistema de livre empresa, mas pelo fato de que os primeiros a beneficiar-se dele foram os senhores do antigo regime, uma horda de ladrões e assassinos como jamais se viu em qualquer país civilizado.

Mais ainda. Ao choramingar que foi corrompida pelo capitalismo americano, a Rússia esquece que foi ela que o corrompeu. Desde a década de 30, o governo Stálin, consciente de que a força da América residia “no seu patriotismo, na sua consciência ética e na sua religião” (*sic*), desencadeou uma gigantesca operação destinada, nas palavras do seu executor principal, Willi Münzenberg, a “corromper o Ocidente de tal modo que ele vai acabar fedendo”. Compra de consciências, envolvimento de altos funcionários em espionagem e negócios escusos, intensas campanhas de propaganda para debilitar as crenças morais da população e infiltração generalizada no sistema educacional acabaram por dar resultados sobretudo a partir da década de 60, modificando radicalmente a sociedade americana ao ponto de torná-la irreconhecível.

Foi também a ação soviética que deu dimensões planetárias ao tráfico de drogas, desde os anos 50. A história está bem documentada em *Red Cocaine: The Drugging of America and the West*, de Joseph D. Douglass. Quando a Rússia choraminga que após a queda do comunismo foi invadida pela cultura das drogas, ela colhe apenas o que semeou.

Nada dessa vasta ação corruptora é coisa do passado. Hoje em dia há mais agentes russos nos EUA do que no tempo da Guerra Fria.<sup>17</sup>

A China, bem alimentada por investimentos americanos, dá provas de que a aparente liberalização da sua economia foi apenas uma fachada para a manutenção do regime totalitário, cada vez mais sólido e aparentemente indestrutível.

Quanto à posição dos EUA no quadro mundial, vejamos primeiro como o Prof. Dugin a descreve e depois como ela é na realidade.

Segundo a doutrina eurásiana, os EUA definem-se como a encarnação por excelência do *globalismo liberal*.<sup>18</sup> O liberalismo tal como o Prof. Dugin o enxerga no rosto da América é, em essência, o da

“sociedade aberta” propugnada por Sir Karl Popper.

Eis como o Prof. Dugin resume a idéia liberal:

Para compreender a coerência filosófica da ideologia nacional-bolchevique... é absolutamente necessário ler o livro fundamental de Karl Popper, *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*...

Popper desenvolveu uma tipologia fundamental para o nosso assunto. Segundo ele, a história da humanidade e a história das idéias se dividem em duas metades (desiguais, aliás). De um lado, há os partidários da ‘sociedade aberta’, que representa a seu ver a forma de existência normal dos indivíduos racionais (assim são para ele todos os homens) que baseiam sua conduta no cálculo e na vontade pessoal supostamente livre. O conjunto de tais indivíduos deve logicamente formar a ‘sociedade aberta’, essencialmente ‘não totalitária’, dado que nela falta qualquer idéia unificadora ou sistema de valores de caráter coletivista, supra-individual ou não-individual. A ‘sociedade aberta’ é aberta precisamente pela razão de que ela ignora todas as ‘teleologias’, todos os ‘absolutos’, todas as diferenças tipológicas estabelecidas, portanto ignora todos os limites que emanam do domínio não-individual e não-racional (supra-racional, aracional ou irracional, este ultimo termo sendo mais freqüente em Popper).

Do outro lado há o campo ideológico dos ‘inimigos da sociedade aberta’, onde Popper inclui Heráclito, Platão, Aristóteles, os escolásticos, assim como a filosofia alemã de Schlegel, de Fichte e sobretudo de Hegel e Marx. Karl Popper... mostra a unidade essencial de suas abordagens e discerne a estrutura da sua *Weltanschauung* comum, cujos traços característicos são a negação do valor intrínseco do indivíduo, donde decorre o desprezo pelo racionalismo autônomo, e a tendência à submissão do indivíduo e de sua razão aos valores ‘não-individuais e não-racionais’, o que desemboca sempre e fatalmente, segundo Popper, na apologia da ditadura e do totalitarismo políticos. (...)

Os nacional-bolcheviques... aceitam absolutamente e sem reservas a visão dualista de Popper e estão totalmente de acordo com a sua classificação. Mas, em contrapartida, consideram-se eles próprios os inimigos convictos da ‘sociedade aberta’... Eles rejeitam de uma maneira absoluta a ‘sociedade aberta’ e seus fundamentos filosóficos, isto é, o primado do indivíduo, o valor do pensamento racional, o liberalismo social progressivo, a democracia igualitarista numérica atômica, a crítica livre, a *Weltanschauung* cartesiano-kantiana...<sup>19</sup>

Agora, o globalismo:

Hoje em dia, é evidente que o Estado Mundial concebido como um Mercado Mundial não é uma perspectiva longínqua ou quimérica, porque aquela doutrina liberal [*de Karl Popper*] vem se tornando pouco a pouco a idéia governante da nossa civilização. E isso pressupõe a destruição final das nações enquanto vestígios da época passada, enquanto último obstáculo à expansão irresistível do mundialismo... A doutrina mundialista é a expressão perfeita e acabada do modelo da ‘sociedade aberta’.<sup>20</sup>

Globalismo liberal é, portanto, o projeto em curso que visa a implantar em todo o mundo o modelo da “sociedade aberta” popperiana, destruindo no caminho, necessariamente, as soberanias nacionais e todo princípio metafísico ou moral que se pretenda superior à racionalidade individual. É o fim das nações e de toda espiritualidade tradicional, as primeiras substituídas por uma administração mundial científico-tecnocrática, a segunda pela mescla de cientificismo, materialismo e subjetivismo relativista que inspira as elites globalistas do Ocidente.

Sendo os EUA o principal foco irradiador desse projeto, e a Rússia o principal foco de resistência (por motivos que veremos mais tarde), o choque é inevitável:

The main thesis of the neo-Eurasianism is that the struggle between Russia and the United States is inevitable, since the United States is the engine of globalization seeking to destroy Russia, the fortress of spirituality and tradition.<sup>21</sup>

Fiz questão de reproduzir com certo detalhe a opinião do meu oponente porque, embora não a considere falsa no que diz respeito à mentalidade das elites globalistas, realmente inspiradas em ideais popperianos, posso provar sem grande margem de erro que:

1) A descrição não se aplica de maneira alguma aos EUA, nação onde o popperianismo é um enxerto recente, sem raízes locais e totalmente hostil às tradições americanas.

2) Os EUA não são o centro de comando do projeto globalista, mas, ao contrário, sua vítima prioritária, marcada para morrer.

3) A elite globalista não é inimiga da Rússia, da China ou dos países islâmicos virtualmente associados ao projeto eurasiático, mas, ao contrário, sua colaboradora e cúmplice no empenho de destruir a soberania, o poderio político-militar e a economia dos EUA.

4) Longe de favorecer o capitalismo de livre-empresa, o projeto globalista tem dado mão forte a políticas estatistas e controladoras por toda parte, não diferindo, nisso, do intervencionismo propugnado pelos eurasiáticos. O globalismo só é “liberal” no sentido local que o termo tem nos EUA como sinônimo de “esquerdistas”. O projeto globalista é herdeiro direto e continuador do socialismo fabiano, tradicional aliado dos comunistas. A própria ideologia popperiana não é liberal-capitalista, no sentido do liberalismo clássico, mas, antes de tudo, “uma abordagem experimental da engenharia social”.<sup>22</sup>

5) O eurasiatismo se volta contra a “sociedade aberta” popperiana enquanto modelo ideológico abstrato, mas como ao mesmo tempo o eurasiatismo por seu lado não é só um modelo ideológico abstrato e sim uma estratégia geopolítica, é claro que ele atira na ideologia popperiana para acertar, por trás dela, um poder nacional determinado, o dos EUA, que nada têm a ver com a ideologia popperiana e dela só pode esperar o mal. Pior: o nacionalismo americano é a uma poderosa resistência cristã às ambições globalistas que vêm tentando se apossar do país para destruí-lo como potência autônoma e usá-lo como instrumento de seus próprios planos essencialmente antinacionais. A destruição do poder americano removerá do caminho o último obstáculo ponderável à instauração do governo mundial. Aí só restará a partilha dos despojos entre os três esquemas globalistas: ocidental, russo-chinês e islâmico.

6) A Rússia não é de maneira alguma a “fortaleza da espiritualidade e da tradição”, incumbida por mandato celeste de castigar, na pele dos EUA, os pecados do Ocidente materialista e imoral. É, hoje como no tempo de Stálin, um antro de corrupção e maldade como jamais se viu, empenhado, como anunciou a profecia de Fátima, em espalhar os seus erros pelo mundo. Observe-se que essa profecia nunca se referiu ao comunismo em especial, mas aos “erros da Rússia” de modo genérico, e anunciou que a disseminação desses erros, com todo o cortejo de desgraças e sofrimentos que acarretava, só cessaria caso o Papa e todos os bispos católicos do mundo realizassem o rito de consagração da Rússia. Como esse rito jamais foi realizado, não existe a menor razão para não enxergar no projeto eurasiático uma segunda onda e um *upgrade* dos “erros da Rússia”, o anúncio de uma catástrofe de proporções incalculáveis.

7) Se hoje a Rússia, pela boca do Prof. Dugin, se apresenta ao mundo como portadora da grande mensagem espiritual salvadora, é preciso lembrar que ela já o fez duas vezes:

(a) No século XIX todos os pensadores da linha eslavófila, como Dostoiévski, Soloviev e Leontiev, enxergavam o Ocidente como a fonte de todos os males, e anunciavam que no século seguinte a Rússia iria ensinar ao mundo “o verdadeiro cristianismo”. O que se viu foi que toda essa arrogância espiritual foi impotente para deter o avanço do materialismo comunista na própria Rússia.

(b) O comunismo russo prometeu trazer ao mundo uma era de paz, prosperidade e liberdade acima dos mais belos sonhos das gerações passadas. Tudo o que conseguiu fazer foi criar um inferno totalitário que nem Átila ou Gengis-Khan poderiam ter vislumbrado em pesadelo.

Seria ótimo se cada país aprendesse a curar seus próprios males antes de se fazer de salvador da humanidade. A Rússia de Alexandre Dugin parece ter tirado de seus crimes e fracassos a lição oposta.

14 V. meu artigo “Sugestão aos bem-pensantes: internem-se”, *Diário do Comércio*, 30 de janeiro de 2002, <http://www.olavodecarvalho.org/semana/060130dc.htm>.

15 V. Konstantin Simis, URSS: *The Corrupt Society: The Secret World of Soviet Capitalism*, New York, Simon & Schuster, 1982, e Alena V. Ledeneva, *Russia's Economy of Favours*, Cambridge University Press, 1998.

16 V. Vladimir Boukovski, *Jugement à Moscou*.

17 V. <http://www.foxnews.com/us/2010/07/04/painting-town-red-russian-spiesreport-says/>

18 Os dois elementos que essa definição funde numa unidade não têm a mesma origem, nem nasceram solidários um com o outro. Os primeiros movimentos liberais do século XIX, vindo no bojo dos movimentos de independência voltados contra as potências coloniais, eram acentuadamente nacionalistas, e os primeiros projetos de governo global que apareceram no começo do século XX inspiravam-se em idéias notoriamente intervencionistas e estatistas.

19 Alexandre Douguine, “La métaphysique du national-bolchevisme”, em *Le Prophète de l'Eurasisme*, Paris, Avatar Éditions, 2006, pp. 131-133.

20 Id., p. 138.

21 Vadim Volovoj, “Will the prediction of A. Dugin come true?”, em *Geopolitika*, 11 ou. 2008, <http://www.geopolitika.lt/?artc=2825>.

22 Ed Evans, “Do you really know this person?”, em <http://itmakessenseblog.com/tag/karl-popper/>.



# RÉPLICAS E TRÉPLICAS



# O OCIDENTE CONTRA O RESTO

Alexandre Dugin

Em resposta ao interessante e relevante texto do Prof. Carvalho, eu gostaria de enfatizar alguns pontos importantes:

## *O individualismo e o holismo*

Em primeiro lugar, parece claro para mim que nossa discussão (caso o termo “debate” não caiba aqui, como o apontou exatamente o Prof. Carvalho) é algo mais que a troca de opiniões entre indivíduos isolados. Há algo muito simbólico na ênfase de certa assimetria em nossas mútuas posições, apontada pelo Prof. Carvalho no início de seu texto introdutório. Descrevendo essa assimetria, ele se define como uma *individualidade pura* que pode falar somente em seu nome, expressando seu ponto de vista altamente pessoal. Ele não fala em nome de nada mais além de si mesmo: ele quer salientar esse ponto desde o princípio. Ao mesmo tempo, ele tenta construir a imagem oposta da minha pessoa, sublinhando o fato da minha participação em círculos políticos, públicos e científicos e meu envolvimento na política concreta, em processos decisórios e na luta ideológica. Parece uma observação correta, mas ela tem uma dimensão menos evidente. Ao falar assim, o Prof. Olavo de Carvalho dirige nossa atenção às diferenças existentes entre as civilizações ocidental e russa (eurasiana). A base metafísica do Ocidente é o individualismo. O sociólogo francês Louis Dumont, em suas obras – *Essai sur l’individualism*,<sup>23</sup> *Homo Aequalis I*<sup>24</sup> e *Homo Aequalis II*<sup>25</sup> –, descreveu com clareza suficiente a natureza individualista da sociedade ocidental e da Civilização Ocidental da Idade Média até o presente. Portanto, acentuando posições puramente pessoais em nosso debate, o Prof. Olavo de Carvalho está agindo de acordo com o modo mais geral e “coletivista”, refletindo a particularidade social da cultura ocidental e seu sistema de valores. Para o homem ocidental uma declaração de individualismo é algo natural (socialmente definido) e, sendo coisa “natural”, é social e, portanto, mais do que individualista. Em outras palavras, o individualismo é uma característica comum do Ocidente. Há, portanto, pouco de “individual” no *individualismo*; é deveras um estereótipo.

O mesmo estereótipo é claramente visto na projeção da identidade oposta nos representantes da sociedade russa (eurasiana). Essa identidade *deveria ser* coletivista *a priori*, manifestando características holísticas ou totalitárias (no caso de atitudes pejorativas). E o Prof. Carvalho facilmente encontra confirmação de tal projeção nos detalhes biográficos de seu opositor. Portanto, o contexto está bem definido e a foto dos dois lados dá a isso uma expressão mais visual. O “caçador” vs. o “soldado”; o “homem solitário” vs. o “homem coletivo”; o “Ocidente” contra o “Resto”.

Eu aceito isso completamente e reconheço o fato de que a individuação russa (eurasiana) consiste no desejo de manifestar algo mais geral que nossas características individuais. Portanto, ser uma entidade coletiva (o termo russo *sobornost* caberia melhor aqui) para mim é deveras uma honra. Quanto mais holística for minha posição, melhor.

Isso é precisamente a dimensão simbólica que foi mencionada anteriormente. No debate entre duas personalidades há duas estruturas massivas de diferentes civilizações, de diferentes sistemas de valores que afrontam um ao outro através de nós. O individualismo ocidental confronta o holismo

russo (eurasiano).

É necessário aqui precisar algo: segundo entendo, a sociedade brasileira – e sua cultura – não é completamente ocidental ou individualista. Há nela várias características coletivistas e holísticas. Portanto, a América Latina, e o Brasil em particular, tem algumas diferenças sociais e culturais em relação às sociedades e culturas europeias ou norte-americanas. No caso do Prof. Carvalho, o fato de que ele viva nos EUA tem um papel importante. Não digo sua residência geográfica, mas sua identificação cultural. Isso é confirmado pelos textos do Prof. Carvalho que pude ler. Eles testemunham sua adesão à tradição norte-americana (em sua versão “tradicionalista” ou “de direita”) e sua distância das principais características da atitude cultural crítica brasileira para com os Estados Unidos. Estando politicamente à direita, eu suponho que o Prof. Carvalho repreenda o “esquerdismo” latino e brasileiro. Minha simpatia nesse caso está do lado da América Latina. Sendo eu um crítico dos EUA e da Civilização Ocidental como um todo, eu encontro características eurásianas nas sociedades da América Central e do Sul. Portanto, de certa forma, eu sou muito mais pró-Brasil do que o Prof. Carvalho, o “brasileiro puro” que defende certos aspectos (conservadores) dos EUA e o Ocidente como um todo.

Tendo enfatizado esse ponto, podemos seguir aos outros argumentos do Prof. Carvalho.

### *Três projetos globais*

Consideremos primeiramente os três projetos de dominação global descritos por ele. Ainda que eu não esteja convencido de que eles dêem uma visão correta das principais tendências do mundo contemporâneo, posso reconhecer algumas características realistas nesse quadro. O Prof. Carvalho descreve-os explicitamente assim:

Os agentes que hoje os personificam são respectivamente:

1. A elite governante da Rússia e da China, especialmente os serviços secretos desses dois países.
2. A elite financeira ocidental, tal como representada especialmente no Clube Bilderberg, no *Council on Foreign Relations* (CFR) e na Comissão Trilateral.
3. A Fraternidade Islâmica, as lideranças religiosas de vários países islâmicos e também alguns governos de países muçulmanos.

Adiante em sua exposição, o Prof. Carvalho indica que os três projetos globais refletem três armas globais – o poder militar, a economia de mercado e o forte credo religioso (fundamentalismo). Podemos facilmente notar que essa estrutura hipotética, consistindo de três poderes principais, representa as três funções clássicas da sociedade tradicional: os sacerdotes religiosos (brâmanes), os guerreiros (chátrias) e os comerciantes (vaixás). Aceitando essa visão, poderíamos avaliar os três poderes de diferentes maneiras. Para os materialistas e pacifistas seria preferível a sociedade do capitalismo de mercado ocidental (dos EUA e seus aliados). Mas esse não é o caso para aqueles que defendem outro conjunto de valores – espirituais ou imateriais. A “*ordem do Dinheiro*” (segundo a visão de Jaques Attali)<sup>26</sup> pode ser confrontada pela “*ordem da Força*” ou pela “*ordem do Espírito*”. A globalização atual é essencialmente baseada na ordem econômica e representa o mundo futuro como o mercado global onde “a história chegou ao fim” (F. Fukuyama<sup>27</sup>). Portanto, a luta entre o “militarismo russo-chinês” e a “Irmandade Muçulmana” contra o Ocidente, os EUA e a globalização é um caso justo e bom, que deveria ser apoiado por todos os cidadãos do mundo. Isso rejeita o império supermaterialista, o consumo frenético e a hegemonia norte-americana. A ordem dos guerreiros e dos

sacerdotes, para mim pessoalmente (e implicitamente para a maioria dos povos eurásianos), é muito melhor que a ordem dos comerciantes. Mais do que isso, eu sugeriria a aliança entre o “militarismo russo-chinês” e a “Irmandade Muçulmana” na luta comum para a derrocada da Ordem Mundial Americana e para encerrar a globalização e o “modo de vida americano”.

Assim, nos termos do Prof. Olavo de Carvalho, todo tradicionalista conseqüente deveria estar do lado dos eurásianos e dos muçulmanos contra o declínio materialista e capitalista das castas. O Prof. Olavo de Carvalho reconheceu o fato de que a elite financeira está concentrada em algumas organizações globais, tais quais o Clube Bilderberg, o Conselho das Relações Exteriores e a Comissão Trilateral, que servem de quartel general do capitalismo e do imperialismo norte americano. Portanto, temos um inimigo real diante de nós que deveria ser atacado.

Se considerarmos que a circunstância do processo de globalização é muito mais poderosa agora que as duas outras forças, e que o poder dos EUA é quase imbatível, chegamos precisamente à conclusão de que o projeto globalista é muito mais perigoso e realista do que os dois outros projetos. Então, estamos lidando não com três tendências mais ou menos equivalentes, mas apenas com uma, que prevalece e domina absolutamente em relação às outras duas que tentam desafiá-la (de forma bem-sucedida ou não). Em tal situação a questão é colocada da seguinte forma: deveríamos aceitar o domínio da elite financeira e global como algo inevitável e nos resignarmos a lutar por qualquer alternativa somente porque não gostamos dos projetos eurásiano e islâmico? Seria bom se pudéssemos imaginar alguma outra doutrina como alternativa, mas não é fácil.

Então, temos o curso principal das coisas (a criação do Mundo Uno, do Governo Mundial e a oligarquia financeira global dominante) e temos a possível oposição, uma versão mais impressionante e mais articulada do que são o militarismo nacional russo-chinês e o fundamentalismo islâmico. A escolha é clara para todo aquele que for convidado a fazê-la por si mesmo.

Parece que a América Latina está inclinada a escolher a alternativa que se aproxima cada vez mais do campo eurásiano e árabe. O Prof. Olavo de Carvalho não reconhece o neo-socialismo com fortes características étnicas explicitamente presente na América Latina como uma tendência central, e essa é a diferença entre nossas abordagens, mas isso não é crucial. Poderíamos incluir, de forma aproximada, essa tendência neo-socialista latino-americana no campo do militarismo eurásiano e do fundamentalismo islâmico. Chegamos então ao ponto do Choque de Civilizações que se tornou famoso com S. Huntington.<sup>28</sup> *O Ocidente contra o Resto*. Isso representa (nos termos do Prof. Olavo de Carvalho) a elite financeira ocidental contra os eurásianos e islamistas assim como contra qualquer outra instância que rejeite a hegemonia americana e a absoluta predominância do livre mercado, dos direitos humanos, do liberalismo, do individualismo e dos padrões da democracia parlamentar.

Portanto, operando com o *mapa mundi* proposto pelo Prof. Olavo de Carvalho, reconheço que eu preferiria tomar uma posição conscientemente no campo do “militarismo eurásiano ou russo-chinês” acompanhado com grande simpatia pelo mundo do movimento islâmico anti-ocidental (ainda que eu seja um cristão ortodoxo e não compartilhe de seus pontos de vista teológicos). A descrição crítica e pejorativa do Prof. Olavo de Carvalho sobre o projeto russo-chinês e o islâmico me faz sugerir que a escolha dele é muito diferente e oposta à minha. Se permanecermos nos limites do *mapa mundi* proposto por ele, a única solução lógica é a escolha do Ocidente Global e a hegemonia da elite financeira ocidental.

Se há somente três forças (é o Prof. Olavo de Carvalho que o afirma, não eu), a escolha realista deveria ser feita aceitando-se uma delas como uma posição. Mas esse ponto não é claramente afirmado pelo texto do Prof. Olavo de Carvalho. Vemos que ele odeia o estatismo russo-chinês e o fundamentalismo islâmico. É explícito. Diante desse ponto de vista, aguardaremos o seu próximo passo – a defesa do Ocidente. Mas algumas afirmações do Prof. Olavo de Carvalho indicam que não é assim. Ele trata a globalização ocidental também nos mesmos termos críticos. Então, ficamos perplexos e esperamos que ele deixe esse ponto claro no futuro.

Poderíamos sugerir, teoricamente, que ele é contra todo tipo de projeto global sob qualquer forma, odiando todos os cenários de visão e práxis globalista. Se for o caso, ele deveria atacar primeiramente o mais pesado, sério e impressionante deles – a hegemonia americana, o mundo unipolar e o domínio da elite financeira. É a primeira e mais poderosa tendência – muito mais efetiva que as duas outras. Mas o Prof. Carvalho vive nos EUA e seu texto introdutório ataca ferozmente o eurasianismo e o fundamentalismo islâmico antes de tudo mais. Então, sua posição permanece intrigante e enigmática. Pela maneira que ele discute, parece um claro passo estilístico – de maneira que, ficando intrigados como eu, os observadores seguiriam o discurso com mais atenção. Os pecados da KGB, do Partido Comunista e da Al-Qaeda são suficientemente expostos pelo Prof.; mas e quanto à CIA, o Clube Bilderberg, o Pentágono, os *neocons*, o Projeto para um Novo Século Americano (PNAC), a infantaria imperial, Hiroshima e Nagasaki, a ocupação do Iraque e do Afeganistão e o bombardeio da Sérvia?

### *A validade da geopolítica clássica*

Segundo ponto. O Prof. Carvalho afirma:

Embora nas discussões correntes esses três blocos sejam quase que invariavelmente designados pelos nomes de nações, Estados e governos, descrever a relação entre eles em termos de uma disputa entre nações ou interesses nacionais é um hábito residual da antiga geopolítica que não ajuda em nada a compreender a situação de hoje.

Eu não posso concordar com a seguinte afirmação: “é um hábito residual da antiga geopolítica que não ajuda em nada a compreender a situação de hoje”. Estou convencido de que a análise geopolítica clássica ainda é relevante e, de fato, nos ajuda a “entender a situação presente”. Tanto o poder global americano moderno (e pós-moderno também) quanto seus aliados na Europa e alhures manifestaram-se desde os últimos séculos até os dias de hoje como a encarnação direta do Poder Marítimo tal qual exposto por Halford Mackinder,<sup>29</sup> Nicholas J. Spykmen,<sup>30</sup> K. Haushofer<sup>31</sup> e todos os outros pensadores e analistas geopolíticos. A hegemonia global americana é geográfica, estratégica e – o que é mais importante – sociologicamente pura “talassocracia”, a manifestação clássica da Cartago eterna, que se tornou um fenômeno mundial. A localização Atlântica do cerne do mundo global (o Norte rico), a essência capitalista de seu domínio, a inovadora tecnologia material como base da conquista das colônias, o controle estratégico dos mares e oceanos com as forças da armada Americana (NAVY) – todas essas características da unipolaridade e da globalização nos dias atuais (algumas vezes apresentada em versão suave, ou seja, multilateralismo) são características clássicas do Poder Marítimo. E o Poder Marítimo está em permanente diligência contra a Zona Cardial (*Heartland*), estando em seu caminho direto para a dominação mundial.

Por isso é que a velha análise geopolítica é altamente relevante. Ela reflete perfeitamente as metas de implementação do sistema talassocrático mundial.

Se observarmos os mais importantes projetos opostos à globalização (descritos pelo Prof. Olavo

de Carvalho), veremos a outra metade do mapa geopolítico clássico de Mackinder. O que são a Rússia e a China geopoliticamente? Juntas, elas formam a Eurásia em sua completude: a Região Cardial (*Heartland*), os dois maiores espaços continentais. Estamos então lidando com a “telurocracia” em sua essência. A geopolítica permite a visualização tanto da esfera politico-geográfica como da esfera sociológica. Faz uma síntese dos poderes políticos, fronteiras e “*les dispositifs*”, por um lado, e, por outro, nos traz um sistema de valores culturais e sociais. Portanto, a telurocracia, o paradigma da Roma, é simultaneamente uma estratégia de tipo continental e uma civilização. Portanto, a hostilidade entre “EUA-unipolaridade-globalização financeira-oligarquia-modernização-capitalismo” e “Rússia-China-militarismo-soberania da sociedade tradicional de Estado-cripto socialismo” é perfeitamente geopolítica.

Qual é o lugar do Islã na visão geopolítica clássica? Ele corresponde à chamada Zona Marginal (*Rimland*) ou, mais precisamente, à grande extensão da Marginal Crescente (*Rimland*) que vai do Magreb até o Oriente Médio, à Ásia Central e se estende às sociedades islâmicas do Pacífico. A natureza geopolítica do Islã dá abertura para duas opções: Poder Marítimo ou Poder Terrestre, talassocracia ou telurocracia. O Islã radical rejeita o Ocidente, os EUA, a globalização e, conseqüentemente, a talassocracia é logicamente inclinada a se aliar com o Poder Terrestre. Mas essa zona como um todo pode opcionalmente tomar outra decisão, preferindo a aliança com o Ocidente (como alguns regimes árabes)

O equilíbrio entre talassocracia e telurocracia atualmente está a favor do primeiro. Portanto, a situação presente pode ser corretamente avaliada nos clássicos (antigos) termos geopolíticos. O Poder Marítimo lutando pelo controle da Zona Cardial (*Heartland*) para dominar o mundo (impondo em todos os lugares seus padrões e valores individualistas, de mercado e de direitos humanos) está em confronto com as forças eurásianas (Rússia-China) e seus aliados temporários (islamistas, anti-colonialistas latino-americanos, neo-socialistas, “independentistas” e assim por diante).

### *A heresia da “sociedade aberta” e os crimes americanos*

Adiante, no próximo ponto, o Prof. Olavo de Carvalho aponta que a análise eurásiana da sociedade americana está errada, no que diz respeito à identificação de sua essência com o conceito de “sociedade aberta” de Karl Popper.<sup>32</sup> Pelo que sei, na década de 90 os conceitos de Popper foram muito relevantes na análise dos principais valores da civilização européia e ocidental. Ademais, eu li centenas de sociólogos e filósofos ocidentais que deram uma descrição diferente dos valores ocidentais básicos, mas o fato é que o profundo individualismo é a sua principal característica (especialmente na modernidade). Essa é a opinião de Max Weber ou do excelente sociólogo francês Louis Dumont, já mencionado. Eu poderia aceitar o fato de que Popper como tal só é estimado pelo Sr. Soros e pelos membros do CFR, mas isso não é pouco. A elite, que compreende a essência dos valores, não pode ser muito grande. Mas eu não insisto em Popper. A questão é que o Ocidente é individualista. O Oriente, ao contrário, é holístico. A sociedade eurásiana é uma sociedade holística. Se houver quaisquer outros movimentos holísticos ou culturais, eles deveriam ser logicamente aliados do Eurasianismo. Os tradicionalistas ocidentais (R. Guénon,<sup>33</sup> por exemplo) estavam do lado do Oriente. J. Evola foi partidário da Tradição Ocidental, mas esteve em oposição absoluta à Modernidade e aos EUA.<sup>34</sup>

Talvez haja uma outra América, mas, em geral, isso não muda nada. Uma outra América, que não seja aquela do CFR, dos *neocons* e da “Cartago Mundial” é virtual. A América real todos conhecemos bem.

Outra tese do Prof. Carvalho que para mim soa um pouco estranha:

A elite globalista não é inimiga da Rússia, da China ou dos países islâmicos virtualmente associados ao projeto eurasiático, mas, ao contrário, sua colaboradora e cúmplice no empenho de destruir a soberania, o poderio político-militar e a economia dos EUA.

O que isso pode significar? A globalização do mundo e a instalação em todos os cantos do controle Americano, incluindo a intrusão direta em países nominalmente soberanos, a promoção do modo americano de vida e a uniformização das diferentes sociedades humanas, realizada pelos EUA, é considerada pelo Prof. como “nada”, sendo ignorada e esquecida. A contaminação da sociedade russa pelos padrões decadentes do consumismo e o apoio a regimes anti-russos no espaço pós-soviético são nada. Os EUA são uma praga absoluta para a humanidade. E a elite globalista é a quintessência dos EUA; ela domina os EUA e através dele o resto do mundo. A elite globalista dos EUA é o inimigo absoluto da Rússia, da China e dos países islâmicos; ela corrompe nossa elite política, a sociedade, o país. Para nós, isso é óbvio. “A soberania, o poder político-militar e a economia dos EUA” nada mais são que instrumentos na mão dessa elite, seus cúmplices, sejam voluntários ou não.

Há muitos outros pontos importantes no texto do Prof. Olavo de Carvalho que gostaríamos de discutir em detalhe, mas teremos que parar por aqui e retornar ao tema na próxima rodada.

---

23 Louis Dumont, *Essais sur l'individualisme. Une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne*, Paris, Le Seuil, 1983.

24 Louis Dumont. *Homo Aequalis I: genèse et épanouissement de l'idéologie économique*, Paris, Gallimard/BSH, 1977.

25 Louis Dumont. *Homo Aequalis II: l'Idéologie allemande*, Paris, Gallimard/BSH, 1978.

26 Jaques Attali, *Lignes d'horizon*, Paris, Fayard, 1990.

27 Francis Fukuyama, *The End Of History and the Last Man*, New York, The free press, 1992.

28 Samuel P. Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of the World Order*, New York, Simon and Schuster, 1996.

29 Halford Mackinder, *The geographical pivot of history*, The Geographical Journal, 1904, n. 23, C.421–437; Idem, *The Round World and the Winning of the Peace*, Foreign Affairs, 1943, Vol. 21& n. 4 (July); Idem, *Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction*, Washington, D.C., National Defense University Press, 1996.

30 Nicholas J. Spykmen, *The Geography of the Peace*, New York, Harcourt, Brace and Company, 1944.

31 K. Haushofer, *Geopolitik der Pan-Ideen*, Berlin, Zentral-Verlag, 1931.

32 Karl Popper, *The Open Society And Its Enemies*, Vol. I e II, New York, 1962.

33 René Guénon, *Orient et Occident*, Paris, 1976.

34 Julius Evola, *La Rivolta contro il mondo moderno*, Roma, 1998.

# A NATUREZA DESTE DEBATE E MINHA POSIÇÃO PESSOAL

Olavo de Carvalho

*“Prestad noblemente vuestro  
auxilio a los que son los menos  
contra los que son los más.” — José Ortega y  
Gasset,  
Conselho à Juventude Espanhola*

## *§ 1. Nossas missões respectivas neste debate*

A ciência política, como já afirmei, nasceu no instante em que Platão e Aristóteles distinguiram entre o discurso dos agentes políticos em conflito e o discurso do observador científico que tenta compreender o que se passa entre eles. É certo que com o tempo os agentes políticos podem aprender a usar certos instrumentos do discurso científico para seus próprios fins; é certo também que o observador científico pode ter preferências pela política deste ou daquele agente. Mas isso não muda em nada a validade da distinção inicial: o discurso do agente político visa a produzir certas ações que favoreçam a sua vitória, o do observador científico, a obter uma visão clara do que está em jogo, compreendendo os objetivos e meios de ação de cada um dos agentes, a situação geral onde a competição se desenrola, quais seus desenvolvimentos mais prováveis e qual o sentido dos acontecimentos no quadro mais amplo da existência humana.

A função do observador científico torna-se ainda mais distinta da dos agentes quando ele não quer nem pode tomar partido de nenhum deles e se mantém à distância necessária para descrever o quadro com o máximo de realismo ao seu alcance.

Desde o início desta troca de mensagens com o Prof. Dugin, procurei deixar claros estes dois pontos:

1. Ele é declaradamente um agente político, e toda a descrição que apresenta do estado de coisas é determinada pelos objetivos práticos que pretende alcançar. É natural, portanto, que ele veja o mundo dividido em dois, um lado bom e um lado mau, procurando angariar simpatias para o lado que ele considera bom e lançar contra o lado que lhe parece mau a máxima quantidade de ódio que se encontre disponível na praça.

2. Minha descrição do quadro, ao contrário, apresenta um mundo dividido entre três forças principais em disputa, nenhuma das quais conta com a mais mínima simpatia da minha parte, embora, em termos de perigo físico imediato para a espécie humana, uma delas já tenha demonstrado uma superioridade arrasadora em face das outras duas. Matando em poucas décadas um total aproximado de 140 milhões de pessoas, mais do que todas as guerras, epidemias e catástrofes naturais de toda ordem haviam matado pelo menos desde o início da Era Cristã, russos e chineses já provaram ter um grau de truculência, de maldade, de desrespeito pela vida humana, que transcende as possibilidades do mais odioso homem-bomba islâmico ou do mais frio e maquiavélico banqueiro ocidental. Isso é um fato puro e simples, e nem toda a tagarelice eurásiana do mundo pode amenizar o escândalo de duas hordas de assassinos que, em vez de pagar pelos crimes que cometeram contra seus próprios povos, reivindicam agora, com ares de inocência, de santidade e até de autoridade divina, uma chance de ampliá-los em escala mundial. Apesar disso, as outras duas correntes globalizantes não me parecem dignas de maior admiração e respeito – no mínimo, no mínimo, por haverem se

acumpliciado ao genocídio russo-chinês, uma entre os anos 30 e 60, favorecendo com dinheiro a granel e paternais concessões diplomáticas a construção das duas tiranias mais mortíferas de todos os tempos, a outra agora mesmo, andando de mãozinhas dadas, no Fórum Social Mundial e em toda parte, com os porta-vozes ostensivos ou camuflados de uma ideologia que a sua própria religião condena.

As fotografias que, a título de condensação humorística, anexeï à minha primeira mensagem, documentam toda a diferença entre o agente político investido de planos globais e meios de ação em escala imperial e o observador científico não só desprovido de uma coisa e da outra, mas firmemente decidido a rejeitá-las e a viver sem elas até o fim dos seus dias, já que são desnecessárias e inconvenientes à missão de vida que ele escolheu e que é, para ele, a única justificativa razoável da sua existência.<sup>35</sup>

## § 2. *Da argumentação à fofoca pura e simples*

Essa assimetria dos papéis respectivos do agente político e do observador científico reflete-se, em seguida, nas descrições que ambos fazem da situação mundial, o primeiro desenhando-a como uma luta entre o Bem e o Mal e, mui modestamente, reivindicando para si o papel de encarnação do Bem; o segundo apresentando-a antes como uma disputa entre três males pestíferos e não alimentando muitas ilusões quanto ao que da sua concorrência possa resultar para a humanidade nas próximas décadas.

Tanto eu quanto o Prof. Dugin estamos desempenhando nossas tarefas respectivas com o máximo de dedicação, seriedade e honestidade. Mas essas tarefas não são a mesma. A dele é recrutar soldados para a luta contra o Ocidente e a instauração do Império Eurasiano universal. A minha é tentar compreender a situação política do mundo para que eu e meus leitores não sejamos reduzidos à condição de cegos em tiroteio no meio do combate global; para que não sejamos arrastados pela voragem da História como folhas na tempestade, sem saber de onde viemos nem para onde somos levados.

A diferença entre as missões que nos propusemos determina a dos meios intelectuais e verbais usados nas nossas respectivas exposições. Ele emprega todos os instrumentos usuais da propaganda política: a simplificação maniqueísta, a rotulação infamante, as insinuações pífidas, a indignação fingida do culpado que se faz de santo e, *last not least*, a construção do grande mito soreliano – ou profecia auto-realizável –, que, simulando descrever a realidade, ergue no ar um símbolo aglutinador na esperança de que, pela adesão da platéia em massa, o falso venha a se tornar verdadeiro. Eu, da minha parte, tudo o que posso fazer é usar os meios de esclarecimento analítico criados pela filosofia ao longo dos milênios – a começar pela própria distinção entre os discursos do agente e do observador –, aplicando-os a uma multidão de fatos colhidos nas mais variadas fontes, inclusive remotas e mal conhecidas do público, e não nas da mídia popular, que refletem antes o esforço persuasivo e manipulatório de um dos agentes do que um intuito sério de apreender a realidade. Não é coincidência que o meu oponente apele sobretudo à credibilidade dessa mídia, jogando com o poder magnético dos lugares-comuns consagrados – “o mundo unipolar”, “a agressividade americana”, “o imperialismo”, a “anarquia do livre mercado”, “o individualismo”, *etc.* –, sem reparar em dois detalhes: (1) esses *topoi* são postos em circulação pela mesma mídia pertencente à elite globalista ocidental, e ao usá-los como bases do seu esforço persuasivo o Prof. Dugin aceita como juiz supremo da realidade aquele mesmo inimigo que ele próprio rotula de origem do mal e pai

da mentira; (2) ao respaldar o seu anti-americanismo no da mídia globalista, ele milita implicitamente, mas com a veemência explosiva das contradições reprimidas, contra a sua alegação explícita (a qual comentarei mais adiante) de que globalismo é americanismo, de que o objetivo da elite global é aumentar o poder e a glória dos EUA.

Não digo, é claro, que o Prof. Dugin seja desonesto. Mas ele está se devotando honestamente a um tipo de combate que, por definição e desde que o mundo é mundo, é a encarnação da desonestidade por excelência. Em vista disso, não é de estranhar que ele tente remanejar a própria situação de debate para forçá-la a tomar partido dele no grande combate tal como ele o concebe.

Para tanto, ele tem de falsificar, em primeiríssimo lugar, a posição do seu contendor, fazendo de mim o porta-voz e adepto do globalismo ocidental, contra o qual, não obstante, tenho escrito páginas e mais páginas na mídia brasileira, ao ponto de ser acusado, por isso, de “teórico da conspiração”, o rótulo infamante padronizado que a elite globalista usa com mais frequência para intimidar os que ousem investigá-la.

Não contente com isso, ele tem de jogar contra mim a hostilidade de meus compatriotas, insinuando que, por morar nos EUA e ter escrito algumas coisas em favor do conservadorismo americano, sou algo assim como um traidor da pátria.

Vejamos como ele realiza esse *tour de force*:

(...) a América Latina, e o Brasil em particular, tem algumas diferenças sociais e culturais em relação às sociedades e culturas européias ou norte-americanas. No caso do Prof. Carvalho, o fato de que ele viva nos EUA tem um papel importante. Não digo sua residência geográfica, mas sua identificação cultural. Isso é confirmado pelos textos do Prof. Carvalho que pude ler. Eles testemunham sua adesão à tradição norte-americana (em sua versão “tradicionalista” ou “de direita”) e sua distância das principais características da atitude cultural crítica brasileira para com os Estados Unidos. Estando politicamente à direita, eu suponho que o Prof. Carvalho repreenda o “esquerdismo” latino e brasileiro. Minha simpatia nesse caso está do lado da América Latina. Sendo eu um crítico dos EUA e da Civilização Ocidental como um todo, eu encontro características eurásianas nas sociedades da América Central e do Sul. Portanto, de certa forma, eu sou muito mais pró-Brasil do que o Prof. Carvalho, o “brasileiro puro” que defende certos aspectos (conservadores) dos EUA e o Ocidente como um todo.

Esse parágrafo é de uma incoerência magistral. Se o que importa não é minha “residência geográfica” e sim minha “identificação cultural”, o fato de eu viver nos EUA ou na Zâmbia não pode fazer aí a menor diferença. E se o Prof. Dugin menciona o meu local de residência ao mesmo tempo que afirma que não é disso que se trata, para que serve então essa menção? Serve apenas como excipiente para a insinuação venenosa que vem em seguida: por ser tão anti-americano quanto a esquerda brasileira, ele seria “muito mais pró-Brasil” do que eu, como se o esquerdismo que vigora no Brasil fosse a mais pura expressão da cultura patriótica e não o enxerto importado que realmente é. Ao qualificar o esquerdismo brasileiro de “eurásiano” o Prof. Dugin mostra, ademais, não saber praticamente nada da situação brasileira. Quem quer que tenha acompanhado as grandes mudanças na política econômica, jurídica e cultural do Brasil nos últimos vinte anos sabe que todas elas vieram prontas das centrais globalistas — ONU, OMS, UNESCO, Bilderberg, Rockefeller, Fundação Ford, George Soros, *etc.* Em política econômica, os últimos governos brasileiros nada mais fizeram que seguir fielmente as instruções do Banco Mundial. No campo da saúde, todas as reformas adotadas foram recomendações expressas da OMS. Os princípios “politicamente corretos” impostos pelo governo a toda a sociedade brasileira foram impostos a esse governo, por sua vez, pela ONU e pelas fundações bilionárias. E nem preciso mencionar a alegria obscena com que o governo Lula cedeu até mesmo partes do território brasileiro à administração internacional, contra a vontade expressa da população local. Tudo isso é arquissabido no Brasil, mas as notícias parecem não ter chegado à Rússia.

Que tão abjeta subserviência venha acompanhada de demonstrações histriônicas de anti-americanismo é a prova mais evidente de que se pode estar contra os EUA e a favor da elite globalista ao mesmo tempo. Como haveria de ser de outro modo, se desde há meio século o anti-americanismo mundial é amplamente financiado por essa mesma elite?

Se o Prof. Dugin me citar um único projeto de lei aprovado no Brasil, ao longo dos últimos vinte anos, que tenha sido inspirado por ele e não por algum Rockefeller ou Soros, admitirei que o Brasil é “eurasiano”.

Sua alegação de ser “mais pró-Brasil” do que eu é apenas uma fofoca, uma tentativa pueril de jogar contra mim os meus compatriotas, pintando-me como americanista e anti-brasileiro. Na verdade, tenho sido, na grande mídia brasileira, praticamente o único colunista a protestar contra a prepotência globalista que se considera dona do nosso território.

Não hesito em dizer que nas últimas décadas o nacionalismo brasileiro, de nobre tradição, se degradou ao ponto de transformar-se num anti-americanismo histriônico usado para encobrir o sacrifício da soberania nacional às exigências do globalismo. Nesse sentido, o Prof. Dugin está do lado de um Brasil de *papier maché*, enquanto eu, com os modestos instrumentos de que disponho, me incumbo de defender a pátria real contra inimigos de carne e osso.

Se, por um lado, ele finge minimizar a importância do meu local de residência, ao mesmo tempo em que o enfatiza para insinuar que sou um americanista anti-brasileiro, só tenho a declarar que a contradição mesma do seu discurso nesse ponto revela aquele jogo de esconde-esconde típico da rotulação demagógica. Devo lembrar ao Prof. Dugin que o fundador mesmo do Nacional-Bolchevismo, Eduard Limonov, morou nos EUA até por mais tempo do que eu; ademais escreveu um romance que se passa nos EUA. Por que, no caso dele, não vale o mesmo critério de “identificação cultural” usado para mim? Após ter confundido posição social e crença ideológica, o Prof. Dugin confunde esta com residência geográfica, à qual, ao mesmo tempo e paradoxalmente, nega toda importância. Seria bom se ele decidisse por qual meio planeja queimar a minha reputação: apelando a duas insinuações contraditórias ele só mostra a vacilação característica do fofoqueiro tímido que diz o mal e ao mesmo tempo jura não estar dizendo nada. Não tomo nada disso como ofensa – não conheço alma mais lenta em ofender-se do que a minha –, apenas julgo que o problema que estamos discutindo já é complicado o bastante sem essas fintas e rodeios que só servem para confundir os leitores.

Também não faz sentido pintar-me como defensor do “Ocidente como um todo”, quando estou justamente enfatizando a divisão desse Ocidente e, nela, tomando partido dos que não detêm no momento o poder de Estado nem nos EUA nem na Europa. Se dissesse que defendo metade do Ocidente contra a outra metade e que acuso esta última de cumplicidade com o eurasismo, o Prof. Dugin estaria mais próximo da verdade.<sup>36</sup>

### § 3. O Consórcio

Se falsifica até mesmo a identidade do seu contendor neste debate, com quanto mais empenho não o fará o Prof. Dugin com a da sua *bête noire*, o globalismo ocidental, que ele procura deliberadamente confundir com o poder nacional americano?

A elite globalista não é apenas uma vaga classe social de capitalistas e banqueiros. É uma entidade organizada, com existência contínua há mais de um século, que se reúne periodicamente para assegurar a unidade dos seus planos e a continuidade da sua execução, com a minúcia e a precisão

científica com que um engenheiro controla a transmutação do seu projeto em edifício.

A expressão mesma “elite global”, que tenho usado, não dá uma idéia exata da natureza dessa entidade. Muito melhor é o nome sugerido no título do livro de Nicholas Hagger, *The Syndicate*.<sup>37</sup> Só não a copio *ipsis litteris* porque sua equivalente brasileira denota organizações trabalhistas, que em inglês não se chamam “sindicatos” e sim *unions*, enquanto *Syndicate* se usa mais para associações comerciais e patronais, dando o sentido preciso do que Hagger pretende dizer. Contorno portanto essa dificuldade adotando o termo “Consórcio”, que será usado daqui por diante.

O Consórcio é a organização de grandes capitalistas e banqueiros internacionais, empenhados em instaurar uma ditadura mundial socialista (já veremos por que socialista). São tantos os documentos e estudos que descrevem meticulosamente sua origem, sua história, sua constituição e *modus operandi*, que nenhuma desculpa se pode admitir para o desconhecimento da matéria, sobretudo em pessoas que pretendem opinar a respeito. Não, isto não é uma insinuação contra o Prof. Dugin. Ele está perfeitamente informado a respeito, e se erra nas conclusões que emite não é por ignorância, é porque a índole essencialmente belicosa do seu enfoque o impele a dividir o panorama em duas metades simetricamente opostas, falsificando o quadro todo e mandando para o limbo da inexistência todos os fatos que impugnam essa simplificação maniqueísta.

Tão abundante é a bibliografia sobre o Consórcio, que toda tentativa de resumi-la aqui seria vã. Só o que cabe fazer é indicar alguns títulos essenciais, citados aqui e ali ao longo desta exposição, e destacar alguns pontos indispensáveis à compreensão deste debate:

1. O Consórcio formou-se há mais de cem anos, por iniciativa dos Rothschild, uma família multipolar, com ramificações na Inglaterra, na França e na Alemanha desde o século XVIII pelo menos.
2. O Consórcio reúne algumas centenas de famílias bilionárias para a consecução de planos globais que assegurem a continuidade e expansão do seu poder sobre todo o orbe terrestre. Esses planos são de longuíssimo prazo, transcendendo o tempo de duração das vidas dos membros individuais da organização e mesmo o da existência histórica de muitos Estados e nações envolvidos no processo.
3. O Consórcio é uma organização dinástica, cuja continuidade de ação é assegurada pela sucessão de pais a filhos desde há muitas gerações. Veremos adiante (§ 9, “Geopolítica e História”) que esse tipo de continuidade é o fator que distingue entre os verdadeiros sujeitos agentes do processo histórico e as formações aparentes, veneráveis o quanto sejam, que se agitam na superfície das épocas como sombras chinesas projetadas na parede.
4. O Consórcio atua por meio de uma multiplicidade de organizações subsidiárias espalhadas pelo mundo todo, como por exemplo o Grupo Bilderberg ou o *Council on Foreign Relations*, mas não tem ele próprio uma identidade jurídica. Isso é uma condição essencial para a sua atuação no mundo, permitindo-lhe comandar inumeráveis processos políticos, econômicos, culturais e militares sem poder jamais ser responsabilizado diretamente pelos resultados (ou pela iniquidade dos meios), seja ante os tribunais, seja ante o julgamento da opinião pública. Tendo agentes fidelíssimos espalhados em vários governos – e no comando de alguns deles –, é sobre esses governos que recai, no debate público, a responsabilidade pelas decisões e ações do Consórcio, fazendo com que os Estados e nações usados como seus instrumentos se tornem também, automaticamente e sem a menor dificuldade, seus bodes expiatórios. É esta a explicação de que tantas decisões políticas manifestamente contrárias aos interesses e até à sobrevivência das nações envolvidas sejam depois, paradoxalmente, atribuídas a ambições nacionalistas e imperialistas fundadas no “interesse

nacional”. Os exemplos históricos são muitos, mas, para ficarmos no presente, basta notar que o presidente Obama, notório servidor do Consórcio, gastou em apenas uma semana 500 milhões de dólares num esforço de guerra destinado a entregar o governo da Líbia a facções políticas declaradamente anti-americanas, podendo ser então acusado de imposição tirânica do poder americano no instante mesmo em que debilita esse poder e o põe a serviço de seus inimigos, tornando-se alvo da fúria “anti-imperialista” destes últimos no ato mesmo de ajudá-los paternalmente a demolir a força e o prestígio dos EUA. Não fez outra coisa o presidente Lyndon Johnson quando enviou os soldados americanos à guerra ao mesmo tempo que lhes amarrava as mãos para que não pudessem vencê-la de maneira alguma, tornando-se assim, ante a mídia de esquerda, o supremo agressor imperialista, quando era na verdade o melhor amigo secreto dos vietcongues. Mesmíssima desgraça produziu o presidente Clinton quando, ao fornecer ajuda à Colômbia para que combatesse o comércio de drogas, impôs como condição para isso que “as organizações políticas” envolvidas no narcotráfico fossem deixadas incólumes: o narcotráfico não diminuiu, apenas seu controle foi transferido das quadrilhas apolíticas para as Farc, que, enriquecidas e livres de concorrentes, puderam então financiar a construção do Foro de São Paulo e a transformação da América Latina quase inteira numa fortaleza do anti-americanismo militante. Duplamente presenteada, a esquerda latino-americana pôde assim beneficiar-se de um fabuloso acréscimo de poder e ao mesmo tempo protestar, com ares de indignação, contra a “intervenção imperialista” à qual deviam o mais generoso dos favores. Os exemplos poderiam multiplicar-se *ad infinitum*.<sup>38</sup> Esse é o modo de ação característico do Consórcio: usar os governos como instrumentos de planos que prejudicam as suas nações, e depois ainda acusá-los de prepotência nacionalista e imperialista.

5. O Consórcio é uma entidade caracteristicamente supra-nacional, formada de famílias de nacionalidades diversas, independente e soberana em face de qualquer interesse nacional possível e imaginável. Um breve exame da lista dessas famílias basta para demonstrá-lo com evidência sobrança. Supor que os Onassis, os Dupont, os Agnelli, os Schiff, os Warburg, os Rothschild, o príncipe Bernhard e a rainha Beatrix da Holanda, o rei Juan Carlos da Espanha, o rei Harald V da Noruega sejam todos patriotas americanos, empenhados em exaltar o poder e a glória dos EUA, é uma hipótese tão boba, tão pueril que nem merece discussão. A identificação do poder globalista com o interesse nacional americano – como outrora com o Império Britânico ou variados colonialismos – é apenas a camuflagem de praxe com que essa entidade onipresente confere a si própria as vantagens e confortos de uma relativa invisibilidade, batendo e roubando com mão alheia para não queimar os dedos nas fogueiras que vai ateando pelo mundo (e contando, para isso, com a colaboração servil da mídia internacional, que pertence a membros do próprio Consórcio).

#### § 4. Por que o Consórcio deseja o socialismo

Toda a bibliografia existente sobre o Consórcio atesta que o objetivo dele é a instauração de uma ditadura socialista mundial. Mas pessoas que desconhecem essa bibliografia, e ademais estão acostumadas a raciocinar com base nos significados usuais das palavras, sem ter em conta a tensão dialética entre estas e os objetos reais que designam, encontram uma dificuldade medonha em entender que capitalistas e banqueiros possam desejar o socialismo. Afinal, socialismo não é propriedade estatal dos meios de produção? Capitalismo não é propriedade privada? Como haveriam os capitalistas de querer que o Estado tomasse suas propriedades? Baseadas nesse mimoso raciocínio, que um programa de computador faria tão bem quanto elas se alimentado com as

definições dos termos respectivos, aquelas criaturas então negam que o Consórcio exista ou afirmam resolutamente que ele é pró-capitalista, anticomunista, americanista, anti-russo, anti-chinês e anti-islâmico. Feito isso, estão prontas para admitir que a divisão do mundo tal como a delinea o Prof. Dugin é a pura expressão da realidade.

No entanto, a técnica filosófica milenar, que aquelas pessoas desconhecem por completo, ensina que as definições de termos expressam apenas essências gerais abstratas, possibilidades lógicas e não realidades. De uma definição não se pode jamais deduzir que a coisa definida existe. Para isso é preciso quebrar a casca da definição e analisar as condições requeridas para a existência da coisa. Caso essas condições não se revelem autocontraditórias, excluindo *in limine* a possibilidade da existência, ainda assim essa existência não estará provada. Será preciso, para chegar a tanto, colher no mundo da experiência dados factuais que não somente a comprovem, mas que confirmem sua plena concordância com a essência definida, excluindo a possibilidade de que se trate de outra coisa bem diversa, coincidente com aquela tão-somente em aparência.

Quem quer que tente fazer isso com a definição de “socialismo” chegará a conclusões que, para o raciocinador mecânico e leitor devoto da mídia popular, parecerão chocantes e aterradoras.

Desde logo, que é “propriedade dos meios de produção”? Não é mera posse, é propriedade legal, é reconhecimento, pela autoridade estatal legítima, do direito que o proprietário tem de dispor da sua propriedade como bem entenda, dentro, é claro, dos limites da lei. “Propriedade privada dos meios de produção” significa que o Estado garante esse direito a cidadãos particulares ricos o bastante para ter uma fábrica, uma fazenda, um banco – os chamados “burgueses”; “propriedade estatal dos meios de produção” significa que o garante somente para si mesmo, depenando os burgueses.

Acontece que, desde o ponto de vista do marxismo, que criou esses termos e a interpretação correspondente, a noção mesma de “propriedade legal” é uma invenção burguesa destinada a encobrir a crua e brutal dominação de classe. O mundo inteiro das constituições, leis e decretos é, segundo o marxismo, uma “superestrutura ideológica” que não faz nenhum sentido em si mesma e só se explica como adorno enganoso usado para legitimar a exploração dos pobres pelos ricos. Por trás da idéia de “propriedade legal” é preciso portanto investigar e descobrir as condições de controle real, prático – a estrutura de poder, em suma. O burguês não detém o controle dos meios de produção por ter “direito legal” a eles, mas por ter a seu serviço todo um aparato de repressão, intimidação, marginalização e até liquidação física de quem ponha a sua propriedade em risco, real ou hipoteticamente. A estrutura do poder – a ordem do terror – é a realidade por trás da camuflagem legal.

Isso quer dizer, desde logo, que a passagem do controle dos meios de produção, da classe burguesa para a vanguarda revolucionária, não pode jamais, em hipótese alguma, ser uma transferência legal de propriedade. Essa transferência pressuporia a existência de uma ordem legal que a legitimasse, e a revolução socialista não pode destruir somente a propriedade privada: tem de negar e destruir a ordem legal inteira. Pior: ao criar a nova ordem legal que a substitui, não pode, como os burgueses, fingir acreditar que ela é uma realidade em si. Tem de admitir francamente, ostensivamente, que não se trata de uma ordem legal, mas do poder nu e cru da força revolucionária. No socialismo, não há ordem legal acima do poder do Partido. Isso não só é assim na realidade, mas os socialistas revolucionários têm orgulho em proclamar que é assim.

Ademais, no contexto burguês, a propriedade implica alguma responsabilidade legal. O

proprietário capitalista responde ante a autoridade estatal pelo mau uso que faça da sua propriedade – senão contra os proletários, ao menos contra os outros burgueses. Mas ante quem há de responder uma autoridade que está acima da própria ordem legal? O governo revolucionário não pode ser um “proprietário” no sentido em que o eram os burgueses. Estes eram proprietários *para* a ordem legal, garantidos por ela e responsáveis diante dela. O governo socialista não é um proprietário: é um controlador absoluto, independentemente e acima de qualquer ordem legal.

Muitas décadas atrás os maiores cérebros do campo socialista já perceberam que isso os colocava diante de uma escolha incontornável: ou criavam logo uma ditadura implacável, totalitária, sangrenta, da qual não poderiam se livrar jamais e que acabaria por mandar ao cárcere ou ao pelotão de fuzilamento os revolucionários mesmos, como de fato veio a acontecer em todos os lugares onde se optou por essa alternativa;<sup>39</sup> ou, ao contrário, seria preciso implantar o socialismo por métodos graduais e incruentos, usando como instrumento o próprio aparato jurídico-político da sociedade burguesa e conservando, na medida do possível, a quota mínima de direitos e responsabilidades legais necessária para proteger, se não a população em geral, ao menos a própria elite revolucionária.

Qual dessas vias foi escolhida? As duas, apenas com uma distinção territorial: nas áreas onde fosse possível tomar o poder pela violência, a ditadura era a única via admissível; nos demais países, era preciso promover a ascensão progressiva do controle estatal da economia, sem fazer do Estado o proprietário legal direto dos meios de produção, o que o tornaria sujeito a responsabilidades jurídicas e cobranças que poderiam retardar e obstaculizar a própria caminhada rumo ao socialismo.

Note-se, portanto, que em nenhum dos dois casos se tratava de “propriedade estatal dos meios de produção”. Na ditadura socialista, havia o controle brutal, direto, imune às responsabilidades legais de um proprietário. O próprio Karl Marx chamara a isso “capitalismo cru” – algo muito mais cruel e arbitrário do que aquilo que mais tarde receberia o rótulo de “capitalismo selvagem”. Nos demais países, onde vigorasse a estratégia “pacífica”, o Estado se esquivava das responsabilidades diretas de um proprietário, ao mesmo tempo que subjugava os proprietários legais por meio de controles fiscais, trabalhistas, sanitários, técnicos, etc., até o ponto em que os capitalistas se tornariam simples gerentes a serviço do Estado, arcando, ao mesmo tempo, com as responsabilidades legais às quais o Estado se furtava. Karl Marx previra também essa possibilidade, ao ensinar que a transição da propriedade da burguesia para o Estado devia ser lenta e gradual, efetuando-se através de instrumentos indiretos como o imposto de renda progressivo.

Apesar de conflitos esporádicos, as duas estratégias sempre trabalharam em sentido convergente. A colaboração foi tão estreita que a Sociedade Fabiana, a encarnação máxima da “via pacífica para o socialismo” no Ocidente, recebia instruções diretamente do governo soviético, no momento mesmo em que este, na Rússia, implantava a ferro e fogo a estatização militarizada dos meios de produção.

Com o tempo, porém, os adeptos da estratégia radical tiveram que acabar concordando que o crescimento e aperfeiçoamento do aparato estatal moderno de controle social e econômico – sob a inspiração, aliás, do próprio socialismo – tornava inviável a tomada do poder por via insurrecional. Daí por diante só eram possíveis as “revoluções desde cima” – as revoluções dirigidas pelo próprio Estado, por via administrativa, legal, fiscal e policial.

Ademais, a estatização completa dos meios de produção mostrou-se inviável, não só na prática como até na teoria. Em 1922 o economista Ludwig von Mises explicou que, eliminado o livre

mercado, todos os preços teriam de ser determinados pelo Estado. Mas, de um lado, o número de produtos em circulação a qualquer momento era grande demais para que um órgão estatal pudesse calcular seus preços antecipadamente. De outro lado, para controlar os preços o governo precisaria também ter o conhecimento antecipado de todos os recursos financeiros à disposição do público em cada momento. Em suma: o controle dos preços subentendia o controle total da economia, que por sua vez tinha de começar pelo controle dos preços. Só uma inteligência divina poderia superar esse círculo vicioso. Sendo impossível o controle dos preços, não havia controle geral da economia, portanto não havia socialismo nenhum. O máximo que se conseguiria fazer seria um socialismo nominal, com uma vasta liberdade residual de mercado que não poderia ser extinta nunca. Embora uns poucos teóricos do socialismo estrilassem, como por exemplo Eduard Kardelj, ministro da Economia da Iugoslávia, a maioria, rosnando entre dentes, admitiu que von Mises tinha razão. Até o fim, todas as economias comunistas do mundo tiveram de suportar um capitalismo clandestino que acabou por se revelar uma condição *sine qua non* da sobrevivência do regime.

Daí, duas conseqüências decorriam incontornavelmente:

1) O socialismo deixava de ser um “regime”, um “estado de coisas”, para se tornar um “processo”. Não havia um “Estado socialista” a ser atingido de uma vez para sempre, mas apenas um “Estado socializante” condenado a aproximar-se do socialismo sem jamais alcançá-lo, como numa assíntota. Todos os Estados socialistas que já existiram foram assim, e os que vierem a existir serão assim eternamente. A definição do socialismo como propriedade estatal dos meios de produção é autocontraditória, e toda tentativa de realizar na prática uma teoria autocontraditória acaba por gerar contradições reais insolúveis. Conclusão? O que se acaba realizando é alguma coisa de bem diferente do que estava definido de início. Tal é a dialética fatal das relações entre pensamento e realidade. Os belos raciocinadores mecânicos que mencionei no início deste parágrafo não vão entender isso nunca.

2) À medida que os controles estatais iam crescendo em número e complexidade, as pequenas empresas não tinham recursos financeiros para atendê-los e acabavam falindo ou sendo vendidas a empresas maiores – cada vez maiores. Resultado: o “socialismo” tornou-se a mera aliança entre o governo e o grande capital, num processo de centralização do poder econômico que favorece a ambos os sócios e não arrisca jamais desembocar na completa estatização dos meios de produção.

Os grandes beneficiários dessa situação são, de um lado, as elites intelectuais e políticas de esquerda; de outro, aqueles a quem chamei “metacapitalistas” – capitalistas que enriqueceram de tal modo no regime de liberdade econômica que já não podem continuar se submetendo às flutuações do mercado:

Se o sistema medieval havia durado dez séculos, o absolutismo não durou mais de três. Menos ainda durará o reinado da burguesia liberal. Um século de liberdade econômica e política foi suficiente para tornar alguns capitalistas tão formidavelmente ricos que eles já não querem submeter-se às veleidades do mercado que os enriqueceu. Querem controlá-lo, e os instrumentos para isso são três: o domínio do Estado, para a implantação das políticas estatistas necessárias à eternização do oligopólio; o estímulo aos movimentos socialistas e comunistas que invariavelmente favorecem o crescimento do poder estatal; e a arregimentação de um exército de intelectuais que preparem a opinião pública para dizer adeus às liberdades burguesas e entrar alegremente num mundo de repressão onipresente e obsediante (estendendo-se até aos últimos detalhes da vida privada e da linguagem cotidiana), apresentado como um paraíso adornado ao mesmo tempo com a abundância do capitalismo e a ‘justiça social’ do comunismo. Nesse novo mundo, a liberdade econômica indispensável ao funcionamento do sistema é preservada na estrita medida necessária para que possa subsidiar a extinção da liberdade nos domínios político, social, moral, educacional, cultural e religioso.

Com isso, os metacapitalistas mudam a base mesma do seu poder. Já não se apóiam na riqueza enquanto tal, mas no controle do processo político-social. Controle que, libertando-os da exposição aventureira às flutuações do mercado, faz deles um poder

dinástico durável, uma neo-aristocracia capaz de atravessar incólume as variações da fortuna e a sucessão das gerações, abrigada no castelo-forte do Estado e dos organismos internacionais. Já não são megacapitalistas: são metacapitalistas – a classe que transcendeu o capitalismo e o transformou no único socialismo que algum dia existiu ou existirá: o socialismo dos grão-senhores e dos engenheiros sociais a seu serviço.<sup>40</sup>

O “socialismo socializante”, destinado a tomar para sempre o lugar de um impossível “socialismo socializado”, pode ser o inferno da maioria dos empresários, mas é o paraíso dos capitalistas maiores – as dinastias bilionárias que formam, precisamente, o Consórcio. Eternamente garantidos pela burocracia estatal contra a liberdade de mercado e pela inviabilidade intrínseca do socialismo contra a estatização definitiva dos meios de produção, ainda são ajudados nos dois sentidos por um aliado fiel: a tecnologia, que, de um lado, aprimora os instrumentos de controle social ao ponto de poder determinar até a conduta privada dos cidadãos sem que estes possam nem mesmo perceber que são manipulados e, de outro, insufla criatividade no livre mercado de modo que este possa continuar crescendo mesmo sob o controle estatal mais opressivo.

Assim, entende-se claramente por que as megafortunas do Consórcio têm estimulado e subsidiado o socialismo e a subversão esquerdista de maneira tão universal, obsessiva e sistemática, pelo menos desde os anos 40.

É fato inegável que a construção do parque industrial soviético, bem como da sua força militar, foi devida substancialmente a dinheiro americano (de membros do Consórcio) que para lá fluiu sem expectativa de retorno. Quem tenha alguma dúvida a respeito, que consulte os três volumes do estudo clássico do economista britânico Antony Sutton, *Western Technology and Soviet Technological Development*,<sup>41</sup> bem como seus livros *National Suicide: Military Aid to the Soviet Union*,<sup>42</sup> *Wall Street and the Bolshevik Revolution*<sup>43</sup> e *The Best Enemy Money Can Buy*.<sup>44</sup>

O livro de René A. Wormser, *Foundations: Their Power and Influence*,<sup>45</sup> relata os trabalhos da Comissão Reese do Congresso Americano, que já nos anos 50 evidenciou a colaboração ativa das grandes fundações bilionárias com movimentos comunistas e anti-americanos por toda parte. Que as descobertas da Comissão não resultassem em nenhuma medida, seja punitiva, seja destinada a estancar o fluxo de dinheiro para a subversão, é a prova mais evidente do poder do Consórcio para manipular recursos americanos contra os mais óbvios interesses nacionais dos EUA.

Por fim, o florescimento industrial da China desde os anos 90, e sua transfiguração de favela continental no mais poderoso inimigo potencial dos EUA, seria impensável sem os investimentos dos EUA e sem a autodestruição planejada do parque industrial americano.

É verdade que, após as reformas econômicas liberalizantes do governo Yeltsin, a Rússia entrou numa decadência econômica acelerada, da qual alguns capitalistas americanos se beneficiaram um bocado. Porém, que esperavam os líderes russos depois da extinção do regime comunista? Ser premiados com um progresso econômico fantástico? O normal seria que, em vez disso, a nação fosse posta a trabalhar duro, com salários de fome, para pagar indenizações aos familiares dos sessenta milhões de vítimas do comunismo, como fizeram e fazem os alemães com os das vítimas do nazismo. Quem impediu que isso acontecesse? O Consórcio. Leiam em Vladimir Bukovski, *Jugement à Moscou*: a grande mídia e os organismos internacionais – dois braços do Consórcio – opuseram tanta resistência à investigação judicial dos delitos soviéticos, que, de todos os países egressos do comunismo, só um, o Camboja, conseguiu instalar um tribunal para o julgamento dos crimes do regime comunista, e mesmo assim o fez com atraso formidável, graças ao boicote promovido pela ONU contra o empreendimento.

Os russos, responsáveis maiores pelo advento do comunismo, foram tratados nas últimas décadas com uma generosidade escandalosa, e ainda reclamam de que, extinto o regime assassino, não ganharam tanto dinheiro quanto queriam, não receberam por seus crimes hediondos o prêmio que esperavam do Ocidente.

### § 5. *De que lado estou*

Isso não quer dizer, evidentemente, que eu não seja a favor de nada, nem veja forças positivas em ação no mundo. Mas, precisamente, essas forças não se contam entre os agentes principais em disputa e não têm, ao menos no momento, nenhum plano ou estratégia global que possa neutralizar ou desarmar os três monstros. Entre elas, eu destacaria: (1) as comunidades cristãs, católicas ou protestantes, de todos os países;<sup>46</sup> (2) a nação judaica; (3) o nacionalismo conservador americano. Nenhuma das três está lutando para dominar o mundo. Ao contrário: por um decreto unânime dos blocos globalistas, as três estão marcadas para morrer.

Se para alguém vão as minhas simpatias, é para esses três condenados à morte. Não que eu pretenda opor, aos três projetos de dominação global, três projetos alternativos presentemente anêmicos. Caso houvesse planos para a instauração de uma ditadura mundial cristã, judaica ou *redneck*, eu estaria entre os primeiros a denunciá-los, como denuncio os militaristas russo-chineses, os oligarcas ocidentais e os apóstolos do Califado Universal. Mas esses planos não existem. A luta das três facções desvantajadas que mencionei não é pelo poder mundial: é pela sobrevivência pura e simples.

Que a extinção do cristianismo católico-protestante, do Estado de Israel e da América nacionalista está no programa dos três grandes blocos globalistas, é coisa que não precisa ser provada, tão patente é o assalto cultural, midiático, político e jurídico que se move contra essas entidades desde três direções diversas e convergentes (voltarei a isto numa das próximas mensagens).

Também não é preciso provar, por demasiado evidente, que até agora essas três comunidades só têm respondido ao ataque mediante reações pontuais, esporádicas e totalmente inconexas, sem qualquer articulação de conjunto, seja dentro de cada um desses campos, seja, mais ainda, entre os três. Uma frente unida mundial cristã, judaica e nacionalista americana não seria má idéia, mas, por enquanto, não vejo sinal que acene nessa direção. Parece até que os representantes das três comunidades têm medo de pensar nisso, antevendo imaginariamente a reação brutal de seus inimigos.

Por outro lado, é sabido que a Rússia e a China são os maiores fornecedores de armas para movimentos terroristas. Por que o governo americano não o denuncia e não força as duas potências, sob pena de sanções econômicas, a parar com isso? É simples: o Consórcio não deixa. Ninguém, na elite globalista, aceita defender seu país contra os mais danosos “aliados” que a América já teve.

Por fim, não é preciso enfatizar todas as iniciativas tomadas por organismos internacionais e por vários governos do Ocidente – a começar pelo da Inglaterra – para favorecer a invasão islâmica e debilitar, ao mesmo tempo, a tradição cristã que seria, obviamente, a única resistência cultural possivelmente eficaz contra o avanço do islamismo militante na Europa e nos EUA.

Se, diante de todos esses fatos, o Prof. Dugin ainda insiste que o Consórcio é o grande inimigo dos blocos russo-chinês e islâmico, só pode ser por um de dois motivos: (1) o eurasismo, como o esquerdismo, é mais um truque com que o Consórcio se fortalece por meio de um inimigo fingido; (2) o movimento eurasista é genuíno, mas nasce daquela neurose típica do pobre orgulhoso, que, ante a ajuda recebida, sente antes inveja e rancor do que gratidão e, em vez de retribuir generosidade com

amizade, só pensa em destruir o benfeitor, tomar o seu lugar e depois contar a história às avessas, fazendo-se de vítima em vez de beneficiário.<sup>47</sup>

Ainda é cedo para saber qual das duas hipóteses é a verdadeira. Mas uma coisa é certa: não há uma terceira hipótese.

### § 6. *Individualismo e coletivismo*

Comecei a minha mensagem inaugural apontando a assimetria entre o observador isolado, que fala apenas em seu próprio nome, e o líder que expressa a vontade política de um partido, de um movimento, de um Estado ou de um grupo de Estados.

O Prof. Dugin viu aí a cristalização simbólica da oposição entre individualismo e coletivismo, Ocidente e Oriente.

Essa não me parece ser uma aplicação correta das regras do simbolismo, que tanto ele quanto eu aprendemos em René Guénon.

Um simbolismo genuíno deve respeitar as fronteiras entre distintos planos de realidade, em vez de confundi-los. Onde o Prof. Dugin viu um símbolo, eu vejo apenas uma metáfora, e aliás bastante forçada.

O individualismo como nome de uma corrente ideológica é uma coisa; outra completamente diversa, sem nenhuma conexão com ela, é a posição de um ser humano na base, no meio ou no topo da hierarquia de comando. Desta não se pode deduzir aquela, nem se pode ver na posição social de um indivíduo um “símbolo” da sua identidade ideológica real ou suposta. Caso contrário, todo escritor sem suporte numa organização política seria necessariamente um adepto do individualismo ideológico, incluídos nisso os fundadores do nacional-bolchevismo, Limonov e Dugin, no tempo em que começaram, solitários e ignorados do mundo, a especular suas primeiras idéias. Ser um indivíduo isolado é uma coisa; ser um individualista é outra, quer tomemos a palavra “individualista” no sentido de um hábito moral ou de uma convicção ideológica. A dedução implícita no “simbolismo” que o Prof. Dugin acredita ter encontrado é um perfeito *non sequitur*. O simbolismo autêntico, segundo René Guénon, deve ir para além e para cima da lógica, em vez de ficar abaixo das suas exigências mais elementares.

Mais ainda, em vez de colar à força na minha lapela o distintivo de adepto do individualismo ocidental, o Prof. Dugin poderia ter perguntado o que penso a respeito. Afinal, a liberdade de expressão num debate não consiste apenas no poder que cada um dos debatedores tem de responder x ou y a uma questão dada, mas também, e eminentemente, na sua possibilidade de rejeitar a formulação da pergunta e recolocar a questão toda desde seus fundamentos, conforme bem lhe pareça.

Na minha modestíssima e individualíssima opinião, “individualismo” e “coletivismo” não são nomes de entidades históricas substantivas, distintas e independentes, separadas como entes materiais no espaço, mas rótulos que alguns movimentos políticos usam para carimbar-se a si próprios e a seus adversários. Ora, a ciência política, como já afirmei, nasceu no momento em que Platão e Aristóteles começaram a entender a diferença entre o discurso dos vários agentes políticos em conflito e o discurso do observador científico que tenta entender o conflito (que mais tarde os agentes políticos aprendessem a imitar a linguagem da ciência não invalida em nada essa distinção inicial). Logo, nossa principal obrigação num debate intelectualmente sério é analisar os termos do

discurso político, para ver que ações reais se insinuam por baixo deles, em vez de tomá-los ingenuamente como traduções diretas e francas de realidades efetivas.

Com toda a evidência, os termos “individualismo” e “coletivismo” não expressam princípios de ação lineares e unívocos, mas dois feixes de tensões dialéticas, que se manifestam em contradições reais cada vez que se tente levar à prática, como se isto fosse possível, uma política linearmente “individualista” ou “coletivista”.

Desde logo, e para ficar só nos aspectos mais simples e banais do assunto, cada um desses termos evoca de imediato um sentido moralmente positivo junto com um negativo, não sendo possível, nem mesmo na esfera da pura semântica, separar um do outro para dar a cada um dos termos uma conotação invariavelmente boa ou má.

O “individualismo” sugere, de um lado, o egoísmo, a indiferença ao próximo, a concentração de cada um na busca de seus interesses exclusivos; de outro lado, sugere o dever de respeitar a integridade e a liberdade de cada indivíduo, o que automaticamente proíbe que o usemos como mero instrumento e coloca portanto limites à consecução de nossos propósitos egoístas.

O “coletivismo” evoca, de um lado, a solidariedade, o sacrifício que cada um faz de si pelo bem de todos; de outro lado, evoca também o esmagamento dos indivíduos reais e concretos em nome de benefícios coletivos abstratos e hipotéticos.

Quando vamos além da mera semântica e observamos as políticas automeadas “individualistas” e “coletivistas” em ação no mundo, notamos que a duplicidade de sentido embutida nos termos mesmos se transmuta em efeitos políticos paradoxais, inversos aos bens ou males subentendidos no uso desses termos como adornos ou estigmas.

O velho Hegel já ensinava que um conceito só se transmuta em realidade concreta mediante a inversão do seu significado abstrato.

Essa transmutação é uma das mais notáveis constantes da história humana.

O coletivismo, como política da solidariedade geral, só se realiza mediante a dissolução das vontades individuais numa hierarquia de comando que culmina na pessoa do guia iluminado, do Líder, do Imperador, do *Führer*, do Pai dos Povos. Nominalmente incorporando na sua pessoa as forças transcendentais que unificam a massa dos joões-ninguéns e legitimam quantos sacrifícios a ela se imponham, essa criatura, na verdade, não só conserva em si todas as fraquezas, limitações e defeitos da sua individualidade inicial, mas, quase que invariavelmente, se deixa corromper e degradar ao ponto de ficar abaixo do nível de integridade moral do indivíduo comum, transformando-se num doente mental desprezível. Hitler rolando no chão em transe de mania persecutória, Stálin deleitando-se de prazer sádico em condenar à morte seus amigos mais íntimos sob a alegação de crimes que não haviam cometido, Mao Dzédong abusando sexualmente de centenas de meninas camponesas que prometera defender contra a lubricidade dos proprietários de terras, mostram que o poder político acumulado nas mãos desses indivíduos não aumentou de um só miligrama o seu poder de controle sobre si mesmos, apenas colocou à sua disposição meios de impor seus caprichos individuais à massa de súditos desindividualizados. A solidariedade coletiva culmina no império do “Indivíduo Absoluto”.<sup>48</sup> E esse indivíduo, que a propaganda recobre de todas as pompas de um enviado dos céus, não é jamais um exemplo de santidade, virtude e heroísmo, mas sim de maldade, abjeção e covardia. O absoluto coletivismo é o triunfo do Egoísmo Absoluto.

O individualismo tomado em sua acepção negativa, por seu lado, não somente não pode ir até às

suas últimas conseqüências políticas, mas não tem sequer como ser levado à prática na esfera das ações individuais mais modestas. O total desamor aos semelhantes, a devoção exclusiva à busca de vantagens individuais, exclui por hipótese o desejo de reparti-las com outras pessoas. Sonhando ao próximo os benefícios obtidos na atividade egoísta, esse hipotético individualista extremado se subtrairia a si próprio de todo convívio humano e cairia na mais negra solidão, tornando-se *ipso facto* impotente para qualquer atividade social, portanto também para a consecução de seus objetivos egoístas. O tipo do usurário misantropo, que fugindo a todo contato humano se fecha no seu cofre-forte para desfrutar sozinho a posse de riquezas que não pode usar, é talvez um bom personagem de contos de fadas ou histórias em quadrinhos, mas não pode existir na vida real. Na mais arrojada das hipóteses, o prazer egoísta que ele poderia alcançar seria o de masturbar-se no banheiro, recusando-se a tomar como objeto de sua fantasia erótica senão a sua própria pessoa e ninguém mais. É da natureza das coisas que o coletivismo possa ser levado até aquele ponto extremo em que se converte no seu oposto – o reino do Indivíduo Absoluto –, ao passo que o individualismo egoísta só pode ser praticado dentro de limites estritos que não lhe permitem ir muito além da afetação e da pose. O individualismo egoísta não é uma linha de ação prática; é a justificação fingida com que um sujeito nem mais nem menos egoísta do que a média da humanidade se faz de *tough guy*. E é óbvio que mesmo o mais empedernido *tough guy* prefere desfrutar de prazeres em companhia de amigos, de parentes, de uma amante, em vez de trancar-se no banheiro com a sua própria pessoa só para não ter de admitir que fez algum bem ao próximo.

Quanto ao individualismo tomado no sentido do respeito e devoção à integridade dos indivíduos, sua prática não só é viável como constitui a única base sobre a qual se pode criar aquele ambiente de solidariedade humanitária que é a meta proclamada – e jamais alcançada – do coletivismo.

### § 7. O sentimento de solidariedade comunitária nos EUA

Não é coincidência que o país onde mais se cultivou a liberdade dos indivíduos seja também aquele em que a participação em atividades comunitárias de índole caritativa e humanitária seja a maior do mundo. Este traço da vida americana é amplamente ignorado fora dos EUA (e totalmente ocultado pelo anti-americanismo militante de Hollywood), mas não vejo motivo para acreditar antes nas opiniões deformadas e fantasias odientas da indústria internacional de mídia do que naquilo que vejo com meus próprios olhos todos os dias e que pode ser confirmado a qualquer momento com dados quantitativos substanciais. Eis alguns:<sup>49</sup>

1. Os americanos são o povo que mais contribui para obras de caridade no mundo.
2. Os EUA são o único país do mundo onde as contribuições populares para obras de caridade superam o total da ajuda governamental.
3. Entre os doze povos que mais doam em contribuições voluntárias – EUA, Reino Unido, Canadá, Austrália, África do Sul, República da Irlanda, Holanda, Singapura, Nova Zelândia, Turquia, Alemanha e França –, as contribuições americanas são mais que o dobro das do segundo colocado (Reino Unido). Se algum engraçadinho quiser depreciar a importância desse dado, alegando “Eles dão mais porque são mais ricos”, esqueça: as contribuições não estão aí classificadas em números absolutos, mas em porcentagem do PNB. Os americanos simplesmente arrancam mais do próprio bolso para socorrer pobres e doentes, mesmo em países inimigos. As solidaríssimas Rússia e China nem entram na lista dos contribuintes.

4. Os americanos adotam mais crianças órfãs – inclusive de países inimigos – do que *todos os outros povos do mundo somados*.

5. Os americanos são o único povo que, em cada guerra de que participam, reconstróem a economia do país derrotado, mesmo ao preço de fazer dele um concorrente comercial e um inimigo poderoso no campo diplomático. Comparem o que os EUA fizeram na França, na Itália, na Alemanha e no Japão com o que os chineses fizeram no Tibete ou a Rússia no Afeganistão.

6. Os americanos não oferecem aos pobres e necessitados somente o seu dinheiro. Dão-lhes o seu tempo de vida, sob a forma de trabalho voluntário. O trabalho voluntário é uma das mais velhas e sólidas instituições da América. Metade da população americana dedica o seu tempo a trabalhar de graça para hospitais, creches, orfanatos, presídios, etc. Que outro povo, no mundo, fez da compaixão ativa um elemento essencial do seu estilo de existência?

7. Mais ainda, o valor que a sociedade americana atribui às obras de generosidade e compaixão é tanta, que nenhum potentado das finanças ou da indústria pode se esquivar de fazer anualmente imensas contribuições a universidades, hospitais, etc., pois caso se recuse a fazê-lo será imediatamente rebaixado do estatuto de cidadão honrado ao de inimigo público.

O Prof. Dugin opõe o individualismo americano ao “holismo” russo-chinês. Diz que no primeiro as pessoas só agem segundo suas preferências individuais, enquanto no segundo elas se integram em objetivos maiores propostos pelo governo. Mas, com toda a evidência, os governos da Rússia e da China têm-lhes proposto antes matar os seus semelhantes do que socorrê-los: nenhuma obra caritativa, na Rússia e na China, jamais teve as dimensões, o custo, o poder e a importância social do Gulag, do Laogai e das polícias secretas, organizações tentaculares incumbidas de controlar todos os setores da vida social mediante a opressão e o terror.

Em segundo lugar, é verdade que os americanos não fazem o bem porque a isso são forçados pelo governo, mas porque são estimulados a fazê-lo pelos valores cristãos em que acreditam. A liberdade de consciência, em vez de descambar em pura anarquia e luta de todos contra todos, é moderada e canalizada pela unidade da cultura cristã que, malgrado todos os esforços da elite globalista para marginalizá-la e destruí-la, ainda é hegemônica nos EUA. John Adams, o segundo presidente dos EUA, já dizia que uma Constituição como a americana, assegurando liberdade civil, econômica e política para todos, só servia para um povo moral e religioso e para nenhum outro. A prova de que tinha razão é que, tão logo os princípios da moral cristã começaram a ser corroídos desde cima, pela ação do governo aliado às forças globalistas e à esquerda internacional que o Prof. Dugin tanto preza como reserva moral da humanidade, o ambiente de honestidade e rigidez puritana que prevalecia no mundo americano dos negócios cedeu lugar a uma epidemia de fraudes como nunca se vira antes na história do país. O fenômeno está amplamente documentado no livro de Tamar Frankel, *Trust and Honesty: America's Business Culture at a Crossroad*.<sup>50</sup>

O que digo não se baseia só em estatísticas. Vivo há seis anos neste país e aqui sou tratado com um carinho e uma compreensão que nenhum brasileiro, russo, francês, alemão ou argentino (para não falar de cubanos ou chineses) desfrutou jamais na sua própria terra. Tão logo me instalei neste matagal da Virgínia, vieram vizinhos de todos os lados, trazendo doces e presentes, oferecendo-se para levar as crianças à escola, para nos apresentar à igreja da nossa preferência, para nos mostrar os lugares interessantes da região, para nos ajudar a resolver problemas burocráticos, e assim por diante. *Good neighborhood* não é *slogan* de propaganda. É uma realidade viva. É uma instituição

americana, não existe em nenhum outro lugar do mundo e não foi o governo que a criou. Vem desde os tempos da Colônia de Jamestown (1602). Embora eu e minha família sejamos católicos, o primeiro lugar que visitamos aqui foi a Igreja Metodista, a mais próxima da minha casa. Chegamos lá, e que estavam fazendo os crentes? Uma coleta de dinheiro para os meninos de rua... do Brasil! Coleta acompanhada de discursos e exortações de partir o coração. Senti vergonha de contar àquela gente que, segundo estudos oficiais, a maior parte dos “meninos de rua” brasileiros têm casa, pai e mãe, e só estão na rua porque gostam. A compaixão americana ignora a mentira e a safadeza de muitos de seus beneficiários estrangeiros: nasce da crença ingênua de que todos os filhos de Deus são, ao menos no fundo, fiéis ao Pai.

Os americanos são tímidos e têm sempre a impressão de que estão incomodando. Logo após a recepção inicial, preferem manter distância, não se meter na sua vida. Só chegam perto se você os convida. “*I don’t want to impose*” é uma frase quase obrigatória quando visitam alguém. Mas tenha algum problema, sofra alguma dificuldade, e eles virão correndo para ajudá-lo, com a solícitude de velhos amigos. E isso não é só com os recém-chegados. Às vezes os próprios americanos, acostumados a ouvir falar mal do seu povo, se surpreendem ao descobrir a inesgotável reserva de bondade nos corações de seus compatriotas. Leiam este depoimento de Bruce Whitsitt, um campeão de artes marciais que de vez em quando escreve para o *American Thinker*:

Both before and after Dad died, good Samaritans came out of nowhere to offer aid and comfort. I discovered that my parents were surrounded by neighbors who had known them and cared about them for many years...

After it was all over, I was struck by the unbelievable kindness of everyone who helped.

At the end of the day, this tragedy reopened my eyes to the deep-running goodness of Americans. So many people in this country are decent and good simply because they have grown up in the United States of America, a society that encourages charity and neighborliness. Decency is not an accident; in countries such as the old Soviet Union, indifference was rampant and kindness rare because virtue was crushed at every turn. America, on the other hand, has cultivated freedom and virtuous behavior, which allows goodness to flourish. Even in Los Angeles – that city of fallen angels, the last place on earth where I would have expected it – I experienced compassionate goodness firsthand.

Goodness is not something that a beneficent government can bestow; it flows from the hearts of free citizens reared in a tradition of morality, independence, and resourcefulness.<sup>51</sup>

A nação americana foi fundada na idéia de que o princípio unificador da sociedade não é o governo, a burocracia estatal armada, mas a própria sociedade, na sua cultura, na sua religião, nas suas tradições e nos seus valores morais. O Prof. Dugin, que não parece conceber outro modelo de controle social senão a teocracia imperial russa, onde a polícia e a Igreja (mais tarde o Partido) agem de mãos dadas para acorrentar o povo, só pode mesmo imaginar os EUA como uma *selva selvaggia* de egoísmos em conflito, provando que nada sabe da vida americana.

Não há talvez outro país no mundo onde o senso de comunidade solidária seja tão forte quanto nos EUA. Quem quer que tenha vivido aqui por algum tempo sabe disso, e no mínimo se surpreende ante a presunção de que a China ou a Rússia sejam, sob esse aspecto, modelos que os americanos deveriam copiar.

Também é certo que esse senso comunitário só pode florescer num ambiente de liberdade, onde o governo não imponha à sociedade nenhum modelo “holístico” de bondade oficial. A maior prova disso é o conflito aberto que hoje existe entre aquilo que Marvin Olasky, num livro clássico, chama de “compaixão antiga” e a caridade estatal que há quatro décadas vem tentando tomar o seu lugar. Onde quer que esta última tenha prevalecido, aumenta a criminalidade, as famílias se dissolvem e o individualismo egoísta sufoca o espírito de bondade inerente ao individualismo libertário

tradicional.<sup>52</sup> Não foi só em livros como o de Olasky que aprendi isso. Vejo-o todos os dias com os meus próprios olhos. Na Virgínia, onde a população de negros é tão grande proporcionalmente quanto no Brasil, a diferença de conduta entre os negros velhos e os jovens dá na vista de cada visitante. Aqueles são as pessoas mais gentis do mundo, têm uma espécie de elegância natural que é o equilíbrio exato entre a humildade e a altivez. Os jovens são irritadiços, arrogantes, prontos a exhibir uma superioridade que não existe, a sentir-se ofendidos por qualquer bobagem e a chamar os brancos para briga sem o menor motivo. De onde vem a diferença? Os velhos foram criados no ambiente da compaixão antiga, os jovens no do assistencialismo estatal que os envenena de ressentimento “politicamente correto”.

A vida no interior dos EUA é a melhor prova de que a solidariedade comunitária não tem nada a ver com coletivismo estatal e é mesmo o contrário dele. Quanto mais intervenção “holista” aparece, mais os laços naturais se desfazem, mais as pessoas se afastam umas das outras, mais a “sociedade de confiança” de que falava Alain Peyrefitte<sup>53</sup> se deixa substituir pela sociedade da suspeita, da hostilidade mútua, do ódio e do exclusivismo grupal. É o caminho que leva, em última instância, ao Estado Policial. O Prof. Dugin sabe perfeitamente disso, tanto que sua defesa do “holismo” contra o “individualismo” culmina na apologia aberta e franca do regime ditatorial como modelo para o mundo inteiro.

### § 8. *Maldades comparadas*

O Prof. Dugin diz também que exponho suficientemente os pecados da KGB, do Partido Comunista e da Al-Qaeda, mas não menciono os crimes da América, como “a infantaria imperial, Hiroshima e Nagasaki, a ocupação do Iraque e do Afeganistão e o bombardeio da Sérvia”. Ele cobra de mim o que tenho a dizer sobre isso.

Ora, o que tenho a dizer são duas coisas:

Primeira: *Faça as contas*. – Segundo o Prof. R. J. Rummel, que é provavelmente o mais respeitado estudioso da matéria, o número de vítimas somadas de todas as ações violentas em que o governo americano esteve envolvido de 1900 a 1987 é de 1.634.000 pessoas (isso inclui duas guerras mundiais, com Hiroshima e Nagasaki de quebra, mais a guerra do Vietnã e todas as intervenções militares no exterior). A URSS, num período menor, de 1917 a 1987, matou 61.911.000 pessoas, e a China, de 1949 a 1987 apenas, matou 76.702.000. É uma questão de aritmética elementar concluir que os individualistas americanos, na pior das hipóteses, são cem vezes menos assassinos do que os solidários russos e chineses. Nenhum cérebro humano em seu funcionamento normal pode julgar que os níveis de periculosidade sejam iguais de parte a parte. Na ordem das ameaças mortíferas que pesam sobre a espécie humana, a China vem em primeiro lugar, a Rússia em segundo, os EUA em centésimo. Quando a humanidade tiver se livrado de noventa e nove de seus inimigos armados, começarei a me preocupar com a tão propalada “agressividade americana”. O Prof. Dugin busca atrair atenção para ela, inflando-a mediante palavras, para inverter a hierarquia das precauções razoáveis e tentar encobrir as ações dos verdadeiros genocidas, dos verdadeiros inimigos da espécie humana.

Segunda: *Olhe o mapa*. – A totalidade das vítimas feitas pelos EUA constitui-se de estrangeiros, mortos em combate em solo inimigo. Na contagem das vítimas da China e da Rússia, excluí de propósito as baixas militares: são todas civis desarmados, assassinados em tempo de paz por seus próprios governos. Quando o governo dos EUA, em tempo de paz, começar a matar cidadãos

americanos aos milhões, por motivo de mera discordância política, ficarei tão preocupado com isso quanto o Prof. Dugin deveria estar agora com os tibetanos, assassinados a granel pelos chineses e proibidos de praticar livremente sua religião nacional.

### *§ 9. Geopolítica e História*

Mais adiante, o Prof. Dugin defende a Geopolítica contra a minha ostensiva demonstração de pouco-caso para com essa ciência, ou pseudociência. Com justa razão, ele cobra de mim uma explicação a respeito. Lá vai ela.

Meu problema com a geopolítica é que, fornecendo uma descrição relativamente correta do estado de coisas a cada momento, ela encobre as causas decisivas do acontecer histórico sob uma fantasmagoria de entidades geográficas revestidas de uma aparência de vida própria.

As figuras que o praticante de geopolítica projeta no mapa, com nomes de nações, Estados, impérios, zonas de poder, etc., dando a impressão de que essas entidades agem e constituem os verdadeiros personagens da História, são apenas o resultado cristalizado das ações de forças históricas muito mais profundas e duradouras. Aquelas figuras movem-se na tela como sombras chinesas, dando a impressão de que têm vida própria, mas são apenas nomes e camuflagens de agentes bem diferentes delas.

Já expliquei esse ponto nas minhas apostilas “O método nas ciências sociais” e “Quem é o sujeito da História”, e aqui não posso senão resumi-las de maneira drástica e um tanto grosseira. As perguntas básicas são: (1) Que é a ação histórica? (2) Quem é o sujeito da História?

Ação é a mudança deliberada de um estado de coisas. Toda ação subentende (a) a continuidade temporal do sujeito; (b) a unidade e continuidade das suas intenções, tais como se revelam na seqüência que vai de um plano aos seus efeitos consumados. Todas as transformações no cenário histórico resultam de ações humanas, mas essas ações se mesclam, se obstaculizam, se neutralizam e se modificam mutuamente, de modo que ninguém controla o processo. As ações mescladas não têm um sujeito agente determinado, já que resultam precisamente da impossibilidade de algum agente fazer prevalecerem os seus objetivos sobre os dos demais. São transformações, mas não são propriamente ações. Só podemos falar de “ação histórica”, em sentido estrito, quando um agente determinado consegue controlar na medida do possível a situação como um todo e, seguindo uma linha identificável de continuidade, impor ao processo um rumo deliberado.

Exemplos de ação histórica são a travessia do Mar Vermelho pelos judeus, a cristianização da Europa pela Igreja Católica, a Reforma Protestante, a Revolução Francesa, a Revolução Russa e a Revolução Chinesa. Em todos esses casos um determinado agente conseguiu controlar o processo, impedindo que suas ações fossem neutralizadas pela interferência de outros agentes, e chegar portanto a resultados aproximadamente idênticos aos desejados.

A História compõe-se de dois tipos de processos: controlados e não controlados. Só os primeiros são ações históricas e têm um agente determinado. Os segundos têm sujeitos múltiplos, não seguem um rumo predeterminado e ninguém pode alegar ser o autor dos resultados que produzem.

Em segundo lugar, só se pode chamar ação histórica aquela que produza resultados duradouros para além da duração da vida dos agentes individuais envolvidos. A durabilidade no tempo é a marca da ação histórica. O que quer que se desfça no ar antes da morte do agente individual só entra na História, precisamente, como ação frustrada, dissolvida na pasta geral das ações concomitantes sou

supervenientes e incapaz de impor um rumo aos acontecimentos.

Agora, a segunda pergunta: Quem pode ser agente da ação histórica? Os Estados? As nações? Os impérios? É claro que não. Essas entidades resultam da combinação de forças heterogêneas que lutam para dominá-las desde dentro. Não têm vontade própria, mas refletem, a cada momento, a vontade do grupo dominante, que pode ser substituído por outro grupo no instante seguinte. Um Estado, uma nação, um império, é um agente aparente manejado por outros agentes mais duradouros, mais estáveis, capazes de dominá-lo e usá-lo para seus objetivos, que com frequência transcendem o prazo mesmo de duração das formações nacionais, estatais e imperiais das quais se serviram. Uma expressão como “História do Brasil” ou “História da Rússia” é apenas uma metonímia, que denomina como sujeito da ação a mera área geográfica onde a ação se desenrolou. É claro que, seguindo a narrativa ao longo de vários séculos, é possível captar algumas constantes, que darão uma aparência de unidade de ação ao que é apenas a recorrência de causas mistas, impessoais, que estão acima do controle de quem quer que seja. Não se trata de “ação”, mas do simples resultado impremeditado de milhares de ações e reações heterogêneas e inconexas. Por exemplo, observa-se que desde a Revolução de 1789 a França veio perdendo prestígio e poder, mas isso decerto não estava nos planos nem da monarquia, nem dos revolucionários, nem dos governos republicanos que se sucederam desde então. Esse processo, como outros similares, não é uma ação, não tem um sujeito, tem apenas objetos passivos, que o sofrem sem poder controlá-lo e no mais das vezes sem nem compreender a linha das causas e conseqüências que os arrastam como folhas levadas pelo vento.

Com toda a evidência, a ação histórica não pode ser compreendida pelos mesmos métodos que usamos para estudar um processo causal impremeditado. No caso deste, é preciso reconstituir as várias ações inconexas e averiguar como vieram a produzir um resultado que ninguém podia controlar. No caso da ação histórica, há no início do processo um projeto deliberado, na duração do seu curso uma seqüência coerente de ações, de ajustes e de reajustes que levam o processo a um fim determinado. A racionalidade da ação histórica é a de meios e fins, a dos processos incontrolados é uma conjectura interpretativa montada *a posteriori* por um historiador, muitas vezes tentando dar um sentido ao que não tem sentido algum. Neste processo, o intérprete dos acontecimentos históricos pode ser levado a atribuir unidade substancial, e portanto capacidade de ação histórica, a pseudo-agentes compósitos, sem vontade unificada, como as nações, os Estados, as classes sociais e até acidentes geográficos.

Do mesmo modo que as nações, as “classes sociais” não podem ser agentes históricos. Nenhuma delas teve e jamais terá uma unidade de propósitos apta a seguir um plano de ação coerente ao longo de duas, três, quatro gerações.

Para ser um agente histórico, o grupo ou entidade tem de:

- (a) Acalentar objetivos permanentes ou de longo prazo.
- (b) Ser capaz de prosseguir a consecução desses objetivos para além da duração de seus agentes individuais, para além da duração do estado de coisas presente e para além da duração até mesmo dos Estados, nações e impérios envolvidos.
- (c) Ser, portanto, capaz de reproduzir agentes individuais aptos a prosseguir a ação ao longo dos séculos e adaptar os planos originários às diferentes situações que se apresentam, sem perder de vista as metas iniciais.

Somente as seguintes entidades obedecem a essas condições:

- (1) As grandes religiões universais.
- (2) As organizações iniciáticas e esotéricas.
- (3) As dinastias reais e nobiliárquicas e suas similares.
- (4) Os movimentos e partidos ideológicos revolucionários.
- (5) Os agentes espirituais: Deus, anjos e demônios.

Tudo, absolutamente tudo o que acontece no cenário histórico, ou vem de uma dessas forças, ou é resultado de uma combinação descontrolada de forças. A própria formação e dissolução das nações, Estados e impérios vem disso – o que significa, em última análise, que essas entidades não são sujeitos agentes, mas resultados, e por isso mesmo também instrumentos, das ações de forças que as transcendem, abrangem e determinam, sendo essas forças constituídas ou pelos agentes históricos genuínos ou pela combinação descontrolada de ações diversas.

Já na primeira página de sua clássica *Teoria Geral do Estado*, o grande Georg Jellinek ensinava:

Os fenômenos da vida social humana dividem-se em duas classes: aqueles que são essencialmente determinados por uma vontade diretriz, e aqueles que existem ou podem existir sem uma organização devida a atos de vontade. Os primeiros estão submetidos necessariamente a um plano, a uma ordem, emanados de uma vontade consciente, em oposição aos segundos, cuja ordenação repousa em forças muito diferentes.<sup>54</sup>

Dessa advertência devem deduzir-se algumas regras metodológicas incontornáveis:

1) Jamais confundir os dois tipos de processos, nem aplicar indistintamente a um os conceitos explicativos desenvolvidos para o outro.

2) Não esquecer que os processos incontrolados também resultam, ao menos em parte, de ações deliberadas, porém parciais, que se mesclam e se modificam umas às outras sem um controle geral.

Infringir a regra número 1 é a ocupação primordial dos intérpretes mencionados acima, sobretudo aqueles que procuram identificar, sob a massa heteróclita de acontecimentos, um “sentido da História”. Ao mais mínimo sinal de uma coerência, de uma similaridade, de uma repetição analógica nos resultados de longo prazo das ações incontroladas, esses metafísicos do pseudo-ser estão prontos a aí descobrir premeditações inconscientes, intenções coletivas e, enfim, a atribuir a unidade de ação dos verdadeiros sujeitos a fantasmas coletivos, a abstrações e entes de razão.

### *§ 10. O verdadeiro agente histórico por trás do eurasismo*

Um exemplo de força histórica que transcende infinitamente as fronteiras e a duração de Estados e Impérios é a Igreja Ortodoxa, da qual o Prof. Dugin se diz um crente. Foi ela que deu unidade e conteúdo cultural ao império de Kiev. Sobreviveu a ele quando o centro de poder moscovita instaurou um novo império. Sobreviveu à queda desse império e às seis décadas de terror que se seguiram, e saiu incólume ao ponto de poder inspirar ao Prof. Dugin um novo projeto imperial russo. As sucessivas formações nacionais e estatais que apareceram e desapareceram do mapa russo ao longo dessa história são apenas sombras que o corpo gigantesco da Igreja Ortodoxa projeta sobre o mundo oriental, conservando sua unidade de propósitos enquanto as forças políticas surgem e se desfazem no ar como bolhas de sabão. Prof. Dugin: olhe para a sua Igreja, e saberá o que é um agente histórico. As unidades geopolíticas nascem da iniciativa dos agentes históricos e só parecem agir por si próprias porque os agentes genuínos, além de discretos por natureza, atuam num ritmo de fundo,

mais lento do que a própria formação e dissolução das unidades geopolíticas.

A força da Igreja Ortodoxa como agente histórico penetrou fundo no cérebro do próprio Prof. Dugin, moldando a sua noção “holista” do império teocrático. Ele não concebe o império senão como estrutura emanada da Igreja e unida a ela, simbolicamente, na pessoa do Tzar. Numa entrevista dada em 1998 a uma revista polonesa,<sup>55</sup> ele qualifica de “heresia” a distinção de Igreja e Império que moldou a civilização do Ocidente. Mas, sem essa separação, a única hipótese que resta é de as fronteiras da expansão religiosa coincidirem milimetricamente com o mapa do Império. Ora, os vários impérios ou nações imperiais existentes na história sempre tiveram fronteiras bem definidas que os separavam de outros impérios e das nações independentes. Neste caso, a religião imperial torna-se apenas uma religião nacional ampliada. Que é então o Tzar? Das duas uma, ou ele é o chefe de uma mera religião nacional sem possibilidade de expandir-se para além das suas fronteiras e olhando com mortal inveja a expansão da sua concorrente ocidental, ou então, se quer que sua religião se imponha como crença universal, tem de invadir todos os países e tornar-se imperador do mundo. Tanto o projeto Nacional-Bolchevique quanto a sua versão eurásiana nascem de uma contradição interna da religião imperial russa. O projeto eurásiano é a única saída que a Igreja Ortodoxa tem se não quiser ficar confinada aos limites da nação russa, falhando à sua missão declarada de religião universal. A Igreja Católica Romana, enquanto isso, pode expandir-se confortavelmente até as últimas fronteiras do Paraguai e da China sem precisar levar nas costas um império. Foi isso, de fato, o que aconteceu, enquanto a Igreja Ortodoxa, através do Prof. Dugin, ainda está buscando uma saída para o mundo e não vê outro meio de encontrá-la senão constituir-se em Império Mundial. Todo o mundo de idéias do Prof. Dugin é um reflexo de um drama interno, estrutural, da Igreja Ortodoxa. Toda a conversa sobre fronteiras geopolíticas é apenas um arranjo estratégico para tentar, uma vez mais, realizar o sonho impossível desse grande e portentoso agente histórico que, ao escolher ser religião imperial, se condenou a ficar preso dentro de fronteiras nacionais ou partir para uma guerra mundial.

---

<sup>35</sup> Houve, entre os leitores, alguns – poucos, felizmente – que foram idiotas o bastante para interpretar aquelas fotos como *captatio benevolentiae*, sem reparar que elas são a tradução humorística mas exata e realista de um fato puro e simples (que por sua vez ilustra sem a mais mínima ênfase retórica a distinção platônico-aristotélica fundamental), e até como sintoma de autopiedade, como se eu estivesse lamentando, e não agradecendo aos céus, a nulidade do meu estoque de armas de destruição em massa e outros instrumentos de ação bélica e política que abundam nas mãos do meu oponente. Pergunto-me onde eu poderia esconder, no jardim da minha casa, um arsenal de bombas atômicas e algumas toneladas de armas químicas, e a quem eu poderia vender essa tralha toda no caso de a guerra mundial não se realizar.

<sup>36</sup> É certo que ele diz que, se existem duas Américas, uma delas, aquela que defendo, é “puramente virtual”, e só a outra tem ação política significativa. Mas quanto vale esse raciocínio, ele mesmo o demonstra mais tarde, ao dizer que, dos três grupos globalistas que distingui, só um é politicamente ativo e relevante, enquanto os outros dois só tratam, coitados, de se defender. Se estar limitado a atitudes de defesa ante um poder maior é o mesmo que ser apenas virtual, então esse raciocínio não deveria aplicar-se somente à América conservadora, mas aos blocos russo-chinês e islâmico. No meu entender, o poder menor que uma facção desfruta não a torna meramente virtual, pois é das facções mais fracas que advêm, no curso do tempo, as grandes mudanças históricas. Se os dois blocos anti-ocidentais estão lutando para desalojar um inimigo mais poderoso, isso é o mesmo que está fazendo a América conservadora, hoje constituída por pelo menos metade do eleitorado dos EUA. Seria ótimo se o Prof. Dugin usasse os termos “real” e “virtual” com mais seriedade, em vez de empregá-los para fazer desaparecer do quadro os fatores que debilitam o seu argumento.

<sup>37</sup> Nicholas Hagger, *The Syndicate. The Story of the Coming World Government*, Ropley, Hants (UK), O-Books, 2004.

<sup>38</sup> E não são só exemplos pontuais. Destruir o poder, a economia e a soberania dos EUA por meio de medidas que depois serão atribuídas à motivação exatamente oposta e imputadas à “voracidade imperialista ianque”, tal tem sido a estratégia geral do Consórcio nas suas relações com o governo americano há muitas décadas. Vejam por exemplo a sucessão de acordos monetários globais celebrados desde Bretton Woods (1944). Todos eles são explicados como lances de um processo de dominação da economia mundial pelos EUA. É uma interpretação, nada mais, mas uma interpretação que, de tão repetida, encobre e torna invisível o fato bruto de que, quando esses acordos começaram, os EUA eram o maior credor do mundo; hoje são o maior devedor, à beira da falência. Se é verdade

- que “pelos frutos os conhecereis”, a verdade óbvia é que o poder do Consórcio e o dos EUA não crescem em proporção direta, mas inversa.
- 39 A qual acarretava ademais a criação de uma classe dominadora mais poderosa e indestrutível do que a própria burguesia jamais fora.
- 40 Olavo de Carvalho, “História de quinze séculos”, *Jornal da Tarde* (São Paulo), 17 de junho de 2004, reproduzido em [www.olavodecarvalho.org/semana/040617jt.htm](http://www.olavodecarvalho.org/semana/040617jt.htm).
- 41 Hoover Institution Press, Stanford University, 1968-1973.
- 42 Arlington House, 1974.
- 43 Buccaneer Books, 1999.
- 44 Liberty House, 1986.
- 45 Covenant House Books, 1993.
- 46 Especialmente as da África e da Ásia, que hoje refluem para a Europa e a América do Norte, num esforço heróico de recristianizar quem um dia os cristianizou. *By the way*, o padre da paróquia que frequento é um negro ugandense.
- 47 Mais explicações sobre este e outros tópicos desta mensagem foram dadas na minha aula número 99 do Seminário de Filosofia (26 de março de 2011), cuja transcrição se encontra nos sites [www.seminariodefilosofia.org](http://www.seminariodefilosofia.org) e [www.olavodecarvalho.org](http://www.olavodecarvalho.org).
- 48 O termo é de Julius Evola, mas usado aqui num sentido que não é necessariamente o dele.
- 49 V. The Center on Philanthropy, Indiana University, *Giving USA 2010. The Annual Report on Philanthropy for the Year 2009*, Giving USA Foundation, 2010; The Center for Global Prosperity, Hudson Institute, *The Index of Global Philanthropy and Remittances*, Hudson Institute, 2010; Charities Aid Foundation, *International Comparisons of Charitable Giving*, 2006; Virginia A. Hodgkinson et al., *Giving and Volunteering in the United States. Findings from a National Survey Conducted by The Gallup Organization*, Washington D. C., Independent Sector, 1999; Lori Carangelo, *The Ultimate Search Book: Worldwide Adoption, Genealogy and Other Secrets*, Baltimore (MD), Clearfield, 2011.
- 50 Oxford University Press, 2006.
- 51 “The great goodness of America”, em [http://www.americanthinker.com/2011/01/the\\_great\\_goodness\\_of\\_america\\_1.html](http://www.americanthinker.com/2011/01/the_great_goodness_of_america_1.html).
- 52 V. Marvin Olasky, *The Tragedy of American Compassion*, Wheaton, IL, Crossway Books, 1998 (reed. 2002).
- 53 Alain Peyrefitte, *La Société de Confiance. Essai sur les Origines et la Nature du Développement*, Paris, Odile Jacob, 1995.
- 54 Georg Jellinek, *Teoría General del Estado*, trad. Fernando de los Rios, México, FCE, 2004, p. 55.
- 55 Entrevista a Grzegorz Górný, *Fronda* (Varsóvia), 11-12, 1998.

# O OCIDENTE E SEU DUPLO

Alexandre Dugin

## *Alguns esclarecimentos*

Para dizer a verdade, estou um pouco desapontado com este debate com o Prof. Olavo de Carvalho. Pensei que encontraria nele um representante dos filósofos brasileiros tradicionalistas na linha de Guénon e Evola, mas ele acabou por se mostrar algo muito diferente e, de fato, muito esdrúxulo.

Também estou triste com seus ataques agressivos e histéricos contra meu país, minha tradição e pessoalmente contra mim. É algo que eu não estava preparado para encontrar. Se eu soubesse de seus modos de conduta, não teria concordado em participar deste debate: eu não gosto desse tipo de acusações vazias e de insultos diretos, de forma que continuarei somente devido à obrigação diante dos gentis jovens tradicionalistas que me convidaram a entrar neste desagradável tipo de diálogo – que em outras circunstâncias eu preferiria evitar.

Para começar, há algumas observações curtas a respeito de algumas afirmações do Prof. Carvalho:

A ciência política, como já afirmei, nasceu no instante em que Platão e Aristóteles distinguiram entre o discurso dos agentes políticos em conflito e o discurso do observador científico que tenta compreender o que se passa entre eles. É certo que com o tempo os agentes políticos podem aprender a usar certos instrumentos do discurso científico para seus próprios fins; é certo também que o observador científico pode ter preferências pela política deste ou daquele agente. Mas isso não muda em nada a validade da distinção inicial: o discurso do agente político visa a produzir certas ações que favoreçam a sua vitória, o do observador científico, a obter uma visão clara do que está em jogo, compreendendo os objetivos e meios de ação de cada um dos agentes, a situação geral onde a competição se desenrola, quais seus desenvolvimentos mais prováveis e qual o sentido dos acontecimentos no quadro mais amplo da existência humana...

Essa tese é derrubada por Marx em sua análise da ideologia como a base implícita da ciência como tal.<sup>56</sup> Não sendo eu um marxista, estou, no entanto, seguro de que essa observação é correta.

A função do observador científico torna-se ainda mais distinta da dos agentes quando ele não quer nem pode tomar partido de nenhum deles e se mantém à distância necessária para descrever o quadro com o máximo de realismo ao seu alcance.

Eu objeto que isso é simplesmente impossível. Não há nenhum lugar dentro da esfera do pensamento que possa ser completamente neutro em termos políticos. Todo pensamento humano é motivado e orientado politicamente. A vontade de poder permeia a natureza humana até suas profundezas. A distância evocada pelo Prof. Carvalho é ontologicamente impossível. Platão e Aristóteles eram ambos *politicamente engajados* não só na prática, mas também na teoria.

As fotografias que, a título de condensação humorística, anexei à minha primeira mensagem, documentam toda a diferença entre o agente político investido de planos globais e meios de ação em escala imperial e o observador científico não só desprovido de uma coisa e da outra, mas firmemente decidido a rejeitá-las e a viver sem elas até o fim dos seus dias, já que são desnecessárias e inconvenientes à missão de vida que ele escolheu e que é, para ele, a única justificativa razoável da sua existência.

O ultraje demonstrado um pouco antes contra o pólo “Russo-Chinês” e a identificação completamente ridícula entre Eurasianismo e comunismo é um testemunho brilhante da extrema parcialidade do Prof. Carvalho. A avaliação das grandes forças globais é baseada no pressuposto de uma escala que poderia ser tomada como medida – a quantidade de seres humanos mortos. Isso não é tão evidente e é, na verdade, antes um exemplo de anticomunismo político e de propaganda anti-russa que o resultado de uma “análise científica”. Sim, eu sou um agente político da *Weltanschauung*

eurasiana. E ao mesmo tempo sou um analista político e um cientista. Os dois aspectos não são completamente correspondentes. Em meus cursos na Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscou,<sup>57</sup> onde eu presido a cadeira do Departamento de Sociologia das Relações Internacionais, eu nunca professo minhas próprias visões políticas e sempre forneço o espectro completo das possíveis interpretações políticas dos fatos, mas não insisto em um ponto de vista concreto; sempre ressalto que há uma escolha. Ao mesmo tempo, essa escolha é, não apenas uma liberdade, mas também uma *obrigação*. Você é livre para escolher, mas *não é livre para não escolher*. Não há nunca algo como “neutralidade” política ou ideológica. Portanto, é um tanto incorreto apresentar o Prof. Carvalho como “neutro” ou “imparcial”, ao passo que sou “engajado” ou “ideologicamente motivado”. Somos ambos ideologicamente engajados e cientificamente envolvidos. Assim, eu continuo a considerar nossas fotos, não como “Professor x Guerreiro”, mas sim como “dois professores/guerreiros um contra o outro”. Finalmente, nos braços do Prof. Carvalho há uma arma. Não uma cruz, por exemplo. E, a propósito, há algumas fotos minhas segurando uma grande cruz durante cerimônias religiosas. Assim, isso nada ilustraria. Nossas religiões são diferentes tal como nossas civilizações o são.

Tanto eu quanto o Prof. Dugin estamos desempenhando nossas tarefas respectivas com o máximo de dedicação, seriedade e honestidade. Mas essas tarefas não são a mesma. A dele é recrutar soldados para a luta contra o Ocidente e a instauração do Império Eurasiano universal. A minha é tentar compreender a situação política do mundo para que eu e meus leitores não sejamos reduzidos à condição de cegos em tiroteio no meio do combate global, para que não sejamos arrastados pela voragem da História como folhas na tempestade, sem saber de onde viemos nem para onde somos levados.

Concordo, aqui, em um ponto. É verdade que “recrutar soldados para a luta contra o Ocidente e a instauração do Império Eurasiano universal” é minha meta. Mas isso é possível somente após ter obtido a visão correta da situação global do mundo, baseando-me numa precisa análise do equilíbrio de suas forças e de seus atores principais. Portanto, até o momento o Prof. Carvalho e eu temos estritamente a mesma tarefa. Se nossa compreensão das forças dominantes do mundo e de sua identificação é diferente, isso não significa automaticamente que eu seja motivado exclusivamente pela escolha política e geopolítica e que ele é motivado pelo raciocínio puramente “neutro” ou “científico”. Estamos ambos tentando entender o mundo no qual vivemos, e presumo que estamos ambos fazendo-o honestamente. Mas nossas conclusões não batem. Pergunto-me o porquê disso e tento encontrar razões mais profundas que o simples e óbvio fato do meu envolvimento político e ideológico. Nós dois queremos fazer nosso mundo melhor e não pior. Mas temos diferentes visões sobre o que é o Bem e o que é o Mal. Eu me questiono onde se assenta a diferença.

Creio que isso é um tanto resultado da divergência de nossas civilizações; temos respectivamente diferentes ontologias, antropologias e sociologias. Assim, a culpabilização e a demonização de um ao outro é o resultado de posições “etnocêntricas” necessárias e não argumentos finais para a escolha de um mal menor.

Ele emprega todos os instrumentos usuais da propaganda política: a simplificação maniqueísta, a rotulação infamante, as insinuações pífidas, a indignação fingida do culpado que se faz de santo e, *last not least*, a construção do grande mito soreliano – ou profecia auto-realizável –, que, simulando descrever a realidade, ergue no ar um símbolo aglutinador na esperança de que, pela adesão da platéia em massa, o falso venha a se tornar verdadeiro.

Ressaltando o pressuposto fato do “genocídio” comunista russo-chinês, o Prof. Carvalho joga exatamente o mesmo jogo da propaganda política pura, ou seja, joga com a falsa sensibilidade humanitária do público ocidental, sem reparar, a propósito, no genocídio planejado, real e existente

aqui e agora, que está sendo conduzido no Afeganistão, no Iraque ou na Líbia por sangrentos assassinos americanos (estou imitando aqui o estilo muito “científico” de política imposto pelo Prof. Carvalho).

Não digo, é claro, que o Prof. Dugin seja desonesto. Mas ele está se devotando honestamente a um tipo de combate que, por definição e desde que o mundo é mundo, é a encarnação da desonestidade por excelência.

Eu acho essa tese realmente estúpida. Eu não digo que o Prof. Carvalho seja estúpido, de forma alguma. Mas sinto, sinceramente, que a usurpação do direito de julgamento moral global em tais casos, como no de dizer o que é “honesto” ou “desonesto”, cabe perfeitamente na antiga tradição da estupidez extrema. Assim, ao ser astuto e sagaz, o Prof. Carvalho conscientemente fornece um argumento muito estúpido com o fim de ficar mais próximo do público da direita americana “cristã” que ele tenta influenciar.

E um ponto filosófico:

No entanto, a técnica filosófica milenar, que aquelas pessoas desconhecem por completo, ensina que as definições de termos expressam apenas essências gerais abstratas, possibilidades lógicas e não realidades.

A questão sobre o que é a realidade e como ela corresponde a “definições” ou “idéias” varia consideravelmente nas várias escolas filosóficas. O termo “realidade”, em si mesmo, é baseado na palavra latina *res*, “coisa”. Mas a palavra falha no grego. Em Aristóteles não encontramos tal palavra – ele fala sobre *pragma* (ação), *energia*, mas principalmente sobre *on*, o ser. Portanto, a “realidade”, como algo independente da mente (ou parcialmente dependente – em Berkeley,<sup>58</sup> por exemplo), é um conceito ocidental e pós-medieval, não algo universal. Diferentes culturas não sabem o que “a realidade” significa. É um conceito, nada mais. Um conceito entre tantos outros. Portanto, sua imposição como algo universal e ostensivo é um tipo de “racismo” intelectual. Antes de falar em “realidade” precisamos estudar cuidadosamente uma determinada cultura, civilização, *ethnos* e linguagem. A regra Sapir-Whorf, a tradição da antropologia cultural de F. Boaz e a antropologia estrutural de C. Levy-Strauss nos ensinam a sermos muito cuidadosos com palavras que têm um significado completo e evidente somente num contexto concreto. A cultura russa e chinesa têm diferentes entendimentos do que seja “realidade”, “fatos”, “natureza”, “objeto”. As palavras correspondentes têm seu próprio significado. O dualismo sujeito/objeto é uma característica um tanto específica do Ocidente. A “essência lógica” é outro conceito puramente ocidental. Há outras filosofias com diferentes estruturas conceituais – islâmica, hindu, chinesa.

*De uma definição não se pode jamais deduzir que a coisa definida existe*

Provar a existência não é uma tarefa fácil. A filosofia de Heidegger e, antes dele, a fenomenologia husserliana tentaram abordar, com sucesso problemático, a “existência” como tal.

Para isso é preciso quebrar a casca da definição e analisar as condições requeridas para a existência da coisa. Caso essas condições não se revelem autocontraditórias, excluindo *in limine* a possibilidade da existência, ainda assim essa existência não estará provada. Será preciso, para chegar a tanto, colher no mundo da experiência dados factuais que não somente a comprovem, mas que confirmem sua plena concordância com a essência definida, excluindo a possibilidade de que se trate de outra coisa bem diversa, coincidente com aquela tão-somente em aparência.

Esse é um tipo de abordagem positivista completamente descartada pelo estruturalismo e pelo Wittgenstein tardio.<sup>59</sup> É uma afirmação filosoficamente ridícula e muito ingênua. Mas todas essas considerações são detalhes de pouca importância. Todo o texto do Prof. Carvalho é tão cheio de afirmações pretensiosas e incorretas (ou completamente arbitrarias) que não posso seguir adiante. É

um tanto maçante. Prefiro ir direto ao ponto essencial:

*O que é que o Prof. Carvalho odeia?*

O texto do Prof. Carvalho transpira um ódio profundo. É um tipo de ressentimento (no sentido nietzscheano)<sup>60</sup> que lhe dá uma aparência peculiar. O ódio é em si mesmo completamente legítimo. Se não podemos odiar, não podemos amar. A indiferença é muito pior. Assim, o ódio que dilacera o Prof. Carvalho é algo a se elogiar. Busquemos então o que é que ele odeia e por que ele o faz. Ao ponderar sobre suas palavras, chego à conclusão de que *ele odeia o Oriente como tal*.

Isso explica a estrutura de seu ressentimento. Ele ataca a Rússia e a sua cultura holística (que ele descarta com um gesto de indignação), o Cristianismo Ortodoxo (que ele considera “mórbido”, “nacionalista” e “totalitário”), a China (com seu padrão coletivista), o Islam (que para ele é equivalente a “agressão” e “brutalidade”), o Socialismo e o Comunismo (no tempo da Guerra Fria eram sinônimos de Oriente), a Geopolítica (à qual ele arrogantemente nega o *status* de ciência), a hierarquia e a ordem tradicional vertical, os valores militares. Em seu ódio histórico contra tudo isso ele encontra seu alvo em minha pessoa. Portanto, ele me odeia e faz com que isso seja sentido. Estará ele correto em ver em mim e no Eurasismo a representação consciente de tudo isso? Serei eu o Oriente e o defensor dos valores orientais? Sim, isso é exato. Portanto, o seu ódio está corretamente direcionado, porque tudo o que ele odeia eu amo e estou pronto para defender e afirmar. Para mim, é um tanto difícil insistir na grandeza de meus valores. Muitos outros pensadores descreveram metodicamente os aspectos positivos do Oriente: ordem, holismo, hierarquia e a essência negativa do Ocidente e sua degradação. Por exemplo, Guénon. Certamente ele não tinha muito entusiasmo a respeito do comunismo e o coletivismo, mas a origem da degradação da civilização, ele a via exclusivamente no Ocidente e na cultura ocidental, precisamente no *individualismo ocidental* (ver *A Crise do Mundo Moderno*<sup>61</sup> ou *Oriente e Ocidente*<sup>62</sup>). É óbvio que as sociedades orientais modernas têm muitos aspectos negativos. Mas eles são em sua maioria resultados da modernização, ocidentalização e perversão das tradições ancestrais.

Em minha juventude (começo da década de 80), fui anticomunista no sentido guénoniano/evoliano. Mas, após ter conhecido a civilização moderna do Ocidente, e especialmente após o fim do comunismo, eu mudei de idéia e revisei esse tradicionalismo, descobrindo o outro lado da sociedade socialista, que é uma paródia da verdadeira Tradição, mas ainda assim muito melhor que a absoluta ausência de Tradição no mundo Moderno e Pós-Moderno. De maneira que amo o Oriente em geral e culpo o Ocidente. O Ocidente agora está se expandindo pelo planeta e a globalização é ocidentalização e americanização. Portanto, eu convido todo o resto a entrar em campo e lutar contra o Globalismo, a Modernidade/Hipermodernidade,<sup>63</sup> O Imperialismo *Yankee*, o Liberalismo, a religião do Livre Mercado e o Mundo Unipolar.<sup>64</sup> Estes fenômenos são o último ponto do caminho do Ocidente em direção ao abismo, a última estação do mal e a imagem quase transparente do anticristo/*ad-dadjal/erev rav*. O Ocidente é o centro da *Kali-Yuga*, seu motor e seu coração.

*O Prof. Carvalho culpa o Oriente e ama o Ocidente*

Mas começa aqui uma certa assimetria. Eu amo o Oriente como um todo, incluindo seus lados obscuros. O amor é forte, um sentimento muito forte. Você não ama somente os aspectos puros do ser amado, você o ama completamente. Somente tal amor é amor real. O Prof. Carvalho ama o Ocidente, mas não todo o Ocidente, só uma parte. Ele rejeita a outra parte. Para explicar muito de sua atitude

diante do Oriente, ele apela a uma teoria da conspiração. Cientificamente, isso é inadmissível e desacredita imediatamente a tese do Prof. Carvalho, mas neste debate creio que a correção científica não signifique muito. Eu não tento agradar ou convencer alguém. Eu estou interessado somente na verdade (*vincit omnia veritas*). Se o Prof. Carvalho prefere fazer uso de teoria da conspiração, deixemo-lo fazer.

### *A Conspirologia – Versão Olavo de Carvalho*

A teoria da conspiração exposta pelo Prof. Carvalho é, no entanto, banal e rasa. Existem muitas outras teorias de tipos mais extravagantes e brilhantes em seu idiotismo. Eu escrevi um volume grosso sobre a Sociologia da Teoria da Conspiração,<sup>65</sup> descrevendo versões muito mais estéticas,<sup>66</sup> como, por exemplo, as que estão reunidas nos livros de Adam Parfrey:<sup>67</sup> “Extraterrestres dominando o mundo”, ou o “governo reptiliano” de David Icke<sup>68</sup> ou, ainda, os seres subterrâneos, ou “Deros”, de R. Sh. Shaver,<sup>69</sup> que foram evocados de forma impressionante no filme japonês *Marebito*, de Takashi Shimitsu. Mas temos o que temos. Tentemos encontrar uma razão para que um professor brasileiro-americano sério aceite o risco de parecer um tanto lunático ao apelar para teorias da conspiração.

Parece que sei a resposta. O lado sério dessa argumentação não tão séria consiste na necessidade do Prof. Carvalho diferenciar o Ocidente que ele ama daquele que ele não ama. Portanto, Prof. Carvalho demonstra ser idiossincrático. Ele não somente detesta o Oriente (e conseqüentemente o Eurasianismo e a mim mesmo), mas também odeia parte do Ocidente. Para delimitar a fronteira no Ocidente, ele se utiliza da conspiração e do termo “Consórcio”, e poderia usar também “Sinarquia”, “Governo Global” e assim por diante. Aceitemo-lo por enquanto, de maneira que concordaremos sobre o “Consórcio”.

A descrição do “Consórcio” é surpreendentemente correta. Pode ser que o sentimento de correção de minha parte, no que concerne à análise, pode ser explicado pelo fato de que dessa vez compartilho do ódio do Prof. Carvalho. Assim, eu concordo com a descrição caricata da elite globalista e com todas as furiosas imagens a ela aplicadas. Aí, nosso ódio coincide. O Prof. Carvalho afirma que o Consórcio tem o controle do mundo contra a vontade e o interesse de todos os povos, suas culturas e tradições. Concordo com isso. Talvez os mitos Fabiano e de Rothschild sejam muito simplistas e ridículos, mas a essência é verdadeira. Existe, de fato, algo como uma elite global e ela *está agindo*.

Essa elite, no entanto, trabalha com uma infraestrutura ideológica, econômica e geopolítica concreta. Em outras palavras, essa elite é historicamente e geograficamente identificada e ligada a um conjunto especial de valores e instrumentos. Todos esses valores e instrumentos são absolutamente ocidentais. As raízes dessa elite remontam à modernidade européia, ao Iluminismo e ao surgimento da burguesia (W. Sombart<sup>70</sup>). A ideologia dessa elite é baseada no individualismo e no hiper-individualismo (G. Lipovetsky,<sup>71</sup> L. Dumont<sup>72</sup>). A base econômica dessa elite é o Capitalismo e o Liberalismo. O *Ethos* dessa elite é a Livre Competição. O suporte militar e estratégico dessa elite é, desde o primeiro quarto do século XX, os EUA e, depois do fim da Segunda Guerra Mundial, a Aliança do Atlântico. Assim, a elite global, ainda que seja chamada de “Consórcio”, é Ocidental e concretamente norte-americana.

### *A guerra eurásiana contra o Consórcio*

Vendo isso claramente, eu, como representante consciente do Oriente, faço um apelo à humanidade

para a consolidação de todos os tipos de alternativas para resistir à Globalização e à Ocidentalização a ela relacionada. Faço esse apelo primeiramente aos russos, meus compatriotas, convidando-os a rejeitar a corrupta elite pró-globalista, pró-ocidental que agora domina meu país, e a retornar à Tradição espiritual da Rússia (Cristianismo Ortodoxo e Império multi-étnico). Ao mesmo tempo, convido os povos muçulmanos e sua comunidade, bem como todas as outras sociedades tradicionais – chinesa, hindu, japonesa, *etc.* –, a unir-se a nós nessa batalha contra a Globalização, a Ocidentalização e contra a Elite Global. O inimigo está lutando com novos meios – com armas informacionais pós-modernas, com instrumentos financeiros e com um rede global. Deveríamos ser capazes de combatê-los na mesma base e de apropriar-nos da arte da ofensiva em rede. Espero sinceramente que os latino-americanos e também alguns norte-americanos honestos entrem na mesma luta contra essa elite, contra a pós-modernidade e contra a unipolaridade, pela Tradição, pela solidariedade social e pela justiça social. S. Huntington costumava usar a frase “o Ocidente contra o Resto”. Identifico-me com o *Resto* e o incito a manter-se de pé *contra o Ocidente*. Exatamente como os primeiros eurasianistas fizeram (N. S. Trubetskoy, P. N. Savitsky e outros).

Creio que, para ser concreta e operacional, a posição do Prof. Carvalho deveria ser ou conosco (o Oriente e a Tradição) ou com eles (o Ocidente e a Modernidade, com a modernização). Ele obviamente recusa tal escolha fingindo que há uma “terceira posição”. Ele prefere odiar e não lutar. Odiar o Oriente e odiar a Elite Globalista. Essa é sua decisão pessoal ou talvez a decisão de um certa direita cristã norte-americana, que é, no entanto, muito marginal ou sem interesse para mim.

Perdendo o restante de sua coerência, o Prof. Carvalho tenta fundir tudo o que ele odeia em um objeto. Ele indica, então, que a Elite Globalista e o Oriente (eurasianismo) estão vinculados. É uma teoria da conspiração nova e puramente pessoal. Ele poderia ampliar a panóplia com outras extravagâncias que poderiam soar algo como: “a própria Elite Globalista é dirigida por um diabólico centro no Oriente”, ou “O Oriente (e o socialismo) é um ventríloquo nas mãos de diabólicos banqueiros e de fanáticos do CFR, da Comissão Trilateral e assim por diante”. Parabéns. É muito criativo. A livre fantasia operando.

*O que é que o Sr. Carvalho ama?*

Neste ponto eu preferiria encerrar o debate. Mas acho que é possível prestar um pouco mais de atenção às forças “positivas” descritas por Carvalho como sendo vítimas da Elite Global. Elas representam o que o Prof. Carvalho *ama*. Isso é importante.

Ele lhes dá nomes: cristianismo ocidental (do tipo ecumenista – vide sua descrição de sua visita à Igreja Metodista, sendo ele um católico romano), o Estado Judeu Sionista e os direitistas nacionalistas americanos (presumo que ele exclua os *neocons* da lista acima, uma vez que estes evidentemente pertencem à elite global). Ele também admira os singelos americanos do campo (que eu pessoalmente também acho bem simpáticos).

Esse conjunto de exemplos positivos é eloqüente. É a *trivia* do direitismo americano. Poderíamos considerá-lo como o lado direito do Ocidente moderno, ou melhor, o lado “paleoconservador” do Ocidente moderno. Historicamente eles são perdedores em todos os sentidos. Eles perderam (como o demonstra P. Buchanan<sup>73</sup>) a batalha pelos EUA, e inclusive pelo Partido Republicano, onde as principais posições foram tomadas pelos neoconservadores com clara visão globalista e imperialista<sup>74</sup> (vide também PNAC<sup>75</sup>). Eles são perdedores diante da elite globalista que controla atualmente ambos os partidos políticos nos EUA. Eles estão vivendo num passado que precede

imediatamente o real momento pós-moderno e globalista. Ao mesmo tempo, eles não têm a força interna para aderir a uma revolução conservadora<sup>76</sup> – seja ao estilo evoliano, seja no sentido europeu mais amplo.<sup>77</sup>

O ontem do Ocidente preparou o hoje do Ocidente como um Ocidente Global. Os valores ocidentais de ontem, incluindo o cristianismo ocidental, prepararam os valores hipermodernos de hoje. Pode-se rejeitar esse último passo, mas o passo precedente, que vai na mesma direção, não pode ser considerado uma alternativa séria.

O cristianismo ocidental enfatizou o indivíduo como o centro da religião e fez da salvação um assunto estritamente individual. O protestantismo levou essa tendência ao seu fim lógico. Negando cada vez mais a ontologia holística da sociedade orgânica do cristianismo ocidental, desembocou-se, na Modernidade, na auto-negação (deísmo, ateísmo, materialismo, economicismo). O sociólogo francês Louis Dumont, em seus excelentes livros *Essai sur l'Individualism*<sup>78</sup> e *Homo Aequalis*,<sup>79</sup> demonstra que o individualismo metodológico é o resultado do esquecimento e da expurgação direta, por parte dos escolásticos ocidentais, da tradição teológica greco-romana inicial e original, a qual foi conservada intacta em Bizâncio e na Igreja Oriental como um todo. A visão social da Igreja como o corpo de Cristo é mais desenvolvida no catolicismo do que no protestantismo, e no catolicismo da América Latina mais que em outros lugares. O catolicismo foi imposto à força no tempo da colonização, mas o espírito das culturas aborígenes e a atitude sincrética das elites espanholas e portuguesas deram origem a uma forma religiosa especial de catolicismo – mais holístico que o da Europa e muito mais tradicional que o protestantismo, o qual é extremamente individualista. O Prof. Carvalho prefere aquele tipo ocidental de cristianismo que, de acordo com L. Dumont e W. Sombart (assim como também M. Weber<sup>80</sup>), seria o precursor do secularismo moderno.

Algumas palavras sobre o Estado judeu. Do ponto de vista de sua truculência, o terno amor do Prof. Carvalho pelo sionismo é bem tocante. A inconsistência de sua visão encontra aqui seu apogeu. Eu não tenho nada contra Israel, mas a crueldade na repressão aos palestinos é evidente. Em Israel há tradicionalistas e modernistas, forças antiglobalistas e representantes da elite global. O fronte antiglobalista é formado pelos grupos religiosos anti-americanos, anti-liberais e anti-unipolares e pelos círculos da esquerda anti-capitalista e anti-imperialista. Eles podem ser bons, quer dizer, “eurasianos” e “orientais”.<sup>81</sup> Mas o Estado judeu em si mesmo não é algo “tradicional”. Como um todo, é uma entidade capitalista moderna e atlantista e um aliado do imperialismo americano. Israel já foi diferente em outros tempos e poderá ser diferente no futuro. Mas no presente está bem do outro lado da batalha. Além disso, as teorias da conspiração (Consórcio, etc.) incluem quase sempre banqueiros judeus no coração da elite globalista ou da conspiração mundial. Permanece um mistério o porquê de o Prof. Carvalho modernizar a teoria da conspiração excluindo os judeus da versão principal.

Minha opinião: os paleoconservadores americanos estão condenados. O discurso deles é incoerente, fraco e muito idiossincrático.

Se alguns bravos e honestos norte-americanos quiserem lutar contra a elite globalista como o último estágio da História Ocidental, como fim da história, que se unam, por favor, às nossas tropas eurásianas. Nossa luta é, em certo sentido, universal, assim como é universal o desafio globalista. Temos diferentes tradições, mas ao defendê-las confrontamos o inimigo comum de qualquer tradição. Assim, exploraremos nossas respectivas zonas de influência no mundo multipolar somente depois da

nossa vitória comum sobre a Besta. A Besta americana-atlantista-liberal-globalista-capitalista-pós-moderna.

Houve um tempo em que o Ocidente teve sua própria Tradição. Perdeu-a parcialmente. Foi contaminada parcialmente por germes venenosos. O Ocidente deveria fazer uma busca em suas profundas raízes ancestrais, mas essas raízes levam ao mesmo passado indo-europeu eurasiático,<sup>82</sup> o glorioso passado dos citas, dos celtas, dos sármatas, dos alemães, eslavos, hindus, persas, romanos e suas sociedades holísticas, sua cultura guerreira e hierárquica, e aos seus valores místicos e espirituais que nada tinham em comum com a atual e degenerada civilização mercantil e capitalista.

Para retornar à Tradição, precisamos levar a cabo a revolta contra o mundo moderno e contra o Ocidente moderno, uma revolta que seja absoluta – espiritual (tradicionalista) e social (socialista). O Ocidente está em agonia. Precisamos salvar o mundo dessa agonia e talvez salvar o próprio Ocidente. *O Ocidente Moderno e Pós-Moderno tem que morrer*. Se houver valores tradicionais reais em seus fundamentos (e eles certamente existem), salvá-los-emos somente no processo da destruição global da Modernidade/Hipermodernidade.

Então, os melhores representantes do Ocidente, do Ocidente profundo e nobre, deveriam ficar *com* o Resto<sup>83</sup> (ou seja, conosco, eurasiáticos) e *não contra* o Resto.

É claro que o Prof. Carvalho escolheu o outro campo fingindo que não escolheu nenhum. É uma pena, porque precisamos de amigos. Mas cabe a ele decidir. Aceitaremos qualquer solução – encontrar seu próprio caminho na História, na Política, na Religião e na Sociedade é a dignidade íntima de um homem.

---

<sup>56</sup> Karl Marx, *The German Ideology*.

<sup>57</sup> Em nossa faculdade, mais de cinco mil estudantes recebem educação em sociologia, ciência política, geopolítica e relações internacionais.

<sup>58</sup> Berkeley's *Philosophical Writings*, New York, Collier, 1974.

<sup>59</sup> Ludwig Wittgenstein, *Philosophische Untersuchungen*, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1984.

<sup>60</sup> Max Scheler, *Ressentiment im Aufbau der Moralen*, Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann, 1978.

<sup>61</sup> René Guénon, *La crise du monde moderne*, Paris, 1927.

<sup>62</sup> Idem, *Orient et Occident*, Paris, 1924.

<sup>63</sup> Gilles Lipovetsky, *Les temps hypermodernes*, Paris, Grasset, 2004.

<sup>64</sup> Charles Krauthammer, *Universal Dominion: Toward a Unipolar World*, National Interest, Winter 1989/90.

<sup>65</sup> Alexandre Dugin, *Konspirologiya*, M, 2005.

<sup>66</sup> V. também Michael Barkun, *A Culture of Conspiracy: Apocalyptic Visions in Contemporary America*, University of California Press, Los Angeles, 2003.

<sup>67</sup> *Apocalypse Culture*, Adam Parfrey Amok Press, 1988; Adam Parfrey, *Cult Rapture: Revelations of the Apocalyptic Mind*, Feral House, 1995; Stephen Jay Gould, Roger Manley, Adam Parfrey, Dalai Lama, Rebecca Hoffberger (prefácio), *End Is Near!: Visions of Apocalypse, Millennium and Utopia*, Dilettante Press, 1998.

<sup>68</sup> David Icke, *The Biggest Secret: The Book That Will Change the World*, Bridge of Love Publications, 1999.

<sup>69</sup> Michael Mott, *This Tragic Earth: The Art and World of Richard Sharpe Shaver*, TGS/Hidden Mysteries Publishing, 2007.

<sup>70</sup> W. Sombart, *Handler und Helden: Patriotische Besinnungen*, Munich, 1915.

<sup>71</sup> Gilles Lipovetsky, *L'ère du vide. Essais sur l'individualisme contemporain*, Paris, Gallimard, 1983.

<sup>72</sup> Louis Dumont, *Essais sur l'individualisme*, Paris, Le Seuil, 2002.

<sup>73</sup> P. Buchanan, *The Death of the West: How Dying Populations and Immigrant Invasions Imperil Our Country and Civilization*, 2002.

<sup>74</sup> P. Buchanan, *Where the Right Went Wrong: How Neoconservatives Subverted the Reagan Revolution and Hijacked the Bush Presidency*, 2004.

<sup>75</sup> <http://www.newamericancentury.org/statementofprinciples.htm>.

<sup>76</sup> Julius Evola, *Rivolta contro il mondo moderno*, Roma, Edizioni Mediterranee, 1969.

<sup>77</sup> Armin Mohler, *Die Konservative Revolution in Deutschland 1918–1932. Ein Handbuch*, Graz, 2005.

<sup>78</sup> Louis Dumont, *Essais sur l'individualisme*, Paris, Le Seuil, 2002.

- 79 Idem, *Homo Æqualis I: genèse et épanouissement de l'idéologie économique*, Paris, Gallimard/BSH, 1977; *Homo Æqualis II: l'Idéologie allemande*, Paris, Gallimard/BSH, 1978.
- 80 Max Weber, *The Protestant ethic and the spirit of capitalism*, Translated by Talcott Parson, New York, Charles Scribner's Sons, 1930.
- 81 Yakob Bromberg, *Evrei y Evraziya*, Moskva, Agraf, 2002.
- 82 Alain de Benoist, *Indo-Européens : à la recherche du foyer d'origine*, Nouvelle École, 1997.
- 83 Alain de Benoist, *Europe, Tiers monde, même combat*, Robert Laffont, 1986.

# CONTRA O BOLCHEVISMO DE DIREITA (OU O TRADICIONALISMO DE ESQUERDA)

Olavo de Carvalho

Respondendo ponto por ponto

## *Introdução*

Que respondeu o Prof. Dugin à minha refutação do contraste mecânico entre individualismo e coletivismo? Nada.

Que respondeu à minha demonstração de que o sentimento “holístico” de solidariedade comunitária está mais vivo nos EUA do que em qualquer país do bloco eurasiático? Nada.

À minha comparação entre as maldades respectivas dos EUA, da Rússia e da China? Nada.

Às minhas explicações sobre a natureza da ação histórica e a identidade dos verdadeiros agentes da História? Nada.

À minha sondagem do conflito estrutural que transforma a Igreja Ortodoxa em instrumento dócil de qualquer projeto imperialista russo? Nada.

Ele preferiu fugir de todas as questões decisivas e, simulando dignidade ofendida, sair do palco batendo pezinho, como uma *prima donna* de cabaré. E ainda diz que o histérico sou eu.

De passagem, foi roendo pelas beiradas, tocando em pontos secundários da minha mensagem, aos quais também não respondeu satisfatoriamente, limitando-se a bater no peito arrotando superioridade e a me atribuir idéias que não tenho, que foram inventadas por ele mesmo com a finalidade de impugná-las facilmente e cantar vitória numa batalha imaginária.

É claro que não vou dar o troco na mesma moeda. Meus dons teatrais são nulos ou desprezíveis, como atestava, com a autoridade soberana de ex-aluno de Stanislavsky, o grande ator e diretor russo-brasileiro Eugênio Kusnet, ao declarar, com razão, que eu era o pior aluno do seu Curso de Teatro, o qual, para grande alívio dele, aliás frequentei por mera curiosidade, sem nenhum intuito maligno de impor ao público minhas abomináveis *performances*.

Em compensação, sou um adestrado estudioso e praticante da arte de argumentar, sobre a qual publiquei ao menos dois livros pioneiros.<sup>84</sup> Como tal, sei o que é um debate, e tenho a certeza de que não é aquilo que o Prof. Dugin imagina que seja, isto é, uma gesticulação circense destinada a fazê-lo parecer bonzinho e a afivelar no rosto do adversário uma máscara repugnante. Isso é apenas disputa de vaidades, um jogo besta que, para mim, tem tanto interesse quanto uma luta de minhocas por um buraco no solo.

O que vou fazer aqui é responder ao Prof. Dugin ponto por ponto, com a meticulosidade sistemática de quem não quer destruí-lo, mas retirá-lo da turva confusão em que se afoga. Nas linhas que se seguem, cada desconversa escorregadia do Prof. Dugin será cuidadosamente reconduzida às questões centrais que ele tentou evitar, e respondida com franqueza direta, sem poses nem caretas.

Para facilitar a leitura, dividi o texto do Prof. Dugin em sessenta parágrafos numerados (incluindo as citações que ele faz da minha segunda mensagem), que aqui reproduzo, fazendo-os seguir das minhas respostas.

A extensão desta mensagem não advém de nenhum prazer erótico que eu sinta em redigir textos compridos, mas do simples fato de que – citando-me a mim próprio pela milésima vez – a mente humana é constituída de tal forma que o erro e a mentira sempre podem ser expressos de maneira mais sucinta que a sua refutação. Uma única palavra falsa requer muitas para ser desmentida.

## 1. Desapontamento

Para dizer a verdade, estou um pouco desapontado com este debate com o Prof. Olavo de Carvalho. Pensei que encontraria nele um representante dos filósofos brasileiros tradicionalistas na linha de Guénon e Evola, mas ele acabou por se mostrar algo muito diferente e, de fato, muito esdrúxulo.

Da minha parte, não estou desapontado. Mesmo chamado de *queer*<sup>85</sup> – um adjetivo cujas conotações o Prof. Dugin finge ignorar –, agora é que estou gostando deste debate. Quando meu oponente começa a ficar enfezado, apelando a rotulações pejorativas, blefes descarados e argumentos de autoridade, sem responder praticamente nada à substância do que eu disse, começo a entender que eu tinha até mais razão do que imaginava de início.

Fico especialmente feliz quando meu contendor usa palavras que contrastam de tal modo com a sua conduta real, que não preciso, para desmenti-lo por completo, senão apelar ao testemunho de suas próprias ações.

O Prof. Dugin é um pregador ostensivo da guerra e do genocídio. Ele confessa que odeia o Ocidente inteiro e que tem por objetivo declarado provocar uma Terceira Guerra Mundial, varrer o Ocidente da face da Terra e instaurar por toda parte algo que ele mesmo define como uma ditadura universal.<sup>86</sup> Ele já disse que nada o entristece mais que o fato de Hitler e Stálin não terem se aliado para destruir a França, a Inglaterra e tudo o mais que encontrassem pela frente, distribuindo ao universo inteiro os benefícios que já haviam prodigalizado aos internos do Gulag e de Auschwitz.<sup>87</sup>

Quando um homem com essas idéias me chama de agressivo e odiento, não posso senão concluir que estou diante de um exemplo vivo de *delírio de interpretação*,<sup>88</sup> um dos traços definidores da mentalidade revolucionária, sentindo-me satisfeito como o Dr. Charcot quando, diante da platéia acadêmica, suas pacientes reagiam exatamente conforme o ponto de psiquiatria clínica que ele desejava ilustrar.

## 2. Ataques

Também estou triste com seus ataques agressivos e histéricos contra meu país, minha tradição e pessoalmente contra mim.

(1) Não, Prof. Dugin. Quem atacou o seu país e a sua tradição não fui eu. Foram Lênin e Stálin, que o senhor considera preferíveis a Ronald Reagan e até a Barack Obama. Eu me limitei a dizer o óbvio: que todos os russos que aplaudiram aqueles dois deveriam trabalhar para pagar indenizações aos familiares de suas vítimas. Isso é ofensivo? Ou a Justiça foi feita só para os alemães, tendo os russos e chineses um certificado celeste de imunidade? Da sua tradição religiosa eu também não disse nada que o senhor já não tivesse dito antes: que é uma religião estatal, que tem por chefe o tzar ou quem esteja no lugar dele, que portanto não pode se expandir para fora de suas fronteiras senão pela ocupação político-militar de terras estrangeiras. Que é que o senhor tem feito senão demonstrar isso com uma constância notável?

*By the way*, se o senhor acredita mesmo em holismo e coletivismo, tem de admitir que não faz sentido individualizar as culpas dos políticos, absolvendo ao mesmo tempo a entidade coletiva que lhes deu força e apoio. Ou todos somos indivíduos livres e responsáveis, e neste caso as culpas têm

de ser avaliadas indivíduo a indivíduo – mas o senhor considera isso uma abominável ideologia ocidental –, ou então, meu filho, a coletividade cuja alma se projeta e se condensa num Stálin ou no tzar é culpada dos atos de Stálin e do tzar.

(2) É bem significativa, aliás, a sua escolha da palavra *attack* em vez de *offend* ou *insult*, muito mais adequados para designar uma investida meramente verbal. O Prof. Dugin prega abertamente a destruição do catolicismo pela força, por meios militares e policiais, especialmente nos países do Leste Europeu,<sup>89</sup> onde a Igreja Católica já sofreu toda sorte de perseguições e restrições. É compreensível que, alimentando esse sonho sangrento, ele se sinta “atacado” ao menor sinal de uma crítica que um homem desarmado faça à Igreja Ortodoxa sem a menor intenção de suprimi-la do mapa. É também altamente significativo que após essa reação desproporcional, histérica no sentido mais literal e técnico do termo, ele diga que o histérico sou eu. A mente revolucionária vive de inculpação projetiva.

### 3. *Surpresa*

É algo que eu não estava preparado para encontrar.

Oh, não mesmo. Com suas bazucas e tanques, ele estava preparado para estimular a matança de algumas centenas de milhões de pessoas, mas jamais poderia esperar que uma delas reclamasse um pouco.

### 4. *Insulto e revide*

Se eu soubesse de seus modos de conduta, não teria concordado em participar deste debate: eu não gosto desse tipo de acusações vazias e de insultos diretos (...)

O primeiro a insultar foi o Prof. Dugin, e eu tenho o péssimo hábito de revidar. Não há insulto pior que a insinuação semivelada, no estilo do melhor intrigante de ópera bufa. O Prof. Dugin tentou me apresentar aos meus compatriotas como um traidor da pátria, um inimigo do meu país. Um país no qual ele nunca esteve, do qual sabe quase nada, e cujo apoio ele agora pretende conquistar na base da lisonja barata, sem avisá-lo de que, no Império Eurasiano Universal, dificilmente terá sorte melhor do que teve a Ucrânia sob o domínio russo ou o Tibete sob a ocupação chinesa. Esperava ele que, depois disso, eu lhe devolvesse um tapinha com luvas de pelica? Quem me conhece sabe que odeio as meias-palavras, o veneno doce, a intriga pérfida sussurrada em tom melífluo. Se você quer discutir comigo, ou me respeite ou não fique depois choramingando que está com dor de barriga. Seja homem.

### 5. *Delícia*

(...) de forma que continuarei somente devido à obrigação diante dos gentis jovens tradicionalistas que me convidaram a entrar neste desagradável tipo de diálogo – que em outras circunstâncias eu preferiria evitar.

Por que “desagradável”? Isto está uma delícia!

### 6. *Tudo é política?*

Para começar, há algumas observações curtas a respeito de algumas afirmações do Prof. Carvalho:

«A ciência política, como já afirmei, nasceu no instante em que Platão e Aristóteles distinguiram entre o discurso dos agentes políticos em conflito e o discurso do observador científico que tenta compreender o que se passa entre eles. É certo que com o tempo os agentes políticos podem aprender a usar certos instrumentos do discurso científico para seus próprios fins; é certo também que o observador científico pode ter preferências pela política deste ou daquele agente. Mas isso não muda em nada a validade da distinção inicial: o discurso do agente político visa a produzir certas ações que favoreçam a sua

vitória, o do observador científico, a obter uma visão clara do que está em jogo, compreendendo os objetivos e meios de ação de cada um dos agentes, a situação geral onde a competição se desenrola, quais seus desenvolvimentos mais prováveis e qual o sentido dos acontecimentos no quadro mais amplo da existência humana...»

Essa tese é derrubada por Marx em sua análise da ideologia como a base implícita da ciência como tal. Não sendo eu um marxista, estou, no entanto, seguro de que essa observação é correta.

A função do observador científico torna-se ainda mais distinta da dos agentes quando ele não quer nem pode tomar partido de nenhum deles e se mantém à distância necessária para descrever o quadro com o máximo de realismo ao seu alcance.

Por essa, eu é que não esperava. Cresci ouvindo essa patacoada do engajamento inevitável, da politização universal de todos os atos humanos, e não imaginava que o Prof. Dugin tentaria me intimidar com essa pegadinha, um chavão sem sentido que nenhum filósofo com algum treinamento pode levar a sério nem por um minuto. Como toda expressão de ignorância grossa, essa traz em si, condensada e compactada, uma multidão de confusões vulgares que só a educação, ao longo do tempo, pode desfazer. Não tenho a menor pretensão de sanar as falhas da educação do Prof. Dugin, mas, só a título de sugestão, dou aqui uma breve lista de questões às quais ele faria bem de consagrar alguma atenção nos próximos anos. Vejamos:

(1) “Todo pensamento humano é motivado e orientado politicamente” é uma afirmação baseada na mera confusão entre conceito e figura de linguagem. Todos os atos humanos “podem”, em tese e idealmente, ter alguma relação mais próxima ou mais remota com a política, mas nem todos podem ser “politicamente orientados e motivados” no mesmo grau e no mesmo sentido. Nenhuma intenção política me move quando vou ao banheiro, visto minhas calças, tomo um refrigerante, como um sanduíche, ouço uma cantata de Bach, arrumo os papéis no meu escritório ou corto a grama do meu jardim (a não ser que o propósito de evitar uma invasão de cobras seja um preconceito político contra essas gentis criaturas). A ligação dos atos humanos com a política distribui-se numa escala que vai de 100 por cento a algo como 0,00000001 por cento. Quando, por exemplo, George W. Bush fazia pipi, seria isso um ato político no mesmo grau e no mesmo sentido da declaração de guerra ao Iraque? Com toda a evidência, a proposição “Todo pensamento humano é motivado e orientado politicamente” salta da mera notícia de uma participação que pode ser vaga e remotíssima à afirmação peremptória de uma identidade substancial perfeitamente inexistente e de uma igualdade quantitativa impossível. Não é um conceito. É uma figura de linguagem, uma hipérbole. Como tal, não descreve nenhuma realidade objetiva, mas a ênfase que o falante deseja imprimir ao assunto – numa escala que pode ir da mera demanda de atenção até à abolição psicótica do senso das proporções. A declaração do Prof. Dugin inclui-se claramente nesta última categoria.

(2) Todos os atos humanos, por definição, participam, em grau maior ou menor, de todas as dimensões não só da vida humana, mas da existência em geral. Nenhum participa delas todas no mesmo nível e com a mesma intensidade. Assim, afirmações do tipo “tudo é física”, “tudo são átomos”, “tudo é psicologia”, “tudo é biologia”, “tudo é teatro”, “tudo é jogo”, “tudo é religião”, “tudo é vontade de poder”, “tudo é economia”, “tudo é sexo” e “Todo pensamento humano é motivado e orientado politicamente” são ao mesmo tempo irrefutáveis e vazias. Não podem ser contestadas, porque não dizem nada.

(3) A afirmação “Não há nenhum lugar dentro da esfera do pensamento que pode ser completamente neutro em termos políticos” é uma confusão primária entre gênero e espécie: entre a política como uma das dimensões gerais da existência e as várias disputas políticas em especial, historicamente existentes aqui e ali. Ainda que se aceitasse, *ad argumentandum*, a hipótese de que todos os atos humanos são políticos, isso não implicaria de maneira alguma a conclusão de que cada ser humano

tem de tomar posição em todas as disputas políticas que se travam no seu tempo. A possibilidade mesma de tomar posição implica a seleção prévia de quais disputas são relevantes e quais são indiferentes ou falsas. A neutralidade ante uma multidão de questões políticas é não somente possível, mas é uma condição indispensável para a tomada de posição em qualquer uma delas em particular.

(4) Não posso crer que o Prof. Dugin seja ingênuo ao ponto de ignorar que a definição dos objetivos do jogo político e a delimitação dos campos são, elas próprias, atitudes políticas fundamentais. “Moldar o debate” é o meio mais rápido e eficiente de vencê-lo por antecipação. Ora, uma vez delineada uma disputa política, nada impede que um cidadão, em vez de tomar partido de um time ou do outro, rejeite a disputa mesma e proponha, em lugar dela, uma outra completamente diversa, desprezando a primeira não somente como irrelevante, mas falsa, e recusando-se portanto a optar entre contendores que, na sua opinião, são apenas sombras projetadas na parede para iludi-lo. Neste caso, ele tem de permanecer neutro na disputa alheia precisamente para poder tomar partido na sua própria.

Este mesmo debate exemplifica isso de maneira superlativamente clara. O Prof. Dugin, tal como os globalistas ocidentais, quer me forçar a optar entre “o Ocidente e o Resto”, berra que ninguém pode permanecer neutro nessa disputa e insiste que todos temos até mesmo de aceitar tranqüilamente, para resolvê-la, a perspectiva singela de uma Terceira Guerra Mundial, forçosamente muito mais vasta e destrutiva que as duas anteriores.

Do meu ponto de vista, ainda que a população inteira do planeta engolisse essa proposta e decidisse se alistar num dos dois exércitos, isso não tornaria a disputa moralmente legítima, não provaria ser ela uma fatalidade histórica incontornável nem muito menos faria dela uma expressão adequada dos verdadeiros antagonismos que dividem a espécie humana.

Por que, aliás, deveria a escolha fundamental ser de ordem geopolítica e não, por exemplo, moral ou religiosa? Por que deveriam os bons e os maus estar distribuídos em fronteiras geográficas separadas, em vez de espalhar-se um pouco por toda parte, sem qualquer uniformidade nacional ou racial?

Para mim, muito mais que uma hipotética e artificiosa disputa entre “Ocidentais” e “Orientais”, o que está em jogo hoje é a luta mortal entre o globalismo inteiro – na sua tripla versão ocidental, russo-chinesa e islâmica – e valores espirituais e civilizacionais milenares que serão necessariamente destruídos no curso da luta pela dominação global, pouco importando quem saia “vencedor”.

Esses valores não são “ocidentais”. Quem ignora, por exemplo, que a Igreja Ortodoxa não pode entrar no “projeto eurasiático” sem tornar-se instrumento passivo nas mãos da KGB (com nome trocado pela enésima vez), como aliás já se tornou sob a liderança de um patriarca que é notório agente dessa instituição macabra? Leiam as obras da grande tradição ortodoxa, como a *Filocalia* ou os *Relatos de um Peregrino Russo*, e comparem com os discursos ideológicos do Prof. Dugin. Que pode haver de comum entre a apoteose da vida contemplativa e a prostituição de tudo aos ditames da luta política? Que acordo pode existir entre Nosso Senhor Jesus Cristo e o demônio?

Do mesmo modo, praticamente tudo se perdeu da espiritualidade islâmica – e até da filosofia islâmica – quando gerações de jovens *enragés* decidiram islamizar o mundo à base de atentados terroristas, inspirados nas doutrinas da Fraternidade Muçulmana, que não passam de uma “teologia

da libertação”, de uma politização grosseira daquilo que um dia foi o Islam. Comparem os escritos de Mohieddin Ibn ‘Arabi ou de Jalal-ed-Din Rûmi com os de Sayyid Qutub, mentor da Fraternidade, e terão uma idéia do que é uma queda abissal.

A politização geral da vida – um dos traços típicos da modernidade ocidental que o Prof. Dugin diz odiar mas da qual, como veremos adiante, é um escravo ideológico inerme e passivo – teve também, é claro, resultados espiritualmente desastrosos no Ocidente. A degradação do judaísmo pelo liberalismo modernizante desde o início do século XIX, descrita pelo rabino Marvin Antelman em *To Eliminate the Opiate*,<sup>90</sup> foi uma espécie de laboratório em miniatura que preparou operação idêntica realizada no século XX, em escala muito maior, na Igreja Católica, culminando no desastre completo do Concílio Vaticano II. Quanto às igrejas protestantes, quem não sabe que o Conselho Mundial das Igrejas, que congrega tantas delas, é uma instituição comunista, e que as não infectadas de comunismo estão doentes de “teologia da prosperidade”, tão materialista quanto o comunismo?

Em todos esses casos vale a advertência de Eric Voegelin: *“The modern form by which a mass democracy is organized [aí incluídas, e até prioritariamente, as “democracias totalitárias” da Rússia, da China e do mundo islâmico] is spiritually the most dangerous to the individual personally, for the political propaganda fills his spirit with abstract clichés, which are infinitely distant from any essential genuineness of the personal, and therefore radically negates the best and unique features of the entire human being”*.<sup>91</sup>

Diante de fatos como esse, o homem que está mais interessado na vida eterna do que nas lutas políticas, muito provavelmente, em vez de tomar parte na disputa entre globalismos, fará o possível para depreciá-la, desmoralizá-la e diluí-la na disputa maior entre a Cidade de Deus e a Cidade dos Homens, nesta incluídas o Consórcio, o Império Eurasiano e o Califado.

Minha briga é essa, não aquela em que o Prof. Dugin tenta me envolver contra a minha vontade, vestindo em mim a camisa-de-força de um partido que não é o meu nem nunca poderia ser, torcendo para isso o sentido das minhas palavras até fazê-las dizer o contrário do que dizem e fazendo-me assim a mais grave ofensa que se pode fazer a um filósofo: negar a individualidade das suas idéias e reduzi-las a cópias de discursos coletivos que ele despreza.

(5) Com ares de quem revela uma verdade universalmente conhecida a um caipira para quem ela é novidade absoluta, o Prof. Dugin me informa que a distinção platônico-aristotélica entre os pontos de vista do agente e do observador já não vale porque foi “derrubada” por Karl Marx. O Prof. Dugin escolheu o cliente errado para vender seu produto. Duas décadas atrás já examinei criticamente essa presunção da doutrina marxista e demonstrei sua completa absurdidade no meu livro *O Jardim das Aflições*,<sup>92</sup> ao qual remeto os interessados, dispensando-me de repetir aqui o que já expliquei ali. Karl Marx não “derrubou” coisa nenhuma; apenas armou, sob o nome de *práxis*, uma confusão psicótica entre teoria e prática, da qual muitos intelectuais ainda não se refizeram. Se o Prof. Dugin vem brandir essa confusão diante dos meus olhos como se fosse uma verdade definitivamente conquistada – tão definitivamente que, para desarmar o antagonista, basta citá-la por alto, sem precisar sequer argumentar em favor dela –, ele só demonstra que ele próprio jamais a examinou criticamente, limitando-se a incorporá-la como dogma na sua ideologia pessoal. Nasce um otário por minuto, já ensinava P. T. Barnum.

(6) Além da obviedade acima destacada, de que para tomar posição numa única disputa é preciso permanecer neutro numa multidão de outras disputas – de modo que a negação de toda neutralidade

traria consigo a impossibilidade de tomar posição –, resta o fato de que mesmo na mente de um agente em particular, seja ele o mais ativo e engajado dos agentes, o ponto de vista da observação teórica tem de permanecer formalmente distinto do ponto de vista do planejador de ações ou do agitador das massas, ou seja, o agente tem de ser observador neutro primeiro para em seguida poder agir sobre uma situação que domina intelectualmente. Testemunha-o o próprio Prof. Dugin quando, linhas adiante, confessa:

Em meus cursos na Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscou, onde eu presido a cadeira do Departamento de Sociologia das Relações Internacionais, eu nunca professo minhas próprias visões políticas e sempre forneço o espectro completo das possíveis interpretações políticas dos fatos, mas não insisto em um ponto de vista concreto; sempre ressalto que há uma escolha.

Que é isto senão a reprodução, com outras palavras, do que eu havia dito na minha segunda mensagem? Leiam-na de novo, por favor:

É certo que com o tempo os agentes políticos podem aprender a usar certos instrumentos do discurso científico para seus próprios fins; é certo também que o observador científico pode ter preferências pela política deste ou daquele agente. Mas isso não muda em nada a validade da distinção inicial: o discurso do agente político visa a produzir certas ações que favoreçam a sua vitória, o do observador científico, a obter uma visão clara do que está em jogo, compreendendo os objetivos e meios de ação de cada um dos agentes, a situação geral onde a competição se desenrola, quais seus desenvolvimentos mais prováveis e qual o sentido dos acontecimentos no quadro mais amplo da existência humana.

Em suma: quando o Prof. Dugin fala como observador científico, ele tenta compreender a situação. Quando fala como agente, tenta produzir ações que levem à vitória do seu partido. E quem, ó raios, não faz a mesma coisa? Os meios intelectuais e verbais da observação científica são tão diferentes dos meios da ação política, que a eficácia mesma desta última exige a separação preliminar dos dois pontos de vista, sem a qual sua articulação posterior no plano da prática seria só confusão, mentira e auto-engano sem fim, como a história do movimento marxista o demonstrou com sobra de evidência.

Se o Prof. Dugin, na sua atividade acadêmica, segue a mesma distinção que eu sigo, ele obviamente não acredita em si próprio quando diz que essa distinção foi “derrubada” por Karl Marx.

A única diferença que poderia haver entre nós, no caso – e digo “poderia” porque ela não tem de existir necessariamente –, é que ele assegura que, após obtida uma descrição suficientemente clara das forças em disputa, isto é, uma vez terminado o serviço do observador científico, é preciso fazer uma escolha e “essa escolha é, não apenas uma liberdade, mas também uma *obrigação*. Você é livre para escolher, mas *não é livre para não escolher*”.

Ora, a obrigação de tomar posição não pode ser absoluta. É relativa por definição. Ela só vale se aceitarmos que a descrição científica é veraz, que ela é a única possível ou pelo menos a mais acertada de todas e que a disputa que ela descreve é tão importante, tão vital para o destino humano, que toda recusa de tomar posição nela seria uma covardia imperdoável. Ora, bolas, quantos professores universitários podem se gabar de ter alcançado uma descrição tão certa e definitiva da realidade, um equacionamento tão certo dos antagonismos essenciais, que quem quer que os ouça está moralmente obrigado a tomar posição nos termos da oposição que ele definiu? Na minha modesta opinião, só quem conseguiu uma descrição tão acertada e final foi Nosso Senhor Jesus Cristo, quando disse que tínhamos de escolher entre Ele e o Príncipe deste Mundo. Os professores universitários, em geral, projetam sobre o auditório o conflito que se agita nas suas almas, e só os mais presunçosos dentre eles proclamam que é o conflito essencial do mundo, ante o qual ninguém tem o direito de permanecer neutro. A pergunta que aí surge fatalmente é: e se a descrição for falsa?

Se discordo da descrição, por que hei de tomar partido numa disputa hipotética que só existe na cabeça do meu professor e que não corresponde aos fatos como os enxergo? Por que não terei eu o direito de permanecer neutro entre hipóteses professorais e escolher eu próprio a minha briga? Ainda uma vez, a neutralidade se revela não somente possível, mas uma condição necessária da tomada de posição.

O Prof. Dugin não compreende essas sutilezas. Escorado na autoridade infalível de Karl Marx, ele espera seriamente que o mundo aceite a sua regra do jogo e, sem mais delongas, se inscreva num dos times. Eu, da minha parte, tenho mais o que fazer. Sem nenhuma intenção de ofensa, devolvo, em branco, o formulário de inscrição.

### 7. *Vontade de poder*

A vontade de poder permeia a natureza humana até suas profundezas. A distância evocada pelo Prof. Carvalho é ontologicamente impossível. Platão e Aristóteles eram ambos politicamente engajados não só na prática, mas também na teoria.

(1) O Prof. Dugin declara ser o apóstolo do Absoluto, da Tradição, do Espírito, mas ele não pode sê-lo de maneira alguma, desde o momento em que decreta o primado do político e nega a autonomia (ou até a possibilidade mesma) da vida contemplativa, reduzindo-a a instrumento ou camuflagem da “vontade de poder”. A hipótese de que, por exemplo, Santa Teresa contemplando Nosso Senhor Jesus Cristo estivesse “fazendo política” ou exercendo a “vontade de poder” reflete a mesma confusão, já assinalada aqui [6(1) e 6(2)], entre participação remotíssima e igualdade quantitativa.

(2) Desfeita essa confusão, não é verdade que “Platão e Aristóteles eram ambos *politicamente engajados* não só na prática, mas também na teoria”. Platão, na *Carta VII*, explica que decidiu se dedicar à filosofia precisamente após ter-se desiludido com a política. Que sua filosofia pudesse ter desenvolvimentos políticos posteriores não implica que ela mesma fosse ativismo político, assim como o próprio Prof. Dugin, quando descreve uma situação política, não está fazendo ativismo político, tal como ele próprio o confirma. Quanto a Aristóteles, sua simples condição de estrangeiro vetava-lhe desde logo a participação na política ateniense, e ao longo das obras que ele nos legou suas tomadas de posição são tão prudentes e moderadas, isto é, tão neutras politicamente, que puderam inspirar por igual as políticas mais diversas, desde a de Santo Tomás até a de Karl Marx.

(3) O apelo à “vontade de poder” como chave explicativa universal é altamente significativo. Esse *topos* nietzscheano volta à cena sempre que alguém deseja dissuadir-nos de buscar uma solução racional para os conflitos humanos e convidar-nos a participar de um morticínio redentor. O Prof. Dugin não esconde que seu propósito seja precisamente esse. Só que, para realizá-lo, ele precisa, de novo, incorrer na confusão imperdoável entre participação escalar e identidade quantitativa. Todos os atos humanos estão permeados de “vontade de poder”? Decerto. Mas em que grau? E qual a proporção entre essa força motivacional e as outras envolvidas? Quando você faz sexo com sua esposa, há certamente aí um tantinho de vontade de poder. Mas, se ele predominar sobre o desejo de prazer, o carinho, o impulso de agradar o ser amado, etc., já não será um ato de sexo lícito, será um estupro. Pergunte à sua esposa se ela não percebe a diferença. A apologia da “vontade de poder” como explicação última dos atos humanos não é uma descrição válida da realidade, não é nem mesmo uma teoria: é uma projeção doentia, em linguagem fingidamente teórica, de uma compulsão de extinguir todas as demais motivações humanas, especialmente o amor e o desejo de conhecimento. Não espanta que o inventor dessa geringonça fosse um pobre coitado, sem dinheiro, sem prestígio, sem amigos, sem uma namorada sequer, obrigado a socorrer-se de prostitutas que acabaram por

infectá-lo da sífilis que o enlouqueceu e matou. Não por coincidência, a segunda chave explicativa em que ele apostou foi... o ressentimento.

## 8. *Eurasismo e comunismo*

«As fotografias que, a título de condensação humorística, anexei à minha primeira mensagem, documentam toda a diferença entre o agente político investido de planos globais e meios de ação em escala imperial e o observador científico não só desprovido de uma coisa e da outra, mas firmemente decidido a rejeitá-las e a viver sem elas até o fim dos seus dias, já que são desnecessárias e inconvenientes à missão de vida que ele escolheu e que é, para ele, a única justificativa razoável da sua existência.»

O ultraje demonstrado um pouco antes contra o pólo “Russo-Chinês” e a identificação completamente ridícula entre eurasionismo e comunismo é um testemunho brilhante da extrema parcialidade do Prof. Carvalho.

Nunca “identifiquei” eurasionismo e comunismo, ao menos do ponto de vista ideológico, embora inclua ambos na categoria dos movimentos revolucionários, no sentido preciso que dou a este termo.<sup>93</sup> No entanto, política não é mero confronto de ideologias. É disputa do poder por grupos humanos bem concretos e definidos. O Prof. Dugin não será cínico o bastante para negar que o grupo atualmente no poder na Rússia é o mesmo que dominava o país no tempo do comunismo. Substancialmente, é a KGB (ou FSB, que a mudança periódica de nomes jamais mudou a natureza dessa instituição). Pior ainda, é a KGB com poder brutalmente ampliado: de um lado, se no regime comunista havia um agente da polícia secreta para cada 400 cidadãos, hoje há um para cada 200, caracterizando a Rússia, inconfundivelmente, como Estado policial; de outro, o rateio das propriedades estatais entre agentes e colaboradores da polícia política, que se transformaram da noite para o dia em “oligarcas” sem perder seus vínculos de submissão à KGB, concede a esta entidade o privilégio de atuar no Ocidente, sob camadas e camadas de disfarces, com uma liberdade de movimentos que seria impensável no tempo de Stálin ou de Kruschev.

Ideologicamente, o eurasionismo é diferente do comunismo. É, como disse Jeffrey Nyquist, o “bolchevismo de direita”. Mas ideologia, como definia o próprio Karl Marx, é apenas um “vestido de idéias” a encobrir um esquema de poder. O esquema de poder na Rússia trocou de vestido, mas continua o mesmo – com as mesmas pessoas nos mesmos lugares, exercendo as mesmas funções, com as mesmas ambições totalitárias de sempre.

Não há parcialidade nenhuma em dizer o óbvio.

## 9. *Contagem de cadáveres*

A avaliação das grandes forças globais é baseada no pressuposto de uma escala que poderia ser tomada como medida – a quantidade de seres humanos mortos.

Uai, e que é que diferencia um infortúnio pessoal de uma tragédia mundial, senão o número de vítimas? Isto não é uma “presunção”, é a definição mesma dos termos em uso. “Genocídio” é a liquidação sistemática de uma comunidade étnica, política ou religiosa. “Democídio” é o extermínio de populações civis pela iniciativa de seus próprios governos. Ponto final. Se o número de seres humanos assassinados não serve de medida da gravidade de um genocídio ou democídio, por que deveríamos distinguir entre o Holocausto e qualquer homicídio singular cometido por um racista isolado, sem poder de governo? Mais ainda: se a quantidade de vítimas não faz diferença, como distinguir entre o autor de um só crime de morte e um *serial killer*? Onde iria parar, com isso, a noção de *reincidência*, que a jurisprudência universal proclama ser um agravante do crime? Terá sido um erro dos juristas de todos os países e de todas as épocas aumentar as penalidades conforme

o número de crimes?

Não por coincidência, são sempre os culpados dos maiores genocídios e democídios os que, num paroxismo de desespero retórico, tentam jogar lama na água, apelando ao argumento absurdo e insultuoso de que os números não fazem diferença.

O Prof. Dugin vai até um pouco além, colocando o termo “genocídio” entre aspas atenuantes quando se refere ao assassinato de *140 milhões de civis desarmados* pelos governos da Rússia e da China, mas usando o mesmo termo sem aspas nenhuma, denotando portanto sentido literal e preciso, quando fala das mortes *em combate*, e em número incomparavelmente menor, ocorridas durante as intervenções americanas no Afeganistão e na Líbia.

É a inversão completa do senso das proporções, a verborragia louca de quem, não tendo nenhuma razão, tenta desesperadamente desnortear a platéia para impedi-la de enxergar a realidade nua e crua.

### *10. Dugin contra Dugin*

Isso não é tão evidente e é, na verdade, antes um exemplo de anticomunismo político e de propaganda anti-russa que o resultado de uma “análise científica”. Sim, eu sou um agente político da Weltanschauung eurásiana. E ao mesmo tempo sou um analista político e um cientista. Os dois aspectos não são completamente correspondentes. Em meus cursos na Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscou, onde eu presido a cadeira do Departamento de Sociologia das Relações Internacionais, eu nunca professo minhas próprias visões políticas e sempre forneço o espectro completo das possíveis interpretações políticas dos fatos, mas não insisto em um ponto de vista concreto; sempre ressalto que há uma escolha.

Tal como já comentei linhas atrás, aqui o Prof. Dugin demonstra, por seu próprio exemplo, que não é possível compreender uma situação política, e muito menos agir nela eficazmente, sem primeiro obedecer à distinção platônico-aristotélica entre o ponto de vista do observador e o do agente, distinção à qual linhas atrás ele tinha negado toda validade. Ainda quando o observador e o agente estejam sintetizados na mesma pessoa, as perspectivas desde as quais ela encara os fatos têm de permanecer formalmente distintas e inconfundíveis.

### *11. O dever de escolher*

Ao mesmo tempo, essa escolha é, não apenas uma liberdade, mas também uma obrigação. Você é livre para escolher, mas não é livre para não escolher. Não há nunca algo como “neutralidade” política ou ideológica.

Voltamos ao tema da escolha forçada. O direito de escolher não significa nada se não implica também o direito de escolher entre várias propostas de escolha. Por que teríamos a obrigação de escolher precisamente entre as alternativas oferecidas pelo Prof. Dugin, sem poder propor alternativas diferentes, um leque diferente de escolhas possíveis? O próprio Prof. Dugin, com candura exemplar, exerce esse direito que ele nega aos outros: “Os nacional-bolcheviques (em nome dos quais ele fala nesse trecho) afirmam o idealismo objetivo... e o materialismo objetivo..., recusando-se a escolher entre eles”.<sup>94</sup> Só Deus tem o direito de nos impor a escolha derradeira, final, irrecorrível. “Quem não está comigo, está contra mim” e “Quem não junta comigo, separa”, disse o Senhor. Desde então, seus macaqueadores satânicos não param de fingir que têm na mão a escolha definitiva, obrigatória, cristalizada num dualismo macabro. Eu não poderia mostrar o absurdo disso melhor do que o resumiu Otto Maria Carpeaux num ensaio memorável sobre Shakespeare:

Durante anos foi a consciência européia maltratada pela suposta obrigação de escolher entre Hitler e Stálin – ‘não há outra alternativa!’. Depois, quiseram obrigar a consciência mundial a escolher entre Stálin e Foster Dulles – ‘não há outra alternativa!’ E depois e em toda parte continuam impondo-nos essas alternativas, tão parecidas com a luta absurda entre as duas Casas de

Montague e Capulet, que é o verdadeiro tema de *Romeo and Juliet*... É esta a verdade que Mercutio reconhece na extrema lucidez da hora da agonia, gritando – e gritamos com ele: *A plague o' both your houses!*, ‘A peste sobre vossas duas casas!’, e amém.”<sup>95</sup>

Se as casas são três em vez de duas, que a peste venha em triplo. Nenhum Duginismo do mundo poderá me obrigar a escolher entre o Consórcio, o Califado e o Império Russo-Chinês. Mas o Prof. Dugin até simplifica as coisas para mim, sintetizando estes dois últimos no Império Eurasiano, reduzindo as alternativas ao bom e velho dualismo dos Montagues e Capuletos e querendo vestir em nós a camisa-de-força da escolha obrigatória. *A plague o' both your houses!*

## 12. Armas

Portanto, é um tanto incorreto apresentar o Prof. Carvalho como “neutro” ou “imparcial”, ao passo que sou “engajado” ou “ideologicamente motivado”. Somos ambos ideologicamente engajados e cientificamente envolvidos. Assim, eu continuo a considerar nossas fotos, não como “Professor x Guerreiro”, mas sim como “dois professores/guerreiros um contra o outro”. Finalmente, nos braços do Prof. Carvalho há uma arma. Não uma cruz, por exemplo. E, a propósito, há algumas fotos minhas segurando uma grande cruz durante cerimônias religiosas. Assim, isso nada ilustraria. Nossas religiões são diferentes tal como nossas civilizações o são.

É certo que nós dois aparecemos nas fotos carregando armas, mas quais armas? A minha é uma espingarda de caça, que pode eventualmente servir para a defesa da casa mas é normalmente de uso esportivo e, neste caso concreto, tem servido eminentemente para matar cobras antes que mordam meus cachorros menores (não o grandão, que as come pensando que são salsichas móveis). Já as do Prof. Dugin são armas de guerra, privativas de governos, criadas especificamente para matar seres humanos (ninguém jamais caçou cobras ou tatus com uma bazuca ou um tanque), e não para matar um ou dois e sim para liquidá-los a granel, às centenas, aos milhares. Como dizer que essa diferença “não ilustra nada”? Não há mesmo diferença entre defesa pessoal e homicídio em massa?

## 13. Dugin contra Dugin (2)

«Tanto eu quanto o Prof. Dugin estamos desempenhando nossas tarefas respectivas com o máximo de dedicação, seriedade e honestidade. Mas essas tarefas não são a mesma. A dele é recrutar soldados para a luta contra o Ocidente e a instauração do Império Eurasiano universal. A minha é tentar compreender a situação política do mundo para que eu e meus leitores não sejamos reduzidos à condição de cegos em tiroteio no meio do combate global, para que não sejamos arrastados pela voragem da História como folhas na tempestade, sem saber de onde viemos nem para onde somos levados.»

Concordo, aqui, em um ponto. É verdade que “recrutar soldados para a luta contra o Ocidente e a instauração do Império Eurasiano universal” é minha meta. Mas isso é possível somente após ter obtido a visão correta da situação global do mundo, baseando-me numa precisa análise do equilíbrio de suas forças e de seus atores principais.

Uma vez mais o Prof. Dugin confirma, após tê-la negado, a distinção formal e indispensável entre o ponto de vista do observador científico e o do agente político.

## 14. A diferença entre nós

Portanto, até o momento o Prof. Carvalho e eu temos estritamente a mesma tarefa. Se nossa compreensão das forças dominantes do mundo e de sua identificação é diferente, isso não significa automaticamente que eu seja motivado exclusivamente pela escolha política e geopolítica e que ele é motivado pelo raciocínio puramente “neutro” ou “científico”. Estamos ambos tentando entender o mundo no qual vivemos, e presumo que estamos ambos fazendo-o honestamente. Mas nossas conclusões não batem. Pergunto-me o porquê disso e tento encontrar razões mais profundas que o simples e óbvio fato do meu envolvimento político e ideológico. Nós dois queremos fazer nosso mundo melhor e não pior. Mas temos diferentes visões sobre o que é o Bem e o que é o Mal. Eu me questiono onde se assenta a diferença.

A diferença é a seguinte. Eu, após ter tomado posição com aquela pressa indecente da juventude, logo voltei atrás e passei trinta anos – não trinta dias – lutando com minhas próprias dúvidas, entre

mil perplexidades, sem conseguir tomar partido de nada exceto em caráter experimental e provisório, só voltando a emitir opiniões políticas aos quarenta e oito anos de idade, após ter chegado a algumas conclusões que me pareciam razoáveis, e mesmo assim advertindo sempre para a possibilidade de estar errado. O Prof. Dugin não esteve em dúvida um dia sequer: tomou partido do nacional-bolchevismo quando era ainda muito jovem e continua fiel ao mesmo programa, ampliado em eurasismo. Ele simplesmente não passou pelo período de abstinência *real* de opiniões que é absolutamente necessário à formação de um intelectual sério.

### 15. A diferença entre nós (2)

Creio que isso é um tanto resultado da divergência de nossas civilizações; temos respectivamente diferentes ontologias, antropologias e sociologias. Assim, a culpabilização e a demonização de um ao outro é o resultado de posições “etnocêntricas” necessárias e não argumentos finais para a escolha de um mal menor.

Absolutamente errado. Como veremos adiante, a mente do Prof. Dugin foi muito mais moldada pela intelectualidade ocidental do que por qualquer tradição espiritual do Oriente, ao passo que eu tive entre minhas principais influências formadoras a de Swami Dayananda Sarasvati, diretor da Academia de Estudos Védicos de Bombaim,<sup>96</sup> e depois disso ainda me deixei imbuir de orientalismo ao ponto de me tornar autor de estudos islâmicos que vieram a ser premiados pelo governo da Arábia Saudita. Nossa diferença é de experiência intelectual pessoal, não de “civilizações”.

### 16. Aspas anestésicas

«Ele emprega todos os instrumentos usuais da propaganda política: a simplificação maniqueísta, a rotulação infamante, as insinuações pífidas, a indignação fingida do culpado que se faz de santo e, *last not least*, a construção do grande mito soreliano – ou profecia auto-realizável –, que, simulando descrever a realidade, ergue no ar um símbolo aglutinador na esperança de que, pela adesão da platéia em massa, o falso venha a se tornar verdadeiro.»

Ressaltando o pressuposto fato do “genocídio” comunista russo-chinês, o Prof. Carvalho joga exatamente o mesmo jogo da propaganda política pura, ou seja, joga com a falsa sensibilidade humanitária do público ocidental, sem reparar, a propósito, no genocídio planejado, real e existente aqui e agora, que está sendo conduzido no Afeganistão, no Iraque ou na Líbia por sangrentos assassinos americanos.

Já expliquei lá atrás a falsidade monstruosa dessa comparação, baseada na inversão completa do senso das proporções. Matar 140 milhões de seus concidadãos desarmados não torna genocidas os governantes da Rússia e da China, exceto entre aspas paternalmente amortecedoras. Já a morte de soldados em combate, em número duas mil vezes menor, é “genocídio planejado por sangrentos assassinos americanos”. Sem aspas no original.

### 17. Questão de estilo

(...) estou imitando aqui o estilo muito “científico” de política imposto pelo Prof. Carvalho (...)

Que farsa! O Prof. Dugin já vem chamando os americanos de *bloody murderers* desde há muitos anos, e nunca precisou do meu incentivo literário para isso. Ademais, o caráter científico ou não de um escrito não reside no seu estilo polido ou impolido, mas na substância de seus argumentos. O próprio Prof. Dugin aceita como científicos os escritos de Karl Marx, cujo estilo é mil vezes mais violento que o meu, e aliás desprovido do atenuante humorístico que nunca falta naquilo que escrevo.

### 18. Minha opinião estúpida

«Não digo, é claro, que o Prof. Dugin seja desonesto. Mas ele está se devotando honestamente a um tipo de combate que, por definição e desde que o mundo é mundo, é a encarnação da desonestidade por excelência.»

Eu acho essa tese realmente estúpida. Eu não digo que o Prof. Carvalho seja estúpido, de forma alguma. Mas sinto, sinceramente, que a usurpação do direito de julgamento moral global em tais casos, como no de dizer o que é “honesto” ou “desonesto”, cabe perfeitamente na antiga tradição da estupidez extrema.

(1) Desde logo, a opinião de que a política em geral é o reino dos farsantes e desonestos é a mesma que Shakespeare ilustra em *Romeo and Juliet* e em outras peças, estando portanto a minha estupidez fundada ao menos num precedente histórico ilustre, que, se não a legitima, ao menos a enobrece.

(2) Porém o mais lindo nesse trecho é que aí o Prof. Dugin aparece falando como porta-voz do relativismo cultural radical, o último e mais belo rebento do modernismo ocidental que ele diz odiar com todas as suas forças.

É inútil exigir consistência de um homem que faz profissão-de-fé de irracionalismo militante,<sup>97</sup> mas, só para meu uso próprio e de meus leitores, pergunto como o Prof. Dugin pode conciliar a inexistência de normas morais universais com a sua propalada crença de cristão na validade universal dos Dez Mandamentos.

(3) Note-se que ele qualifica a minha opinião de “estúpida”, mas não faz a mínima tentativa de mostrar por que é estúpida. O adjetivo, supõe ele, deve valer como prova de si mesmo. Uma vez carimbada como estúpida, minha opinião torna-se automaticamente estúpida pelo mero poder do carimbo. Segundo Aristóteles, esse modo de falar, que finge ser óbvia, universalmente reconhecida e de domínio público uma afirmação que de fato não é nada disso, é a definição mesma da *argumentação erística*, ou contenciosa, a falsa retórica dos demagogos e farsantes: “Uma dedução é erística quando parte de opiniões que parecem ser de aceitação geral, quando na verdade não o são.”<sup>98</sup>

### 19. Julgamento por adivinhação

Assim, ao ser astuto e sagaz, o Prof. Carvalho conscientemente fornece um argumento muito estúpido com o fim de ficar mais próximo do público da direita americana “cristã” que ele tenta influenciar.

(1) Aí novamente o Prof. Dugin me julga por adivinhação, sem ter a menor idéia das minhas atividades reais. Nunca procurei influenciar a direita americana, embora não exclua a possibilidade de tentar fazê-lo algum dia, se me parecer conveniente. Só lhe dirigi a palavra quando convidado, em ocasiões raras e esporádicas. Todo o meu trabalho de professor, escritor e conferencista está voltado para o público brasileiro, através de artigos publicados na imprensa paulista, de um programa de rádio em português e de aulas semanais (também em português) para os três mil membros do Seminário de Filosofia. O Inter-American Institute, recém-fundado, tem por objetivo congregar intelectuais das três Américas para intercâmbio de informações e opiniões. Não é um órgão militante nem de propaganda, embora possa e deva se pronunciar moralmente em casos extremos como o da prisão de um de nossos *fellows* na Venezuela. E aliás é tão indiferente a toda política “ocidentalista”, que tem entre seus primeiros *fellows* o Dr. Ahmed Youssif El-Tassa, um muçulmano residente na China.

(2) O uso reiterado das aspas pejorativas, que caracteriza o estilo literário ginasiânico, comparece aqui para negar, mediante um mero artifício gráfico, que os cristãos americanos sejam cristãos. Cristão genuíno é o Prof. Dugin, que, com sua profissão de fé relativista, nega abertamente a universalidade dos Dez Mandamentos.

### 20. A realidade foi inventada na Idade Média

E um ponto filosófico:

«No entanto, a técnica filosófica milenar, que aquelas pessoas desconhecem por completo, ensina que as definições de termos expressam apenas essências gerais abstratas, possibilidades lógicas e não realidades.»

A questão sobre o que é a realidade e como ela corresponde a “definições” ou “idéias” varia consideravelmente nas várias escolas filosóficas. O termo “realidade”, em si mesmo, é baseado na palavra latina *res*, “coisa”. Mas a palavra falha no grego. Em Aristóteles não encontramos tal palavra – ele fala sobre *pragma* (ação), energia, mas principalmente sobre *on*, o ser. Portanto, a “realidade”, como algo independente da mente (ou parcialmente dependente – em Berkeley, por exemplo), é um conceito ocidental e pós-medieval, não algo universal.

(1) Absolutamente errado. A inexistência de uma palavra em determinada língua não torna automaticamente impensável para os falantes dessa língua o conceito correspondente, que pode ser expresso por paráfrases, símbolos ou fórmulas matemáticas ou até permanecer implícito. Para que as línguas nativas limitassem efetivamente as possibilidades cognitivas dos seus falantes, como pretendia o infeliz Benjamin L. Whorf, seria preciso antes demonstrar que eles são incapazes de desenhar, construir, imitar por gestos, fazer música, dançar, *etc.* Se o estoque de palavras limitasse o estoque de percepções e idéias, cada cidadão só poderia perceber as coisas cujos nomes já conhecesse de antemão, e os bebês seriam incapazes de usar chupetas corretamente antes de saber pronunciar a palavra “chupeta”. O universo é abundante não só de coisas sem nome, mas de idéias sem nome. Desafio, por exemplo, o Prof. Dugin a encontrar uma palavra, em português ou russo, que nomeie o conceito que acabo de emitir na frase anterior. Essa palavra não existe; donde se conclui, segundo o critério do Prof. Dugin, que essa frase não foi jamais pensada, nem escrita, nem lida.

(2) É verdade que o termo *realitas*, *realitatis*, só aparece no latim medieval, como derivado do latim antigo *res*, *rei*. Este último termo, geralmente traduzido como “coisa”, tem no entanto, já no latim clássico, a acepção de “tudo quanto é, ou de algum modo existe”.<sup>99</sup> Serve, já desde os tempos de Cícero, como uma das traduções possíveis da palavra grega *on*, “ser”. O termo *realitas*, portanto, nada introduz de novo, designando apenas a qualidade de ser *res*. Imaginar, com base em conhecimentos precários do latim, que ninguém soubesse da existência de um ser independente da mente humana até que o vocabulário medieval passasse o termo *res* da classe substantiva à categoria da qualidade, é o mesmo que supor que ninguém reparou na existência da força viril antes que se inventasse o termo “virilidade”. Por que, por que, porca miséria, o Prof. Dugin me obriga a explicar-lhe essas coisas que ele bem poderia ter perguntado ao seu professor de latim no ginásio?

(3) Para Platão, as Idéias ou Formas são entes objetivamente existentes, independentes da mente humana. Para Aristóteles, são-no igualmente os princípios universais da ontologia e os objetos da natureza física. O chamado “realismo das Idéias” é um componente tão essencial do platonismo que praticamente nenhum estudioso de Platão jamais colocou isso em dúvida.<sup>100</sup> Não preciso recomendar ao Prof. Dugin anos de estudo de uma bibliografia platônica de dimensões oceânicas, de Diógenes Laércio a Giovanni Reale. Nem preciso lembrar-lhe o combate persistente de Platão às doutrinas sofisticadas que faziam da verdade uma serva do arbítrio humano.<sup>101</sup> A simples leitura do *Banquete*, no seu trecho mais famoso, basta para mostrar o tamanho do seu erro. As Idéias são ali definidas como “algo, em primeiro lugar, que sempre é, que não nasce nem perece, não cresce nem diminui”.<sup>102</sup> Que tem isso em comum com a psique humana, que, dependente dos sentidos, é marcada pela mutabilidade e inconstância? Resume Giovanni Reale: “As Idéias são repetidamente qualificadas por Platão como o verdadeiro ser, ser em si, ser estável e eterno”.<sup>103</sup> No *Fédon*, Platão contrasta a eternidade estável das Idéias com a inconstância da mente humana, que procura se aproximar delas “por meio de perguntas e respostas”, sem jamais poder apreendê-las

completamente. [104](#)

Independentes da mente humana são, para Platão, não somente as Idéias eternas, mas até os fenômenos do mundo físico que as ilustram diante dos nossos olhos: “Deus inventou a visão e a deu de presente a nós para que, contemplando o curso da inteligência divina no firmamento, pudéssemos transferi-lo aos movimentos do nosso próprio pensamento”. [105](#) O céu visível é não somente externo à mente humana, mas superior a ela ao ponto de dever servir-lhe de medida e modelo, ajudando-a a superar sua inconstância e falibilidade mediante a contemplação de um símbolo natural das Idéias eternas.

Uma boa resenha dos estudos platônicos ao longo dos tempos é *Images de Platon et Lectures de Ses Oeuvres*, de Ada Neschke-Hentschke, [106](#) em que vinte eruditos repassam as interpretações mais célebres do platonismo desde a Antigüidade até o século XX. Pode procurar: não encontrará uma só dessas interpretações que negue a existência do “realismo das Idéias”.

Um idealismo subjetivo, que tudo ou quase tudo reduz a projeções da mente humana e nisso vai muito além do relativismo sofisticado ou do ceticismo pirrônico, esse sim é que é um fenômeno moderno, desconhecido na Grécia antiga. Este é outro ponto que os historiadores da filosofia jamais colocaram em dúvida. [107](#)

## 21. Realidade e conceito

Diferentes culturas não sabem o que “a realidade” significa. É um conceito, nada mais. Um conceito entre tantos outros.

A realidade não pode ser um conceito, porque, significando “tudo quanto é”, é o campo total da experiência, aberto e irreduzível a quaisquer conceitos, campo dentro do qual os homens existem e produzem conceitos (além de salsichas, automóveis, poemas, crimes, leis, etc.). Se a realidade fosse um conceito apenas, não poderíamos existir dentro dela e teríamos de usar algum outro nome – “universo”, “mundo”, “ser”, “totalidade” ou como se queira – para designar aquilo que nos transcende, abarca e contém. Talvez a palavra “realidade” não seja a melhor para isso, mas o conteúdo intencional a que ela aponta é universalmente claro por trás de uma variedade de palavras e símbolos que apontam para a mesma coisa. O Prof. Dugin comete aí o erro clássico do psicologismo, tão bem analisado por Husserl, que consiste em confundir o pensamento com a coisa pensada, atribuindo a esta as limitações daquele. [108](#) Quando pensamos, por exemplo, “universo”, algum conteúdo positivo esse pensamento tem, mas sabemos de imediato – ou deveríamos saber – que o universo real transcende infinitamente esse conteúdo. Essa capacidade de subjugar o pensamento à consciência do impensável, ou extrapensável, ou suprapensável, é em todas as épocas e culturas a marca da inteligência humana sã – aquilo que Henri Bergson chamava de “alma aberta”, em oposição à “alma fechada” que só admite a existência daquilo que ela pensa. Almas abertas são Confúcio e Lao-Tsé, Platão e Aristóteles, Ibn ‘Arabi e Rûmi, Shânkara e Râmana Maharshi, Soloviev e Berdiaev. Almas fechadas são Spinoza e Rousseau, Kant e Fichte, Marx e Lênin, Mao e Pol-Pot, todos os revolucionários em suma.

## 22. Racismo intelectual

Portanto, sua imposição como algo universal e ostensivo é um tipo de “racismo” intelectual.

Toda acusação de racismo, com ou sem aspas, toma como pressuposto a igual dignidade de todas as raças, que é um conceito universal fundado na uniformidade geral da natureza humana. A negação da identidade universal da natureza humana em nome da diversidade das raças e culturas faria destas

o limite intransponível de todo conhecimento humano, justificando automaticamente, por exemplo, a incomensurabilidade entre uma “ciência judaica” e uma “ciência ariana” e descambando no racismo mais estúpido e truculento. *Tertium non datur*: ou existe uma natureza humana universal ou nada se pode argumentar contra o racismo exceto em nome de uma convenção cultural que, por sua vez, nada poderá alegar racionalmente contra culturas estranhas ou adversas que instituíam uma convenção oposta.

### 23. *Relativismo absoluto e relativo*

Antes de falar em “realidade” precisamos estudar cuidadosamente uma determinada cultura, civilização, *ethnos* e linguagem.

Sim, sem dúvida, mas não para cair na esparrela de tomar meros fatos culturais como normas epistemológicas. A simples possibilidade de estudar comparativamente várias culturas pressupõe a universalidade do critério comparativo. Quando esse critério é impugnado pelos dados empíricos descobertos, ele tem de ser corrigido precisamente porque se reconhece que não era tão universal quanto deveria, ou quanto se supunha de início. Isso é precisamente o contrário de negar a possibilidade de um critério universal. Uma ciência não pode estudar culturas diversas e proclamar ao mesmo tempo que o faz desde preconceitos culturais sem fundamento científico nenhum. O relativismo, por definição, é relativo, quer dizer, limitado.

### 24. *Relativismo absoluto e relativo (2)*

A regra Sapir-Whorf, a tradição da antropologia cultural de F. Boaz e a antropologia estrutural de C. Levy-Strauss nos ensinam a sermos muito cuidadosos com palavras que têm um significado completo e evidente somente num contexto concreto. A cultura russa e chinesa têm diferentes entendimentos do que seja “realidade”, “fatos”, “natureza”, “objeto”. As palavras correspondentes têm seu próprio significado.

Voltamos ao mesmo ponto: ou o relativismo cultural é relativo, ou nenhuma comparação entre culturas é possível. Se, digamos, entre diferentes imagens de elefantes documentadas em várias culturas não discernimos uma estrutura comum e sua referência a um determinado bicho que existe na natureza, que não foi inventado por nenhuma delas, como poderemos comparar essas imagens e dizer que diferentes culturas têm diferentes idéias sobre o elefante? Toda comparação entre pontos de vista pressupõe, por definição, uma grade comparativa que os abrange a todos e não se reduz a nenhum deles.

### 25. *Sujeito e objeto*

O dualismo sujeito/objeto é uma característica um tanto específica do Ocidente.

Que bobagem. Nenhuma doutrina oriental jamais negou esse dualismo como dado da experiência, implícito aliás no fato banal de que não conhecemos tudo o que nos rodeia. O que algumas delas fizeram foi negar-lhe validade absoluta no plano da universalidade metafísica. Digo “algumas delas” porque mesmo o doutrinador mais extremo da Unidade Absoluta, Mohieddin Ibn ‘Arabi, admitia um dualismo residual intransponível entre a alma e Deus, exigência decorrente do próprio Amor divino.

### 26. *Essência lógica*

A “essência lógica” é outro conceito puramente ocidental. Há outras filosofias com diferentes estruturas conceituais – islâmica, hindu, chinesa.

Dizer que “‘essência lógica’ é um conceito puramente Ocidental” equivale a dizer que, fora do Ocidente, ninguém jamais conseguiu distinguir entre o conteúdo de uma mera idéia (essência lógica)

e a natureza real de um ente (essência real ou ontológica). Ah, como teriam de ser burros esses Orientais para que a afirmação do Prof. Dugin valesse alguma coisa! E depois ele ainda diz que sou eu quem os ofende.

## 27. Existência e prova

«De uma definição não se pode jamais deduzir que a coisa definida existe.»

Provar a existência não é uma tarefa fácil. A filosofia de Heidegger e, antes dele, a fenomenologia husserliana tentaram abordar, com sucesso problemático, a “existência” como tal.

(1) O Prof. Dugin cai aí numa confusão grossa entre constatar a existência e explicá-la. Se não a constatássemos, jamais nos ocorreria o desejo de explicá-la. Isso aplica-se tanto à existência em geral quanto aos objetos existentes. Quanto àquela, creio nada poder acrescentar às palavras de Louis Lavelle: “Há uma experiência inicial que está implícita em todas as outras e que dá a cada uma delas sua gravidade e sua profundez: é a experiência da presença do ser. Reconhecer essa presença é reconhecer, no mesmo ato, a participação do eu no ser”.<sup>109</sup>

Sem essa experiência de base, nenhuma outra é possível, e seria uma tolice impensável tentar fazer com que a constatação da presença do ser dependesse da posse de uma “prova”. A existência é um dado inicial, não matéria de prova. Nenhuma prova de nada seria possível, como bem ensinava Mário Ferreira dos Santos, sem a admissão inicial de que “algo existe” ou “algo há”.<sup>110</sup>

(2) Também é bobagem dizer que Husserl ou Heidegger tentaram “provar a existência”. Salvando a honra do Prof. Dugin, que sairia muito arranhada ao dizer tal coisa, faço até a hipótese de que seu tradutor tenha confundido os verbos ingleses, trocando “probe” (investigar) por “prove” (provar). Nem Husserl, nem Heidegger tentaram jamais “provar a existência”. O que eles fizeram foi investigar (*to probe*) a existência. Leibniz já dizia que a pergunta fundamental de toda investigação filosófica é “Por que existe algo, em vez do nada?”. Notem bem: “por que” e não “se”. Se nada existisse, nada seria investigado. A existência da existência não é matéria de dúvida nem de investigação. Podem sê-lo as suas causas, os seus fundamentos, a sua razão de ser, as suas formas, a sua estrutura, e assim por diante.

Quanto à existência deste ou daquele ser em particular, sua constatação é também condição prévia da busca de qualquer explicação.

## 28. Jogo de cena

«Para isso é preciso quebrar a casca da definição e analisar as condições requeridas para a existência da coisa. Caso essas condições não se revelem autocontraditórias, excluindo *in limine* a possibilidade da existência, ainda assim essa existência não estará provada. Será preciso, para chegar a tanto, colher no mundo da experiência dados factuais que não somente a comprovem, mas que confirmem sua plena concordância com a essência definida, excluindo a possibilidade de que se trate de outra coisa bem diversa, coincidente com aquela tão-somente em aparência.»

Esse é um tipo de abordagem positivista completamente descartada pelo estruturalismo e pelo Wittgenstein tardio. É uma afirmação filosoficamente ridícula e muito ingênuo. Mas todas essas considerações são detalhes de pouca importância. Todo o texto do Prof. Carvalho é tão cheio de afirmações pretensivas e incorretas (ou completamente arbitrárias) que não posso seguir adiante. É um tanto maçante. Prefiro ir direto ao ponto essencial (...)

(1) Isso não é argumento. É jogo de cena. É *dropping names*, é superioridade fingida como pretexto para fugir de uma discussão que se está perdendo vexaminosamente. O que descrevi no parágrafo citado é um preceito elementar de metodologia científica que – no mínimo por não existir outro que o substitua – continua em uso em todos os laboratórios e institutos de pesquisa do mundo, os quais não estão nem ligando para o que acham Wittgenstein, Lévi-Strauss, Boas, Whorf, Sapir e *tutti quanti*.

Notem que, exatamente como fez com estes três últimos, o Prof. Dugin não faz o mínimo esforço para defender as opiniões dos dois primeiros. Ele nem mesmo diz quais são essas opiniões. Não as expõe nem resume, muito menos aponta os locais onde se encontram. Limita-se a acená-las vagamente, fugazmente, acrescentando em rodapé uns títulos de livros sem os números das páginas correspondentes. Feito isso, dá todas por tão certas e provadas que quem quer que não as aceite *in totum* e sem discussões está automaticamente desqualificado para o debate e não merece nem mesmo ser comentado. Quem não vê que isso não é filosofia, não é argumentação, e sim uma grotesca tentativa de intimidar mediante o apelo a autoridades que se tomam por tão incontestáveis e tão universalmente aceitas que não é preciso nem mesmo repetir o que elas dizem, bastando citar-lhes os nomes para instilar de imediato, no pobre interlocutor, o mais piedoso e genuflexo sentimento de temor reverencial? Isso não é nem mesmo *argumentum auctoritatis*, é uma caricatura de *argumentum auctoritatis*, é, como diria Aristóteles, tomar como premissas “opiniões que parecem ser de aceitação geral, quando na verdade não o são”. É erística da mais rasteira, da mais abjeta, da mais desprezível.

Notem que linhas atrás [20(3)], ao escorar-me numa interpretação de Platão que, esta sim, é unanimidade milenar consagrada que todo estudante de filosofia tem a obrigação de conhecer, nem aí me permiti dá-la por tão universalmente aceita que isso me dispensasse de provar o que estava dizendo. Resumi a interpretação, com fontes textuais exatas, primárias e secundárias, e argumentei em favor dela de modo que todos entendessem de que eu estava falando e pudessem avaliar por si próprios se eu tinha razão ou não. O Prof. Dugin não faz nada disso: alude por alto a meia dúzia de nomes e segue em frente, de peito estufado, simulando superioridade e arrotando desprezo pelo adversário despreparado e inculto que nem merece explicações sobre coisas tão óbvias e arquisabidas. Que comédia!

(2) O Prof. Dugin, ao crer que qualquer coisa que esses tipos hajam desdenhado está automaticamente excluída do universo intelectual decente, revela uma submissão acrítica, fanática mesmo, à fina flor da moderna intelectualidade ocidental relativista, estruturalista e desconstrucionista que, desde a perspectiva tradicionalista que ele diz ser a sua, não deveria nem poderia ter autoridade nenhuma.

Acossado por um adversário ao qual não sabe o que responder, o apóstolo da cristandade ortodoxa desveste a opa de religioso e aparece falando como um intelectual parisiense ou um editor de *Social Text*.

(3) Em todo debate erudito, é básica e essencial a distinção entre aquilo que cabe discutir e aquilo que se pode dar por pressuposto, por ser universalmente admitido e fazer parte da formação acadêmica usual. Sem o terreno comum de uma cultura superior compartilhada, nenhuma discussão é possível. Os dados básicos da história da filosofia são o exemplo mais típico do que estou dizendo. Ninguém pode entrar num debate filosófico sem dar por suposto que o adversário conhece o essencial do platonismo, do aristotelismo, da escolástica, do cartesianismo, etc., e sabe distinguir nela entre os pontos consensuais, firmados por uma longa tradição de estudos, e as áreas problemáticas, ainda sujeitas a investigação e discussão. Não é tolerável, portanto, que um debatedor acadêmico ignore os dados básicos da história do platonismo e por outro lado tome algumas doutrinas recentes, bastante contestadas e impugnadas, como se fossem de aceitação universal e consensual, como se ir contra elas fosse sinal de ignorância e despreparo. Só posso concluir, disso, que a formação do Prof. Dugin foi muito deficiente em filosofia antiga e muito sobrecarregada de

leituras da moda, que o impressionaram ao ponto de consolidar-se, na sua mente, como portadoras de conclusões definitivas – tão definitivas quanto o consenso universal dos historiadores em torno do realismo platônico ou da origem moderna do subjetivismo gnoseológico. É difícil discutir com uma mente que inverte as proporções do certo e do duvidoso, ignorando premissas de aceitação universal e apelando à autoridade de consensos inexistentes.

(4) Pior ainda, o homem nem se dá conta, ou finge não se dar conta, de que todas as presumidas autoridades que ele esfrega no meu nariz com ares triunfantes se inscrevem na linha da herança kantiana que, segundo ele próprio,<sup>111</sup> é a encarnação suprema da perversidade ocidental.

Desde que Kant abriu entre sujeito e objeto o abismo intransponível das “formas *a priori*”, descobrir algum condicionante apriorístico que limite e molde pelas nossas costas a percepção que temos do mundo tornou-se uma paixão obsessiva dos pensadores ocidentais mais típicos e notórios. Cada um deles procura cavar mais fundo o abismo, provando que nada conhecemos diretamente, que tudo chega a nós através de uma grade deformante, de um véu de ferro de interpretações prévias que o distinto autor da teoria é, como um novo Kant, o primeiro a descerrar. A lista dos descobridores de condicionantes apriorísticos é grande. Limito-me a mencionar os mais vistosos. Nem sempre esses condicionantes são *a priori* em sentido estrito, kantiano; alguns deles formam-se no curso da experiência; mas, permanecendo desconhecidos pelo sujeito cognoscente individual cuja moldura de conhecimento formam e determinam, funcionam como autênticas formas *a priori* em relação aos atos cognitivos conscientes realizados pelo pobre infeliz. Vamos lá:

1. Hegel diz que as leis invisíveis da História se sobrepõem a todas as consciências individuais (exceto a dele próprio, é claro), de modo que, quando acreditamos conhecer algo, estamos iludidos: é a História quem pensa, a História quem sabe, a História que, possuidora da “astúcia da razão”, nos move de cá para lá segundo um plano secreto.

2. Arthur Schopenhauer declara que a consciência individual vive num mundo de ilusões, movida, sem sabê-lo, pela força da Vontade universal que tudo determina sem razão nenhuma.

3. Karl Marx diz que a ideologia de classe – um sistema de crenças implícitas que pervade com onipotência invisível toda a cultura que nos rodeia – preforma e deforma a nossa visão do mundo. Só quem pode rasgar esse véu e enxergar as coisas como são é o proletariado, cuja ideologia de classe, por não ser fundada no interesse de explorar o próximo, coincide com a realidade objetiva. Como foi possível que o primeiro a descobrir essa realidade objetiva fosse logo ele próprio um burguês, que só conhecia os proletários de longe, é coisa que ele não explica, nem eu.

4. O dr. Freud diz que toda a nossa visão das coisas é moldada e deformada desde a mais tenra infância pela luta entre o Id e o Superego, de modo que aquilo que entendemos por realidade não passa geralmente de uma projeção de complexos inconscientes, uma distorção da qual só podemos nos livrar mediante alguns anos de sessões psicanalíticas duas ou três vezes por semana, que aliás custam uma fortuna.

5. Carl G. Jung diz que o buraco é ainda mais embaixo. Não estamos separados da realidade só pela estruturada nossa psique infantil, mas por esquemas cognitivos que remontam à aurora dos tempos – os “arquétipos do inconsciente coletivo”. Aí o caminho da libertação, sem garantia de sucesso, passa por algumas décadas de estudo de mitologia, religiões comparadas, alquimia, magia, astrologia, o diabo. A única diferença entre Jung e os demais escavadores de “formas *a priori*” é que, na extrema velhice, ele teve pelo menos a hombridade de reconhecer que não estava entendendo

mais nada e admitir que só Deus sabia as respostas. 112

6. John B. Watson e B. F. Skinner dizem que a consciência individual nem mesmo existe, é apenas uma falsa impressão criada pelo jogo mecânico dos reflexos condicionados.

7. Alfred Korzybski e Benjamin L. Whorf dizem que imaginamos conhecer a realidade, mas que, infelizmente, “preconceitos aristotélicos” embutidos na estrutura dos nossos idiomas e arraigados no nosso subconsciente nos impedem de ver as coisas como são.

8. Ludwig Wittgenstein diz que praticamente nada conhecemos da realidade, que tudo o que fazemos é passar de um “jogo de linguagem” a outro “jogo de linguagem”, sem muito ou nenhum controle do que fazemos.

9. Lévi-Strauss diz que, quando pretendemos conhecer o mundo exterior e agir como donos de nós próprios, estamos apenas obedecendo inconscientemente a regras estruturais embutidas na sociedade, na cultura, na ordem familiar, na linguagem, *etc.*

10. Michel Foucault já bota para quebrar e diz que o ser humano nem mesmo pensa: “é pensado” pela linguagem, sem ter a mínima voz ativa no capítulo.

11. O desconstrucionismo de Jacques Derrida joga a pá de cal nas pretensões cognitivas da consciência humana, jurando que nada do que dizemos se refere a dados do mundo exterior, mas um discurso só remete a outro discurso, e este a outro e assim por diante, fechando-se o universo cognitivo humano num muro de palavras sem nenhum significado extra-verbal.

Preciso dizer mais? Quem quer que conheça o universo-padrão de leituras propostas aos estudantes de filosofia hoje em dia, na Europa ou nas Américas, reconhecerá que essas onze etapas – e suas muitas intermediárias – descrevem a linha de evolução mais influente do pensamento ocidental nos últimos duzentos anos. Ora, nessa linha observamos um traço de uniformidade gritante: a proclamação geral e cada vez mais ostensiva da inanidade da consciência individual, a sua submissão cada vez mais completa a forças anônimas e inconscientes que a determinam e a limitam por todos os lados. Tantos são os determinantes apriorísticos, tal a sua força e tão altos são os muros que eles erguem entre sujeito conhecedor e objeto conhecido, que chega a ser espantoso que, com tantos *handicaps* metafísicos, gnoseológicos, sociológicos, antropológicos e lingüísticos, o pobre indivíduo humano seja ainda capaz de perceber que as vacas dão leite e as galinhas botam ovos.

Dessas constatações podemos extrair algumas perguntas:

1. Quanta cara de pau ou quanta ignorância um sujeito precisa acumular para, diante de um assalto tão geral e implacável movido à consciência individual em nome de fatores impessoais e coletivos, continuar proclamando que “o individualismo” é o traço definidor da cultura ocidental moderna? 113

2. Como pode essa criatura declarar abertamente seu ódio à linhagem kantiana e ao mesmo tempo escorar-se nela, tomando-a como autoridade absoluta e irrecorrível que dispensa argumentos e cuja mera menção deveria tapar a boca do adversário?

3. Como pode esse estranho tipo de cérebro conciliar seu propalado horror à “separação sujeito-objeto” com a confiança devota que ele deposita nas doutrinas que mais enfatizaram essa separação, ao ponto de negar ao indivíduo humano todo e qualquer acesso a verdades universais e até mesmo particulares?

Segundo Aristóteles, conhecer a verdade é um dom natural do ser humano, só obstaculizado por fatores acidentais ou privações forçadas. Segundo aqueles ilustres descobridores de “formas *a priori*”, é precisamente o contrário: conhecer a verdade é um acontecimento raro e excepcional, que

pode, na melhor das hipóteses, ter sucedido a eles próprios, os pioneiros descerradores de véus impeditivos, sendo negado ao restante da espécie humana.

Um fenômeno que sempre me chamou a atenção é que, sendo a consciência individual humana tão insignificante e inerme como dizem aqueles mestres, os governos de algumas das nações mais poderosas da Terra fizessem tanto esforço e despendessem tanto dinheiro em pesquisas destinadas a criar meios técnicos de subjugar-la e escravizá-la. Por que tanto empenho em debilitar e subjugar aquilo que, por si, já nada pode e nada sabe? Cães de Pavlov, controle behaviorista do comportamento, lavagem cerebral chinesa, MK-Ultra, engenharia social e psicológica de Kurt Levin, programação neurolingüística – a lista não tem mais fim. A mera observação do contraste grotesco entre a alegada debilidade da vítima e o tamanho do arsenal que se mobiliza para domá-la já basta para mostrar que há algo de errado com todas as filosofias do determinante apriorístico, isto é, com toda a linhagem dos filhos legítimos e bastardos de Immanuel Kant. Que o Prof. Dugin apele a essa linhagem com a devoção de um crente mostra que, no empenho de intimidar seu adversário, ele não se vexa de lançar mão dos recursos mais disparatados, inconexos e incompatíveis.

Espero, sinceramente, que ele esteja fazendo isso por fingimento maquiavélico, porque, se ele acredita mesmo sinceramente em todo esse caleidoscópio de incongruências, estamos diante de um caso de “delírio de interpretação” em grau jamais vislumbrado pelos descobridores dessa patologia.

### 29. *Ah, como sou odiento!*

O texto do Prof. Carvalho transpira um ódio profundo. É um tipo de ressentimento (no sentido nietzscheano) que lhe dá uma aparência peculiar. O ódio é em si mesmo completamente legítimo. Se não podemos odiar, não podemos amar. A indiferença é muito pior. Assim, o ódio que dilacera o Prof. Carvalho é algo a se elogiar. Busquemos então o que é que ele odeia e por que ele o faz. Ao ponderar sobre suas palavras, chego à conclusão de que ele odeia o Oriente como tal.

Neste mundo odiei muitas coisas, quase sempre injustamente. Na infância, acima de tudo injeções de penicilina, não obstante me salvassem a vida. Depois passei a odiar pudim de pão, que quase me matou por minha própria culpa e não dele, quando me empanturrei da sua substância fofa para além de tudo quanto recomendava a prudência humana e, entre cólicas intestinais homéricas, tomei birra do inocente alimento para sempre. Odiei aquelas instituições hediondas chamadas conservatórios musicais, onde ninguém compreendia a incomensurabilidade matemática de dez dedos e sete teclas, para mim uma obviedade invencível. Odiei a geometria de Euclides, suspeitando que meu professor dessa disciplina tinha a intenção perversa de me fazer de idiota quando afirmava, com a cara mais inocente do mundo, que pontos sem extensão nenhuma, somados, perfaziam um segmento de reta. Mais tarde, odiei praticamente todos os governos brasileiros que conheci, com exceção do breve e honroso mandato de Itamar Franco. Odiei também vários tipos de filmes e até fiz a lista deles, sob o título “Odeio com todas as minhas forças”: filmes de tribunal, filmes de milionários sofredores, filmes de família neurótica, filmes de médico, filmes de americanos em férias, *etc.*

Mas, ao longo destes meus 64 anos de existência, digo com toda a sinceridade e após detido exame de consciência: nunca odiei um só ser humano, ao menos por mais de alguns minutos. Quando alguém me irrita além da medida do suportável, lanço-lhe um olhar fulminante, digo-lhe umas coisas horríveis, faço-lhe as ameaças mais escabrosas e dois minutos depois estou rindo e dando tapinhas nas costas da criatura. Quem me conhece sabe que sou assim.

A hipótese de que eu tenha odiado civilizações inteiras, ou as odeie ainda, é a projeção psicótica mais palhaça que já vi. Especialmente quando se pretende que o objeto do meu ódio insano seja o

Oriente. Odiei tanto as civilizações orientais que dediquei a elas muitos anos da minha vida, dando o melhor de mim para compreendê-las e para explicá-las aos meus alunos com uma simpatia e uma devoção inegáveis, sempre inspirado na regra de Titus Burckhardt, um autor tradicionalista que o Prof. Dugin tem ou deveria ter como um de seus pontos de referência: “Para compreender uma civilização é preciso amá-la, e isto só é possível graças aos valores universais que ela contém”.<sup>114</sup> Se odeio as civilizações orientais, por que escrevi todo um livro para mostrar a presença desses valores na doutrina hindu das castas?<sup>115</sup> Por que desencavei de um arquivo poeirento, publicando-os com introdução e notas, os *Comentários* de meu mestre de arte marcial chinesa, Michel Veber, à *Metafísica Oriental* de René Guénon?<sup>116</sup> Por que falei tanto nos *Relatos de um Peregrino Russo*, então totalmente desconhecidos no Brasil, que até uma editora esquerdista acabou se interessando em publicá-los? Por que fui o primeiro estudioso brasileiro a pronunciar no recinto hostil de uma faculdade da USP, contra vento e maré, uma conferência sobre René Guénon? Por que passei anos estudando as práticas místicas do esoterismo islâmico, com o maior respeito, vendo nelas, segundo a perspectiva da “unidade transcendente das Religiões” de Frithjof Schuon, um patrimônio espiritual de valor universal? Por que fui, na grande mídia brasileira, o primeiro articulista a chamar a atenção do público para os nomes de René Guénon, Titus Burckhardt, Seyyed Hossein Nasr e tantos outros porta-vozes de doutrinas caracteristicamente orientais? Por que escrevi uma exegese simbólica de alguns *ahadith* do profeta islâmico, merecendo por isso um prêmio da universidade de El-Azhar e do governo saudita?<sup>117</sup> Aliás, Prof. Dugin, o senhor mesmo só se tornou conhecido e conquistou alguma audiência no Brasil graças aos meus artigos de jornal e programas de rádio, que o mencionaram muitas vezes, *sine ira et studio*, ressaltando a importância mundial do seu trabalho e recomendando-o à atenção dos estudantes brasileiros numa época em que ninguém no país, nem mesmo em altos círculos universitários, políticos e militares, tinha jamais ouvido o seu nome. Devo ser mesmo um louco: tanto amor a um objeto de ódio só se cura com eletrochoque.

A verdadeira barreira que, nesse ponto, me separa do Prof. Dugin não é aquela que distingue um ocidentalista fanático e um orientalista *enragé*. A diferença é que, imbuído da crença aristotélica no poder de conhecer a verdade para além de todas as minhas limitações pessoais e culturais, olhei para aquelas civilizações com o olhar amoroso de quem entrevista nelas os valores a que se referia Burckhardt, valores que, sendo universais, eram também os meus. Já o Prof. Dugin olhando-as com a mente atravancada de condicionamentos culturais que ele acredita insuperáveis, nega àquelas civilizações a universalidade de valores e só pode enxergar nelas o antagonismo invencível cujo único desenlace tem de ser a guerra e a destruição de metade da espécie humana.

### 30. Ressentimento

Isso explica a estrutura de seu ressentimento.

Ressentimento contra quê? Que mal me fizeram as civilizações do Oriente além de uns tombos que levei em academias de artes marciais?

### 31. Colocando palavras na minha boca

Ele ataca a Rússia e a sua cultura holística (que ele descarta com um gesto de indignação), o Cristianismo Ortodoxo (que ele considera “mórbido”, “nacionalista” e “totalitário”), a China (com seu padrão coletivista), o Islam (que para ele é equivalente a “agressão” e “brutalidade”), o Socialismo e o Comunismo (no tempo da Guerra Fria eram sinônimos de Oriente), a Geopolítica (à qual ele arrogantemente nega o *status* de ciência), a hierarquia e a ordem tradicional vertical, os valores militares.

Lá vem de novo o Prof. Dugin colocando na minha boca palavras que eu não disse nem pensei, que

são de sua própria e exclusiva invenção, calculadas para ser facilmente demolidas e simular uma vitória arrasadora. Não me lembro de ter criticado a cultura russa por ser “holística”, apenas por produzir tantos assassinos de russos. Na verdade não vejo nenhum “holismo”, nenhum senso de solidariedade comunitária, numa sociedade onde as pessoas se dedicam mais que em qualquer outro lugar do mundo, com a exceção da China, a matar seus compatriotas. E não me refiro só aos tempos do socialismo. Nas duas tabelas dos dez maiores assassinos em massa elaboradas pelo Prof. R. J. Rummel, uma para o Século xx, outra para toda a história anterior da humanidade, russos e chineses entram duas vezes: mataram como loucos desde que vieram ao mundo, e redobram de fúria na virada do último século.<sup>118</sup> Se os russos já estavam entre os campeões de violência antes do comunismo, continuam a ocupar esse posto depois dele. Segundo dados da revista polonesa *Fronza* – a mesma à qual o Prof. Dugin concedeu sua entrevista de 1998 –, oitenta mil russos morrem assassinados por ano, dez mil abortos são praticados a cada dia, a população diminui a olhos vistos e, embora sete milhões de casais não tenham filhos, a quantidade de adoções é tão irrisória que hoje há mais órfãos na Rússia do que ao término da II Guerra Mundial (quanta “solidariedade comunitária” em comparação com os americanos, campeões mundiais de adoções!).<sup>119</sup> Não tenho nenhuma teoria histórico-sociológica para explicar esses fatos, mas pretendo que tanta violência, tanta crueldade não tenha nenhuma raiz na cultura, que seja tudo culpa de estrangeiros malvados infiltrados no governo local, isto sim é que é “teoria da conspiração” da mais rasteira, da mais estúpida que se possa imaginar. Se o Prof. Dugin ainda insiste que tudo isso é culpa das “privatizações liberais” da era Yeltsin, que pare de jogar a culpa em estrangeiros e vá tomar satisfações do seu líder Vladimir Putin, o qual, como chefe da comissão de privatizações naquela época, encheu de dinheiro os bolsos de seus colegas de KGB e aliás também os dele próprio.<sup>120</sup>

Quanto ao Islam enquanto tal, não me lembro de ter dito uma só palavra contra ele, e sim contra a moderna politização da teologia, que faz tanto mal à religião islâmica quanto a “teologia da libertação” fez ao cristianismo.

### 32. *Ah, como sou odiento! (2)*

Em seu ódio histórico contra tudo isso ele encontra seu alvo em minha pessoa. Portanto, ele me odeia e faz com que isso seja sentido. Estará ele correto em ver em mim e no Eurasismo a representação consciente de tudo isso? Serei eu o Oriente e o defensor dos valores orientais? Sim, isso é exato. Portanto, o seu ódio está corretamente direcionado, porque tudo o que ele odeia eu amo e estou pronto para defender e afirmar. Para mim, é um tanto difícil insistir na grandeza de meus valores.

Este parágrafo, como tantos outros do Prof. Dugin, só vale como profecia auto-realizável. Nunca odiei o Prof. Dugin, mas agora estou considerando seriamente a possibilidade de começar a fazê-lo, se ele não parar com essa palhaçada. Ele é com certeza o debatedor mais esquivo e tinoso com que já me defrontei. Incapaz de refutar uma só das minhas idéias no campo da argumentação lógica e factual, ele parte para o terreno da psicologia pejorativa divinatória e, atribuindo-me maus sentimentos que na verdade existem só na sua cabeça, tenta queimar minha reputação na praça. E olhem que ele o faz com a eloquência inflamada de quem acredita piamente no que diz. Não se trata, portanto, de mera invencionice. É fingimento histórico *strictu sensu*. Imaginar coisas, emocionar-se com elas como se estivessem realmente acontecendo e exibir a emoção em público numa *performance* convincente é a definição mesma da conduta histórica. Quando o Prof. me chama “histórico”, está apenas me xingando. Quando uso a mesma palavra com relação a ele, não é xingamento: é um diagnóstico objetivo, científico, baseado em fatos patentes.

### 33. Guénon e o Ocidente

Muitos outros pensadores descreveram metodicamente os aspectos positivos do Oriente: ordem, holismo, hierarquia e a essência negativa do Ocidente e sua degradação. Por exemplo, Guénon. Certamente ele não tinha muito entusiasmo a respeito do comunismo e o coletivismo, mas a origem da degradação da civilização, ele a via exclusivamente no Ocidente e na cultura ocidental, precisamente no individualismo ocidental (ver *A Crise do Mundo Moderno* ou *Ocidente e Oriente*). É óbvio que as sociedades orientais modernas têm muitos aspectos negativos. Mas eles são em sua maioria resultados da modernização, ocidentalização e perversão das tradições ancestrais.

René Guénon de fato diz que o Ocidente é a vanguarda da decadência, mas lança a culpa disso, como de todo o mal do mundo, na ação subterrânea das “Sete Torres do Diabo”, que são mais Orientais do que o próprio Prof. Dugin (v. mais explicações adiante, item 35). Não estou subscrevendo essa teoria, estou apenas mostrando que não é viável, nem honesto, apelar a René Guénon como autoridade legitimadora de um anti-ocidentalismo *à outrance*.

Ademais, Guénon nunca esteve interessado em destruir o Ocidente, mas em salvá-lo, e o caminho prioritário que ele defendia para esse fim era a plena restauração da Igreja Católica na sua missão providencial de Mãe e Mestra. A hipótese de uma “ocupação Oriental” só lhe ocorreu como alternativa secundária no caso do completo fracasso da Igreja Católica, mas mesmo assim ele jamais concebeu essa alternativa sob a forma de guerra, de ocupação militar. O que ele imaginava era uma espécie de revolução cultural islâmica, com os *sheikhs* sufis conquistando, por influência sutil, o controle hegemônico da intelectualidade Ocidental (Frithjof Schuon e Seyyed Hossein Nasr tentaram realizar esse programa).

Ele jamais sugeriu a guerra como solução. Ao contrário, ele dizia que a guerra e o caos generalizado se seguiriam quase inevitavelmente ao fracasso (ou não adoção) das duas alternativas anteriores. Ele não via isso como solução, mas como parte do problema. Nada, absolutamente nada justifica apelar à autoridade de Guénon para justificar um empreendimento bélico das proporções daquele que o Império Eurasiano nos promete.

### 34. O mundo às avessas

Em minha juventude (começo da década de 80), fui anticomunista no sentido guénoniano/evoliano. Mas, após ter conhecido a civilização moderna do Ocidente, e especialmente após o fim do comunismo, eu mudei de idéia e revisei esse tradicionalismo, descobrindo o outro lado da sociedade socialista, que é uma paródia da verdadeira Tradição, mas ainda assim muito melhor que a absoluta ausência de Tradição no mundo Moderno e Pós-Moderno.

(1) Compreendo perfeitamente a mutação pela qual passou a mente do Prof. Dugin. Não há no mundo pessoas mais isoladas e desesperançadas que os intelectuais tradicionalistas, os quais vêm, a cada dia, tudo quanto é sagrado e precioso ser destruído impiedosamente pelo avanço do materialismo, do relativismo cínico, da brutalidade e, talvez pior ainda, da banalidade. Poucos deles estão preparados para levar às últimas conseqüências a sua opção pelo espírito, aceitando a derrota histórica total, a completa humilhação dos valores espirituais, como sentença divina destinada a anteceder a apocatástase, o fim de todas as coisas e o advento de “um novo céu e uma nova terra”. É grande a tentação, que os acossa, de apegar-se a alguma última esperança terrena, a alguma tábua-de-salvação político-ideológica que lhes prometa “restaurar a Tradição” por meio da ação material, político-militar. É nesse momento que a alma em desespero passa por uma mutação, um giro de 180 graus, começando a ver tudo às avessas. A mulher que sofra um estupro pode ir à polícia e denunciar o criminoso, mas, se sofre cinquenta, sessenta estupros repetidos, é bem possível que acabe buscando encontrar algum alívio na idéia cretina de que o estupro é, no fim das contas, um ato de

amor. Ninguém no mundo fez um esforço mais renitente e brutal para varrer as religiões tradicionais da face da Terra do que o fizeram os regimes comunistas na Rússia e países-satélites, na China, no Vietnã, no Camboja (e a China ainda está fazendo no Tibete). Falar de “perseguição anti-religiosa” nesses países é eufemismo. O que houve foi genocídio puro e simples, liquidação sistemática da cultura religiosa e dos próprios religiosos. O pastor Richard Wurmbrand conta que, nas prisões comunistas da Romênia, cada sacerdote era convidado a abdicar da sua religião sob a ameaça de que, em caso de recusa, os dentes do sacerdote de uma outra religião seriam arrancados a sangue frio diante dos seus olhos. Mas a alma do tradicionalista em desespero, incapaz de suportar a visão de tanta maldade, pode, num momento de fraqueza, apegar-se à esperança louca de que haja nisso um bem secreto, um segredo divino transmitido ao mundo em linguagem paradoxal. Então ele começa a enxergar monstros como anjos, Lênin, Mao, Stalin e Pol-Pot como mensageiros da providência disfarçados em diabos. A sociedade mais ostensivamente e odientamente antitradicional que já existiu começa a parecer-lhe a mera “paródia da tradição”, preferível, no fim das contas, à “absoluta ausência de tradição no mundo moderno e pós-moderno”. Nesse momento ele está pronto para se inscrever no movimento eurasiático.

(2) Ademais, que “ausência de Tradição” é essa? Como cristão ortodoxo, o Prof. Dugin deveria admitir a obviedade de que o Cristo não veio salvar as nações, mas as almas. A força da tradição cristã numa sociedade não se mede pelo grau de autoritarismo centralizador que nela vigore ainda que em nome da autoridade eclesiástica, mas pelo vigor da fé cristã nas almas dos crentes. Nesse sentido, alguns dados estatísticos recentes poderiam esclarecer a mente do Prof. Dugin. Em 2008, uma pesquisa do instituto alemão Bertelsmann Stiftung mostrou a Rússia como o país do mundo onde os jovens são os *menos* religiosos. Será isso um sinal de vigor da “tradição”? O Brasil, em comparação, ficou em terceiro lugar entre os países de juventude mais religiosa,<sup>121</sup> mas o universo de crenças desses jovens era bem confuso: muitos não acreditavam em céu ou inferno, outros duvidavam da vida eterna, outros misturavam catolicismo com reencarnação e muitos desconheciam por completo os elementos mais básicos do dogma católico. Enfim, tudo na pesquisa mostrava que o Papa João Paulo II tinha razão ao dizer que “os brasileiros são cristãos nos sentimentos, mas não na fé”. O mesmo vale para a Rússia, onde, segundo pesquisa da Ipsos/Reuters, dez por cento dos que se dizem crentes acreditam, de fato, “em muitos deuses”.<sup>122</sup> Com uma Igreja ortodoxa chefiada por agentes da KGB, a única “tradição” que parece estar realmente viva na Rússia é o xamanismo (afinal, duas das Sete Torres ficam na Rússia, e uma terceira em território da ex-URSS).<sup>123</sup> Existe algum lugar do mundo onde a maioria não apenas tenha uma vaga crença “em Deus” ou “em deuses”, mas uma fé cristã definida, nítida, sólida e inabalável? Existe. Uma pesquisa recente da Rasmussen revelou que 74 por cento dos americanos – três quartos da população – declaram, alto e bom som, acreditar que Nosso Senhor Jesus Cristo é o Filho de Deus vivo, que veio ao mundo para redimir os pecados da humanidade.<sup>124</sup> Esse é o dogma central do cristianismo, seja católico, ortodoxo ou protestante. Esse é o centro irradiante da tradição cristã. A tradição está viva onde a fé está viva, não onde sonhos comuno-fascistas de uma “sociedade orgânica” usurpam a autoridade da fé enquanto a população volta as costas à “única coisa necessária”.

### 35. *As Sete Torres do Diabo*

De maneira que amo o Oriente em geral e culpo o Ocidente. O Ocidente agora está se expandindo pelo planeta e a globalização é ocidentalização e americanização. Portanto, eu convido todo o resto a entrar em campo e lutar contra o Globalismo, a Modernidade/Hipermodernidade, O Imperialismo *Yankee*, o Liberalismo, a religião do Livre Mercado e o Mundo Unipolar. Estes

fenômenos são o último ponto do caminho do Ocidente em direção ao abismo, a última estação do mal e a imagem quase transparente do anticristo/*ad-dadjallerev rav*. O Ocidente é o centro da Kali-Yuga, seu motor e seu coração.

Não, não é. Quem pretende atrair para a causa eurásiana o prestígio do guénonismo deveria ao menos ler René Guénon direito. Guénon nunca interpretou o simbolismo Oriente-Ocidente como uma grosseira oposição maniqueísta do bem e do mal. Como profundo conhecedor do Islam, ele sempre levou em conta um dos mais célebres *ahadith*, em que o profeta islâmico, apontando para os lados do Oriente, afirmou: “O Anticristo virá dali.” Dos grandes centros difusores da “contra-iniciação”, como Guénon a chamava, nenhum, segundo ele, se localiza no Ocidente, mas um no Sudão, um na Nigéria, um na Síria, um no Iraque, um no Turquestão (dentro da URSS) e – ora, vejam! – dois nos Urais, em pleno território russo.<sup>125</sup> Projetadas no mapa, as Sete Torres formam o diagrama exato da constelação da Ursa Maior. A ursa, emblema nacional da Rússia, representa no simbolismo tradicional a classe militar, *kshatriya*, em cíclica revolta contra a autoridade espiritual. Jean-Marc Allemand menciona, a respeito, “a militarização forçada que acompanha inevitavelmente o marxismo e lhe serve de base”. E prossegue: “Esse aspecto guerreiro à *outrance* e totalmente invertido (em relação à função original e subordinada da casta militar) é o resultado último da revolta dos *kshatriyas*; neste sentido, a URSS é realmente a terra da Ursa”.<sup>126</sup> Como é que o grande conhecedor de “geografia sagrada” ignora, ou finge ignorar, uma coisa tão básica? E que é que mudou, na Rússia de Putin, senão na direção de uma militarização ainda maior da sociedade? E não está esse fenômeno na linha mesma do projeto eurásiano, concomitante à dominação da sociedade chinesa pelos militares e à “sovietização do Islam”, que Jean Robin, categorizado porta-voz do guénonismo, considera um dos traços mais sinistros da degradação espiritual moderna?<sup>127</sup>

### 36. Assimetria

O Prof. Carvalho culpa o Oriente e ama o Ocidente. Mas começa aqui uma certa assimetria. Eu amo o Oriente como um todo, incluindo seus lados obscuros. O amor é forte, um sentimento muito forte. Você não ama somente os aspectos puros do ser amado, você o ama completamente. Somente tal amor é amor real. O Prof. Carvalho ama o Ocidente, mas não todo o Ocidente, só uma parte. Ele rejeita a outra parte.

O Prof. Dugin reconhece uma diferença básica entre nós: enquanto ele adere ao Oriente inteiro, com suas virtudes e pecados, com seus santos e seus criminosos, suas realizações sublimes e suas abominações, eu não faço o mesmo com o Ocidente. Examinoo criticamente e só posso, em sã consciência, aprovar parte dele, aquela parte que é compatível com os valores cristãos que o fundaram. O Prof. Dugin percebe isso, mas não atina com a significação óbvia dessa diferença: ele se identifica com uma área geográfica e com um poder geopolítico, eu com valores gerais que não se encarnam em nenhum território geográfico e em nenhum dos poderes deste mundo. Quando Cristo disse “meu Reino não é deste mundo”, ele deu a entender que nenhum poder mundano encarnaria jamais a Sua mensagem exceto de maneira provisória e imperfeita, de modo que nenhum deles teria jamais autoridade de pretender representá-Lo com plenitude. O Velho Testamento já ensinava que “os deuses das nações são demônios”, proibindo aos fiéis oferecer a qualquer deles a devoção e a lealdade que só a Deus eram devidas. Quando me recuso a tomar partido entre as alternativas geopolíticas oferecidas pelo Prof. Dugin, estou apenas me recusando a cultuar demônios, mais ainda a fazê-lo sob pretexto cristão. Nunca, como hoje, os poderes deste mundo foram tão ostensivamente hostis ao cristianismo. Se é verdade que “o Espírito sopra onde quer”, a obrigação do cristão é segui-lo onde quer que ele vá em vez de deixar-se paralisar hipnoticamente no culto de falsas divindades.

### 37. Teoria da Conspiração

Para explicar muito de sua atitude diante do Oriente, ele apela a uma teoria da conspiração. Cientificamente, isso é inadmissível e desacredita imediatamente a tese do Prof. Carvalho, mas neste debate creio que a correção científica não signifique muito. Eu não tento agradar ou convencer alguém. Eu estou interessado somente na verdade (*vincit omnia veritas*). Se o Prof. Carvalho prefere fazer uso de teoria da conspiração, deixemo-lo fazer.

A teoria da conspiração exposta pelo Prof. Carvalho é, no entanto, banal e rasa. Existem muitas outras teorias de tipos mais extravagantes e brilhantes em seu idiotismo. Eu escrevi um volume grosso sobre a Sociologia da Teoria da Conspiração, descrevendo versões muito mais estéticas, como, por exemplo, as que estão reunidas nos livros de Adam Parfrey: “Extraterrestres dominando o mundo”, ou o “governo reptiliano” de David Icke ou, ainda, os seres subterrâneos, ou “Deros”, de R. Sh. Shaver, que foram evocados de forma impressionante no filme japonês *Marebito*, de Takashi Shimitsu. Mas temos o que temos. Tentemos encontrar uma razão para que um professor brasileiro-americano sério aceite o risco de parecer um tanto lunático ao apelar para teorias da conspiração.

Qualquer semelhança entre a minha teoria do sujeito da História e “teorias da conspiração” que alertam para invasões de extraterrestres ou “governo dos répteis” é apenas uma analogia forçada, artificiosa e insultuosa, a que um debatedor inepto, em desespero, recorre para fugir da discussão. Aqui, novamente, o Prof. Dugin se mostra incapaz de orientar-se na complexidade das questões que levanto e esconde seu despreparo por trás de uma afetação teatral de superioridade. Eu não esperava que ele fizesse, diante do público, tão obsceno *strip-tease* moral.

Quem quer que saiba ler compreenderá instantaneamente que minhas explicações sobre a natureza da ação histórica são exatamente o oposto de uma “teoria da conspiração”. Demonstro ali que a atual disputa de poder no mundo usa de instrumentos que são não só normais e inerentes à luta política, mas são, de fato, os únicos que existem. Não há ação histórica sem continuidade ao longo das gerações, e só alguns tipos de grupos humanos têm meios de atender a esse requisito. Se entre esses meios se inclui o controle do fluxo de informações, isso só se deve ao detalhe, banal em metodologia histórica, de que a difusão dos fatos produz novos fatos; de que, portanto, o controle do fluxo de informações é absolutamente essencial a qualquer grupo ou entidade que planeje ações históricas de longo prazo. O *Council on Foreign Relations*, por exemplo, conseguiu permanecer totalmente secreto e desconhecido ao longo de cinquenta anos, embora dele fizessem parte praticamente todos os donos de grandes meios de comunicação o Ocidente.<sup>128</sup> Quando, findo o prazo de discricção obrigatória, David Rockefeller agradeceu publicamente aos jornalistas o seu silêncio de cinco décadas, deveríamos ocultar esse fato só por um temor caipira de sermos acusados de “teóricos da conspiração”? Qualquer que seja a nossa interpretação desses acontecimentos, não podemos negar que eles expressam um propósito duradouro e constante de controlar as informações que chegam ao público e, assim, exercer grande domínio, na medida do humanamente possível, sobre a direção dos acontecimentos políticos. Comparar afirmações óbvias como essa a um anúncio de “invasão de marcianos” é um hiperbolismo pueril que só pode expor seu autor à humilhação e à chacota.

### 38. Teoria da Conspiração (2)

Parece que sei a resposta. O lado sério dessa argumentação não tão séria consiste na necessidade do Prof. Carvalho diferenciar o Ocidente que ele ama daquele que ele não ama. Portanto, Prof. Carvalho demonstra ser idiossincrático. Ele não somente detesta o Oriente (e conseqüentemente o Eurasianismo e a mim mesmo), mas também odeia parte do Ocidente. Para delimitar a fronteira no Ocidente, ele se utiliza da conspiração e do termo “Consórcio”, e poderia usar também “Sinarquia”, “Governo Global” e assim por diante. Aceitemo-lo por enquanto, de maneira que concordaremos sobre o “Consórcio”.

A descrição do “Consórcio” é surpreendentemente correta. Pode ser que o sentimento de correção de minha parte, no que concerne à análise, pode ser explicado pelo fato de que dessa vez compartilho do ódio do Prof. Carvalho. Assim, eu concordo com a descrição caricata da elite globalista e com todas as furiosas imagens a ela aplicadas. Ai, nosso ódio coincide. O Prof. Carvalho

afirma que o Consórcio tem o controle do mundo contra a vontade e o interesse de todos os povos, suas culturas e tradições. Concordo com isso. Talvez os mitos Fabiano e de Rothschild sejam muito simplistas e ridículos, mas a essência é verdadeira. Existe, de fato, algo como uma elite global e ela está agindo.

Ao admitir que o Consórcio existe e age da maneira que descrevi, o Prof. Dugin mostra que ou a minha versão desse fenômeno não é de maneira alguma uma teoria da conspiração, ou ele próprio não é avesso a cultivar teorias da conspiração quando lhe convém.

### 39. *Ideologia da livre competição?*

Essa elite, no entanto, trabalha com uma infraestrutura ideológica, econômica e geopolítica concreta. Em outras palavras, essa elite é historicamente e geograficamente identificada e ligada a um conjunto especial de valores e instrumentos. Todos esses valores e instrumentos são absolutamente ocidentais. As raízes dessa elite remontam à modernidade européia, ao Iluminismo e ao surgimento da burguesia (W. Sombart). A ideologia dessa elite é baseada no individualismo e no hiper-individualismo (G. Lipovetsky, L. Dumont). A base econômica dessa elite é o Capitalismo e o Liberalismo. O *Ethos* dessa elite é a Livre Competição.

Limito-me a responder à última sentença do parágrafo, que resume o sentido dele inteiro. Em que mundo está o Prof. Dugin, para afirmar que o *ethos* da elite globalista, do Consórcio, é a livre competição? Será que ele ignora mesmo tudo a respeito da história dessa entidade? Não sabe que a atividade mais constante dessa elite nos EUA, há pelo menos cinquenta anos, tem consistido em tentar impor, não só à atividade econômica, mas a todos os campos da existência humana, toda sorte de restrições e controles estatais? Não sabe que o conflito básico da política americana é a luta entre as políticas estatizantes impostas pelo *establishment* e a boa e velha liberdade de mercado tão cara aos americanos tradicionais? Que acompanhe, então, os artigos de Thomas Sowell, Rush Limbaugh, Michael Savage, Phyllis Schlafly, Star Parker, Neil Cavuto, Larry Elder, Ann Coulter, Cal Thomas, Walter Williams e centenas, milhares de outros comentaristas conservadores que há décadas não fazem outra coisa senão espernear contra o monopolismo e o estatismo obsediantes da elite. Uma coisa é julgar por impressões estereotipadas, outra é acompanhar a luta política no terreno dos fatos. A história do confronto entre conservadorismo e estatismo já foi tantas vezes contada que posso me limitar a recomendar ao Prof. Dugin a leitura de alguns livros, bem conhecidos do público americano, que a relatam de maneira tão clara e definitiva. [129](#)

É verdade que, no plano internacional, a elite defende a liberdade de mercado entre as nações, mas por que justamente desejaria impor no exterior justamente o contrário do que faz em casa? Já no século XIX, um dos mais ardentes defensores da abertura dos mercados ao comércio internacional foi Karl Marx, por saber que as fronteiras nacionais eram um obstáculo considerável à expansão do movimento revolucionário. Note bem que a mesma contradição aparente se manifesta na conduta da elite em todos os países: controles estatais draconianos para dentro, liberdade de mercado para fora. Liberdade que, não por coincidência, se restringe ao campo econômico, pois, no mesmo plano internacional, a elite que a propugna vai tratando de estabelecer, através de organismos como a ONU, a OMS, a OIT, etc., toda sorte de controles estatais globais que abrangem a alimentação, a saúde, a educação, a segurança e, enfim, todas as dimensões da vida humana. Com toda a evidência, a liberdade de comércio internacional é apenas um momento dialético do processo de instauração do controle estatal mundial.

### 40. *Interesse nacional americano?*

O suporte militar e estratégico dessa elite é, desde o primeiro quarto do século XX, os EUA e, depois do fim da Segunda Guerra Mundial, a Aliança do Atlântico. Assim, a elite global, ainda que seja chamada de “Consórcio”, é Ocidental e concretamente norte-americana.

Usar uma nação como suporte estratégico e militar é uma coisa; defender seus interesses é outra completamente diferente. Conforme já expliquei, o Consórcio incrusta-se nos governos de várias nações ocidentais, para poder usar seus recursos estratégicos e seu poderio militar para seus próprios fins que são geralmente opostos aos mais óbvios interesses nacionais desses países. Que “interesse nacional americano” defendia o Consórcio quando ajudava a URSS – mesmo depois da Segunda Guerra – a transformar-se numa potência industrial militar pronta a ameaçar a segurança americana? Que “interesse nacional americano” defendia quando fez o mesmo com a China? Que “interesse nacional americano” defendem os Soros e Rockefellers quando subsidiam, por toda parte e especialmente na América Latina, os movimentos esquerdistas mais acintosamente anti-americanos? Que “interesse nacional americano” defende o Consórcio, hoje, ao ajudar a Fraternidade Islâmica, a central do anti-americanismo islâmico, a tomar o poder em nações que antes eram aliadas ou inofensivas ao EUA?

#### 41. *Fabricando a unidade*

Vendo isso claramente, eu, como representante consciente do Oriente, faço um apelo à humanidade para a consolidação de todos os tipos de alternativas para resistir à Globalização e à Ocidentalização a ela relacionada. Faço esse apelo primeiramente aos russos, meus compatriotas, convidando-os a rejeitar a corrupta elite pró-globalista, pró-ocidental que agora domina meu país, e a retornar à Tradição espiritual da Rússia (Cristianismo Ortodoxo e Império multi-étnico). Ao mesmo tempo, convido os povos muçulmanos e sua comunidade, bem como todas as outras sociedades tradicionais – chinesa, hindu, japonesa, *etc.* –, a unir-se a nós nessa batalha contra a Globalização, a Ocidentalização e contra a Elite Global. O inimigo está lutando com novos meios – com armas informacionais pós-modernas, com instrumentos financeiros e com um rede global. Deveríamos ser capazes de combatê-los na mesma base e de apropriar-nos da arte da ofensiva em rede. Espero sinceramente que os latino-americanos e também alguns norte-americanos honestos entrem na mesma luta contra essa elite, contra a pós-modernidade e contra a unipolaridade, pela Tradição, pela solidariedade social e pela justiça social. S. Huntington costumava usar a frase “o Ocidente contra o Resto”. Identifico-me com o Resto e o incito a manter-se de pé contra o Ocidente. Exatamente como os primeiros eurasianistas fizeram (N. S. Trubetskoy, P. N. Savitsky e outros).

Creio que, para ser concreta e operacional, a posição do Prof. Carvalho deveria ser ou conosco (o Oriente e a Tradição) ou com eles (o Ocidente e a Modernidade, com a modernização). Ele obviamente recusa tal escolha fingindo que há uma “terceira posição”. Ele prefere odiar e não lutar. Odiar o Oriente e odiar a Elite Globalista. Essa é sua decisão pessoal ou talvez a decisão de um certa direita cristã norte-americana, que é, no entanto, muito marginal ou sem interesse para mim.

Aqui o Prof. Dugin completa o seu *strip-tease*, tirando a última peça de roupa. Sendo obviamente impossível conciliar no plano doutrinal propostas tão antagônicas quanto o comunismo e o islamismo, o fascismo e o anarquismo, a espiritualidade tradicional e as ditaduras que a esmagam a religião a ferro e fogo, o eurasianismo constrói artificialmente uma unidade negativa baseada no puro ódio a um suposto inimigo comum. Ele então tem de dividir o mundo em dois – o Ocidente contra o Resto, o Resto contra o Ocidente – e partir para a construção da “Cidade Ideal” baseada na guerra atômica e na destruição do planeta. Não é de espantar que esse indivíduo se imagine odiado, pois o ódio é, com toda a evidência, o único sentimento que ele conhece.

É ainda mais significativo que ele exclua como irrelevante a possibilidade de aderir a forças que sejam estranhas e alheias a esse conflito, chamando-as de “marginais e sem nenhum interesse para mim”. Quaisquer valores que não se encarnem imediatamente num poder geopolítico são de fato desprezíveis e sem interesse para ele. Ao longo da história, os valores mais altos foram muitas vezes fracos e minoritários. A história das origens do cristianismo ilustra-os da maneira mais clara. A própria cristianização da Rússia, empreendida por monges desarmados, cercados de mil perigos, é também um caso exemplar. O Prof. Dugin proíbe-nos de tomar partido daquilo que é simplesmente certo. Proíbe-nos amar o bem por ser simplesmente o bem. Ele só admite escolha entre poderes.

Poderes armados até os dentes. Se fosse um personagem da Bíblia, ele se recusaria, obviamente, a tomar partido da seita minoritária cujo líder era esfolado a chicotadas e pendia, inerte, da Cruz. Com aquele ar de superioridade infinita, ele nos convidaria a esquecer o Cristo e a optar entre os poderes deste mundo, entre Pilatos e Caifás.

#### *42. Colocando palavras na minha boca (2)*

Perdendo o restante de sua coerência, o Prof. Carvalho tenta fundir tudo o que ele odeia em um objeto. Ele indica, então, que a Elite Globalista e o Oriente (eurasianismo) estão vinculados. É uma teoria da conspiração nova e puramente pessoal.

Não me lembro de haver tentado fundir o Consórcio, o Império Eurasiano e o Califado numa entidade única mundial. Ao contrário, já na minha primeira mensagem deixei claro que “as concepções de poder global que esses três agentes se esforçam para realizar são muito diferentes entre si porque brotam de inspirações ideológicas heterogêneas e às vezes incompatíveis. Não se trata, portanto, de forças similares, de espécies do mesmo gênero. Não lutam pelos mesmos objetivos e, quando ocasionalmente recorrem às mesmas armas (por exemplo a guerra econômica), fazem-no em contextos estratégicos diferentes, onde o emprego dessas armas não atende necessariamente aos mesmos objetivos”. Não poderia haver expressão mais nítida da independência mútua das três forças. Se entre elas, apesar da disputa que as divide, há “imensas zonas de fusão e colaboração, ainda que móveis e cambiantes”, isso não poderia afetar retroativamente a heterogeneidade das suas origens e dos valores que as inspiram. “Imensas zonas de fusão e colaboração” sempre existiram aliás entre poderes antagônicos, como a URSS e a Alemanha nazista, sem que por isto se realizasse o sonho dourado do Prof. Dugin, a unificação das tiranias numa guerra total contra o Ocidente.

Colaborações entre o Consórcio, o esquema russo-chinês e o Califado são tão notórias e tão bem documentadas que não há razão para insistir nisso. As guerras que o governo americano está movendo agora mesmo em benefício exclusivo da Fraternidade Islâmica, os investimentos americanos maciços que transformaram uma China falida em potência industrial ameaçadora (contra o protesto de tantos conservadores!), ou a ajuda muito especial dada pelos EUA à reconstrução da URSS após a Segunda Guerra, em condições muito mais generosas do que as oferecidas aos demais Aliados – tais são exemplos historicamente indubitáveis que nenhum espantalho Duginiano é grande o bastante para encobrir.

Tentar fazer de minhas explicações, tão simples e claras, a construção mitológica de uma central global de maleficência – algo como a Kaos da série “Agente 86” –, é tão artificial, tão ridículo, que o impulso de caricaturar se volta contra o próprio autor da façanha, mostrando-o como um verdadeiro palhaço.

#### *43. Colocando palavras na minha boca (3)*

Ele poderia ampliar a panóplia com outras extravagâncias que poderiam soar algo como: “a própria Elite Globalista é dirigida por um diabólico centro no Oriente” (...)

Construtor e demolidor infatigável de espantalhos, lá vem o Prof. Dugin de novo me atribuindo idéias que não são nem poderiam ser minhas, e que aliás, para cúmulo de ironia, são as dele próprio. A crença em “centros demoníacos orientais”, que dirigiriam todo o movimento do mal no mundo, é parte integrante da “doutrina tradicional” de René Guénon, que ele subscreve sem reservas e à qual desde há mais de vinte anos consagro no máximo uma admiração prudente e crítica.

#### *44. Colocando palavras na minha boca (4)*

(...) ou “O Oriente (e o socialismo) é um ventríloquo nas mãos de diabólicos banqueiros e de fanáticos do CFR, da Comissão Trilateral e assim por diante”. Parabéns. É muito criativo. A livre fantasia operando.

Nunca afirmei que o socialismo soviético ou o governo da URSS fossem marionetes nas mãos de “banqueiros diabólicos”, “conspiradores atlantistas” ou qualquer coisa pelo gênero. Quem o afirmou foi o próprio Alexandre Dugin, quando, baseado na opinião de seu correligionário Jean Parvulesco, diz acreditar que “a KGB era o centro de influência mais direta da Ordem Atlântica... a máscara dessa Ordem” e que “é bem possível falar de uma ‘convergência dos serviços especiais’, de uma ‘fusão’ da KGB e da CIA, da sua unidade de *lobbying* no nível geopolítico”.<sup>130</sup>

Não tendo coisa mais inteligente a dizer contra mim, Alexandre Dugin acusa-me... de acreditar em Alexandre Dugin! É pecado que cometi ocasionalmente, mas não com respeito a este ponto, onde insisti claramente na independência mútua dos três blocos, tanto no que diz respeito à sua origem histórica quanto aos seus objetivos e suas respectivas ideologias, apontando apenas colaborações locais e ocasionais que não comprometem essa independência em nada.

Como de hábito, o Prof. Dugin, incapaz de responder às minhas afirmações, substitui-as pelas suas próprias e, desferindo socos e pontapés em si mesmo, jura que está me dando uma surra danada. Como espera ele que eu reaja a isso, senão com um misto de compaixão e hilariedade?

Convém deixar claro, em tempo, que a própria teoria Duginiana da “guerra dos continentes” é, de alto a baixo, uma “teoria da conspiração”, com raízes manifestamente ocultistas como, por exemplo, as idéias de Helena P. Blavatski e Alice Bailey. Na conclusão desse debate incluirei parte do meu estudo “Alexandre Dugin e a Guerra dos Continentes”. Leiam e me digam se ao me rotular de “teórico da conspiração” o Prof. Dugin está ou não está pondo em prática o velho truque dos comunistas: “Acuse-os do que você faz, xingue-os do que você é”.

#### 45. Igreja Ocidental ou Católica?

Neste ponto eu preferiria encerrar o debate. Mas acho que é possível prestar um pouco mais de atenção às forças “positivas” descritas por Carvalho como sendo vítimas da Elite Global. Elas representam o que o Prof. Carvalho ama. Isso é importante.

Ele lhes dá nomes: cristianismo ocidental (do tipo ecumenista – vide sua descrição de sua visita à Igreja Metodista, sendo ele um católico romano), o Estado Judeu Sionista e os direitistas nacionalistas americanos (presumo que ele exclua os *neocons* da lista acima, uma vez que estes evidentemente pertencem à elite global). Ele também admira os singelos americanos do campo (que eu pessoalmente também acho bem simpáticos).

Por que o Prof. Dugin rotula “Ocidental” a Igreja que se denominou Católica (universal) desde sua origem, que sempre teve santos e mártires de todas as raças e países, cuja influência penetrou muito mais fundo e mais duradouramente no Médio e Extremo Oriente que a da Igreja Ortodoxa Russa, e que hoje deposita mais esperança nos seus fiéis africanos e asiáticos do que no debilitado e corrupto clero Ocidental?

A insistência em encarar tudo pelo viés da Geopolítica, como se os fenômenos de ordem espiritual fossem determinados pelos caprichos dos poderes deste mundo, leva-o a torcer e caricaturar mesmo fatos históricos da maior envergadura.

#### 46. Igreja Católica e direita Americana

Esse conjunto de exemplos positivos é eloqüente. É a trivía do direitismo americano.

O Prof. Dugin, com toda a evidência, desconhece a imensa bibliografia raivosamente anticatólica despejada todos os anos no mercado pela direita política americana, um fenômeno que me entristece mas cuja existência não posso negar. Não, a Igreja Católica não é “a trivía do direitismo

americano”.

#### 47. Amor aos fortes

Poderíamos considerá-lo como o lado direito do Ocidente moderno, ou melhor, o lado “paleoconservador” do Ocidente moderno. Historicamente eles são perdedores em todos os sentidos. Eles perderam (como o demonstra P. Buchanan) a batalha pelos EUA, e inclusive pelo Partido Republicano, onde as principais posições foram tomadas pelos neoconservadores com clara visão globalista e imperialista (vide também PNAC). Eles são perdedores diante da elite globalista que controla atualmente ambos os partidos políticos nos EUA. Eles estão vivendo num passado que precede imediatamente o real momento pós-moderno e globalista. Ao mesmo tempo, eles não têm a força interna para aderir a uma revolução conservadora – seja ao estilo evoliano, seja no sentido europeu mais amplo.

Mesmo supondo-se que os paleoconservador sejam mesmo minoritários cronicamente perdedores (deixo para discutir isso mais adiante), por que teríamos de aderir sempre aos vencedores do dia? Não terá o Prof. Dugin lido a epígrafe de José Ortega y Gasset na minha mensagem anterior, onde em alto e bom som proclamo o meu intuito de fazer exatamente o contrário disso, apoiando o que é bom e certo mesmo quando suas chances de vitória sejam mínimas? Com a maior ingenuidade, ele põe assim à mostra um dos traços mais feios do seu pensamento: a adoração do poder enquanto tal, o culto dos vitoriosos, a idolatria da Força muito acima da Verdade e do Bem. Cada vez mais o cristianismo do Prof. Dugin me parece uma fachada publicitária a encobrir uma religião bem diferente.

#### 48. Utopias comparadas

O ontem do Ocidente preparou o hoje do Ocidente como um Ocidente Global. Os valores ocidentais de ontem, incluindo o cristianismo ocidental, prepararam os valores hipermodernos de hoje. Pode-se rejeitar esse último passo, mas o passo precedente, que vai na mesma direção, não pode ser considerado uma alternativa séria.

Por que não? Se o Prof. Dugin acredita em fazer da Rússia miserável e esfarrapada de hoje o grande Império mundial de amanhã, que pode haver de tão inviável e utópico, *a priori*, na esperança da restauração de uma cristandade que vem crescendo a olhos vistos enquanto a Rússia definha até em população?<sup>131</sup>

#### 49. Cristianismo e “sociedade orgânica”

O cristianismo ocidental enfatizou o indivíduo como o centro da religião e fez da salvação um assunto estritamente individual. O protestantismo levou essa tendência ao seu fim lógico. Negando cada vez mais a ontologia holística da sociedade orgânica do cristianismo ocidental, desembocou-se, na Modernidade, na auto-negação (deísmo, ateísmo, materialismo, economicismo). O sociólogo francês Louis Dumont, em seus excelentes livros *Essai sur l'Individualism e Homo Aequalis*, demonstra que o individualismo metodológico é o resultado do esquecimento e da expurgação direta, por parte dos escolásticos ocidentais, da tradição teológica greco-romana inicial e original, a qual foi conservada intacta em Bizâncio e na Igreja Oriental como um todo.

(1) Nem nos Evangelhos nem nos escritos dos Primeiros Padres encontro a menor menção a uma “sociedade orgânica” cuja construção devesse ter prioridade, lógica ou cronológica, sobre a salvação das almas individuais. Pode o Prof. Dugin me mostrar onde, em que versículo, Nosso Senhor revelou algum intuito de fundir sua Igreja com o reino de César? Bem ao contrário, a Igreja nasceu, cresceu e salvou milhões de almas numa sociedade abertamente anticristã, e todo o crescimento que veio a ter depois da conversão de Constantino não se compara, proporcionalmente, à transformação de um grupo de doze apóstolos numa religião universal cuja área de influência já ia, então, bem além das fronteiras do Império Romano. Se uma “sociedade orgânica” fosse uma *conditio sine qua non* para a existência e a expansão do cristianismo, nada disso poderia ter acontecido. O próprio surgimento da Igreja teria sido impossível. A prioridade absoluta e indiscutível da salvação

das almas individuais sobre a criação de uma “sociedade orgânica” foi estabelecida definitivamente por Nosso Senhor Jesus Cristo, ao declarar: “O sábado foi feito para o homem, não o homem para o sábado.” Desde o ponto de vista cristão, as sociedades devem portanto ser julgadas, não pela sua maior ou menor “organicidade”, mas por fomentarem ou debilitarem a fé, portanto a salvação das almas.

(2) Admitindo-se, *ad argumentandum*, que o cristianismo ocidental desembocou no “individualismo” por sua própria culpa (e que condená-lo em bloco por isso não seja cair no crime de “racismo intelectual” denunciado pelo Prof. Dugin no item 22), que resultados alcançou, na Rússia, o “holismo” da Igreja Ortodoxa? Será difícil enxergar a afinidade entre a “sociedade orgânica” dominada por uma Igreja estatal e a sociedade soviética presidida por um Partido dotado de uma doutrina infalível? O próprio Prof. Dugin enfatiza essa afinidade. Logo, se o cristianismo ocidental “produziu” o individualismo, o oriental “produziu” o comunismo, a matança de 140 milhões de pessoas e a maior onda de perseguição anticristã que o mundo já conheceu. Nada que tenha sucedido no mundo Ocidental se compara a essa monstruosidade.

Tendo-se em conta que no templo máximo do “individualismo”, isto é, nos EUA, a fé cristã e a solidariedade comunitária continuam vivas e atuantes, ao passo que os russos voltam as costas à fé e se recusam até ao gesto mais óbvio de solidariedade humana, que é a adoção dos órfãos, evidentemente o “individualismo” ocidental, por mais detestável que pareça, foi menos lesivo à salvação das almas do que o “holismo” russo. Não digo que essa dupla ligação de causa a efeito tenha existido realmente (discutir isso a fundo levaria centenas de páginas): [132](#) limito-me a raciocinar segundo as premissas do Prof. Dugin.

É verdade que na Europa Ocidental a fé cristã definhou tanto quanto na Rússia, mas acabamos de ver [28(4)] que a corrente predominante do pensamento europeu desde Hegel, enfatizando a inani­dade da consciência individual e sua sujeição absoluta a fatores impessoais e coletivos, não pode ser chamada de “individualista” em nenhum sentido identificável do termo. No campo da política, é também notório que ao longo de todo o século XX predominaram na Europa as políticas estatistas e coletivistas – fascismo, socialismo, fabianismo, trabalhismo, terceiromundismo – em grau incomparavelmente maior do que essas políticas jamais alcançaram nos EUA.

Se o “individualismo” americano é compatível com a persistência da fé cristã, evidentemente ele não pode ser um mal comparável ao genocídio anticristão e, depois disso, ao definhamento da fé cristã na Europa “politicamente correta” ou na Rússia de Vladimir Putin.

## 50. Sincretismo

A visão social da Igreja como o corpo de Cristo é mais desenvolvida no catolicismo do que no protestantismo, e no catolicismo da América Latina mais que em outros lugares. O catolicismo foi imposto à força no tempo da colonização, mas o espírito das culturas aborígenes e a atitude sincrética das elites espanholas e portuguesas deram origem a uma forma religiosa especial de catolicismo – mais holístico que o da Europa e muito mais tradicional que o protestantismo, o qual é extremamente individualista.

Esse parágrafo divide-se, substancialmente, em duas afirmações, uma desnecessária, a outra errada. De fato, como poderia uma religião mais antiga não ser “mais tradicional” do que a sua dissidência revolucionária? E dizer que o catolicismo foi mais sincrético na América Latina do que na Europa é apenas prova de uma ignorância histórica sem limites. A contribuição das culturas indígenas ao catolicismo latino-americano foi irrisória em comparação com o oceano de símbolos, mitos e formas artísticas do paganismo europeu que a Igreja absorveu e transmutou. [133](#)

## 51. Protestantismo e individualismo

O Prof. Carvalho prefere aquele tipo ocidental de cristianismo que, de acordo com L. Dumont e W. Sombart (assim como também M. Weber), seria o precursor do secularismo moderno.

Não sei em que medida Dumont, Sombart e Weber podem levar a culpa do monstruoso sofisma *post hoc, ergo propter hoc* (“depois disso, logo, por causa disso”), que consiste em atribuir à escolástica a origem dos erros do protestantismo. Mesmo o nominalismo não poderia, por si, produzir um desastre tão espetacular, sem a interferência de outros fatores inteiramente alheios a essa questão. Deixo para investigar isso depois. Mas, desde logo, a qualificação do protestantismo como “individualista” funda-se no simplismo imperdoável de confundir proclamações doutrinárias e conduta política real. O protestantismo, na sua versão calvinista, criou a primeira sociedade totalitária da Idade Moderna, numa versão “organicista” bem parecida com a russa, onde Estado e Igreja formavam uma unidade compacta, exerciam controle draconiano sobre todas as áreas da existência social e cultural e sufocavam, com prisão e pena de morte, qualquer veleidade de individualismo, mesmo na vida privada.<sup>134</sup> A Reforma inglesa, que começou matando em um ano mais gente do que a Inquisição em muitos séculos, foi essencialmente um empreendimento do governo civil, e resultou no estabelecimento de uma igreja estatal que, em nome da liberdade de consciência, teve entre suas prioridades a perseguição implacável aos que ousassem exercê-la em sentido pró-católico. Aí o “individualismo” foi, com toda a evidência, mero pretexto ideológico para a implantação de um “holismo” ferozmente centralizador.<sup>135</sup>

## 52. Judeus

Algumas palavras sobre o Estado judeu. Do ponto de vista de sua truculência, o terno amor do Prof. Carvalho pelo sionismo é bem tocante. A inconsistência de sua visão encontra aqui seu apogeu. Eu não tenho nada contra Israel, mas a crueldade na repressão aos palestinos é evidente.

O Prof. Dugin tenta ser irônico mas só consegue ser ridículo. Como os foguetes que os palestinos jogam *praticamente todos os dias* em áreas não-militares de Israel *nuncasão* noticiados na grande mídia internacional, mas qualquer investida de Israel contra instalações militares palestinas provoca sempre o maior alarde em todo o mundo, ele, que deveria ser uma inteligência imune à mídia ocidental mas é na verdade um escravo dela (como o é do pós-modernismo), pretende que eu julgue tudo segundo as únicas fontes de informação que ele conhece ou admite, as quais para ele são a voz de Deus.

Você quer mesmo me impressionar com esse chavão jornalístico bobo, Prof. Dugin? Eu conheço os fatos, meu amigo. Eu conheço a dose de violência de parte a parte. Eu sei, por exemplo, que os israelenses nunca usam escudos humanos, os palestinos quase sempre. Eu sei que em Israel os muçulmanos têm direitos civis e são protegidos pela polícia, enquanto nos países sob domínio islâmico os não-muçulmanos são tratados como cães e, com frequência, mortos a pedradas. O número de cristãos assassinados nos países islâmicos sobe a várias dezenas de milhares por ano.<sup>136</sup> Eu não li nada disso no *New York Times*. Eu vi com meus próprios olhos os documentários que a grande mídia esconde. Eu não vivo num mundo de faz-de-conta.

## 53. Judeus (2)

Em Israel há tradicionalistas e modernistas, forças antiglobalistas e representantes da elite global.

Ah, é? Quer dizer que Israel é uma democracia onde todas as correntes de opinião têm direito à

liberdade de expressão? Agora me diga: que destino têm os cristãos e os amigos da América nos territórios dominados pelos seus queridos anti-imperialistas, esquerdistas e eurasianos?

#### 54. *Judeus (3)*

O fronte antiglobalista é formado pelos grupos religiosos anti-americanos, anti-liberais e anti-unipolares e pelos círculos da esquerda anti-capitalista e anti-imperialista. Eles podem ser bons, quer dizer, “eurasianos” e “orientais”. Mas o Estado judeu em si mesmo não é algo “tradicional”. Como um todo, é uma entidade capitalista moderna e atlantista e um aliado do imperialismo americano. Israel já foi diferente em outros tempos e poderá ser diferente no futuro. Mas no presente está bem do outro lado da batalha. Além disso, as teorias da conspiração (Consórcio, etc.) incluem quase sempre banqueiros judeus no coração da elite globalista ou da conspiração mundial. Permanece um mistério o porquê de o Prof. Carvalho modernizar a teoria da conspiração excluindo os judeus da versão principal.

(1) Seria ótimo se o Prof. Dugin entrasse em acordo com ele mesmo e nos dissesse, de uma vez por todas, se a minha descrição do Consórcio “é acurada” ou é “teoria da conspiração”. Não posso discutir com um monstro de duas bocas.

(2) A presença de banqueiros judeus nos altos círculos do Consórcio é a coisa mais óbvia do mundo, como também a de militantes judeus na elite revolucionária que instaurou o bolchevismo na Rússia. Também é óbvio e patente que esses dois grupos de judeus colaboraram entre si para a desgraça do mundo.<sup>137</sup> Continuaram colaborando até mesmo na época em que Stálin desencadeou a perseguição geral aos judeus e a sua querida KGB começou a devolver a Hitler os refugiados judeus que vinham da Alemanha. A colaboração dura até hoje. O barão Rothschild, por exemplo, é dono do *Le Monde*, o jornal mais esquerdistas e anti-israelense da grande mídia européia, assim como a família judia Sulzberger é dona do diário americano que mais mente contra Israel. O Sr. George Soros, judeu que ajudou os nazistas a tomar as propriedades de outros judeus, financia tudo quanto é movimento anti-americano e anti-israelense do mundo. Outro dia, uma comissão de judeus americanos, subsidiada por ONGS bilionárias e impressionada ante o assassinato brutal de uma família judia por um terrorista palestino, viajou para fazer uma visita de solidariedade... a quem? Aos parentes dos mortos? Não. À mãe do assassino!

São esses os judeus dos quais você fala, fazendo de conta que eles são a expressão mais genuína e pura do judaísmo universal. Se eles o fossem, eu seria anti-semita. Quem são esses judeus que você menciona? São aqueles que Nosso Senhor denominou Sinagoga de Satanás e definiu como “os que dizem que são judeus, mas não o são”. São pessoas que, como os membros da famigerada Comissão Judaica do Partido Comunista da URSS, se prevalecem da sua origem étnica para permanecer infiltrados na comunidade que os gerou e mais facilmente poder traí-la, entregá-la a seus carrascos, levá-la ao matadouro.<sup>138</sup> São esses a quem você serve, ao julgar as vítimas pelos assassinos.

(3) Minha posição quanto ao Estado de Israel é muito simples e estritamente pessoal. Não tem nada a ver com atlantismo *versus* eurasismo. Não pretendo impô-la a quem quer que seja. Em primeiro lugar, a mim me parece que, após todo o sofrimento que os judeus passaram na Alemanha, na Rússia e um pouco por toda parte na Europa, seria pura desumanidade negar-lhes uma fatia de terra onde pudessem viver em paz e segurança entre os seus. Tenho orgulho de que um brasileiro – o grande Oswaldo Aranha – presidisse a Assembléia Geral da ONU quando se criou o Estado de Israel. Pouco importa, nisso, o teor da política que viesse a ser adotada pelos israelenses na sua nação recém-estabelecida. Mesmo que decidissem fazer ali uma ditadura comunista, isso não seria motivo para tomar-lhes a terra e espalhá-los numa nova Diáspora. Em segundo lugar: como católico, acredito que os judeus terão uma missão providencial a cumprir nos últimos tempos,<sup>139</sup> e que portanto é dever

dos cristãos protegê-los ou, no mínimo, salvá-los da extinção quando ameaçados. A bula do Papa Gregório X (1271-1276), que, incorporando sentenças de seus antecessores Inocêncio III e Inocêncio IV, proíbe lançar falsas acusações contra os judeus e ordena que os fiéis os deixem viver em paz, tem sido uma constante inspiração para mim.<sup>140</sup>

### 55. *Amor aos fortes (2)*

Minha opinião: os paleoconservadores americanos estão condenados. O discurso deles é incoerente, fraco e muito idiossincrático.

(1) O homem que toma o pós-modernismo como autoridade absoluta e ao mesmo tempo o condena como expressão máxima da corrupção ocidental não deveria chamar ninguém de incoerente.

(2) Também não deveria fazê-lo o homem que xinga os direitistas tradicionais e linhas depois clama pelo seu apoio.

(3) Mesmo que os paleoconservadores estivessem condenados à derrota, alegar essa razão para lhe sonegar apoio seria imoral e supremamente covarde. O homem que só toma partido de quem lhe parece forte não deveria chamar ninguém de fraco. Agarrar-se aos fortes é conduta de mulher vagabunda, não de homem. Como pode o Prof. Dugin falar tanto de “ética de guerreiros” e esquecer que ela tem como um de seus mandamentos primordiais o dever de proteger “los que son los menos contra los que son los más”?

(4) Por fim, não é verdade que os conservadores tradicionais estejam condenados à extinção. Foram eles que elegeram o presidente americano mais amado de todos os tempos (escolhido em várias enquetes como “o maior dos americanos”, acima de Washington e de Lincoln), e foram eles que criaram o mais vasto movimento popular que já existiu nos EUA – o *Tea Party*. O eurasismo não tem um centésimo desse apoio na própria Rússia.

### 56. *Multiculturalismo*

Se alguns bravos e honestos norte-americanos quiserem lutar contra a elite globalista como o último estágio da História Ocidental, como fim da história, que se unam, por favor, às nossas tropas eurásianas. Nossa luta é, em certo sentido, universal, assim como é universal o desafio globalista. Temos diferentes tradições, mas ao defendê-las confrontamos o inimigo comum de qualquer tradição. Assim, exploraremos nossas respectivas zonas de influência no mundo multipolar somente depois da nossa vitória comum sobre a Besta. A Besta americana-atlantista-liberal-globalista-capitalista-pós-moderna.

É muito bonito. Que nos promete o eurasismo para depois da guerra mundial que destruirá o Ocidente? Uma sociedade multicultural, onde as diferentes etnias terão sua representação no Parlamento.<sup>141</sup> Mas não é isso mesmo que já vemos nos parlamentos de todas as nações do Ocidente? Será mesmo que o Prof. Dugin nunca ouviu falar de *Black Caucus*, de *Lobby* islâmico, etc.? Para que fazer uma guerra mundial só com a finalidade de chegar precisamente aonde já estamos?<sup>142</sup>

### 57. *Espírito guerreiro*

Houve um tempo em que o Ocidente teve sua própria Tradição. Perdeu-a parcialmente. Foi contaminada parcialmente por germes venenosos. O Ocidente deveria fazer uma busca em suas profundas raízes ancestrais, mas essas raízes levam ao mesmo passado indo-europeu eurásiano, o glorioso passado dos citas, dos celtas, dos sármatas, dos alemães, eslavos, hindus, persas, romanos e suas sociedades holísticas, sua cultura guerreira e hierárquica, e aos seus valores místicos e espirituais que nada tinham em comum com a atual e degenerada civilização mercantil e capitalista.

Seria realmente muito bom se o Ocidente recuperasse o seu espírito guerreiro, sacudindo de si a pusilanimidade burguesa.<sup>143</sup> Mas garanto que nada desse espírito tem raízes na Pérsia, na Índia ou

na Rússia. Remonta à cavalaria cristã da Idade Média, às grandes navegações, à conquista da América e à “ocidentalização do mundo” – a tudo aquilo que o Prof. Dugin abomina e que a militância esquerdista subsidiada pelo Consórcio, pela KGB e pelo terceiromundismo chique tem se esforçado para desmoralizar e achincalhar por meio da “guerra suja” cultural. Mas, como dizia Nietzsche, não se destrói completamente senão aquilo que se substitui. Não basta cortar o Ocidente das suas raízes e em seguida acusá-lo de falta de raízes: é preciso meter-lhe um enxerto eurasiático e persuadi-lo de que esta é a sua raiz verdadeira.

### 58. *Revolta e pós-modernismo*

Para retornar à Tradição, precisamos levar a cabo a revolta contra o mundo moderno e contra o Ocidente moderno, uma revolta que seja absoluta – espiritual (tradicionalista) e social (socialista). O Ocidente está em agonia. Precisamos salvar o mundo dessa agonia e talvez salvar o próprio Ocidente. O Ocidente Moderno e Pós-Moderno tem que morrer.

Como poderá morrer o pós-modernismo, tendo fiéis tão devotos até na Rússia de Vladimir Putin?

### 59. *A salvação pela destruição*

Se houver valores tradicionais reais em seus fundamentos (e eles certamente existem), salvá-los-emos somente no processo da destruição global da Modernidade/Hipermodernidade.

A “salvação pela destruição” é um dos chavões mais constantes do discurso revolucionário. A Revolução Francesa prometeu salvar a França pela destruição do Antigo Regime: trouxe-a de queda em queda até à condição de potência de segunda classe. A Revolução Mexicana prometeu salvar o México pela destruição da Igreja Católica: transformou-o num fornecedor de drogas para o mundo e de miseráveis para a assistência social americana. A Revolução Russa prometeu salvar a Rússia pela destruição do capitalismo: transformou-a num cemitério. A Revolução Chinesa prometeu salvar a China pela destruição da cultura burguesa: transformou-a num matadouro. A Revolução Cubana prometeu salvar Cuba pela destruição dos usurpadores imperialistas: transformou-a numa prisão de mendigos. Os positivistas brasileiros prometeram salvar o Brasil mediante a destruição da monarquia: acabaram com a única democracia que havia no continente e jogaram o país numa sucessão de golpes e ditaduras que só acabou em 1988 para dar lugar a uma ditadura modernizada com outro nome. Agora o Prof. Dugin promete salvar o mundo pela destruição do Ocidente. Sinceramente, eu prefiro não saber o que vem depois. A mentalidade revolucionária, com suas promessas auto-adiáveis, tão prontas a se transformar nas suas contrárias com a cara mais inocente do mundo, é o maior flagelo que já se abateu sobre a humanidade. Suas vítimas, de 1789 até hoje, não estão abaixo de trezentos milhões de pessoas – mais que todas as epidemias, catástrofes naturais e guerras entre nações mataram desde o início dos tempos. A essência do seu discurso, como creio já ter demonstrado, é a inversão do sentido do tempo: inventar um futuro e reinterpretar à luz dele, como se fosse premissa certa e arquiprovada, o presente e o passado. Inverter o processo normal do conhecimento, passando a entender o conhecido pelo desconhecido, o certo pelo duvidoso, o categórico pelo hipotético. É a falsificação estrutural, sistemática, obsediante, hipnótica – a condensação político-cultural do “delírio de interpretação”. O Prof. Dugin inventou o Império Eurasiático e reconstrói toda a história do mundo como se fosse a longa preparação para o advento dessa coisa linda. É um revolucionário como outro qualquer. Apenas, imensamente mais pretensioso.

### 60. *Nem um peido*

Então, os melhores representantes do Ocidente, do Ocidente profundo e nobre, deveriam ficar *com* o Resto (ou seja, conosco,

eurasianos) e *não contra* o Resto.

É claro que o Prof. Carvalho escolheu o outro campo fingindo que não escolheu nenhum. É uma pena, porque precisamos de amigos. Mas cabe a ele decidir. Aceitaremos qualquer solução – encontrar seu próprio caminho na História, na Política, na Religião e na Sociedade é a dignidade íntima de um homem.

Se o Prof. Dugin precisa de aliados para ajudá-lo o combater o Consórcio, que conte comigo. Mas pelo seu Império Eurasiano, francamente, não farei sequer o esforço de um peido.

Richmond, 12 de maio de 2011.

---

84 *Aristóteles em Nova Perspectiva. Introdução à Teoria dos Quatro Discursos*, Rio, Topbooks, 1996, e *Como Vencer um Debate sem Precisar Ter Razão. A Dialética Eristica de Arthur Schopenhauer*, Rio, Topbooks, 1997.

85 No original, em inglês. Apesar de traduzido aqui em seu sentido primário, *esdrúxulo*, o termo também é usado como sinônimo de homossexual e afeminado.

86 V. Alexandre Douguine, *La Grande Guerre des Continents*, Paris, Avatar Éditions, 2006.

87 V. a entrevista a *Fronza*, citada na mensagem anterior.

88 Quadro patológico descrito pioneiramente pelo psiquiatra francês Paul Sérieux em 1909, e que se distingue das demais formas de delírio psicótico por não comportar distúrbios sensoriais, apenas um remanejamento mórbido dos dados da situação. V. Paul Sérieux, *Les Folies Raisonantes, Le Delire d'Interpretation*, Paris, Alcan, 1909. Pode ser descarregado, em PDF, de <http://web2.bium.univ-paris5.fr/livanc/?cote=61092&p=27&do=page>.

89 V. *Fronza*, loc. cit.

90 Jerusalem, Zahavia, 1974. O vol. II foi publicado em 2002 pelo Zionist Book Club, Jerusalém.

91 Eric Voegelin, *Published Essays 1929-1933*, Collected Works, vol. 8, University of Missouri Press, 2003, p. 238.

92 *O Jardim das Aflições: De Epicuro à Ressurreição de César. Ensaio sobre o Materialismo e a Religião Civil*, Rio, Diadorim, 1995 (2ª. Ed., São Paulo, É-Realizações, 2004, pp. 107-119, reproduzido em <http://www.olavodecarvalho.org/traducoes/epicurus.htm>).

93 V. minha conferência “The Structure of the Revolutionary Mind” em <http://philosophyseminar.com/multimedia/video/166-the-revolutionary-mentality.html>.

94 V. Alexandre Douguine, *Le Prophète de l'Eurasisme*, Paris. Avatar Éditions, 2006, p. 133.

95 Otto Maria Carpeaux, “A política, segundo Shakespeare”, em *Ensaaios Reunidos 1942-1978*, Organização, introdução e notas de Olavo de Carvalho, Rio, Universidade da Cidade e Topbooks, Rio, 1999, vol. I, pp. 783-784.

96 V. meu depoimento a respeito na “Nota introdutória” a *A Longa Marcha da Vaca para o Brejo & Os Filhos da PUC. O Imbecil Coletivo II*, Rio, Topbooks, 1998.

97 V. Alexandre Douguine, *Le Prophète de l'Eurasisme*, op. cit., pp. 146-147.

98 Tópicos, 103b23.

99 V. Francisco Antônio de Souza, *Novo Dicionário Latino-Português*, Porto, Lello, 1959, p. 856.

100 Nem mesmo Paul Natorp, que em 1903 apresentou uma interpretação kantiana do platonismo, explicando as Idéias como formas *a priori*, chega a reduzi-las a projeções da mente humana. Formas *a priori*, no fim das contas, são condições prévias que moldam as possibilidades da mente e, por isso mesmo, não dependem dela de maneira alguma. V. *Plato's Theory of Ideas. An Introduction to Idealism*, transl. by Vasilis Politis and John Connolly, Academia Verlag, 2004.

101 V. a respeito o ensaio magistral de Jean Borella, “Platon ou la restauration de l'intellectualité Occidentale”, em [http://rosamystica.kazeo.com/Platon-ou-la-restauration-de-l-intellectualite\\_r249002.html](http://rosamystica.kazeo.com/Platon-ou-la-restauration-de-l-intellectualite_r249002.html).

102 *Banquete*, 210e2.

103 Giovanni Reale, *Por Uma Nova Interpretação de Platão*, trad. Marcelo Perine, São Paulo, Loyola, 1997, p. 126.

104 *Fédon*, 78d1.

105 *Timeu*, 47b-c. V. igualmente *República*, X, 530d e 617b.

106 Ada Neschke-Hentschke avec la collaboration de Alexandre Etienne, *Images de Platon et Lectures de Ser Oeuvres. Les Interpretations de Platon à travers les Siècles*, Louvain-Paris, L'Institut Supérieur de Philosophie / Éditions Peeters, 1997.

107 Os livros a respeito são tão numerosos que a única dificuldade em citá-los é o *embarras de choix*. Sugiro, a esmo, quatro dos melhores: Alain Renaut, *L'Ère de l'Individu. Contribution à l'Histoire de La Subjectivité*, Paris, Gallimard, 1989; Ferdinand Alquie, *La Découverte Métaphysique de l'Homme chez Descartes*, Paris, P.U.F., 1950; Charles Taylor, *Sources of the Self. The Making of Modern Identity*, Cambridge, Mass., The Harvard Univ. Press, 1989; Georges Gusdorf, *Les Sciences Humaines et la Pensée Occidentale, II: Les Origines des Sciences Humaines*, Paris, Payot, 1967 (esp. pp. 484 ss.).

108 V. minha apostila “Edmund Husserl contra o psicologismo”, transcrição (não corrigida) de aulas proferidas em 1987 no Rio de Janeiro. Reproduzida (pirateada) em [www.4shared.com/office/kcbWe2YA/edmund\\_husserl\\_contra\\_o\\_psicol.html](http://www.4shared.com/office/kcbWe2YA/edmund_husserl_contra_o_psicol.html).

109 Louis Lavelle, *La Présence Totale*, Paris, Aubier, 1934, p. 25.

110 Mário Ferreira dos Santos, *Filosofia Concreta*, São Paulo, É-Realizações, 2009, p. 67.

111 V. *Le Prophète de l'Eurasisme*, op. cit., pp. 132-133.

- 112 V. *Memoirs, Dreams, Reflections*, transl. Richard and Clara Winston, New York, Pantheon Books, pp. 354 e 359.
- 113 Esse individualismo existe, de fato, mas não sem contradições internas que às vezes fazem dele o inverso do que parece. Quem pode negar, por exemplo, que o impacto das ideologias igualitárias e coletivistas, aparentemente adverso a todo individualismo, acabou por fomentar nas massas toda sorte de ambições individualistas reforçadas por um espírito de reivindicação impaciente? Quem pode negar que a “liberação sexual”, um dos pontos fortes do esquerdismo moderno, desperta uma ânsia de satisfações eróticas que eleva o individualismo egoísta às suas últimas conseqüências? Sem a reivindicação “coletivista” do feminismo, nenhuma mulher teria a pretensão supremamente individualista de “ser dona do próprio corpo” ao ponto de acreditar no direito de matar um bebê só para não perder a linha da cintura.
- 114 Titus Burckhardt, *La Civilización Hispano-Arabe*, trad. Rosa Kuhne Brabant, Madrid, Alianza Editorial, 1970.
- 115 *Elementos de Psicología Espiritual*, 1987. Inédito, como outros tantos escritos meus, circula em formato de apostila do Seminário de Filosofia.
- 116 Michel Veber, *Comentários à “Metafísica Oriental” de René Guénon*, organização, introdução e notas de Olavo de Carvalho, São Paulo, Speculum, 1983.
- 117 *O Profeta da Paz. Ensaio de Interpretação Simbólica de Alguns Episódios da Vida do Profeta Mohhamed*, inédito.
- 118 V. <http://www.hawaii.edu/powerkills/MEGA.HTM>.
- 119 V. *Fronda* de 16 de março de 2011: [http://www.fronda.pl/news/czytaj/rosja\\_w\\_cyfrach\\_rozpad\\_i\\_degeneracja](http://www.fronda.pl/news/czytaj/rosja_w_cyfrach_rozpad_i_degeneracja).
- 120 V. o excelente documentário de Jean-Michel Carré, *The Putin System*, que pode ser comprado da Amazon ou descarregado do Youtube: <http://www.youtube.com/watch?v=D49CVOlkpQI>.
- 121 V. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u425463.shtml>.
- 122 V. <http://www.reuters.com/article/2011/04/25/us-beliefs-poll-idUSTRE73O24K20110425>.
- 123 V. Jean-Marc Allemand, op. cit., pp. 117 ss.
- 124 V. <http://www.worldnetdaily.com/index.php?pageId=291121>.
- 125 V. Jean-Marc Allemand, *René Guénon et les Sept Tours du Diable*, Paris, Guy Trédaniel, 1990, p. 20. V. também Jean Robin, *René Guénon. La Dernière Chance de l'Occident*, Paris, Guy Trédaniel, 1983, pp. 64 ss.
- 126 Jean-Marc Allemand, op. cit., p. 130.
- 127 Jean Robin, op. cit., p. 64.
- 128 V. Gary Allen, *The Rockefeller File*, Seal Beach, CA., '76 Press, 1976, pp. 52-53.
- 129 V. George H. Nash, *The Conservative Intellectual Movement in America since 1945*, Wilmington, Del., The Intercollegiate Studies Institute, 1996; Lee Edwards, *The Conservative Revolution. The Movement that Remade America*, New York, The Free Press, 1999; Mark C. Henrie (ed.), *Arguing Conservatism. Four Decades of the Intercollegiate Review*, Wilmington, Del., The Intercollegiate Studies Institute, 2008; Robert M. Crunden (ed.), *The Superfluous Men. Conservative Critics of the American Culture*, Wilmington, Del., ISI Books, 1999; Jeffrey Hart, *The Making of the American Conservative Mind. National Review and its Times*, Wilmington, Del., ISI Books, 2005.
- 130 V. Alexandre Douguine, *La Grande Guerre des Continents*, Paris, Avatar Éditions, 2006, p. 40.
- 131 V., por exemplo, [http://www.catholicnewsagency.com/news/catholic\\_church\\_shows\\_robust\\_growth\\_in\\_u.s.\\_membership\\_new\\_report\\_says/](http://www.catholicnewsagency.com/news/catholic_church_shows_robust_growth_in_u.s._membership_new_report_says/).
- 132 E nisso seria preciso levar em conta que o próprio Louis Dumont, em cuja autoridade se escora o argumento do Prof. Dugin, reconhece que o individualismo já estava presente na Igreja cristã desde seus primeiros tempos, não sendo portanto uma “distorção” posterior.
- 133 Cf. Friedrich Heer, *The Intellectual History of Europe*, transl. Jonathan Steinber, New York, Doubleday, 1968, Vol. I, pp. 1-26.
- 134 V. Michael Waltzer, *The Revolution of the Saints. A Study on the Origins of Radical Politics*, Harvard University Press, 1982.
- 135 V., a respeito, o clássico estudo de Michael Davies, *Liturgical Revolution, vol. I, Cranmer's Godly Order. The Destruction of Catholicism Through Liturgical Change*, revised edition, Ft. Collins (CO), Roman Catholic Books, 1995.
- 136 V. depoimento de Michael Horowitz em <http://www.aina.org/news/20101204231447.htm>. Horowitz é um dos mais destacados pesquisadores da perseguição anticristã no mundo.
- 137 V. Alexandre Soljénitsyne, *Deux Siècles Ensemble. 1795-1995*, 2 vols., Paris, Fayard, 2002, especialmente Vol. II, pp. 40, 50, 53, 264, 336.
- 138 V. as memórias do Rabbi Yosef Yitzchak Schneersohn, *Prince in Prison*, Brooklin, Sichos, 1997.
- 139 V. Roy H. Schoeman, *Salvation Is from the Jews. The Role of Judaism in Salvation History from Abraham to the Second Coming*, San Francisco, Ignatius Press, 1995.
- 140 V. o documento em <http://www.fordham.edu/halsall/source/g10-jews.html>.
- 141 V. *Le Prophète de l'Eurasisme*, p. 30.
- 142 Aliás, no campo econômico ele nos promete a mesma coisa: “regulação pelo Estado dos setores estratégicos (complexo militar-industrial, monopólios naturais e similares) e liberdade econômica máxima para o médio e pequeno comércio”. Notem bem: não há grande indústria privada, nem grande comércio privado. Pequenas e médias empresas comerciais prosperam sob as asas do Estado onipotente. Salvo engano, é o que já existe na China.
- 143 J. R. Nyquist escreveu coisas excelentes a respeito disso em *The Origins of the Fourth World War*, Black Forest Press, 1999.



# CONCLUSÕES



# CONTRA O MUNDO PÓS-MODERNO

Alexandre Dugin

Para concluir este debate com o Prof. Carvalho, eu gostaria de resumir aqui os pontos mais importantes.

Vejo agora que ele estava um tanto correto, no começo, ao enfatizar que a assimetria das nossas respectivas posições iria, por fim, prejudicar toda a tarefa. E assim ocorreu. Eu não vejo utilidade em continuar com essas críticas mútuas, porque isso não ajuda a entender nada (tanto em nosso caso como no caso dos leitores). Posso confessar sinceramente que acho a posição do Prof. Carvalho muito pessoal, idiossincrática e irrelevante. De maneira que gostaria de me concentrar nos pontos teóricos que a mim parecem ter importância real pela causa da Tradição, do anti-imperialismo e da luta anti-moderna, que é minha preocupação primária e única.

Em primeiro lugar, insisto que o mundo atual é unipolar, tendo como seu centro o Ocidente Global e tendo os Estados Unidos como seu coração. Os argumentos contrários do Prof. Carvalho não me convenceram de maneira alguma.

Esse tipo de unipolaridade tem aspectos geopolíticos e ideológicos. Geopoliticamente significa o domínio estratégico do planeta pelo “hiper-poder norte-americano” e o esforço de Washington para organizar o equilíbrio das forças no planeta de tal forma que os permita dominar o mundo de acordo com seus interesses nacionais e imperialistas. Isso é mau porque priva outros estados e nações de sua real soberania.

Quando há somente uma instância que decide quem está certo, quem está errado e quem deveria ser punido, temos um tipo de ditadura global. Estou convencido de que isso não é aceitável. Portanto, deveríamos lutar contra isso. Se alguém nos priva de nossa liberdade, temos que reagir. E fá-lo-emos. O Império Americano deveria ser destruído. E será, em algum momento.

Ideologicamente a unipolaridade é baseada em valores do Modernismo e do Pós-Modernismo, valores esses que são anti-tradicionais. Compartilho da visão de René Guénon e Julius Evola, que consideravam a Modernidade e sua base ideológica (o individualismo, a democracia liberal, o capitalismo, o “confortismo” e assim por diante) como sendo a causa da futura catástrofe da humanidade, e o domínio das atitudes ocidentais como a razão da degradação final do planeta. O Ocidente está se aproximando de seu fim e não deveríamos permitir que ele levasse consigo ao abismo todo o resto.

Espiritualmente, a globalização é a criação da Grande Paródia, o reino do Anticristo. E os Estados Unidos são o centro de sua expansão. Os valores americanos pretendem ser universais. Essa é a nova forma de agressão ideológica contra a multiplicidade de culturas e de tradições ainda existentes em outras partes do mundo. Eu sou resolutamente contra os valores ocidentais, essencialmente modernistas e pós-modernistas e que são promulgados pelos Estados Unidos à força ou por invasão (Afeganistão, Iraque, hoje a Líbia, amanhã a Síria e o Irã).

Assim, todos os tradicionalistas deveriam estar contra o Ocidente e a globalização e também contra as políticas imperialistas dos Estados Unidos. É a única posição conseqüente e lógica. Os tradicionalistas e partidários dos princípios e valores deveriam se opor ao Ocidente e defender o Resto, se esse “Resto” manifesta sinais de conservação da Tradição – em parte ou em sua

integridade.

Pode haver, e há de fato, homens no Ocidente e nos Estados Unidos da América que não concordam com a situação presente e que não aprovam a Modernidade e a Pós-Modernidade, sendo defensores da tradição espiritual do Ocidente pré-moderno. Eles deveriam estar conosco na nossa luta comum. Eles deveriam participar de nossa revolta contra o mundo moderno e pós-moderno e assim lutaríamos juntos contra um inimigo comum. Infelizmente, não é o caso do Prof. Carvalho. Ele se coloca como parcialmente crítico da civilização ocidental moderna, mas concorda parcialmente com ela e ataca seus inimigos. É uma espécie de “semi-conformismo”, por assim dizer. Isso é francamente irrelevante e não tem interesse para mim. Há amigos e há inimigos. Somente isso importa. Tudo o mais não tem nenhuma importância. O Prof. Carvalho não é nenhum dos dois. É a escolha dele. Os seus mitos pejorativos anti-soviéticos e anti-russos, suas teorias da conspiração estúpidas, seu racismo cultural ocidental implícito e o ressentimento para com seu país de nascimento não merecem críticas. Sem comentários.

Outra questão é a estrutura de uma possível frente anti-globalista e anti-imperialista e seus participantes. Eu creio que deveríamos pôr aí todas as forças que lutam contra o Ocidente, contra os Estados Unidos, contra a democracia liberal, contra a modernidade e a pós-modernidade. O *inimigo comum* é a instância necessária para todo tipo de aliança política. Muçulmanos, cristãos, russos, chineses, esquerdistas ou direitistas, hindus ou judeus que contestam a estado atual das coisas – a globalização e o imperialismo Americano – são virtualmente amigos e aliados. Que nossos ideais sejam diferentes, mas que tenhamos em comum algo muito forte: o ódio que temos pela presente realidade. Nossos ideais diferem potencialmente (*in potentia*). Mas o desafio com o qual estamos lidando é atual (*in actu*). Essa, então, é a base para a nova aliança. Todos aqueles que possuem uma análise negativa da globalização, da ocidentalização da pós-modernização deveriam coordenar esforços na criação de uma estratégia de resistência ao mal onipresente. E há dos nossos também nos Estados Unidos, entre aqueles que escolhem a Tradição ao invés da decadência atual.

Uma importante questão poderia ser levantada neste ponto: que tipo de ideologia deveríamos usar em nossa oposição à globalização e seus princípios liberais, democráticos, capitalistas e pós-modernistas? Eu penso que todas as ideologias anti-liberais como o comunismo, o socialismo e o fascismo não têm mais relevância. Eles tentaram derrotar o capitalismo-liberal, mas falharam. Em parte, porque no fim dos tempos o mal prevalece e, em parte, por conta das suas contradições e limitações internas. Portanto, é tempo de levar a cabo uma profunda revisão das ideologias anti-liberais do passado. Quais são seus aspectos positivos? – O próprio fato de que eles eram anti-capitalistas e anti-liberais, anti-cosmopolitas e anti-individualistas. Portanto, essas características deveriam ser aceitas e integradas na futura ideologia. Mas a doutrina comunista é moderna, atéia, materialista e cosmopolita. Isso deveria ser descartado. Entretanto, a solidariedade social, a justiça social, o socialismo e a atitude holística geral para com a sociedade são boas em si mesmas. Portanto, precisamos destacar os aspectos materialista e modernista e rejeitá-los.

Por outro lado, nas teorias da Terceira Via, estimadas até certo ponto por alguns tradicionalistas como Julius Evola, há alguns elementos inaceitáveis, entre os quais, primeiramente, está o racismo, a xenofobia e o chauvinismo. Essas não são somente falhas morais, mas também atitudes inconsistentes teórica e antropologicamente. A diferença entre *ethnos* não implica superioridade ou inferioridade. *A diferença deveria ser aceita e afirmada sem quaisquer apreciações racistas.* Não há uma medida comum ao lidar com grupos étnicos diversos. Quando uma sociedade tenta julgar outra, ela aplica seu

próprio critério, cometendo assim uma violência intelectual. Essa mesma atitude é precisamente o crime da globalização e da ocidentalização, assim como do imperialismo americano.

Se livrarmos o socialismo de suas características materialistas, atéias e modernistas, e se rejeitarmos o racismo e os estreitos aspectos do nacionalismo presentes nas doutrinas da Terceira Via, chegaremos a uma ideologia política completamente nova. Chamamo-la “Quarta Teoria Política”, uma vez que a primeira foi o liberalismo, que confrontamos essencialmente; a segunda, a forma clássica de comunismo; e a terceira, o nacional-socialismo ou fascismo. A elaboração dessa teoria começa no ponto de intersecção entre as diferentes teorias políticas anti-liberais do passado (o comunismo e as teorias da Terceira Via). E assim desembocamos no Nacional-Bolchevismo, que representa o socialismo sem materialismo, ateísmo, progressismo e Modernismo, assim como uma Terceira Via sem racismo ou nacionalismo. Mas esse é somente o primeiro passo. O acréscimo mecânico de versões profundamente revisadas das ideologias anti-liberais do passado não nos dá o resultado final. É somente uma primeira aproximação, uma abordagem preliminar. Deveríamos seguir adiante e fazer um apelo à Tradição e às fontes pré-modernas de inspiração. Temos aí o Estado ideal de Platão, a sociedade hierárquica e teológica da Idade Média (cristã, islâmica, budista, judia ou hindu) e a visão de um sistema político e social normativo. Essa fonte pré-moderna é um desenvolvimento muito importante da síntese Nacional-Bolchevista. Portanto, temos de encontrar um novo nome para esse tipo de ideologia, e “Quarta Teoria Política” é bem apropriado ao caso. Isso não nos diz o que é essa teoria, mas sim o que ela não é. Portanto, é uma espécie de convite e apelo em vez de um dogma.

Politicamente, temos aqui uma base interessante para a cooperação consciente entre esquerdistas e direitistas, assim como entre os religiosos e outros movimentos anti-modernos (os ecologistas, por exemplo). A única coisa na qual insistimos para criar tal cooperação é colocar de lado os preconceitos anti-comunistas e também os anti-fascistas. Esses preconceitos são instrumentos nas mãos de liberais e globalistas, através dos quais mantêm seus inimigos divididos. Devemos, portanto, rejeitar firmemente o anticomunismo e o antifascismo. Ambos são ferramenta contra-revolucionárias nas mãos da elite global. Ao mesmo tempo, deveríamos nos opor a qualquer tipo de confronto entre as religiões – muçulmanos contra cristãos, judeus contra muçulmanos, muçulmanos contra hindus e assim por diante. As guerras entre diferentes confissões é um trabalho de ódio pela causa do reino do Anti-Cristo que tenta dividir todas as religiões tradicionais para poder impor sua própria pseudo-religião, a paródia escatológica. O Prof. Carvalho trabalha aqui como um proponente de tal divisão de religiões. Isso é muito lógico pela sua posição.

Precisamos, portanto, unir a direita, a esquerda e as religiões numa luta comum contra o inimigo. A justiça social, a soberania nacional e os valores tradicionais são três princípios de tal ideologia. Não é fácil reunir tudo isso. Mas devemos tentar se quisermos nos vermos livres do adversário.

Em francês há o slogan: “*la droite des valeurs et la gauche du travail*” (Alain Soral). Em italiano temos: “*La Destra sociale e la Sinistra identitaria*”. Como isso soaria em inglês exatamente, é coisa que fica para depois.<sup>144</sup>

Poderíamos avançar ainda mais e tentar definir o sujeito, o ator da Quarta Teoria Política. No caso do comunismo, no centro estava a Classe. No caso dos movimentos da Terceira Posição, o centro era a raça ou a nação. No caso das religiões, é a comunidade dos fiéis. Como a Quarta Teoria Política poderia lidar com essa diversidade e divergência de sujeitos? Temos uma sugestão: o sujeito da

Quarta Teoria Política pode ser encontrado no conceito heideggeriano de *Dasein* (Ser-aí/aqui). Essa é uma instância concreta mas extremamente profunda que poderia ser o denominador comum para ulterior desenvolvimento ontológico. O que é crucial, aqui, é a autenticidade ou a não-autenticidade da existência do *Dasein*. A Quarta Teoria Política insiste na autenticidade de sua existência. Ela é, assim, a antítese de todo tipo de alienação – social, econômica, nacional, religiosa ou metafísica.

Mas o *Dasein* é uma instância concreta. Qualquer homem e qualquer cultura possui o seu *Dasein*. Difere entre si, mas está sempre presente. E aqui eu só posso mencionar um assunto que precisaria de mais explicações, as quais são dadas em meus livros e artigos.

O último ponto é o lugar do Brasil e da América Latina como um todo na estrutura global real do mundo. Eu vejo o papel do Brasil como algo comparável ao papel da Rússia/Eurásia. É um país muito particular, com uma cultura muito específica e na qual elementos ocidentais estão mesclados com componentes indígenas. É baseado na mistura de diferentes blocos de valores. Exatamente como ocorre com a cultura russa. Em nosso país, chamamos a essa característica “eurasismo”, enfatizando que estamos lidando com uma síntese original de padrões e atitudes européias e asiáticas. O Brasil, de certa maneira metafórica, é também “eurasiano”. Há uma mistura de ocidental e não-ocidental nas próprias raízes da sociedade. O Brasil, assim como outros países da América Latina, tem sua própria identidade particular. Mas, entre outros países, o Brasil é o que está se desenvolvendo com maior velocidade e está conseguindo afirmar mais e mais sua independência política e econômica. Essa independência é considerada primeiramente em comparação com os EUA. Portanto, aqui, a afirmação de identidade cultural vai de mão dadas com o crescimento econômico e geopolítico. Precisamos interpretar as simpatias esquerdistas da maior parte da sociedade brasileira como um signo da busca de uma identidade social particular que não cabe nos padrões individualistas e liberais da sociedade norte-americana. O socialismo brasileiro e da América Latina como um todo tem muitas características nacionalistas e étnicas em si mesmo. O fator religioso católico e a síntese das crenças religiosas populares são elementos muito importantes no presente despertar da nova identidade soberana no Brasil. É, em alguns aspectos, comparável com o renascimento geopolítico, cultural e espiritual da Rússia moderna.

Assim, a afinidade nos níveis geopolíticos, culturais e sociais faz com que nossa situação seja similar e nos dê base para mútua cooperação e aliança geopolítica. A Rússia, assim como a América Latina, os países islâmicos ou a China, vê o mundo futuro essencialmente como um mundo multipolar no qual os Estados Unidos e o Ocidente em geral deveriam ser não mais que um dos pólos entre todos os outros. Qualquer clamor de imperialismo, colonialismo ou universalismo de valores deveria ser severamente rejeitado. Estamos, portanto, no mesmo campo. E devemos nos concentrar nisso. Aceitar que deveríamos progredir na elaboração de uma estratégia comum no processo de criação do futuro que se adeque às nossas demandas e às nossas visões. Portanto, tais valores, como a justiça social, a soberania nacional e a espiritualidade tradicional, podem nos servir de indicação.

Acredito sinceramente que a Quarta Teoria Política, o Nacional-Bolchevismo e o Eurasianismo podem ser de grande utilidade para nossos povos, nossos países e nossas civilizações. A palavra chave é “multipolaridade” em todos os sentidos – geopolítico, cultural, axiológico, econômico e assim por diante.

A importante visão do *nous* (intelecto) do filósofo grego Plotino corresponde ao nosso *idea*. O intelecto é um e múltiplo ao mesmo tempo, porque tem em si todos os tipos de diferença – não

uniforme, e misturado, mas tomado como tal em todas as suas particularidades. O mundo futuro deveria ser um mundo noético de alguma forma – a multiplicidade, a diversidade deve ser entendida como uma riqueza e um tesouro, e não uma razão de inevitáveis conflitos: muitas civilizações, muitos pólos, muitos centros, muitos conjuntos de valores em um planeta, em uma humanidade.

Mas há alguns que pensam diferente. Quem são os que estão contra tal projeto? Aqueles que querem impor a uniformidade, o pensamento único, um único modo de vida (o americano), um único mundo. E eles estão fazendo isso por força ou por persuasão. Eles são contra a multipolaridade. Portanto, estão contra nós. O Prof. Carvalho é um desses. De agora em diante o sabemos. O debate está encerrado. Mas nossa luta está só no começo.

Espero sinceramente que haja no Brasil outros tipos de tradicionalistas, intelectuais e filósofos que estejam mais próximos do ponto de vista eurasianista e que sejam mais consistentes e coerentes na sua rejeição da modernidade e da pós-modernidade, bem como na rejeição da globalização, do liberalismo e do imperialismo norte-americano. E que sejam também mais brasileiros...

---

<sup>144</sup> Como todos sabem, o debate decorreu originalmente em inglês.

# ALEXANDRE DUGIN E A GUERRA DOS CONTINENTES

Olavo de Carvalho

Meu debate com o Prof. Alexandre Dugin está encerrado, só faltando as conclusões de parte a parte, as quais, sendo publicadas juntas, já escaparão ao jogo de réplicas e tréplicas que constitui propriamente o debate.

Tenho a consciência clara de que provei os meus pontos, enquanto meu adversário não provou absolutamente nada. Nem eu esperava que o fizesse. É da natureza do discurso ideológico tomar como premissas inquestionáveis as crenças e valores mesmos que busca defender, fechando-se portanto num raciocínio circular que exclui, *in limine*, a possibilidade da prova.

Diderot nunca provou nada, nem Jean-Jacques Rousseau, nem Karl Marx, nem Lênin, nem Adolf Hitler, nem Che Guevara.

O discurso do ideólogo não prova: dá ordens, camuflando-as, para não ofender os mais sensíveis, numa imitação de juízos de realidade.

A prova só é possível quando você desce do patamar semântico das discussões correntes, estufado de pressupostos ocultos e conotações nebulosas, desmembra tudo analiticamente em juízos explícitos e os confronta com os dados iniciais, universais e auto-evidentes, da existência humana.

A meditação filosófica consiste essencialmente em recuar das idéias e opiniões às experiências fundantes de todo conhecimento humano. Essas experiências são ao mesmo tempo universais e individuais: repetem-se mais ou menos iguais em todos os seres humanos, e se incorporam no fundo da alma de cada um deles como dados da sua intimidade mais profunda.

Refiro-me, por exemplo, à experiência da estrutura do espaço, que descrevi em duas notas de um blog hoje abandonado às traças, se há traças eletrônicas.<sup>145</sup> Ou à experiência da continuidade do eu substancial, real, por baixo da mutabilidade dos estados psíquicos e da forma do corpo, bem como da inconstância do eu subjetivo, cartesiano. Expliquei isso extensamente no meu curso “A Consciência de Imortalidade”, que, espero, circulará em forma de livro no próximo ano.<sup>146</sup>

O discurso do agente político baseia-se inevitavelmente em convenções ou pseudo-consensos que têm de ser isolados de toda possibilidade de exame analítico para que o discurso alcance suas finalidades.

A meditação filosófica decompõe essas convenções, expondo as suas premissas implícitas e colocando estas últimas em julgamento no tribunal das experiências fundantes, medida máxima – ou única – do nosso senso de realidade.

O leitor que tiver a pachorra de comparar meus artigos de jornal com as explicações sobre o método filosófico que espalhei em livros, apostilas e cursos gravados, entenderá que esses artigos não são nunca “tomadas de posição”, mas exemplos – horrendamente compactos – da aplicação do método filosófico à análise do discurso político corrente.

Que alguns leitores apressados tentem explicá-los como expressões de alguma “ideologia” minha só mostra que ignoram a condição básica da possibilidade de um discurso ideológico: a existência de um grupo social e político ao qual o falante esteja vinculado por laços orgânicos de compromisso

e participação. Como essa condição, no meu caso, não se cumpre nem mesmo em sonhos, isto é, como esse grupo não existe, meus catalogadores ideológicos se vêm obrigados a inventá-lo, nomeando-me representante do governo israelense, ou do “*Opus Dei*”, ou do “*Tea Party*”, ou de qualquer outra entidade com a qual só mantenho relações de total ignorância mútua. O Prof. Dugin, nesse ponto, superou todas as minhas expectativas deprimentes, classificando-me como porta-voz do globalismo ocidental, que abomino, ou pelo menos da sua “ala conservadora”, que para mim não se distingue em nada da sua contrária.

Passando por cima dessas lances de teatro que denotam no meu contendor uma certa insegurança, eu desejaria somente acrescentar ao que já foi dito algumas notas de índole histórica que, espero, serão úteis para a compreensão do assunto em debate.

Em matéria de teorias da conspiração, o Prof. Alexandre Dugin é algo como uma autoridade. Não somente escreveu um livro a respeito – abrangendo invasões de marcianos, templos subterrâneos e até uma casta de répteis governantes –, mas também se notabilizou, se não como inventor, ao menos como bem sucedido propagandista de uma delas, certamente a mais presunçosa de todas.

Presunçosa não só no alcance de seu alegado poder explicativo, que abrange nada menos que toda a história humana, mas também nos efeitos político-militares que aspira a desencadear: a aliança da Rússia com a China e os países islâmicos, além de parte da Europa Ocidental, numa guerra total contra os EUA e Israel, seguida da instauração de uma ditadura mundial.

O Prof. Dugin não é um sonhador, um poeta macabro a criar hecatombes imaginárias num porão escuro infestado de ratos. É o mentor do governo Putin e o cérebro por trás da política externa russa. Suas idéias desde há muito já deixaram de ser meras especulações. Uma de suas encarnações materiais é a Organização de Cooperação de Shanghai, que reúne Rússia, China, Cazaquistão, Quirziguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão e pretende ser o centro de uma reestruturação do poder militar mundial.<sup>147</sup> Outra é o eixo Paris-Berlim-Moscou, há anos a menina-dos-olhos da diplomacia russa.<sup>148</sup>

A teoria da “guerra dos continentes” foi criada por um geógrafo inglês na passagem do século XIX para o XX, sob o impacto de um dos episódios mais interessantes da época: a luta da Inglaterra contra a Alemanha e a Rússia pelo domínio da Ásia Central. O “Grande Jogo”, como o chamou Rudyard Kipling, foi uma história rocambolesca, que envolveu, além de militares e diplomatas, todo um elenco de espiões, políticos comprados, ladrões, contrabandistas, chefetes de tribos, seitas secretas, místicos visionários, feiticeiros, marajás corruptos, cortesãs sedutoras e um exército de homens de ciência: geógrafos, lingüistas, botânicos, zoólogos e etnólogos.<sup>149</sup> Na ocasião, o que o governo de Londres mais temia era que uma aliança entre Rússia e Alemanha cravasse as garras naquela área tão cobiçada por suas riquezas naturais e sua posição estratégica, pondo em risco a segurança do Império Britânico. A disputa arrastou-se por décadas, ora com vantagem para um lado, ora para o outro, desembocando, por fim, na Primeira Guerra Mundial.

Em 25 de janeiro de 1904, o geógrafo e cientista político Halford J. Mackinder (1861-1947) apresentou à Royal Geographic Society de Londres a tese de que a Ásia Central era o “pivô da História” e de que nas décadas seguintes a Rússia estava em posição mais que vantajosa para expandir seu poder com base naquela área.<sup>150</sup>

Sem nenhuma pretensão de criar uma teoria geral da História ou de postular um determinismo geográfico à Buckle, antes reconhecendo que tudo o que podia fazer era especular “alguns aspectos”

dos condicionantes geográficos do processo histórico, Mackinder enfatizava que a Geografia impunha limites precisos à iniciativa humana, favorecendo umas ações e dificultando outras.

Especialmente favorecida tinha sido, pela configuração geográfica das estepes russas, a ação das hordas nômades que, vindas do fundo da Ásia, por ali passaram a cavalo para invadir a Europa Ocidental.<sup>151</sup> As conseqüências disso tinham sido portentosas: “Um tipo repulsivo pode desempenhar uma função social útil ao unir seus inimigos: foi sob a pressão do barbarismo externo que a Europa criou sua civilização.”<sup>152</sup>

Por mil anos, povos cavaleiros emergiram da Ásia através dos amplos intervalos entre os Montes Urais e o Mar Cáspio, cavalgaram através dos espaços abertos do Sul da Rússia e vieram atacar a Hungria, no coração mesmo da península européia, formando, pela necessidade de lhes opor resistência, a história de cada um dos grandes povos em torno – russos, alemães, franceses, italianos e gregos bizantinos.

O que virou a sorte a favor dos europeus foram dois fatores. Primeiro, as limitações intrínsecas do potencial de ataque dos bárbaros:

Que [*a invasão bárbara*] estimulasse uma saudável e poderosa reação, em vez de esmagar toda oposição sob um amplamente disseminado despotismo, foi devido ao fato de que a mobilidade do seu poder estava condicionada pelas estepes, e cessava necessariamente nas florestas e montanhas circundantes.”<sup>153</sup>

Segundo, a evolução da técnica marítima, que inaugurou a era das grandes navegações:

O importantíssimo resultado da descoberta do via para as Índias através do Cabo foi conectar as navegações ocidental e oriental da Euro-Ásia... e assim neutralizar em alguma medida a vantagem estratégica da posição central dos nômades da estepe, pressionando-os pela retaguarda. A revolução iniciada pelos grandes marinheiros da geração de Colombo dotou a Cristandade da mais ampla mobilidade de poder...

O efeito político amplo foi inverter as relações da Europa e da Ásia, pois, enquanto na Idade Média a Europa estava enjaulada entre o intransponível deserto ao sul, um oceano desconhecido a oeste, e imensidões geladas ou florestais ao norte e nordeste, e no leste e no sudeste era constantemente ameaçada pela mobilidade superior de homens montados em cavalos ou camelos, ela agora emergia sobre o mundo, multiplicando em mais de trinta vezes a superfície dos mares e as terras costeiras a que tinha acesso.<sup>154</sup>

Mas isso não acarretou o fim do poder terrestre. Se este se concentrou a leste, enquanto o Ocidente desenvolvia mais o poder marítimo, não foi só pela diversidade das condições geográficas, mas por uma diferença de culturas:

Foi provavelmente uma das mais espantosas coincidências da História que as expansões marítima e terrestre da Europa continuassem, de algum modo, a antiga oposição entre romanos e gregos. Poucos fracassos maiores tiveram conseqüências de mais longo alcance que o fracasso de Roma em latinizar os gregos. Os teutônicos foram civilizados e cristianizados pelos romanos, os eslavos, na maioria, pelos gregos. Foi o romano-teutônico que, em tempos posteriores, embarcou no oceano; foi o greco-eslavo que cavalgou nas estepes, conquistando os turanianos. Assim, o moderno poder terrestre difere do poder marítimo não menos na fonte dos seus ideais do que nas condições materiais da sua mobilidade.

Se a era das grandes navegações havia favorecido a Europa, a evolução da técnica em tempos mais recentes indicava uma retomada de vigor do poder terrestre, portanto da Euro-Ásia:

Uma geração atrás, o vapor e o canal de Suez pareceram ter aumentado a mobilidade do poder marítimo em relação ao poder terrestre. As ferrovias funcionavam principalmente como alimentadoras do comércio oceânico. Mas as ferrovias transcontinentais estão agora transmutando as condições do poder terrestre, e em parte alguma elas podem ter esse efeito como no centro fechado da Euro-Ásia, em vastas áreas onde nem madeira nem pedra são acessíveis para a construção de rodovias... O exército russo na Manchúria é uma prova tão significativa da mobilidade do poder terrestre quanto o exército britânico na África do Sul o foi do poder marítimo...

Tudo favorecia, a médio prazo, a hegemonia da Rússia:

Os espaços dentro do Império Russo e da Mongólia são tão vastos, e suas potencialidades em população, trigo, algodão,

combustíveis e metais tão incalculavelmente grandes, que é inevitável que um vasto mundo econômico, mais ou menos à parte, se desenvolverá ali, inacessível ao comércio oceânico.

Aí vinha a generalização decisiva, que fez a fama de Mackinder:

Quando consideramos essa rápida revisão das correntes mais amplas da História, não se torna evidente uma certa persistência da relação geográfica? Não será a região pivotal da política mundial aquela vasta área da Euro-Ásia que é inacessível aos navios, mas que na Antigüidade esteve aberta aos nômades cavaleiros, e que hoje está em vias de ser coberta por uma rede ferroviária?... A Rússia substitui o Império Mongol. Sua pressão sobre a Finlândia, a Escandinávia, a Polônia, a Turquia, a Pérsia, a Índia e a China substitui os ataques centrífugos dos homens da estepe. Ela pode atacar e ser atacada por todos os lados, salvo o Norte. O pleno desenvolvimento do seu sistema ferroviário é apenas questão de tempo.

E a previsão que viria ser tão influente sobre a política internacional no século XX:

O desequilíbrio da balança de poder em favor do Estado pivotal, resultando na sua expansão sobre as terras marginais da Euro-Ásia, permitiria o uso dos vastos recursos continentais para a construção de uma frota marítima, e então o Império mundial estaria à vista. Isso pode acontecer caso a Alemanha se alie à Rússia. A ameaça dessa eventualidade deve, portanto, atrair a França para uma aliança com os poderes marítimos, e a França, a Itália, o Egito, a Índia e a Coreia se tornariam outras tantas cabeças-de-ponte por onde as marinhas de fora dariam apoio a exércitos para compelir os aliados do pivô a posicionar forças de terra e impedi-los de concentrar toda a sua força em frotas... O desenvolvimento das vastas potencialidades da América do Sul pode ter uma influência decisiva sobre o sistema. Pode fortalecer os Estados Unidos.

São bem visíveis, no comunicado de Mackinder, os seguintes traços:

1) Ele não propõe nenhuma teoria geral da História, exceto a regra metodológica, de resto óbvia, de que “o balanço efetivo de poder, em qualquer momento do tempo, é o produto, por um lado, das condições geográficas, tanto econômicas quanto estratégicas, e, por outro, do número relativo, da virilidade, do equipamento e organização dos povos em competição”.<sup>155</sup>

2) As generalizações que ele apresenta são bastante prudentes e limitam-se a um período determinado, acessível à verificação histórica: aquele que começa com as primeiras invasões bárbaras e culmina na época do “Grande Jogo”.

3) Ele não traça nenhum plano de dominação mundial, insistindo, ao contrário, no equilíbrio entre as forças relativas das várias potências – a “balança de poder”. Descrevendo o potencial de crescimento da Rússia, ele em nenhum momento sugere obstaculizá-lo ou frustrá-lo, mas apenas tomar as providências para que o poder terrestre incomparável do Império Russo não se transfigure também em poder marítimo dominante, pois então “estará à vista o Império mundial”.

Prudente, racional e equilibrada em cada um dos seus passos, a exposição de Mackinder tornou-se o modelo do que poderia vir a ser uma “geopolítica” com justas pretensões de estudo científico.

Seus sucessores, no entanto, viriam a transformá-la em coisa bem diferente.

Mackinder, é claro, descrevia o quadro desde o ponto de vista de uma “potência marítima”. Sua teoria, no entanto, foi entusiasticamente adotada pelo lado adversário, apenas com sinal invertido, e logo se tornou um dos fundamentos da nova ciência, ou pseudociência, da “geopolítica”. O nome foi cunhado pelo cientista político sueco Rudolf Kjellén (1864-1922), discípulo do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, um amigo de Darwin e Haeckel e criador da concepção racial do Estado. Um dos primeiros a reformar a teoria de Mackinder conforme a perspectiva “terrestre”, no entanto, foi o general alemão Karl Haushofer, que, segundo várias fontes, foi discípulo do taumaturgo armênio Georges Ivanovitch Gurdjieff e fundador da sociedade secreta Vril, que acreditava numa civilização de homens superiores existente no centro da Terra. Segundo o depoimento do respeitado físico Willy Ley, que fugiu da Alemanha em 1933, a Vril, fundada às vésperas da subida dos nazistas ao poder,

proclamava ter conhecimentos secretos que permitiriam melhorar a raça alemã até torná-la idêntica aos homens subterrâneos. O nome da organização foi inspirado no romance de Edward Bulwer-Lytton, *The Coming Race* (1871), onde a palavra *vril* significava uma energia sutil, longinquamente análoga ao *Chi* da cosmologia tradicional chinesa e ao *Hara* dos japoneses, capaz de conferir poderes extraordinários a quem conseguisse despertá-la mediante práticas ascéticas.

Quando Adolf Hitler estava na cadeia com seu colaborador Rudolf Hess, Haushofer, que tinha sido professor de Hess, visitou os dois várias vezes e lhes transmitiu, se não os ensinamentos da Vril, ao menos os rudimentos da sua própria doutrina geopolítica, cuja influência transparece bem claramente em *Mein Kampf*.

As origens dessa doutrina remontam à estada de Haushofer no Japão, onde ele pôde constatar a eficácia dos projetos internacionais do governo local, em comparação com o fracasso retumbante dos projetos imperialistas do Kaiser Guilherme II.

Na época, o governo do primeiro-ministro Príncipe Katsura mantinha a população em permanente estado de alerta, advertindo, em vastas campanhas de propaganda, para o risco iminente de destruição da economia japonesa caso não fossem atacados com vigor estes dois problemas estreitamente interligados:

1. Cercado de países com população muito maior, o Japão logo estaria fora de páreo se o número de japoneses não aumentasse em 40 milhões, alcançando a taxa de cem milhões.

2. Era impossível espremer cem milhões de pessoas no exíguo território japonês.

A conclusão óbvia, que logo foi aceita por toda a população, era que o país precisava ampliar seu território mediante uma ousada política de conquistas.

Refazendo as contas, Haushofer notou que, se a primeira premissa era uma conjectura razoável, a segunda era uma mentira patente: a densidade populacional do Japão era menor que a da Alemanha e o território japonês poderia abrigar mais 40 milhões de habitantes sem nenhum inconveniente. A política proposta pelo governo Katsura não emanava de nenhuma necessidade objetiva, mas de uma escolha, de um ato de vontade. O Japão não precisava dos territórios estrangeiros: apenas queria porque queria tornar-se uma potência imperialista.

No entanto, em vez de sentir-se decepcionado com essa política, foi aí que Haushofer se entusiasmou com ela e teve a idéia de adotá-la como modelo da política alemã: se o governo japonês conseguia a adesão entusiástica da população a seus projetos imperialistas mediante um sistema de mentiras e meias verdades baseadas em dados geográficos bem arranjados para esse fim, por que o governo alemão não poderia fazer o mesmo?<sup>156</sup>

Mentir para o povo, no entanto, não devia implicar que o governo se enganasse a si mesmo. Um sério estudo da geografia política e econômica, bem articulado à consideração estratégica objetiva das possibilidades de expansão imperialista, deveria preparar o terreno para a unificação da vontade nacional sob o impacto de uma forte campanha de propaganda.

Foi a essa síntese de geografia, estratégia, engodo e propaganda que ele deu o nome de “geopolítica”. Ao longo das suas obras e da intensa ação pedagógica que Haushofer veio a exercer sobre intelectuais, políticos e militares alemães, no entanto, nem sempre os três elementos da “geopolítica” permaneceram distintos e racionalmente articulados.

A teoria da “guerra dos continentes” foi também adotada por nacionalistas russos, como o eminente lingüista Nicolay Trubetskoy, e ao longo das décadas veio sofrendo modificações e acréscimos até

adquirir sua forma atual pelas mãos do Prof. Alexandre Dugin.

Dugin dá a Mackinder o crédito nada desprezível de haver “compreendido as leis objetivas precisas da história política, geográfica e econômica da humanidade”,<sup>157</sup> uma honra que antes dele fora atribuída a Montesquieu, a Hegel, a Giambattista Vico, a Auguste Comte, a Herbert Spencer (de parceria com Charles Darwin) e a Karl Marx, embora as “leis objetivas” de cada um fossem bem diferentes das dos outros.

A teoria Mackinder-Dugin tem, decerto, o mérito da simplicidade: tudo na História reduz-se a uma disputa de poder entre as potências que dominam o mar e as que reinam sobre grandes extensões de terra. Daí nascem as culturas, leis, instituições, costumes, valores, símbolos e até religiões. *So simple as that*. É mesmo o caso de perguntar “Por que não me avisaram antes?”

Não posso jurar que Mackinder, um puro geógrafo e estrategista sem grandes ambições filosóficas, aprovaria a transfiguração da “guerra dos continentes” no duelo metafísico de titãs descrito pelo Prof. Alexandre Dugin. Esclarecer isso exigiria algum tempo que não posso conceder ao assunto agora. Por via das dúvidas, uso a expressão “teoria Mackinder-Dugin” para distingui-la da teoria Mackinder originária. A teoria Duginiana não poderia também ir muito longe no seu impulso generalizante partindo somente das idéias de Mackinder. Para elaborá-la, Dugin cavou em outras fontes, especialmente os ensinamentos de Helena Petrovna Blavatski<sup>158</sup> (1831-1891) e de Alice Bailey (1880-1949).

Para Dugin, o conflito não se resume a uma luta entre Estados, mas assume as proporções de uma guerra entre duas cosmovisões, dois sistemas de valores opostos e inconciliáveis que conservam suas identidades respectivas ao longo das eras e vão como que se reencarnando, desde os tempos mais remotos, em sucessivos agentes históricos – Estados e nações –, os quais nem sempre têm a consciência de ser movidos, como sombras chinesas na parede, por esses super-agentes invisíveis e onipotentes, o “atlantismo” e o “eurasismo”:

Na História antiga, as potências ‘marítimas’ que se transformaram nos símbolos históricos da ‘civilização marítima’ em seu conjunto foram a Fenícia e Cartago. O Império terrestre que se opunha a Cartago era Roma. As guerras púnicas formam a imagem mais pura da oposição entre a ‘civilização marítima’ e a ‘civilização terrestre’. Na época moderna e na História recente, o pólo ‘insular’ e ‘marítimo’ tornou-se a Inglaterra, ‘senhora dos mares’, e, mais tarde, a ilha-continente gigante, a América. A Inglaterra, exatamente como a antiga Fenícia, utilizou em primeiro lugar como instrumento de dominação o comércio marítimo e a colonização das regiões costeiras. O tipo geopolítico fenício-anglo-saxão engendrou um modelo particular de civilização ‘de mercado, capitalista-mercantil’, fundada sobretudo nos princípios do liberalismo econômico. Em consequência, e a despeito de todas as variações históricas possíveis, o tipo geral da civilização ‘marítima’ está sempre ligado ao ‘primado do econômico sobre o político’.

“Assim como, face ao modelo fenício, Roma representava um exemplo de estrutura autoritária-guerreira fundada sobre uma dominação administrativa e sobre uma religião civil, sobre o ‘primado do político sobre o econômico’, Roma é o exemplo de um tipo de colonização puramente continental, não-marítima, mas terrestre, com uma penetração profunda no continente e a assimilação dos povos subjogados, invariavelmente ‘romanizados’ após as conquistas. Na História moderna, as encarnações da potência ‘terrestre’ foram o Império Russo e também os impérios da Áustria-Hungria e da Alemanha da Europa Central. A ‘Rússia/Alemanha/Áustria-Hungria’ é o símbolo essencial da ‘terra geopolítica’ na História moderna.<sup>159</sup>

Dugin insiste na unidade e continuidade essenciais e milenares, tanto do conflito quanto dos dois adversários considerados separadamente:

Generalizando as idéias de Mackinder, pode-se dizer que existe uma ‘conspiração dos atlantistas’, que é histórica e persegue através dos séculos objetivos geopolíticos orientados aos interesses de uma ‘civilização marítima’ de tipo neofenício.<sup>160</sup>

A teoria insere-se, claramente, na tradição kantiana dos condicionantes apriorísticos que, por cima

do horizonte das consciências individuais, demarcam o quadro das percepções e ações humanas, dirigindo ocultamente o curso dos acontecimentos:

Estamos lidando, portanto, com uma ‘conspiração oculta’ das mais antigas, cuja significação e cuja causa metafísica intrínseca permanecem, com freqüência, completamente obscuras para seus participantes de base e mesmo para suas figuras principais.<sup>161</sup>

As idéias de Mackinder, limitadas à perspectiva britânica, não poderiam alcançar esse nível de generalidade antes de ser complementadas pela sua versão oposta, “oriental” e “terrestre”. Dugin informa-nos que essa fusão aconteceu durante “os freqüentes encontros dos eurasistas russos com Karl Haushofer em Praga”, e que por volta de 1920 estava pronta a estratégia eurasista geral que enfatizava a necessidade da aliança geopolítica entre a Rússia, a Alemanha e o Japão – aliança que, justamente, a astúcia da política britânica vinha conseguindo frustrar desde meados do século anterior. Mediante a formulação da nova estratégia, prossegue Dugin, os eurasistas e Haushofer, “pela primeira vez, exprimiram aquilo que se encontrava por trás de toda a história política do último milênio, tendo remontado aos rastros da ‘idéia imperial romana’ que, desde a antiga Roma, através de Bizâncio, se havia transmitido à Rússia, e, através do Sacro Império Romano-Germânico medieval, à Áustria-Hungria e à Alemanha.”<sup>162</sup>

A oposição milenar entre os dois blocos não era somente geopolítica, mas ideológica e cultural:

Face ao atlantismo, que personifica o primado do individualismo, do ‘liberalismo econômico’ e da ‘democracia de tipo protestante’, ergue-se o ‘eurasismo’, que pressupõe necessariamente o autoritarismo, a hierarquia e o estabelecimento de princípios nacional-etáticos ‘comunitários’ acima das preocupações simplesmente humanas, individualistas e econômicas.<sup>163</sup>

A luta dos dois blocos atravessa os milênios por meio de duas redes de agentes misteriosos que dirigem invisivelmente o curso dos acontecimentos. Do lado atlantista,

“podemos definir como ‘ideologia atlantista’ a ideologia da ‘Nova Cartago’ – aquela que é comum a todos os ‘agentes de influência’, a todas as organizações secretas e ocultas, a todas as lojas e clubes semifechados que serviam e servem à idéia anglo-saxônica no século XX e penetram a rede de todas as potências ‘eurasianas’ continentais. Naturalmente, isso concerne em primeiro lugar aos serviços de informação ingleses e americanos (em particular a CIA), que não são somente ‘sentinelas do capitalismo’, mas também sentinelas do ‘atlantismo’... que trabalham não somente pelos interesses de cada país separado, mas também por uma doutrina geopolítica particular, metafísica no fim das contas, que veicula uma visão do mundo extremamente densa, diversificada e extensa, e não obstante essencialmente uniforme.”<sup>164</sup>

Pelo lado eurasiático,

todos os que trabalharam incansavelmente pela união eurasiática, aqueles que durante os séculos se opuseram à propagação, no continente, das idéias individualistas, igualitárias e democrático-liberais,... aqueles que aspiraram a unir os grandes povos eurasiáticos na atmosfera do Oriente, em vez de fazê-lo na do Ocidente – seja o Oriente de Gengis Khan, o Oriente da Rússia ou o Oriente da Alemanha –, foram todos ‘agentes eurasiáticos’, os ‘soldados do continente’ ou ‘soldados da Terra’. A sociedade secreta eurasiática, a Ordem dos eurasiáticos, não começa de maneira alguma com os autores do manifesto Voltando-nos para o Oriente, nem com a Revista de Geopolítica de Haushofer. Isso foi, para dizê-lo em breves palavras, apenas a revelação, o resultado de um conhecimento determinado que existia desde o começo dos tempos, ao mesmo tempo que suas sociedades secretas e redes associadas de ‘agentes de influência’.<sup>165</sup>

Que todas ou praticamente todas as guerras da História não passam de capítulos da guerra única e interminável entre atlantistas e eurasiáticos, que esta constitui portanto a explicação última de todas as glórias e padecimentos humanos, é algo sobre o qual Dugin não deixa o menor sinal de dúvida:

A Ordem da Eurásia contra a Ordem do Atlântico (a Atlântida); a Roma eterna contra a eterna Cartago. A guerra púnica oculta prosseguia ao longo dos milênios. A conspiração planetária da Terra contra o Mar, da Terra contra a Água, do Autoritarismo e da Idéia contra a Democracia e a Matéria. Os paradoxos, as contradições, as omissões e as fantasias sem fim da nossa História não se tornam mais claros, mais lógicos e mais razoáveis, se os encaramos desde a perspectiva de um dualismo geopolítico oculto?<sup>166</sup>

Mais ainda: o dualismo geopolítico não traz apenas a explicação causal de tantos males e sofrimentos, mas a sua definitiva justificação moral:

As inumeráveis vítimas, pelas quais a Humanidade paga em nosso século o preço de projetos políticos mal definidos, não recebem nesse caso uma profunda justificação metafísica?<sup>167</sup>

Os trechos citados até agora bastam para pôr à mostra um traço eminente do estilo do Prof. Dugin, que, por ser puramente gráfico, a tradução não encobre: é o uso alternado de certas expressões entre aspas atenuantes e sem elas, denotando o livre trânsito, ou melhor, a confusão, entre sentido figurado e literal.

Assim, por exemplo, a Ordem Eurasiana ora aparece como uma figura de linguagem destinada a agrupar numa unidade hipotética “todos os que trabalharam incansavelmente pela união eurásiana” (*sic*) ainda que sem ter a menor idéia de que serviam a alguma organização secreta, ora designa a organização mesma como entidade histórica concreta com uma data de fundação, hierarquias, regras, juramentos, ritos iniciáticos, *etc.*

Isso introduz na mente do leitor uma dupla confusão. De um lado, mistura numa pasta indistinta a pesquisa histórica e a “teoria da conspiração”. De outro, viola a advertência clássica de Georg Jellinek, já citada na minha segunda mensagem ao debate com o Prof. Dugin, de que os processos históricos não podem ser explicados segundo os mesmos critérios quando nascem de uma ação planejada e controlada, e quando resultam de uma pura convergência acidental das ações de vários agentes separados e inconexos. No primeiro caso, o nexos racional antecede a ação, no segundo é projetado sobre ela, *ex post facto*, pela imaginação do historiador. O grau de certeza nos dois casos é muito diferente.<sup>168</sup>

A dupla confusão permite ao Prof. Dugin montar concepções pseudo-históricas infectadas até à medula pelos três traços típicos da mentalidade revolucionária – a inversão do tempo, a inversão de sujeito e objeto e a inversão da responsabilidade moral –, reduzindo o valor científico das suas especulações, rigorosamente, a nada, ao mesmo tempo que robustece a sua força de apelo à imaginação da massa militante, sobre a qual a confusão mesma exerce o fascínio de um mito soreliano.

Para enxergar isso com clareza máxima, deve-se partir da constatação histórica de que uma “grande guerra dos continentes” jamais aconteceu. Se houve algumas guerras de potências “marítimas” contra potências “terrestres”, houve outras tantas das marítimas entre si e das terrestres umas com as outras – e precisamente estas duas últimas estiveram entre as mais notáveis e devastadoras de todos os tempos. As guerras napoleônicas e a invasão da Rússia por Adolf Hitler são exemplos que falam por si.

Jamais, em ponto algum da História, encontramos uma aliança geral dos “eurásianos” contra a confederação dos “atlantistas”. No máximo, conflitos locais entre os dois blocos, entremeados de conflitos igualmente significativos dentro de cada bloco (supondo-se, *ad argumentandum*, que sejam blocos). A “grande guerra dos continentes” não é um capítulo da História: é um objetivo futuro, um plano concebido pelo Prof. Dugin e seus antecessores para ser realizado nas próximas décadas, opondo, de um lado, a Rússia, a China e os países islâmicos e, de outro, os EUA e seus aliados.

É tomando esse ideal futuro como premissa para a interpretação do passado que o Prof. Dugin realiza a mágica de fazer passar uma típica e demencial “teoria da conspiração” como hipótese histórica respeitável.

Para esse fim, ele tem de diluir todas as fronteiras entre grupos ideológicos bem caracterizados – nazistas e comunistas, por exemplo – e remanejar seus membros um a um, alistando-os à força nas tropas secretas do “atlantismo” ou do “eurasismo” e atribuindo-lhes, não raro, intenções inconscientes que não condizem em nada com seus propósitos declarados e com o curso visível de suas ações.

Exemplo. Como a Alemanha e a Rússia estão definidas de antemão como “potências terrestres”, portanto aliadas naturais contra o “atlantismo”, a luta mortal entre as duas no curso da II Guerra Mundial tem de ser atribuída à ação de “agentes britânicos infiltrados” que fizeram a cabeça de Hitler e Stálin, tão ingênuos, coitados, e os induziram ao conflito fratricida em vez de irmaná-los na luta contra o inimigo comum.<sup>169</sup> O que aconteceu na primeira metade do século XX é assim explicado em função daquilo que o Prof. Dugin acha que teria sido melhor para a consecução de seus planos para o século XXI.

Ele destaca, entre os agentes britânicos no Alto Comando alemão, o almirante Canaris, “traidor do Reich”,<sup>170</sup> como um dos responsáveis maiores por voltar a Alemanha contra a Rússia em vez de uni-las contra a Inglaterra. Durante décadas Hitler havia prometido “esmagar o bolchevismo”, fazendo disso um dos objetivos declarados do regime nazista. Uma vez no poder, desencadeou uma feroz perseguição aos comunistas, ao mesmo tempo que preparava o ataque à URSS com grande antecedência. Mas tudo isso, para o Prof. Dugin, não significa nada. Foi tudo culpa de um “agente britânico”.

Do mesmo modo, a Primeira Guerra Mundial, quando a Rússia se aliou às “potências atlantistas” contra as suas “aliadas naturais”, Alemanha e Áustria-Hungria, resultou da ação de atlantistas infiltrados entre os patriotas eslavófilos, que convenceram o czar de que a identidade racial russa era mais decisiva, estrategicamente, do que a unidade territorial entre etnias diferentes (hipótese que, imagina Dugin, teria levado a uma aliança com a Alemanha). Idêntica manobra teriam praticado os agentes atlantistas na Alemanha na década de 30, ludibriando os pobres nazistas para que acreditassem na identidade de “Sangue e Solo” em vez de perceber que era preciso optar entre uma coisa e a outra.

Assim, os maiores acontecimentos da História real do século XX não passaram de ilusões. A verdadeira História é a narrativa ideal do Prof. Dugin, que eles encobriram maldosamente.

Para que a hipótese de uma “guerra dos continentes” tivesse alguma viabilidade histórica, seria preciso provar, no mínimo, que as guerras entre potências terrestres e marítimas foram mais freqüentes, ou tiveram conseqüências mais portentosas do que outras guerras, sobretudo as travadas entre as potências terrestres entre si, ou entre as marítimas. Mas dificilmente se encontrarão na História russa guerras mais vastas e férteis de conseqüências do que as invasões da Rússia pela França e pela Alemanha – duas potências terrestres, segundo Haushofer e Dugin – ou do que a guerra entre a Rússia e o Japão, também potência terrestre segundo os mesmos autores.

Se a mera existência de uma “guerra dos continentes” é uma hipótese que se desfaz em fumo, mais quimérico ainda seria tentar provar a existência de conspirações permanentes por trás dela, para não falar da existência, ao longo dos milênios, de organizações secretas empenhadas nisso – uma “Ordem Atlantista” contra uma “Ordem Eurasiana”. O Prof. Dugin esquia-se de um confronto com essa questão mediante o uso alternado dos termos entre aspas ou sem aspas, denotando ora uma mera figura de linguagem, ora a presunção da existência concreta das organizações mencionadas. Assim,

ele está livre para raciocinar como se as organizações existissem realmente, tirando daí as conclusões mais ousadas, bem como, se espremido contra a parede com uma exigência de provas concretas, safar-se da dificuldade alegando que os nomes das organizações eram apenas figuras de linguagem usadas para designar a convergência espontânea e impremeditada das ações de “todos os que se esforçaram” pela causa atlantista ou eurásiana, mesmo que imaginassem estar fazendo coisa totalmente diversa (lutando por meros interesses nacionais, por dinheiro ou pela difusão da fé, por exemplo). A confusão entre a unidade antecipada de um plano e a unidade retroativa do relato histórico é aí mais que evidente.

Pela sua própria confusão, a idéia “eurásiana” paira no ar como uma nuvem claro-escura, fascinando a platéia com a força de um discurso poético-retórico adornado de um falso brilho científico.

A maior prova de que ela não serve como conceito científico é a própria descrição do bloco eurásiano atual, tal como aparece nos pronunciamentos do Prof. Dugin. Esse bloco compreende, segundo ele, essencialmente a Rússia, a China e os países islâmicos. Permito-me citar aqui o que escrevi a respeito meses atrás:

Os três agentes principais do processo globalizante, como vimos em artigo anterior, não são espécies do mesmo gênero: um é um grupo de governos, o outro uma comunidade internacional de bilionários, o terceiro uma cultura religiosa sem fronteiras, espalhada mesmo em território inimigo.

Só o primeiro pode ser descrito nos termos usuais da geopolítica, mas, na medida em que o projeto do Império Russo se amplia em ‘Império Eurásiano’, toda tentativa de defini-lo geopoliticamente esbarra em obstáculos intransponíveis. Uma vez que o domínio eurásiano abrange também o Islam, chega a ser cômico que o grande estrategista russo Alexandre Dugin apresente a disputa de poder no mundo como uma luta entre ‘impérios terrestres’ e ‘impérios marítimos’, classificando a ‘Eurásia’ entre os primeiros e os EUA no segundo grupo. De um lado, o Islam, após ocupar com grande facilidade os seus territórios circunvizinhos, alcançou projeção mundial sobretudo como potência marítima. Já na segunda metade do século IX – escreve Paolo Taufer no seu magnífico estudo sobre *Expansão Islâmica Ieri e Oggi* – ‘todas as grandes vias marítimas eram controladas de fato pelos muçulmanos: do Estreito de Gibraltar até o Mar da China, dos portos do Egito que se comunicam com o Mar Vermelho até os da Síria.’ Quanto à própria Rússia (então URSS), seu poder no século XX baseou-se menos na força dos seus exércitos que na presença ativa do Partido Comunista e do serviço secreto soviético em todas as nações e continentes. Nada houve de ‘terrestre’ na expansão tentacular do Kremlin na África ou na América Latina. Não posso crer que os soldados de Nikita Kruchev tenham trazido a pé os mísseis que instalaram em Cuba em 1962. O combate entre a Terra e o Mar não vale nem como símbolo, já que um símbolo só funciona quando traz embutida, sinteticamente, uma multidão de fatos reais, não de ficções. O Império Eurásiano não é um símbolo, é um mito soreliano – o que é o mesmo que dizer: uma imensa cenoura-de-burro, uma geringonça hipnótica concebida para colocar milhões de idiotas no encaixe de um futuro que não será jamais o que promete.

Se a missão do intelectual em tempos obscuros é dar nome aos bois, exorcizar as palavras ocas e trocar os *slogans* estupefacientes por uma representação exata do estado de coisas, os ‘eurásianos’ falham miseravelmente em cumprir seu dever. Só o que podem alegar como atenuante é que os estrategistas dos dois outros blocos globalizantes também se notabilizam menos pelo realismo do que pela capacidade prodigiosa de encobrir o mundo sob a imagem projetiva de seus respectivos interesses.<sup>171</sup>

---

145 V. “O filósofo mirim” e “Memórias de um brontossauro”, em <http://www.olavodecarvalho.org/blog/>.

146 V. o programa em [http://www.olavodecarvalho.org/avisos/curso\\_out2010.html](http://www.olavodecarvalho.org/avisos/curso_out2010.html)

147 V. meu artigo “Sugestão aos bem-pensantes: Internem-se”, *Diário do Comércio* (São Paulo), 30 de janeiro de 2006, reproduzido em <http://www.olavodecarvalho.org/semana/060130dc.htm>

148 V. Jean Parvulesco, *Vladimir Poutine et l'Eurasie*.

149 V. Peter Hopkirk, *The Great Game. The Struggle for Empire in Central Asia*, New York, Kodansha, 1994, e Karl Mayer and Shareen Blair Brysac, *Tournament of Shadows. The Great Game and the Race for Empire in Central Asia*, Washington D.C., Counterpoint, 1999.

150 Halford J. Mackinder, “The geographical pivot of History”, *The Geographical Journal*, No 4, April, 2004, Vol. XXIII, pp. 421-444.

151 “Embora salpicada de manchas desérticas, é no conjunto uma terra de estepes, fornecendo pastagens amplas, ainda que com frequência escassas, e na qual não há poucos oásis alimentados pelos rios mas é totalmente impenetrável a águas vindas do oceano. Em

outras palavras, temos nessa imensa área todas as condições para a manutenção de uma esparsa, mas, no conjunto, considerável população de nômades montados em cavalos ou camelos.” (P. 429.)

152 Op. cit., p. 423.

153 P. 427.

154 P. 432-433.

155 P. 437.

156 V. Andreas Dorpalen, *The World of General Haushofer. Geopolitics in Action*, Port Washington (NY), Kennikat, 1942, pp. 7-13.

157 Alexandre Douguine, *La Grande Guerre des Continents*, Paris, Avatar Éditions, 2006, p. 12.

158 V. Helena P. Blavatski, *Isis Unveiled*, London, J. W. Bouton, 1877, e *The Secret Doctrine*, London, Theosophical Publishing House, 1888. V. ainda René Guénon, *Le Théosophisme, Histoire d'une Pseudo-Réligion*, Paris, 1921.

159 Alexandre Douguine, op. cit., pp. 13-14.

160 Alexandre Douguine, op. cit., pp. 16-17.

161 Loc. cit.

162 Op. cit., p. 18.

163 Op. cit., p. 14.

164 Op. cit., p. 15.

165 Op. cit., p. 19. Não sei a data de lançamento do manifesto a que Dugin se refere, mas o primeiro número da *Revista de Geopolítica* (*Zeitschrift für Geopolitik*) de Haushofer saiu em janeiro de 1924.

166 Loc. cit.

167 Loc. cit.

168 Aqui uso o mesmo recurso das aspas, mas com propósito inverso: quando o termo vem entre aspas, designa o que o professor Dugin parece entender por ele; sem aspas, o que eu próprio entendo.

169 Op. cit., p. 25.

170 Loc. cit.

171 “Geringonça hipnótica”, *Diário do Comércio* (São Paulo), 7 de março de 2011, reproduzido em <http://www.olavodecarvalho.org/semana/110307dc.html>.

## SOBRE OS AUTORES



ALEXANDRE DUGIN nasceu em Moscou, em 1962. É cientista político e diretor do Centro de Pesquisas sobre o Conservadorismo da Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscou. Publicou livros sobre a Escola Tradicionalista, metafísica, simbolismo, sociedade pós-moderna e a situação política da Rússia pós-soviética. Seu livro *Fundações da Geopolítica, O futuro geopolítico da Rússia*, tornou-se leitura obrigatória da Academia Militar do Estado-Maior Geral da Rússia e tem influenciado decisivamente a elite política e militar daquele país. Ele é fundador do Movimento Internacional Eurasiano e um dos principais teóricos do nacional-bolchevismo, que se apresenta como um movimento de oposição à influência das nações ocidentais no oriente ex-soviético. Mais do que uma simples ideologia política, o Movimento Eurasiano é “uma visão do mundo, um projeto geopolítico, uma teoria econômica, um movimento espiritual, um núcleo destinado a consolidar um amplo espectro de forças políticas”. Os principais artigos do Prof. Dugin podem ser lidos no site: [www.evrazia.info](http://www.evrazia.info)



OLAVO DE CARVALHO nasceu em Campinas, em 1947. O filósofo mantém há 30 anos o Seminário Permanente de Filosofia e Humanidades, onde leciona e pesquisa sobre diversas áreas do conhecimento, como lógica e simbolismo, teoria da linguagem, religiões comparadas, esoterismo, direito, filosofia e ciência política. Em suas pesquisas mais recentes tem se debruçado sobre os movimentos revolucionários e as origens políticas e esotéricas da ciência moderna. É autor, entre outros, de *O Imbecil Coletivo: Problemas Inculturais Brasileiros*, *O Jardim das Aflições: Ensaio*

*sobre o Materialismo e a Religião Civil, Aristóteles em nova perspectiva: Introdução à teoria dos quatro discursos, A Dialética Simbólica, Maquiavel ou a Confusão Demoníaca e A Filosofia e Seu Inverso.* Atualmente é correspondente e analista da política americana em Washington para o jornal *O Diário do Comércio*. Seu Curso Online de Filosofia tem mais de dois mil alunos e é transmitido semanalmente no site: [www.seminariodefilosofia.org](http://www.seminariodefilosofia.org).

Os EUA e a Nova Ordem Mundial

*Um debate entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho Publicado no Brasil*

*1ª edição - agosto de 2012 - CEDET*

Os direitos desta edição pertencem ao

CEDET – Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico

Rua Angelo Vicentin, 70

CEP: 13084-060 - Campinas - SP

Telefone: 19-3249-0580

e-mail: livros@cedet.com.br

*Gestão Editorial: Silvio Grimaldo de Camargo*

*Tradução dos textos de Alexandre Dugin: Giuliano Morais*

*Revisão: Ronald Robson*

*Capa & Diagramação: Diogo Chiuso*

*Desenvolvimento de eBook*

Loope – design e publicações digitais

www.loope.com.br

A VIDE Editorial agradece aos autores

Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho

por permitirem a publicação do presente

debate e cederem os direitos para esta edição.

Reservados todos os direitos desta obra.

Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer outro meio de reprodução, sem permissão expressa do editor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Carvalho, Olavo de; Dugin, Alexandre

Os EUA e a Nova Ordem Mundial: Um Debate Entre Olavo de Carvalho e Alexandre Dugin / Olavo de Carvalho e Alexandre Dugin;

Tradução de Giuliano Moraes - Campinas, SP : Vide Editorial, 2012.

e-ISBN: 978-85-67394-08-4

1.. Filosofia e Teoria de Relações Internacionais 2. Ideologia – Ciências Políticas 3. Ciências Políticas I. Olavo de Carvalho II. Alexandre Dugin.

CDD – 327.101

Índices para Catálogo Sistemático

1. Filosofia e Teoria de Relações Internacionais – 327.101

2. Ideologia – Ciências Políticas – 320.5

3. Ciências Políticas - 320